



MIR

*memórias, ações e perspectivas
do Movimento Inter-Religioso
do Rio de Janeiro*

**Diretoria**

Leilah Landim Assumpção
Nair Costa Muls
Andres Christian Nacht
Antônio César Pimentel Caldeira

Secretaria Executiva

Pedro Strozenberg

COMUNICAÇÕES DO ISER n. 63**Conselho Editorial**

Emerson Guimbelli
João Trajano
Napoleão Miranda
Pedro Simões

Organizadores deste número

Clemir Fernandes
Flávio Conrado
Flávio Wiik
Maria das Graças de Oliveira Nascimento

Assistente editorial

Marília Assad

Secretaria

Helena Mendonça
Cléber Victorino

Design Gráfico

Design Genuíno
Bernardo Lac, Maria de Oliveira

Revisão

Órbita Comunicação
Clarisse Viana

Foto de Capa

*Betinho e MIR – Campanha Ação da Cidadania
contra a Fome e a Miséria e Pela Vida.*
Acervo MIR, abril de 1993,
Rio de Janeiro.

Impressão

Milograph Gráfica e Editora



MIR

*memórias, ações e perspectivas
do Movimento Inter-Religioso
do Rio de Janeiro*

7 APRESENTAÇÃO

Emerson Giumbelli e Clemir Fernandes

9 INTRODUÇÃO

Flávio Conrado e Flávio Wiik

15 CRONOLOGIA

Maria das Graças de Oliveira Nascimento e André Porto

TRAJETÓRIAS, MEMÓRIAS E AVALIAÇÕES

21 Rubem César Fernandes

23 André Porto

26 Maria das Graças de Oliveira Nascimento

33 Prof. Hermógenes de Andrade Filho

35 Mãe Beata de Iemanjá

37 Narendra Das e Chandra Mani

44 Ana Lucia de Castro

52 Katja Bastos

55 André Mello

59 Cristina Brito

61 Wanda Linhares

64 Renato Chiera

70 Yalorixá Abigail Kanabogy

72 Nilton Bonder

76 Luís Fernando Barbosa Nobre

78 Geovana Nunes

80 Pedro Miranda

81 Alex Polari de Alverga

**SERVINDO AO MUNDO
A PARTIR DO SAGRADO**

91 O MIR e o Ensino Religioso
no Estado do Rio de Janeiro
Emerson Giumbeli

97 Reconhecendo e vivenciando
o sagrado na natureza
Maria das Graças de Oliveira Nascimento

108 O MIR e a Defesa dos Direitos Humanos
Rosane Griggi

112 A Experiencia
das Aldeias Sagradas
Maria das Graças de Oliveira Nascimento

114 Juventude e Espiritualidade
Flávio Soares

**ABORDAGENS ANALÍTICAS DA
CONJUNTURA RELIGIOSA BRASILEIRA**

117 As muitas moradas: crenças
e religiões no Brasil de hoje
Carlos Rodrigues Brandão

134 Entre o “inter” e o “exclusivo”
Edlaine de Campos Gomes

144 Política, Espiritualidade e Dádiva
Evandro Vieira Ouriques

161 **AS TRADIÇÕES
RELIGIOSAS DO MIR**
**Maria das Graças de Oliveira Nascimento
e André Porto**

卍



Emerson Giumbelli

Antropólogo, Professor do IFCS/

UFRJ e Colaborador do ISER

Clemir Fernandes

Sociólogo e Pesquisador do ISER

Apresentação

7

MIR

Nada mais adequado: um volume de registros e perspectivas do Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro publicado pelo ISER. Pois as afinidades e os compromissos que os unem são fortes e dignos de uma celebração como esta.

É interessante notar que o surgimento do MIR, além de ser um marco no universo do diálogo inter-religioso, levanta reflexões sobre a história do próprio ISER, prestes a completar 40 anos. Como se sabe, o ISER tem sua origem caracterizada pela confluência de pessoas referidas basicamente a três universos: protestantes com vínculos com o ideário ecumênico; católicos, “intelectuais de Igreja”; acadêmicos de instituições universitárias ou congêneres. Reunindo esse pessoal na década de 1970, o ISER ensaiava uma proposta que procuraria, sempre, articular produção de conhecimento e ativismo social.

Na segunda metade da década de 1980, juntamente com o Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC, o ISER promoveu o programa Diversidade Religiosa do Brasil, com o objetivo de avaliar o significado e as razões do aparecimento e crescimento de “novos grupos religiosos” e seu impacto para se repensar os contornos e características do campo religioso brasileiro. Os resultados desse esforço preencheram as páginas de três números de *Cadernos do ISER* (21, 22 e 23, anos 1989 e 1990). Grupos sobre os quais pouco ou nada se sabia até então receberam descrições e comentários por parte de estudiosos.

O surgimento do MIR, em 1992, marca, então, um outro momento na história do ISER. Pois o MIR mostrou-se capaz de articular uma variedade de grupos que ultrapassava grandemente as referências religiosas que haviam participado da fundação do ISER e que até aquele momento só existiam

para este na condição de objeto de conhecimento. Com o MIR, esses grupos religiosos, a maioria deles “novos”, na terminologia do programa dos anos 80, passam a interpelar o ISER na condição de sujeitos. São as suas vozes, principalmente, que temos a oportunidade de frequentar com esta publicação de *Comunicações do ISER*.

Como foi dito acima o MIR representa um marco no universo do diálogo inter-religioso, entendido como algo que amplia e valida os ideais ecumênicos. Uma parte considerável desses ideais é canalizada na tentativa do estabelecimento de convergências teológicas entre diversas correntes e tradições religiosas, por caminhos sempre intrincados e delicados. No caso do MIR, como já notou Marcelo Camurça em artigo publicado em *Tempo e Presença* (janeiro de 1994), a aproximação privilegia outras possibilidades. Elas apostam na convivência espacial, pela qual diferentes grupos religiosos, apresentando-se com suas características próprias, celebram um encontro, sem a pretensão de um resultado teológico preciso.

Essa configuração para o diálogo inter-religioso possibilita uma amplitude inédita em termos da diversidade de tradições religiosas reunidas. O significado desse resultado no Brasil é valioso em um contexto marcado pela histórica hegemonia católica e pelos avanços recentes de grupos evangélicos. Nesse sentido, o MIR tem sido um ator social importante na afirmação do pluralismo. O mesmo pluralismo se afirma internamente, uma vez que, em suas celebrações, o MIR não busca necessariamente uma unidade traduzível em discursos que seriam assumidos por cada um de seus participantes. Aí vale também a diversidade das vozes e das cores, algo que esta publicação procura captar através de muitas palavras e algumas imagens ilustrativas.

Mas nem só de celebrações vive o MIR. Ou melhor: muitas das suas celebrações estiveram associadas a engajamentos em causas concretas. Revelam-se, assim, como parte de ações que marcam o comprometimento do MIR com certas ações sociais. Algumas delas são registradas e comentadas neste volume, cobrindo uma diversificada pauta de temas. Gostaríamos de destacar uma, por sua força e sentido emblemático, que Emerson Giumbelli teve a oportunidade de acompanhar, ocorrida em 1993 e nos anos seguintes. Nesse período existiu o Fundo Inter-religioso contra a Fome e pela Vida, que formalizou a participação do MIR na Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida. O Fundo Inter-religioso promoveu campanhas de arrecadação de recursos e selecionou pequenos projetos de geração de renda para serem apoiados, responsabilizando-se pela distribuição dos recursos e acompanhamento dos projetos.

Em suas ações, o MIR desenvolveu múltiplas parcerias, envolvendo organizações e entidades, como o Viva Rio e a URI (Iniciativa das Religiões Unidas, *sigla em inglês*). O ISER esteve entre essas parcerias de um modo que podemos considerar especial (a *cronologia* e vários outros textos desta publicação testemunham isso). Desde janeiro de 2009, por exemplo, mantém em sua estrutura uma secretária para servir ao MIR, possibilitando, assim, avanços na comunicação interna e externa, maior articulação entre as tradições religiosas e fortalecimento geral das ações. O ISER disponibiliza ainda seus recursos físicos para encontros regulares do MIR, como as plenárias e as reuniões de trabalho da Comissão Executiva, além de outros eventos, como a própria Aldeia Sagrada.

Mais importante que tudo isso talvez seja a interlocução que o ISER faz com o MIR, principalmente por intermédio da área de Religião e Sociedade, visando sempre reafirmar no espaço público o respeito e reconhecimento da diversidade, o valor da democracia e da tolerância religiosa, a necessidade de defesa de direitos, sejam eles sociais, de gênero, de etnicidade, sexuais ou ambientais. Sempre em busca de uma sociedade mais justa e permeada pela cultura da paz.

Este número de *Comunicações do ISER* foi pensado e planejado para ser lançado em 2007, por ocasião dos 15 anos de existência do MIR. Vários foram os esforços neste sentido, principalmente para conseguir textos e entrevistas de líderes das diversas tradições religiosas que compõem seu amplo espectro. Identificar e localizar pessoas representativas que participaram do início do Movimento e ter sua participação nesta publicação foi uma tarefa desafiadora e nem sempre exitosa. Dificuldades pessoais de convidados a escrever, dar entrevistas ou responder questionários, perdas de contatos e até falhas na memória foram fatores limitadores na feitura deste trabalho. Reconhecemos ainda que a pluralidade de grupos religiosos que compuseram e formam atualmente o MIR é mais amplo que as Tradições aqui representadas.

Entretanto, cremos que conseguir chegar a esta formatação, que reúne trajetória, memória, análises e perspectivas para o MIR, é motivo suficientemente seguro para contentamento e celebração. Certamente esta publicação produzirá alegria e boas lembranças a muitos leitores que participaram e atuam ainda hoje na caminhada do MIR, além de reflexões e ações positivas que somente o futuro poderá revelar. Também será uma fonte primária fundamental para novas investigações de pesquisadores acerca do próprio MIR e das circunstâncias que o forjaram, todas no contexto do Rio de Janeiro de 1992, como a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Fórum Global das ONGs e a Vigília Inter-religiosa “*Um novo dia pela Terra*”, no Aterro do Flamengo.

Em suma, com esta publicação o ISER reafirma e reitera seu apoio ao MIR, um compromisso que assume por formas que preservam e respeitam a sua autonomia.

O MIR já demonstrou de várias maneiras sua importância para o ideário do ecumenismo e do diálogo inter-religioso e sua contribuição para o enfrentamento de problemas sociais, sobretudo na região do Rio de Janeiro. É o que leitor poderá conferir, em registros e perspectivas, neste volume de *Comunicações do ISER*. ■

Flávio Conrado

Antropólogo e Pesquisador

Associado do ISER

Flávio Wiik

Antropólogo, Professor da UEL e

Pesquisador Associado do ISER

Introdução

9

MIR

MIR 17 Anos: Fé no Diálogo e na Participação

"Não haverá paz entre as nações, se não existir paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões, se não existir diálogo entre as religiões. Não haverá diálogo entre as religiões, se não existirem padrões éticos globais. Nosso planeta não irá sobreviver, se não houver um etos global, uma ética para o mundo inteiro".

Hans Küng

Não há exagero em dizer que o Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro (MIR) é uma das experiências mais significativas do crescente interesse, por toda parte, em criar espaços de diálogo e cooperação entre as diferentes religiões. Seja pela necessidade de reunir esforços para enfrentar problemas sociais persistentes como a guerra, a fome, a pobreza e, mais recentemente, a AIDS; seja pelas imposições do inarredável pluralismo religioso que se estabeleceu nas últimas décadas na esteira dos deslocamentos humanos ou do ativismo missionário em diferentes regiões do planeta; ou ainda para desautorizar lideranças extremistas que fazem uso da religião para recrutar e mobilizar pessoas para atos e movimentos violentos; ou mesmo por um desejo verdadeiro de “celebrar a diferença”, lideranças religiosas de várias partes do planeta se engajaram, sobretudo a partir da metade do século XX, na tarefa de inventar diferentes formas e plataformas de diálogo e cooperação.¹

Fala-se de diferentes níveis e formas de diálogo

e novas concepções são utilizadas para persuadir, descrever ou ensinar como deve se promover ou praticar o diálogo inter-religioso. Várias organizações internacionais, como *Religions for Peace*, *United Religions Initiative* (URI), *Parliament of the World's Religions*, *International Association for Religious Freedom* (IARF), *World Congress of Faiths* (WCF) e *Temple of Understanding* (TOU), promovem alguma ou várias dessas modalidades. Há iniciativas de diálogos bilaterais, como entre católicos e judeus, entre muçulmanos e judeus ou entre budistas e cristãos; ou ainda trilaterais, como entre muçulmanos, judeus e cristãos. Cada contexto com sua diversidade e trajetórias religiosas particulares, onde coexistência e conflito se interpenetram e ajudam a definir perspectivas inter-religiosas de diálogo e cooperação.

O surgimento e desenvolvimento exemplar do MIR na década de 1990, fruto da emergência desse “movimento” no plano internacional, é marcado, com efeito, por um conjunto de situações singulares que conformaram as últimas décadas no Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo. Isso pra dizer que o MIR é parte do que poderíamos chamar de “espírito de época”. Dentre os sinais desse espírito de época, poderíamos citar o aparecimento de formas de religiosidade semi ou des-institucionalizadas e a expansão de novas opções religiosas, a presença da religião no espaço público contestando visões sociológicas já consagradas sobre o seu desaparecimento, a emergência de uma sociedade civil que busca redefinir a agenda pública nacional e internacional, o ressurgimento de diferentes modalidades de “fundamentalismo” religioso, entre outros. Todos eles a ocupar a reflexão de estudiosos e analistas engajados em diferentes abordagens e produzindo, frequentemente, uma profusão

¹ Para uma lista das principais organizações e aspectos do diálogo inter-religioso, ver Beversluis (2000).

² O artigo de Carlos Rodrigues Brandão nesta publicação ilustra de forma extensa e perspicaz a diversidade dos modos de ser e experimentar o religioso na sociedade brasileira. Sobre o tema da religião no espaço público, ver Casanova (1994), Beyer (1994) e Birman (2003). Sobre a sociedade civil internacional, ver Vieira (2001). Sobre o “fundamentalismo religioso”, ver The Fundamentalism Project, de Martin Marty e Scott Appleby.

de ideias ora contraditórias ora complementares sobre esses fenômenos². Estaríamos, então, diante de redefinições tanto no campo conceitual quanto das práticas, a exigir-nos novas posturas e mentalidades.

Esta publicação é resultado do interesse em valorizar uma experiência singular que destaca a capacidade que as religiões têm de se reinventar a partir do redescobrimto de suas raízes fundantes, no diálogo entre si e com as questões prementes do *saeculum*, como a luta pela democracia, os direitos humanos, a paz e a justiça social, a ética na política e a luta ecológica. Experiência que reflete determinados valores que o ISER tem trabalhado para disseminar na sociedade brasileira, como tolerância, respeito à diversidade e democracia participativa.

A emergência da sociedade civil e a religião da cidadania

Vale a pena lembrar, portanto, que, nas últimas duas décadas, “solidariedade”, “cidadania”, “terceiro setor”, “filantropia empresarial” e “ONG” são palavras que pouco a pouco foram se tornando corriqueiras no vocabulário da mídia e do senso comum. Multiplicaram-se, da mesma forma, publicações e pesquisas acadêmicas nas quais essas categorias contribuem para incrementar ainda mais o debate acerca do papel da “sociedade civil” no mundo contemporâneo. Esse debate tem assumido contornos complexos no Brasil e na América Latina, já que referidos a processos de longo curso nessas sociedades, tais como a gestação de um campo plural de interações entre grupos sociais distintos, de *parcerias* e de levantamento de recursos na ação social; a re-semantização ou publicização do campo da ação assistencial; a visibilidade e valorização de organizações e iniciativas voluntárias da sociedade, formalizadas ou não, diante de problemas sociais; a revisita a formas de sociabilidade referidas a valores como solidariedade, confiança, gratuidade, ou a práticas baseadas na reciprocidade; a conformação e disseminação de uma ideia de “sociedade civil”

e de novas relações com o Estado, entre outros (Ioschpe, 1997; Landim, 1998).

As mudanças descritas acima são o pano de fundo sobre o qual atores religiosos têm buscado redefinir o seu lugar na sociedade a fim de influir sobre a “religião civil”. E essa redefinição não nos permite supor uma única direção, já que não é tão simples — como geralmente se supõe — traçar fronteiras claras entre assistencialismo e política ou entre caridade e solidariedade social. Isso porque as motivações e as representações que delas fazem os seus agentes permitem muitos arranjos entre lógicas de reciprocidade (humanitárias ou religiosamente motivadas) e a lógica da cidadania (Novaes, 2005).

Buscando caracterizar as novas formas de solidariedade e ativismo social na América Latina, Rubem Cesar Fernandes (1994) reconhecia que as chamadas organizações não-governamentais, que corresponderiam à “sociedade civil organizada”, mobilizadoras de ações privadas, porém com forte interesse público, comporiam apenas a ponta do *iceberg* social. Existiriam outras articulações e formas de solidariedade que estariam “abaixo da linha d’água”, principalmente em contextos de religiosidade e magia, dinâmicas religiosas associadas aos serviços de cura e ajuda mútua — relações de reciprocidade, obras de caridade católica e espírita, uma densa rede social com suporte institucional dos evangélicos, “um campo pleno de vida simbólica e de dinâmicas criativas” que precisam ser levadas à sério, abrindo-se para suas linguagens e valores.

Alguns estudos empíricos do fenômeno³ corroboram a afirmação de Burity (2000) de que, durante os anos 1990, houve uma paulatina abertura para a aceitação e estímulo à contribuição da ação de grupos religiosos na área social e que houve significativa alteração nas relações entre Estado e sociedade, bem como na configuração da ação coletiva, combinando elementos tradicionais e inovadores, especialmente em um contexto em que a des-

³ Mariz (1994), Novaes (1995; 1998), Giombelli (1994; 1995; 1998), Landim (2001), Conrado (2003; 2006).

regulamentação e despolitização das políticas sociais recolocaram na agenda a relevância das ações filantrópicas.

O MIR é, como vários dos depoimentos e artigos vão destacar, fruto desse processo de intensificação da incursão dos atores religiosos na constelação de redes e estratégias de enfrentamento da pobreza e da violência ou da luta pelos direitos de cidadania, sobretudo civis, sociais e ambientais. Não é por acaso que o “mito fundacional” do MIR começa na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como ECO 92, mais especificamente no Fórum Global das ONGs, onde as diferentes religiões presentes realizam a Vigília Inter-Religiosa pela Terra, com a presença do Dalai Lama e de Dom Hélder Câmara, entre outros.

Mais do que isso, o MIR ganha *momentum* ao longo da década de 1990 exatamente fortalecendo os movimentos cívicos de luta pela cidadania e pela pacificação do Rio de Janeiro, ora através do manto profético da religião que denuncia, ora do manto integrador da religião que unifica. Nos dois casos, a sacralização e celebração da diversidade do MIR em meio ao caos da violência e injustiça características do Rio de Janeiro das duas últimas décadas seriam particularmente poderosas e legitimadoras para esses movimentos.

O diálogo na multiplicidade das vozes: como se faz inter-religioso “glocal”

Alguns autores têm usado o termo “glocalismo” para se referir ao modo como tempo e espaço parecem estar “entrando em colapso” — aquilo que Giddens chama de compressão espaço-temporal ao caracterizar, segundo sua concepção particular, a modernidade contemporânea —, produzindo efeitos e processos reflexivos nas práticas e concepções dos sujeitos, de modo que dicotomias como local/global não fazem mais tanto sentido como antes (Brodeur, 2004).

Creio que podemos dizer que o MIR ilustra de modo interessante essa noção, na medida em que atualiza e conecta o Brasil com processos emergentes de estruturação do diálogo inter-religioso, fundamentais sobretudo em partes do mundo conflagradas por diferenças religiosas ou nas quais a religião é um dos elementos diacríticos no conflito. Seu surgimento durante a ECO 92 marca a disposição e o ethos de um movimento com profundos compromissos locais, mas positivamente inseridos em espaços globais de trocas e experiências inter-religiosas.⁴

Outro aspecto particular do vanguardismo do MIR se relaciona com a presença de diferentes religiões num mesmo espaço de trocas; religiões que, embora pouco representativas no campo religioso brasileiro, são significativas do ponto de vista de sua presença no mundo contemporâneo e recobram o que o rabino inglês Jonathan Sacks chama de “dignidade da diferença”. Uma vez que são valorizadas e postas lado a lado, na mesma “aldeia sagrada”, expressões religiosas já profundamente estabelecidas, numericamente e/ou culturalmente majoritárias no Brasil — como as tradições cristãs e afro-espíritas — e tradições espirituais orientais ou neorientais só recentemente presentes em terras brasileiras — como Ananda Marga (hindu), Zen Budismo ou Fé Bahá’í —, estamos diante de uma outra forma de organizar a relação entre as religiões. Uma forma que subverte os modos normativos de estruturação do campo religioso referenciados no monopólio católico encompassador e, mais recentemente, no ecumenismo institucional das igrejas cristãs no continente.

O MIR agencia e abre espaço para a diversidade e a multiplicidade de vozes, ritos, símbolos e variadas expressões de crer, de participar e de ser religioso no Brasil contemporâneo. Ao fazê-lo, ressignifica nossa autoimagem de país tolerante e aberto ao diferente e redefine os contornos do pluralismo à brasileira, alargando as fronteiras do “religioso” e construindo nossa versão da religião globalizada.

4 Uma das suas principais lideranças foi, até 2009, o coordenador da Iniciativa das Religiões Unidas — URI para América Latina e Caribe. Não foi à toa que a Assembleia Mundial da URI, em 2000, foi realizada no Rio de Janeiro.

Este número de Comunicações do ISER, portanto, comporta muitos significados que estão impressos nos depoimentos e entrevistas de vários dos membros da primeira e da segunda geração do MIR.⁵ Trata-se, então, menos da preocupação em dar uma contribuição para o debate acadêmico sobre as relações entre religião e cidadania ou sobre as formas de comunicação e entendimento entre as religiões no Brasil contemporâneo que de oportunizar, aos que têm participado dessa experiência, uma celebração desses 17 anos, recontando uma interessante trajetória que constrói o diálogo na base da abertura ao outro e à diversidade religiosa brasileira. A exceção são dois textos, de Edlaine Gomes e de Carlos Rodrigues Brandão, que nas suas análises põem em perspectiva as dinâmicas do campo religioso brasileiro e, ao fazê-lo, nos permitem entrever o pano de fundo das transformações, dos jogos e deslocamentos nos significados de ser religioso no Brasil.

Referências Bibliográficas

BEYER, Peter. (1994), *Religion and Globalization*. London: Sage.

BEVERSLUIS, Joel. (2000), *Sourcebook of the World's Religions: An Interfaith Guide to Religion and Spirituality*. Novato: New World Library.

BIRMAN, Patricia (org.). (2003), *Religião e Espaço Público*. São Paulo: Attar Editorial.

BRODEUR, Patrice. (2004), "From Post-modernism to 'Glocalism': Toward a Theoretical Understanding of Contemporary Arab Muslim Constructions of Religious Others" In: SCHAEFER, B. & STENBERG, L. *Globalization and the Muslim World: Culture, Religion, and Modernity*. Syracuse: Syracuse University Press.

BURITY, Joanildo. (2000), "Redes Sociais e o lugar da Religião no enfrentamento de situações de pobreza". *Cadernos de Políticas*

Sociais de Recife, Vol.16, n. 1, pp 29-53.

CASANOVA, Jose. (1994), *Public Religion in the Modern World*. Chicago: Chicago University Press.

CONRADO, Flávio. (2003), *Evangélicos e Ações Voluntárias: Notas sobre o campo da ação social protestante e seu ativismo*. Relatório Final da Pesquisa "Voluntariado no âmbito das instituições religiosas e das comunidades populares". Rio de Janeiro: ISER.

CONRADO, Flávio. (2006), *Religião e Cultura Cívica. Um estudo sobre modalidades, oposições e complementaridades presentes nas ações sociais evangélicas no Brasil*. Tese (doutorado) - UFRJ, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro.

FERNANDES, Rubem César. (1994), *Privado, porém Público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

GIUMBELLI, Emerson. (1998), *Caridade, Assistência Social, Política e Cidadania: práticas e reflexões no espiritismo*. In: LANDIM, Leilah (org.). *Ações em Sociedade. Militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: Nau Editora.

GIUMBELLI, Emerson. (1995), *Em Nome da Caridade: Assistência Social e Religião nas Instituições Espíritas Vol I*. Projeto Filantropia e Cidadania: Textos de Pesquisa, Rio de Janeiro: ISER.

GIUMBELLI, Emerson. (1994), *Faces e Dimensões da Campanha contra a Fome*. Projeto Ação da Cidadania: Memória, Rio de Janeiro: ISER.

IOSCHPE, Evelyn. (1997), *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.

⁵ Considero a primeira geração do MIR aquela que foi a geração fundadora. Entre estes, Nilton Bolder, Pe Renato Chiera, Mãe Beata de Iemanjá, Prof. Hermógenes, Ana Lúcia, Narendra Das e Chandra Mani. Após 1999, a formação de uma coordenação executiva e a filiação à URI inicia uma nova fase e novas lideranças surgem, o que poderia ser considerada uma segunda geração. Há relatos das seguintes lideranças: Evandro Euriques, Graça Nascimento, Rosane Gri-gi, Katja Bastos.

LANDIM, Leilah. (2001), “Generosidades brasileiras e os tempos que correm”. *Praia Vermelha*, n. 5, segundo semestre, pp.88-117.

LANDIM, Leilah (org.). (1998), *Ações em Sociedade. Militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: Nau Editora.

MARIZ, Cecília. (1994), *Coping with Poverty: pentecostals and Christian base communities in Brazil*. Philadelphia: Temple University Press.

NOVAES, Regina. (2007), “Hábitos de doar: motivações pessoais e as múltiplas versões do ‘espírito da dádiva’”. In: BRITO, M. & MELO, M. (orgs), *Hábitos de Doar e Captar Recursos no Brasil*. Rio de Janeiro: CICLO; São Paulo: Peirópolis.

NOVAES, Regina. (org.). (1995), *Pobreza e Trabalho Voluntário – estudos sobre a ação católica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER.

NOVAES, Regina. (1998), “Juventude e Ação Social no Rio de Janeiro: resultados de pesquisa”. In: LANDIM, Leilah (org.), *Ações em Sociedade. Militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: Nau Editora.

VIEIRA, Listz. (2001), *Os Argonautas da Cidadania. A sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record. ■



**Maria das Graças de
Oliveira Nascimento**

Membro da Comissão

Executiva do MIR

André Porto

Ex-coordenador do MIR e

Ex-coordenador da Iniciativa das

Religiões Unidas (URI) para a

América Latina

Cronologia

15

MIR

Linha do Tempo | 1992 – 2009

1992 – 1997 | *Bases para o Diálogo Inter-Religioso*

Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – ECO 92 (CNUMAD), 3 a 14 de junho de 1992. Rio de Janeiro, RJ.

Forum Global de ONGs no Aterro do Flamengo, 3 a 14 de junho de 1992. Rio de Janeiro, RJ.

Vigília Inter-religiosa *Um Novo Dia Pela Terra*, organizada pelo ISER, reunindo 25 mil pessoas de 25 tradições, de 4 para 5 de junho 1992. Rio de Janeiro, RJ.

Fundação do MIR. 5 de junho de 1992, Rio de Janeiro, RJ.

Vigília Inter-religiosa Pela Ética na Política, na Fundação Progresso. Movimento pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello. 7 de setembro de 1992, Rio de Janeiro, RJ.

Campanha *Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e Pela Vida*. Show no Arpoador com Caetano Veloso, Betinho e MIR. Abril de 1993, Rio de Janeiro, RJ.

Criação do *Fundo Inter-religioso Contra a Fome e Pela Vida*, associado ao MIR. 1994, Rio de Janeiro, RJ.

Campanha *Vamos Começar de Novo - 2 Minutos de Silêncio pela Paz na Cidade do Rio de Janeiro*. Nasce o Movimento Viva Rio, com as bênçãos do MIR. 17 de dezembro de 1993, Rio de Janeiro, RJ.

Orações pela Paz no Aterro, Cinelândia e Corcovado, organizado pelo MIR. 18 de dezembro de 1993, Rio de Janeiro, RJ.

Reage Rio, manifestação pela paz, com participação do MIR, organizada pelo Viva Rio, que reuniu 300 mil pessoas no Centro do Rio. Novembro de 1995, Rio de Janeiro, RJ.

1º Julgamento do massacre de Vigário Geral. MIR e Afroreggae organizam marcha pela cidade até o tribunal e fazem manifestação de pedido de justiça. 1997, Rio de Janeiro, RJ.

Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, Rio+5, Cerimônia Inter-religiosa, Junho de 1997, Rio de Janeiro, RJ.

Série de eventos inter-religiosos em que as tradições religiosas se alternam como anfitriãs

para compartilhar sua mística, cultura, culinária e arte. 1994-1997. Ocorridos na sede do ISER, Rio de Janeiro, RJ.

1998 – 2003 | *Compartilhando o Sagrado, Servindo ao Mundo*

1º. Encontro Nacional da URI – Iniciativa das Religiões Unidas - Criando uma Visão de Diálogo no Brasil. MIR tem uma participação significativa e protagonista. Maio de 1999, Itatiaia, Rio de Janeiro, RJ.

Campanha 1 milhão de assinaturas em prol da Lei Estadual de Controle de Armas. MIR apoia ação coordenada pelo Viva Rio. 1999, Rio de Janeiro, RJ.

Criação da Comissão Executiva do MIR. 1999, Rio de Janeiro, RJ.

Evento 72 Horas de Paz, coordenado mundialmente pela URI em 100 países. No Rio de Janeiro o evento acontece no Corcovado, sob organização do MIR. 31 de dezembro de 1999 (passagem do milênio 1999/2000).

Campanha Basta Eu Quero Paz – Mural da Dor, organizada pelo Viva Rio no centro do Rio. MIR organiza a cerimônia de encerramento no Largo da Carioca lotado. Julho de 2000, Rio de Janeiro, RJ.

Processo de articulação política pela inconstitucionalidade da Lei do Ensino Religioso Confessional, aprovada pela ALERJ no ano 2000 e pela aprovação de uma lei substituta em concordância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em parceria com o Deputado Estadual Carlos Minc. Rio de Janeiro, RJ.

Seminário Diálogo entre as Civilizações: Modelos Concretos para a Integração Cooperativa da Humanidade, Uma Contribuição Brasileira, Centro de Informação das Nações Unidas (UNIC) e Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura (UNESCO). MIR integra a comissão organizadora. Dezembro de 2001, Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, RJ.

Assembleia Global da URI - Compartilhando o Sagrado, Servindo ao Mundo. O MIR participa da coordenação do evento e promove simultaneamente a *1ª. Aldeia Sagrada*, no Parque Lúcio Costa (próximo ao hotel). Agosto de 2002, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, RJ.

Conferência Rio+10 Brasil – Cerimônia Inter-religiosa. Junho de 2002, Rio de Janeiro, RJ.

Marcha em Copacabana pela aprovação do Estatuto do Desarmamento. MIR organiza uma ala. Setembro de 2003, Rio de Janeiro, RJ.

2ª. Aldeia Sagrada, com o tema *Cidadania Espiritual no Século 21.* Parque Lúcio Costa, agosto de 2003, Glória, Rio de Janeiro, RJ.

2004 – 2009 | *Irradiando Culturas de Paz*

Criação do Fórum Permanente Estadual de Direitos Humanos - RJ (FOPEDH). MIR integra a Comissão. 2004, Rio de Janeiro, RJ.

II Congresso de Ensino Religioso, organizado pela ONG Brasil Sadio, vinculada à Igreja Batista, na UNIG – Universidade de Nova Iguaçu. O MIR participa em três momentos: Oficina, Exposição, Plenárias e Cerimônia Inter-religiosa. Junho de 2004, Nova Iguaçu, RJ.

Lançamento da Cartilha *Diversidade Religiosa e Direitos Humanos*, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com apoio do Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro – MIR e outras entidades. Novembro de 2004.

2ª Assembleia URI Brasil, Curitiba. Participação significativa do MIR. Novembro de 2004, Curitiba, PR.

3ª. Aldeia Sagrada com o tema *A Espiritualidade no Cotidiano*, Parque Lúcio Costa. Agosto de 2004, Rio de Janeiro, RJ.

Programa de rádio Espaço Sagrado do MIR - Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro, Rádio Viva Rio, AM 1180. Realizados 10 programas, tendo como principal parceira a Rádio Luteranos Brasil, que os retransmite em rede nacional e internacional. Outubro a dezembro de 2004, Rio de Janeiro, RJ.

Evento *Espiritualidade e Sustentabilidade: Água o Elemento Comum*, patrocinado pelo Parlamento Mundial das Religiões/Goldin Institute for International Partnership and Peace. Novembro de 2004, Taiwan, China.

2ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. Julho de 2004, Rio de Janeiro, RJ.

9ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, promovida pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Estabelecidos os primeiros passos para o tratamento da discriminação religiosa como instrumento de política pública. Junho de 2004, Brasília, DF.

Realização do Calendário Inter-religioso 2004, Rio de Janeiro, RJ.

Projeto Espaço Sagrado da Curva do S, Parque Nacional da Tijuca, participando das discussões sobre a necessidade de um relacionamento homem/Natureza mais harmonioso. MIR integra 7 mutirões de limpeza da área. Junho a dezembro de 2004, Rio de Janeiro, RJ.

Resolução nº 4-CONAD, de 4 de novembro de 2004, que dispõe sobre o uso religioso e sobre a pesquisa da ayahuasca, incorporando sugestões encaminhadas na *1ª Aldeia Sagrada*, Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2004, Brasília, DF.

Fórum Social Mundial, organizando o Eixo temático *Ética, cosmovisões e espiritualidades – Resistências e desafios para um novo mundo*. Janeiro de 2005, Porto Alegre, RS.

Ato em Repúdio ao Assassinato da Missionária Doroty Stang. Fevereiro de 2005, Cinelândia, Rio de Janeiro, RJ.

Comemoração dos 35 anos de ISER, Paineis Inter-religiosos. Junho de 2005, Rio de Janeiro, RJ.

4ª. Aldeia Sagrada, com o tema *Construindo uma Cultura de Paz*. Agosto de 2005, Parque Lúcio Costa, Rio de Janeiro, RJ.

Projeto Gente que Faz a Paz, em parceria com UNESCO, Palas Atenas, Viva Rio. Lançado em 25 de agosto de 2005, sede do Viva Rio, Rio de Janeiro, RJ.

Dia Internacional da Paz. 21 de setembro de 2005, Praça Mahatma Gandhi, Cinelândia, Rio de Janeiro, RJ.

Participação na Campanha pela realização do Referendo das Armas. Outubro de 2005, Rio de Janeiro, RJ.

Cineclube MIR – Apresentação de filmes e série de debates. Maio a novembro de 2005, Rio de Janeiro, RJ.

2º Encontro Anual da URI-Brasil. Março de 2006, Campinas, SP.

Campanha Religiões pelo Sim no Referendo do Desarmamento. Março de 2006, Rio de Janeiro, RJ.

3º Encontro da Rede Desarma Brasil. Março de 2006, João Pessoa, PB.

Celebração do Aniversário de 14 anos do MIR. 5 de Junho de 2006, Rio de Janeiro, RJ.

Seminário Educação, Cultura e Justiça Ambiental. Junho de 2006, Rio de Janeiro, RJ.

Encontro de Zeladores de Casas de Santo e Terreiros: Lançamento da Campanha Elos de Axé - Natureza Viva. Julho de 2006, Rio de Janeiro, RJ.

Semana Em Defesa da VIDA. Julho de 2006, Rio de Janeiro, RJ.

5ª Aldeia Sagrada, com o tema *Irradiando Culturas de Paz*. Agosto 2006, Parque Lúcio Costa, Rio de Janeiro, RJ.

Lançamento da Cartilha OKU ABO Espaço Sagrado, Educação Ambiental para Religiões Afro-Brasileiras. MIR como parceiro. Agosto de 2006, Rio de Janeiro, RJ.

3º Encontro de Religiões e Filosofias do Rio de Janeiro. Setembro de 2006, Rio de Janeiro, RJ.

III Retiro Inter-religioso na UMAPAZ (Faculdade do meio ambiente). Tema: *Ouvir para compreender a natureza*. Outubro de 2006, Parque do Ibirapuera, São Paulo, SP.

Desfile em Homenagem ao TD Singh, 15º Ratha Yatra, desfile/ passeio anual das Deidades do templo Hare Krishna e da comunidade de devotos pelas praias do Leblon e Ipanema. Novembro de 2006, Rio de Janeiro, RJ.

Lançamento do Calendário Inter-religioso de 2006. Dezembro de 2006, Rio de Janeiro, RJ.

MIR passa a integrar o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, Portaria 103 do Ibama. Dezembro de 2006, Rio de Janeiro, RJ.

1º Fórum Espiritual Mundial, tema central: *Valorizando a diversidade para a construção de uma solidariedade planetária*, tendo como resultado final a *Carta da Cidadania Planetária*. Dezembro de 2006, Brasília, DF.

CRDR/Exibição e debate sobre o vídeo *Diversidade Religiosa*, da SEDH. 2006, Rio de Janeiro, RJ.

Calendário dos Direitos Humanos, Inter-religioso e Interétnico, Lançado pela RIP – Rede Inter Paz, MIR como apoiador. Março de 2007, Rio de Janeiro, RJ.

Seminário Ensino Religioso nas Escolas Públicas, ISER. Maio de 2007, Rio de Janeiro, RJ.

Comemoração dos 15 Anos do MIR. Junho de 2007, Rio de Janeiro, RJ.

Seminário sobre Ensino Religioso no Chile: compartilhando a experiência brasileira. Junho de 2007, Santiago do Chile, Chile.

III Encontro da Rede Inter-religiosa Latino-Americana de Educação para a Paz (RILEP). Agosto de 2007, Teresópolis, RJ.

4ª Caravana Comunidade Segura mobiliza organizações civis trabalhando com o tema *O Impacto da Violência sobre Crianças e Jovens*. Setembro-novembro de 2007, Rio de Janeiro, RJ.

Lançamento da Campanha Elos de Axé – Natureza Viva como instrumento de política pública, Superintendência de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Agosto de 2007, Rio de Janeiro, RJ.

Painel Brasil – Celeiro Espiritual Ontem, Hoje e Amanhã: Sonhando juntos o Brasil que queremos. Novembro de 2007, Rio de Janeiro, RJ.

Celebração do Dia Mundial dos Direitos Humanos, Rio Com Vida. Dezembro de 2007, Rio de Janeiro, RJ.

Audiência Pública sobre Ensino Religioso nas Escolas do Estado do Rio de Janeiro com a presença de pessoas de diferentes religiões, estudiosos, professores, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Novembro de 2007, Rio de Janeiro, RJ.

Vibrações de Paz para o Rio, *Comunidade Unindo Corações*, janeiro de 2008, Rio de Janeiro, RJ.

Assembléia Regional da URI, *El Retorno a Ytu Saingo*, agosto de 2008, Foz do Iguaçu, Paraná.

XVI Anos do MIR, junho, 2008, Rio de Janeiro, RJ.

I CAMINHADA EM DEFESA DA LIBERDADE RELIGIOSA, organizada pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa formada pelas seguintes Instituições: CEAP, CEUB, CETRAB, CIAFRO, IRMAFRO, CNEN, CEN, AMAR-RJ, CEDINE, CESJB, CASA BRASILEIRA, ILÈ ASÉ OSALUFAN, MIR/ISER, CENTRO ESPÍRITA OGUNMEGÉ, entre outros, setembro de 2008, Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, RJ.

Assembléia Extraordinária do MIR, Análise de Proposta de revitalizar o MIR, fortalecer os laços com o ISER e estabelecer bases para a criação da Secretaria do MIR. Inicia-se um período de transição do MIR, que irá culminar com o reconhecimento por parte do ISER, de que suas atividades integram um projeto do ISER/Área de Religião e Sociedade, mantidas a independência e autonomia do Movimento, novembro de 2008, Rio de Janeiro, RJ.

Assembléia Global da URI e Reunião dos Círculos de Cooperação, 30 de Novembro a 5 de Dezembro de 2008, Mayapur, West Bengal, Índia,

André Porto deixa a Coordenação do MIR exercida durante 17 anos, fevereiro de 2009, Rio de Janeiro, RJ.

Eleita Comissão Executiva 2009 do MIR, que passa a coordenar suas atividades, apoiada pelo ISER, marco de 2009, Rio de Janeiro. Estabelece como prioridade a retomada da Aldeia Sagrada, a ser realizada no período de 18 a 23 de agosto 2009, Gloria, Rio de Janeiro, RJ.

XVII Anos do MIR, 5 junho de 2009, Rio de Janeiro, RJ. ■

Trajetórias, Memórias e Avaliações

O MIR em perspectiva

Rubem César Fernandes

Trajetória pessoal e militância

Desde sempre tive interesse nos estudos de ciências sociais. Fiz História. E, naquela época, dizíamos que só existia uma ciência — a ciência da história. Tudo era história. Minha família era religiosa e a havia um sentido meio missionário de ser da família. Mais tarde, nos anos 60, isso se cruzou com a história da revolução social. Então começou um outro jeito de ser missionário, que era a militância social. Depois valorizei bastante o tempo de faculdade, de estudo, de pesquisa. Essas duas dimensões, da pesquisa e da militância, sempre fizeram parte da minha vida.

A revitalização da sociedade civil brasileira se deu na metade dos anos 80, com auge no início dos 90. Isso se expressou muito no “Fora Collor”, no movimento da Ação da Cidadania, do Betinho, no MST, no Viva Rio também. É um momento de surgimento de organizações da sociedade civil que não se estruturavam em partidos políticos. Eu fui chamado a dirigir o ISER em 1978, pelo Rubem Alves. Eu estava na universidade dando aula e ao mesmo tempo tinha a militância pelo ISER como secretário executivo, já no Rio de Janeiro.

Nos meus estudos, quando me tornei antropólogo e precisei definir um tema de pesquisa, escolhi a religião. Antes de voltar ao Brasil, estudei filosofia. Mas no Brasil estudar filosofia não era tão propício, por isso acabei migrando para a antropologia, para o estudo das representações sociais. No primeiro momento, pesquisei mais sobre religião popular. Era um tempo em que não se estudava muito religião.

E uma forte marca do ISER era unir pessoas que se interessavam ou estudavam religião sem que fossem religiosos. Mesmo quando eram religiosos, a abordagem era científica. O ISER pinçava pessoas que tinham esse mesmo interesse pelo estudo e a revista *Religião e Sociedade* foi o principal instrumento para isso.

O ISER tem uma origem ecumênica, numa rejeição aos ritos e valorização do conteúdo, que no final é o mesmo — os direitos humanos. Quando entraram pessoas da Umbanda, deixou de ser ecumênico e passou-se a frisar que se tratava de uma organização de estudos da religião, era sobre religião e não religioso. Porém, eu não considero que o ISER era inter-religioso. Havia uma diversidade entre os cientistas e o mundo religioso. Havia uma tensão entre a ciência e a fé, mas se reconhecia a importância do sagrado, do rito, nessa temática.

MIR

O MIR surgiu da Vigília da ECO-92. Na vigília houve uma preocupação muito grande quanto ao rito. Primeiro surgiu a ideia de aldeia, com muitas tendas diferentes. O rito durou a noite inteira. Tinha um início comum entre todas as religiões, era um chamado para que todas se reunissem. Depois cada uma voltava para a sua tenda. No meio da noite, as pessoas se encontravam novamente no espaço comum, faziam trocas e depois, mais uma vez, cada um retornava à sua tenda. E no final, com o sol já quase nascendo, reuniam-se novamente no espaço comum. A dinâmica era muito interessante. Nesse espaço comum havia muitas celebrações, as religiões mostravam muito mais da sua parte estética, com músicas, danças. Foi muito rico, pois como era um evento internacional, tivemos a sorte de presenciar coisas lindas.

Esse encontro e tudo que ele gerou favoreceu muito o surgimento do MIR. E o MIR já tem a ideia do inter-religioso, de juntar pessoas diferentes que celebram juntas. Muitas das pessoas que participaram da montagem da Vigília depois criaram o MIR. E mais à frente, na criação do Viva Rio, houve também um momento que se chamou “Orações para o Rio”, que seguia mesma lógica da Vigília.

Com o MIR, além de trazer a Umbanda e o Candomblé para junto dos grupos cristãos, aproximaram-se também outras religiões mais marginais, os chamados grupos de aquário, mais alternativos. Todos estavam no mesmo plano de legitimidade, era um círculo. Havia uma valorização do diálogo, da igualdade no campo religioso. A ligação desses grupos mais com o social também aconteceu. No Viva Rio, por exemplo, houve essa articulação com o social. O MIR tornou-se um participante ativo em várias atividades que o Viva Rio organizava contra a violência. Tinha um significado muito importante por mostrar vozes diferentes se encontrando e também pela ideia do perdão, do acolhimento, da aversão à violência, de fazer a fala da paz. Sempre soubemos que era possível contar com o MIR nos momentos em que precisássemos de uma fala religiosa, nos nossos eventos, nas horas críticas.

Eu considero muito importante o propósito inter-religioso do MIR. Mas para o Movimento não se enfraquecer, não ficar repetitivo, acho que o caminho é explorar as diferenças. Trabalhar as diferenças internas é algo mais complicado, que exige maior profundidade de reflexão. Acho que o ISER poderia ajudar bastante nesse processo. Para mim, o desafio do MIR é tentar valorizar as diferenças de tradições, conteúdos, valores, éticas, *ethos*, para que o estar junto vá além de se reunir para pedir paz.

**Rubem César Fernandes é Diretor Executivo do Viva Rio. Entrevista concedida em 08/2009 à Marília Assad. ■*

André Porto

Trajétoria pessoal e busca por espiritualidade

Eu nasci numa família de ateus. Minha mãe era comunista e psicanalista. Então, não tive muito contato com a religião e a espiritualidade na minha infância. Mas, no dia em que fiz 15 anos, eu comecei a estudar astrologia. Foi algo que me mostrou a importância do autoconhecimento, de se aperfeiçoar. E com 16 anos fui iniciado na *Ananda Marga*, um grupo de *yoga* e meditação, e me tornei vegetariano. Fiquei por lá um tempo, mas não me senti pertencendo. A partir de então, comecei uma busca inter-religiosa, de forma autodidata. Estudei religião comparada. Buscava muito a vivência, frequentando diferentes grupos. Até que em 1989 fui morar em Alto Paraíso (GO), numa comunidade espiritual que nós fundamos. Nela havia uma creche para as crianças pobres. Criamos também um jornal ecológico. Quando eu voltei (para o Rio de Janeiro), já havia os preparativos para a ECO-92 e estava começando o processo para a organizar a Vigília Inter-religiosa. E a Leilah Landim — que trabalhava no ISER e até hoje é colaboradora — era a melhor amiga da minha mãe, sabia que eu tinha muitos contatos e me interessava sobre essa questão inter-religiosa. Então me apresentou ao Rubem (César Fernandes) e me falou do ISER. Comecei a participar das reuniões preparatórias da Vigília da ECO-92 e trouxe muitos grupos religiosos. O Rubem me chamou para ajudá-lo na condução das atividades no palco. Nesse momento surgiu o MIR. Mas a ideia de um movimento inter-religioso, mais formal e constituído, veio depois da ECO-92.

A década de 90 e o surgimento do MIR

A ECO-92 foi, talvez, o marco principal para a sociedade civil organizada. A Ditadura Militar acaba em 1985. Em 1988, nasce a Constituinte.

Então, é durante os anos 90 que a sociedade civil começa a se sentir empoderada. Emergem lideranças como o Betinho, por exemplo. O clima era positivo, de corresponsabilidade com o governo. Havia um discurso forte sobre cidadania. Como a ECO-92 foi no Rio de Janeiro, sofremos um impacto muito bom. Até aquele momento as pessoas pouco sabiam o que era uma Organização Não Governamental. A partir daí, o brasileiro começou a entender o que era ONG, qual sua importância. No início ONG era mais ligada à ecologia ou aos direitos humanos. Havia mais otimismo, um pensamento de que sociedade, governo e religiões, juntos, podiam contruir uma sociedade mais justa. Quanto ao inter-religioso, o Brasil estava mais aberto à pluralidade e se percebia como um país de contrastes, um lugar onde as diferenças ainda eram respeitadas.

O MIR surgiu de uma boa oportunidade, pois foram 25 grupos religiosos participando da ECO-92. Para muitos grupos religiosos a questão ecológica já era algo estudado há muito tempo. Por isso eles puderam manifestar suas opiniões e estudos sobre o assunto. Foi um marco também no compromisso das religiões com o meio ambiente.

A partir da Vigília da ECO-92, o Rubem (César Fernandes), que na época coordenava um núcleo de pesquisa do ISER, teve a ideia de fazer um livro sobre as religiões que haviam participado do evento e sobre a atuação desses grupos durante a ECO. Então eu e mais duas pessoas fomos escolhidas para fazer as entrevistas com os representantes religiosos. Mas o projeto acabou não sendo concluído. Porém, os encontros com essas pessoas e a reunião dessas mesmas pessoas em outras atividades ou manifestações da cidade, fazendo também vigílias, fez surgir a ideia de um grupo inter-religioso mais articulado, com encontros mais frequentes. As reuniões passaram a ser mensais. Organizamos um calendário religioso em que a cada mês uma religião, de acordo com suas datas sagradas, era responsável por receber as outras e mostrar um pouco seu universo,

através das celebrações. Esses encontros aconteceram no ISER.

Mais tarde, a convite do Betinho, foi criado um Fundo Inter-religioso para a Fome. Era um braço do MIR na campanha do Betinho contra a Fome.

Diálogo do MIR com a sociedade

Primeiro, é difícil falar do MIR sem o Viva Rio, pelo menos no início. O ISER e o Viva Rio eram ONGs muito próximas. E eu era coordenador de eventos do Viva Rio e estava muito envolvido com o ISER por causa do MIR. O Rubem também atuava nas duas ONGs. O MIR preencheu o espaço do sagrado na maioria dos eventos do Viva Rio: nos dois minutos de silêncio no lançamento do Viva Rio, no Reage Rio, no Basta, no evento que fizemos no julgamento de Vigário Geral. Todos eles tinham um espaço para o sagrado, pois eram momentos de dor e perda. Então o MIR preencheu um espaço muito importante, trazendo o sagrado para as demonstrações cívicas do Viva Rio. Isto na época era uma novidade, fazer eventos que pediam paz. Dessa maneira o MIR foi ocupando um espaço no imaginário da sociedade. Aos poucos, consegui mostrar para a sociedade, principalmente através dos eventos que eram divulgados pela mídia, que era possível juntar diferentes líderes religiosos para trabalharem na mesma causa.

Mas o MIR não aparecia só nesses momentos de evento. É importante destacar que o Brasil é conhecido como o país do sincretismo. Eu não via uma dificuldade das pessoas aceitarem esse diálogo. É claro que havia algumas tensões entre determinadas religiões, mas no geral era bem aceito. O MIR não precisou fazer um grande esforço para conscientizar as pessoas sobre o respeito à diversidade religiosa. Com isso, o Movimento pôde atuar também em outras questões: nas campanhas contra a fome, na discussão sobre o ensino religioso e a atuação ambiental. A questão da convivência inter-religiosa estava sempre nas pautas

das reuniões mensais. Mas, por conta de uma aceitação mais fácil do brasileiro ao tema do inter-religioso, o MIR pôde trabalhar com outros temas referentes à cidadania.

Importância do MIR

Na minha opinião, falta muito do sagrado no mundo atualmente. O materialismo e o imediatismo são as forças mais poderosas do planeta. Então, qualquer esforço para trabalhar o conceito de uma cidadania espiritual é importante. Acho que o MIR ou qualquer outro movimento inter-religioso significativo tem o mérito de trazer valores humanos para todas as outras discussões, seja de meio ambiente, de direitos humanos ou justiça social.

Além disso, o mundo tem um histórico terrível de guerras por questões religiosas. E essa solidariedade entre as religiões, tão presente no MIR, é muito positiva. Em muitos momentos, quando atacaram terreiros de candomblé ou quando houve o caso de ataque à sinagoga, o MIR se posicionou. Em qualquer ato reconhecido como intolerante, o MIR se posicionou.

Acho que o MIR ainda pode contribuir muito mais. Uma das minhas frustrações foi não ter conseguido realizar o projeto do consórcio inter-religioso. A ideia era mapear os grupos religiosos e todos os lugares onde eles atuam no Rio de Janeiro e entender suas ações sociais. Porque, tendo essas informações, é possível fazer trocas, se articular melhor até politicamente em prol de causas comuns.

O MIR sempre ajudou a dar sentido à minha vida. Desde os meus 15 anos eu venho numa busca inter-religiosa. Eu realmente já acreditava nesse diálogo, entendia que você não precisa ser de uma única religião para ser uma pessoa boa. O MIR confirmou a minha tese de que cada religião tem suas pérolas de sabedoria, seus valores e seus princípios e que, para absorver tudo isso, não é preciso negar uma ou outra. Essa vivência do plural, das diferentes convivências – e a experiência de ser mediador

em muitos momentos —, acabou por me proporcionar muitas riquezas e diversidades de pensamentos. Eu só tenho a agradecer a todos esses anos em que fiz parte do MIR.

Atuação na Iniciativa das Religiões Unidas (URI)

Em 1997, o Viva Rio organizou o Rio + 5, um balanço dos cinco anos que se seguiram à ECO-92. Um representante da URI que fazia alguns trabalhos no ISER participou do evento. Descobri que a URI já tinha ouvido falar do MIR. Por conta disso, em junho daquele ano, fui convidado como representante do MIR para a II Conferência da URI em São Francisco, nos EUA. Em 1998, levei também a Mãe Beata, nós dois representávamos o MIR. Quando a URI nasceu de fato, em 2000, o MIR, que já vinha participando das conferências, passou a ser um núcleo da URI aqui no Brasil, é o que eles chamam de círculo de cooperação. Hoje a URI atua em cinquenta países e possui aproximadamente quatrocentos círculos de cooperação espalhados pelo mundo. Eu sempre fiz a ponte, traduzindo documentos, fazendo a troca de informações. Em 2000, fui contratado para ser o coordenador latino-americano da URI, onde fiquei até março de 2009, quando pedi demissão.

O MIR sempre teve um papel significativo na relação com a URI porque a I Assembleia Global da URI, em 2002, aconteceu aqui no Rio de Janeiro, dirigida pelo MIR. Isso deu uma grande visibilidade ao Movimento. Foi nessa ocasião que surgiu a Aldeia Sagrada, no parque Lúcio Costa, que acabou virando o evento mais importante do MIR. Além disso, o MIR sempre foi uma inspiração para a URI pelo seu envolvimento nos eventos de paz, de desarmamento, pela atuação na lei do ensino religioso. E, por outro lado, para o MIR esse contato com a URI foi interessante por mostrar que havia outras instituições com esse mesmo interesse. O idioma sempre foi uma barreira, porque a língua oficial da URI é o inglês e poucas pessoas falam inglês no MIR. Não era possível traduzir cada documento

ou e-mail e por isso muito da articulação se perdia. Mesmo assim, a troca entre as duas instituições sempre foi intensa.

**André Porto é ex-coordenador do MIR.*

Entrevista concedida em 08/2009 à Marília Assad. ■

Iniciativa das Religiões Unidas

A URI - Iniciativa das Religiões Unidas é uma organização fundada em valores humanos universais e dedicada a promover o diálogo e a ação inter-religiosa. Está presente em cerca de cinquenta países, desenvolvendo ações comunitárias com a participação de mais de oitenta tradições espirituais. A agenda da URI compreende direitos humanos, ecologia, economia justa, Cultura da Paz e a prática do diálogo inter-religioso.

A força da URI está na sua Carta e nos Círculos de Cooperação, que são as unidades inter-religiosas locais ou temáticas. Cada Círculo define suas prioridades e atua orientado pela Carta da URI. Seu potencial de transformação e coesão social, gerado a partir da interação entre redes religiosas, ONGs e voluntários, é de importância vital para o bem comum.

Reunindo três ou mais grupos espirituais e um mínimo de sete pessoas que subscrevam a Carta, é possível criar um Círculo de Cooperação e integrar a comunidade internacional da URI. Na América Latina existem vinte Círculos e ao redor do mundo são cerca de trezentos — uma rede de solidariedade e ativismo inter-religioso pela Paz.

Um dos princípios da URI é ouvir a voz de todos, incluindo jovens, mulheres, idosos, indígenas e minorias, garantindo assim sua participação. O Conselho Global da URI é composto por leigos, lideranças religiosas e ativistas sociais, representantes escolhidos regionalmente pelos Círculos de Cooperação. Servindo à sociedade e praticando a unidade na diversidade, a URI cria pontes de paz e entendimento.

O propósito da Iniciativa das Religiões Unidas é promover a cooperação inter-religiosa permanente e cotidiana, para erradicar a violência por motivação religiosa e criar culturas de paz, justiça e cura para a Terra e para todos seres vivos.

Você está convidado a conhecer a comunidade da URI. Para ter acesso à carta de princípios, acesse o site:

www.uri.org/brasil.

Coordenação América Latina:

Yoland Trevino (therion93@earthlink.net)

Conselheiros Globais para a América Latina:

Rev. Elias Andrade Pinto — URI Brasil (rev.elias.united@gmail.com);

Fany Ávila Eleta — URI Panamá (fanyavila@hotmail.com);

Rev. David Limo Pajar — URI Peru (limo@terra.com.pe).

**Texto extraído do site: www.uri.org/brasil.*

Maria das Graças de Oliveira Nascimento

Trajatória pessoal e profissional

Eu sou natural do Rio de Janeiro. Em termos profissionais, sou mestre em engenharia de produção pela COPPE/UFRJ e tenho formação em estatística. A minha experiência profissional foi no IBGE, durante 30 anos, com diferentes cargos de assessoria e comunicação social. E na Escola de Ciências e Estatística, no Departamento de Ciências Sociais, foi uma experiência muito rica dar aula e também trabalhar como pesquisadora de nível 3, equivalente a analista de pesquisa, equiparada ao IPEA. A minha área de especialização, planejamento urbano e regional, veio por conta de todo o trabalho que eu tive na área de geografia. Quando comecei a trabalhar no IBGE, como estagiária, no Grupo de Áreas Metropolitanas, ajudei a implantar no país a geografia quantitativa. Eu vivi o IBGE; não fui daquelas que passaram, não. Vivi toda a produção de estatística; trabalhei e hoje reconhecemos muitas coisas sonhadas, que estão aí acontecendo na vida profissional.

Eu estou aposentada pelo Regime Jurídico Único e sempre digo que é uma aposentadoria honesta porque, na Associação dos Servidores, batalhamos bastante pela melhoria dos salários. Foi uma época muito fértil, em todos os sentidos: tanto na capacitação profissional como na questão salarial. E atualmente eu posso me dar o direito de ser voluntária em várias organizações que têm a ver com o que eu penso da vida.

Trajatória religiosa

Minha trajetória religiosa é muito interessante porque eu sou filha de empregada doméstica e fui criada por uma família que era católica. Meu padrinho era do Mosteiro de São Bento, médico veterinário e professor. Então, em ambiente de lar católico, fui realmente católica, praticante e atuante. Particpei dos movimentos ecumênicos, trabalhava na catequese, fui filha de Maria, com

toda aquela história de moça de família católica; eu fiz tudo direitinho. Então, minha primeira religião foi a católica e realmente vivi muito isso. Foi na mesma época do João XXIII, quando começou toda essa abertura da Igreja Católica.

Então subia morro, descia morro fazendo a catequese. A Igreja de Nossa Senhora da Consolata pegava o morro da Mangueira, Tuiuti e Telégrafo. Estava sempre na ação social e daí vem toda esta minha história de participação. Esses padres da Consolata eram missionários que tinham a maior experiência; eram todos italianos e já tinham passado por diversos lugares no mundo. Era uma coisa muito rica.

Quando eu conheci meu namorado, ele era espírita kardecista; era católico também, mas naquele momento estava espírita kardecista, indo para Kardec. E ele me disse: “Vai lá para conhecer”. Era na Cruzada dos Militares Espíritas, no colégio Militar, onde encontrei um grupo de pessoas maravilhosas, com todo o ideal de doação do espiritismo, da caridade. Eu me sentia bem e complementava algumas buscas que eu estava tendo em relação à vida. Mas eu fui mesmo para acompanhá-lo e ver o que era aquilo. Eu comecei, então, a ter alguns embates com a Igreja Católica, no sentido de achar que ela não dava conta de tudo que eu estava pensando da vida, principalmente sobre a reencarnação. Hoje eu não sou reencarnacionista, mas naquele momento era. E aconteceram também umas coisas interessantes: eu comecei a fazer conexões, comecei a ter algumas intuições e a família ficava assustada porque as coisas aconteciam. Começou, então, a se abrir um caminho. Por exemplo, a morte do Papa (João Paulo I). Ele tomou posse e eu falei: “Daqui a 6 meses ele vai morrer”. E ele morreu. Meu padrinho católico, bem pragmático mesmo, de São Bento, queria saber por quê eu disse aquilo. Mas eu disse que não sabia, só que eu vi aquele homem morto. E foi indo essa parte de ligações, de ouvir vozes, a intuição de eu olhar para a pessoa e dar o recado para ela. Era um canal se iniciando. Aí eu casei, fiquei mais em Kardec mesmo, continuei indo à Cruzada dos Militares Espíritas.

Nessa época, quando eu conheci o Luiz (meu marido), tinha dezoito anos. E quando eu passei mesmo para a prática do Espiritismo devia ter 19 para 20 anos. Aos 25 eu casei na Igreja Católica, como mandava o figurino, porque eu não podia fazer isso com meus padrinhos nem com a minha mãe. O sonho dela era ver a filha casada de noiva. Então, eu fiz todo o ritual dentro da Igreja Católica. Depois fiquei grávida e minha sogra cismou que eu tinha que ir numa avó de Niterói, pois a irmã do Luiz ficou grávida na mesma época, e ela foi na vovó para ser abençoada na Umbanda. E, para fazer a vontade dela, eu fui. “Vai que acontece alguma coisa com este filho que estou esperando, eu não vou ter paz”. Ela me levou num centro de uma senhora que já faleceu, era Mãe Enguinha. Quando eu cheguei lá, muito assustada, católica, Kardec, que não aceitam nada disso, quem estava em terra não era a vovó, mas um Preto Velho, Malaquias, e minha sogra, muito danada da vida, disse: “Eu trouxe ela aqui, não era para falar com o senhor e sim com a vovó”. E ele respondeu: “É que a barra dela é muito pesada e a vovó não ia segurar, não. Tem que ser eu mesmo”. Eu conversei com ele, gostei do que ele estava falando para mim e comecei, então, a entrar na Umbanda. E por que eu saí também de Kardec? Em uma das últimas reuniões que eu fui no Kardecismo, eu recebi numa mesa uma pessoa que tinha feito aborto. Eu a trouxe para aquele ambiente porque eu era médium de transporte. Eu vi casos incríveis e uma dessas vidas eu trouxe. E foi falado que aquilo não era ambiente; que esse espírito teria que ir para o andar de cima, que era onde se fazia todo o tratamento de obsessão. E eu, de uma forma ou de outra, depois daquele dia não fui mais lá. Coincidiu de ficar grávida, conhecer o centro de Umbanda e comecei a trabalhar nesse centro, mesmo grávida.

Lá no centro de Espiritismo eu já era médium, sentada em mesa, porque a intuição vinha, era uma coisa independente da minha vontade. Não sacudia, mas a coisa vinha naturalmente e você dava as suas mensagens. E na mesa você senta e trabalha para a caridade. Sempre tem uma pessoa responsável, que vai orientando

a leitura dos livros. Você lê muito; todo seu intelecto ardente fica satisfeito ali. E você vai encontrando explicação, tem que ter esse preparo também. Eu comecei, então, na Umbanda e me aparece uma entidade que é o Preto Velho Cipriano, um mestre de magia, e era muito engraçado porque ele vinha, eu não sabia quem era, não conhecia Cipriano, mas ele chegou, riscou o ponto direitinho, se comportou como se comporta o Velho Cipriano mesmo. Só que eu não conhecia nada, não estava acostumada com aquele ritual de Umbanda, não fui criada nele. Então eu estava consciente de tudo que acontecia, mas não tinha o poder de interromper. E o Velho Cipriano aparecia. Eu ficava consciente, mas as pessoas não sabiam. Pediam cada coisa e aquilo me horrorizava mesmo, os pedidos, as coisas todas. E ele não falava nada, só ficava ouvindo, não é de falar muito.

Então tive o meu filho, o Carlos. Foi tudo bem, continuei trabalhando lá e acabei ficando grávida de novo, do Eduardo. Até ficar grávida do Eduardo, a minha vida tinha sido toda de sucesso: fiz faculdade, consegui emprego, me casei, tive um filho. Mas com o Eduardo teve um problema porque foi tirado antes do tempo e só foi dado como vivo três dias depois. Aquilo para mim foi uma coisa terrível. E eu tive uma crise que hoje entendo que foi uma mudança espiritual porque durante a gravidez do Eduardo levava muitos tombos, caía muito. Mas não ia ao chão porque sempre aparecia uma mesa e eu me apoiava naquela mesa. Por exemplo, tabuleiro de baiana eu não podia passar porque ia ao chão. Caía tudo. Eu olhava assim e os troços caíam e as baianas ficavam danadas da vida comigo. Então tudo isso aconteceu na gravidez dele. O médico teve que viajar para os Estados Unidos, antecipou o parto e a criança não estava com os pulmões preparados para o mundo. Foi terrível. Só foi dado como vivo três dias depois e, quando ele foi levado para casa, eu tive uma coisa muito doida: eu ouvia vozes num dialeto que eu não conhecia, aquela loucura; escrevia num papel o que ouvia e levava ao centro para saber o que era porque era uma confusão muito grande. Fui então, por conta disso, parar num

centro de Candomblé em Acari. Quando eu cheguei lá, o pai de santo disse que eu estava com um santo na cabeça, mas que não era para raspar. Eu precisava trabalhar a questão da minha ancestralidade lá e fazer um acompanhamento médico. E foi isso que eu fiz.

Na verdade, eu sou filha de Oxum. Fiz os tratamentos, tudo direitinho, e falaram para mim: “Olha, Graça, a espiritualidade é como uma garrafa. Se você conseguir passar pelo gargalo, não vai precisar fazer outro santo”. Eu disse: “Não quero fazer o santo”, porque na época eu tinha altos cargos no governo. Imagina eu ter que ficar de branco, raspar a cabeça, tudo aquilo, e ele falou que ia tentar tudo para eu não precisar raspar o santo. E aí eu fiquei no Candomblé, mas com a grande dificuldade de aceitar aquilo pelo meu histórico religioso, católico, espírita, umbandista tradicional, que não aceita matança, e foi um conflito atrás do outro. Mas eu tive muitos aprendizados. Eu fiquei com o meu pai de santo por quase 14 anos. Foi quando ele morreu. E quando o pai de santo morre, você tem a sua liberdade na tradição, e eu me considerei liberta.

Uma amiga minha estava com um problema e eu acabei levando-a a uma ordem esotérica, em Jacarepaguá. Era a Ordem Esotérica do Sétimo Raio. Há uma parte destinada à venda de pedras porque a Ordem trabalha com a energia das pedras, dos raios, das cores, toda essa parte de tratamento de saúde. Fui direto nas pedras e escolhi. Eu peguei umas cinco ou sete pedras e perceberam que eu era um pouco diferente porque, em geral, primeiro as pessoas visitam e só depois compram as pedras. Só que eu já cheguei comprando. Sugeriram-me que eu não me compromettesse antes de estudar o Esoterismo. Então, comecei a estudar o Esoterismo. Numa dessas idas eu vi na biblioteca um papelzinho: “Venha conhecer a Sociedade Teosófica”. Uns três anos depois, eu fui conhecer a Sociedade Teosófica e estou lá até hoje. Foi todo um caminhar. Mais recentemente, por conta da Campanha Elos de Axé, eu comecei a estudar o Catimbó. Agora eu estou me iniciando no

Catimbó, que é basicamente sobre os mestres de cura, com as folhas e tudo mais.

A Sociedade Teosófica

Eu entrei em 1991. Já faz uns 16 anos. Dentro da Sociedade Teosófica você trabalha basicamente com o intelecto. Você estuda muito, pesquisa todas as tradições. Os livros básicos são: “Ísis sem Véu” e “A Doutrina Secreta”. Neles tem-se um panorama de todas as religiões. Lá você não desenvolve nenhum poder latente porque a lógica é que, se você faz parte de um núcleo de fraternidade universal; se você compara as religiões e vê que cada uma tem um sentido, então naturalmente esses poderes latentes que existem dentro de você vão se desenvolver. Você não precisa fazer nada para isso. Só tem que ter o coração puro, uma mente aberta, um intelecto ardente para que você possa ir buscando. Agora, dentro da Sociedade Teosófica você trabalha basicamente com o que eles chamam de “as causas”. Eles acham que as consequências ocorrem quando se resolve mal alguma coisa e é por isso que se sofre. Lá você não tem hierarquia, mas uma estrutura administrativa para dar conta, e eu tive vários cargos nessa estrutura administrativa porque é preciso administrar. Mas se você é coordenador de lojas e se algum dos estudiosos quiser contestar você publicamente, pode. Não tem nenhum problema, não há hierarquia. Então isso te deixa bastante livre, é sempre um processo de busca, de pesquisa, de você concordar e discordar. E de fato você trabalha basicamente com uma elite. São pessoas que gostam de ler, pessoas estudiosas; não é uma coisa muito comum.

Dentro da Sociedade Teosófica, para pessoas como eu, que gostam de ações comunitárias, existe a Ordem Teosófica de Serviços (OTS), que é uma ordem paralela à Sociedade Teosófica. O lema dela é a “união de todos que amam a serviço dos que sofrem”. Tem a área de ecologia, de direitos humanos, todas as áreas. Nela tem um campo operativo da Sociedade Teosófica. Mas a Sociedade Teosófica tem o Conselho Nacional e esse conselho, por maioria, decidiu que

não é função da Sociedade Teosófica trabalhar na parte operativa; para isso existe a Ordem Teosófica de Serviços. No MIR eu represento a Ordem Teosófica de Serviços. A Sociedade Teosófica tem uma outra instituição paralela, de concepção teosófica, que é a União Planetária e o diretor é o Ulisses Resende, da família Resende, que patrocina. A União Planetária deseja a construção de um mundo melhor. Ela faz vários eventos em Brasília. E trabalha também mais em nível do Congresso Nacional, da elite; somente lá em Brasília. Já o foco da OTS é mais de base mesmo. Trabalha-se em hospitais, no dia-a-dia. Na verdade, as áreas mais fortes da OTS são direitos dos animais e ecologia; e as áreas de artes e direitos humanos possuem menos força. A militância religiosa não é como de um movimento social, é muito diferente. É algo com mais consciência, de conversar com as pessoas. Não é de revolução, é uma linha mais da evolução mesmo, de entender um momento difícil que se pode transcender. Não se incita o outro a ir para a luta, se ensina a compreender a luta. E, de repente, você nem precisa lutar porque através do diálogo, da conversa, você consegue minorar a situação complicada da vida de alguém. É muito mais um trabalho individual, pessoa a pessoa.

O MIR

Eu recebi um convite da Sociedade Teosófica para representá-la num grande encontro da URI, no Rio de Janeiro, em 1999. Na época eu era coordenadora regional da Sociedade no Rio de Janeiro. Foi um evento muito bonito. A partir desse encontro, em Itatiaia, a Sociedade Teosófica passou a fazer parte efetivamente do MIR. Antes havia uma relação com o movimento de inter-religiosidade através do professor Murilo (Nunes de Azevedo), que foi um dos organizadores da ECO-92.

A Comissão Executiva

Tornei-me representante da OTS pelo Rio de Janeiro e comecei a participar das reuniões do MIR, que naquele momento criou a Comissão

Executiva. Eu me candidatei, junto com outras pessoas, porque achei a proposta interessante. Fomos eleitos e constituía-se, então, a Comissão Executiva. E o MIR surgia, assim, nesta configuração em que está agora. Era uma Comissão que deveria ter a mesma proporção de homens e mulheres. Eu acho que éramos nove, porque era o coordenador e mais oito, quatro homens e quatro mulheres. Foi muito interessante esse início porque trabalhávamos bastante no sentido de discutir as principais questões do MIR e depois isso era levado para Plenária. A ideia sempre era esta: ser uma preparação para as plenárias. Acho que o grupo conseguiu uma boa liga. Havia reunião toda semana. Era um processo de construção mesmo, nessa ideia de que cada tradição entraria com a sua parte e não se permitia nenhum proselitismo. Todos tinham seu objetivo, não havia pregações e tínhamos um objetivo comum, que era a construção desse mundo melhor. E isso nos unia.

No primeiro momento, era mais a questão de unir as tradições. Depois é que começaram as linhas de trabalho. Veio a linha de direitos humanos; começou também a área de Meio Ambiente, pela qual eu me interessei bastante. E esse tipo de vocação tinha muito a ver com a OTS por conta de todos os nossos trabalhos na área de proteção de animais, na área de ecologia. A minha contribuição também foi de ficar na retaguarda do André Porto, apoiando no que ele precisava porque eu tinha disponibilidade de tempo. Morava em Copacabana, no Bairro Peixoto, na saída do metrô. E, quando não tinha metrô, ônibus também era fácil, em 15 minutos eu estava aqui (no Viva Rio/ISER) quando ele precisava ou viajava.

Grupo de Religião e Meio Ambiente

Com a consolidação dessa Comissão Executiva começaram as Aldeias Sagradas, a partir da Assembleia Geral da URI (em 2002). O Movimento ganhou muita força através delas. Na primeira tinha-se a parte internacional e a nacional, lembrando a ECO de 1992. E dessa

Aldeia surgiram alguns temas, como o uso de drogas, pois algumas tradições usam. Em um dos painéis, fizemos um fórum para discutir o tema, colocando na mesma mesa a Polícia Federal e tradições como o Daime e da pajelança, que fazem uso da bebida para expansão de consciência. E a Aldeia deu uma contribuição para a discussão desse e de outros temas.

O Grupo de Religião e Meio Ambiente que foi criado no MIR surge por esta questão. E nesse grupo, naquele momento, a gente trava contato com a Denise Alves, que é do Núcleo de Educação Ambiental do Parque Nacional da Tijuca (PNT), com a Maria Cristina, através do Aderbal Ashogun (do Candomblé), que já estava trabalhando em toda a questão de entregas, de oferendas. O Aderbal traz para o MIR a ligação com o PNT e o MIR passa a fazer parte do projeto Espaço Sagrado, que é na Floresta da Tijuca. E desse projeto, então, a gente formaliza todo o trabalho, toda a prestação de serviços, todas as parcerias que foram necessárias para o desenvolvimento do Espaço Sagrado. Que na verdade era um projeto de resistência, porque os conservacionistas não aceitam o homem dentro da floresta. A lógica da conservação é uma lógica de preservação; eles só veem, na verdade, a biodiversidade, mas não incluem o homem. E por isso foram criados muitos parques, para você preservar áreas. E esses parques têm uma atribuição, que é o uso público. Mas nesse uso público eles não consideram o uso religioso, acham que é só a questão cultural. Então, o uso religioso é o grande problema dos parques, não só aqui no Rio, mas em todo o Brasil. Por exemplo, os índios, com seus cemitérios e suas florestas sagradas, são um problema sério em muitos locais porque toda a conservação veio depois de você ter todo um contexto cultural. Com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criam-se muitos conflitos da religiosidade com a conservação porque em geral os ambientalistas têm um enfoque que não vê o homem. Só que no caso do Rio de Janeiro você tem um parque urbano e a população está fazendo pressão.

Na verdade, é preciso definir normas, ordenar o uso público religioso, aceitar isso. Então, todo o projeto do MIR nesses locais tem sido: primeiro, lutar pelo reconhecimento do uso religioso porque ele de fato existe. Você tem montanhas sagradas para muitas tradições aqui, como o Corcovado, que é uma montanha sagrada porque o Cristo foi colocado em 1910, mas, antes do Cristo, já há relatos ali de muitas tradições terem usado. A Floresta da Tijuca tem áreas cuja toponímia, quer dizer, o nome dos lugares, é Fonte do Pai João, Caminho do Pai não-sei-das-quantas, que mostra e reconhece que aquilo dali era um espaço de religiosidade. Tem o lago dos Ciganos, o Lago das Fadas e, quando você pega esses nomes, vê que eles caracterizam algum tipo de relacionamento do homem com o divino. Na Pedra Branca tem quilombola, houve índios, negros, escravos, católicos, há comunidades do Daime, esotéricos dos mais variados ramos que praticam naqueles locais as suas fogueiras sagradas, as suas formas de cura. É tudo que mostra que aquele espaço ali também é um altar sagrado. Toda a linha que se desenvolve ali é nesse sentido.

Lá no meio da Pedra Branca — no alto, no meio daquela pedra de granito escurona — tem uma pedra quadrada, no alto do monte, que antigamente brilhava muito, mas agora, com a poluição, não brilha mais. No sol do meio-dia ela irradiava luz, por isso o nome Pedra Branca. O imaginário cria condições para que as pessoas queiram ir lá. Na Serra do Mendanha, outra montanha, você tem um vulcão extinto. As energias telúricas estão lá e o pessoal vai e desenvolve ali seus atos religiosos, suas cerimônias. A forma da Serra da Tiririca é de um elefante e, além disso, tem um cemitério indígena; tem sambaquis, patrimônio cultural da humanidade, reconhecidos como tal. As pessoas vão lá fazer suas oferendas e aí existem muitos conflitos, como no Parque Nacional da Tijuca. Tem a Pedra da Gávea, que muitos dizem que é um portal para outras dimensões, para contatos com extraterrestres. Se é ou não é, não se sabe. Já houve vários estudos. A UFRJ mesmo fez estudos e disse que nada foi perce-

bido. Mas o fato de não ser percebido não quer dizer que não haja. Há tratados e teses dizendo que ali realmente é um ponto especial. Acho que a grande questão que o MIR tem trabalhado e conversado nas plenárias é a importância de garantir o uso religioso, que é assegurado pela Constituição, que diz que você tem direito a ter um culto e a lugares em que você pratique esse culto. Então, todo o caminho é este: você trabalhar junto à comunidade científica e dizer: “olha, eles têm direito cultural”. E junto às tradições, mostrar para eles que têm que cuidar porque se não cuidar não vai ter mais folha, não vai ter água, não vai ter nada.

Mais recentemente, no Parque da Tijuca, ali na Serra da Covanca, na descida de Jacarepaguá, foi identificado — e eu estive lá num dos mutirões de limpeza — o culto evangélico, principalmente dos batistas, que vão lá e sobem a montanha. Tem uns que fazem até rapel. Isso aí é um problema sério porque não vai um só, vão muitos. Há um grande problema de pisoteio. Mas eu estive lá no lugar e fiquei impressionada com a fé daquelas pessoas, os seus louvores, os seus cânticos, dizendo que ali é um lugar de poder, que cura as pessoas. Mas é uma área que está muito degradada. E não é lixo religioso, é copo descartável, é garrafa, é a falta de educação. Eu não encontrei vela, nada disso, encontrei mesmo foi lixo urbano. É outra linha em que a gente está trabalhando. Sempre garantindo que as pessoas tenham o direito de ir, mas precisa normatizar o uso. Está muito acabado, só por questões de pisoteio. Esse, que é muito conflituoso, é um dos nossos trabalhos no MIR.

O MIR no Conselho Consultivo do PNT

O MIR está no conselho consultivo do Parque Nacional da Tijuca por conta dessa experiência do Espaço Sagrado. Foi uma evolução. Foi feita uma proposta e o MIR passou a ter assento. E os representantes somos eu, a principal, e o segundo é o Aderbal. E em casos de impedimentos quem assume é ele. Então, na Campanha Elos de Axé a gente está trabalhando com um concei-

to de que cada zelador — o zelador é o que cuida do santo; não necessariamente é o pai de santo, mas é ele que cuida, dá a orientação dentro do terreiro dele — é o responsável por tudo que se relaciona com essa questão do meio ambiente e ele tem que trabalhá-la no seu terreiro, na sua casa. E o que nós podemos oferecer é a parte do conteúdo, de educação ambiental acessível a esses grupos, uma proposta direcionada a eles. No início, na primeira reunião, acho que tinha uns 17 zeladores, representando 17 casas de santo. E hoje nós estamos já com quase 100 casas e terreiros, basicamente da linha de Umbanda. Não é da linha das Yás da Baixada (Candomblé). Elas têm outro projeto. O Candomblé tem uma linha iniciática, é diferente. O Aderbal até estava com a gente, mas não continuou. Embora o nome dele e de Mãe Beata constem, eles têm outra linha de trabalho, que é o movimento das Yás da Baixada. Eu preferi ficar com a Umbanda porque tenho mais afinidade com Umbanda do que com o Candomblé e o Aderbal, ao contrário. Porque é um povo mais pobre; o Candomblé já é uma estrutura em termos de religião. Tem a Mãe de Santo, a Mãe Pequena, tem a casa, são grandes terreiros na Baixada, o nível cultural e sócio-econômico das pessoas que frequentam é maior. Já a Umbanda é muito mais ligada à população de baixa renda, embora tenha grandes centros onde a frequência é de pessoas de mais alta renda.

A última grande conquista que a gente teve nessa campanha foi o Carlos Minc, que sempre apoiou o MIR. A ONG Defensores da Terra sempre esteve no MIR. E um dos compromissos de campanha foi apoiar a questão das tradições religiosas. Ele e também a Lara (Moutinho da Costa), que é a superintendente de Educação Ambiental (da Secretaria de Estado do Ambiente/RJ) sempre apoiaram muito esses grupos. A partir daí, surgiu a proposta de estudar e fazer um curso de educação ambiental voltado para essas populações. Assim, a campanha passa a ser como um programa de governo, chamado hoje de Montanhas Sagradas. E nesse projeto Montanhas Sagradas você tem o apoio do Governo Estadual, o apoio do Parque Nacional

da Tijuca, apoio da Biosfera da Mata Atlântica e o apoio da UNESCO. Porque no Brasil nós não temos um catálogo de lugares sagrados. No mundo inteiro tem. A única montanha sagrada considerada aqui é a Pedra da Gávea. Você tem a Lagoa do Abaeté, no Sul, um monte de lugares. E então, no Rio de Janeiro, tomando por base esses quatro parques urbanos, a gente definiu uma metodologia para o Brasil inteiro, de modo que temos um catálogo dos lugares sagrados. Foi uma grande conquista em termos do Movimento Inter-religioso. Foi um grande ganho construir isso e trabalhar a questão do uso religioso, que temos que ter como uma das obrigações do uso público nos parques.

A contribuição do MIR para o diálogo entre as religiões

Eu acho que nesses 15 anos de MIR tem uma contribuição muito grande no sentido de mostrar que é possível a diversidade religiosa. Por exemplo, nós estivemos num congresso de ensino religioso que os batistas patrocinaram, em Nova Iguaçu, e levamos uma exposição do MIR com fotos. E foi muito interessante porque as pessoas olhavam e viam um pastor, uma mãe de santo, pastores internacionalmente conhecidos ligados à URI, sentados juntos conversando. Essa imagem foi muito importante. Tinha a Mãe Beata, tinha o padre Renato, umas pessoas-chave que sempre estavam e davam um colorido religioso. Acho que isso valeu muito e teve o seu tempo. Hoje várias tradições, diferentes entidades já falam isso, até mesmo a Igreja Católica. Apesar dos avanços e recuos que fazem parte, é possível ver em todo o Brasil reuniões inter-religiosas dentro da própria Igreja Católica. É verdade que tem a história do ecumenismo, que eu acho que não é isso porque para mim tem que ser inter-religioso mesmo. Porque o ecumenismo fica dentro das igrejas cristãs, as outras quase não entram. Isso é uma crítica que eu tenho. Em momentos de crises, de grandes crimes aqui no Rio de Janeiro, todo mundo se juntou porque aí não era religião, era um ser que estava precisando de um apoio; aí tudo bem. Mas na hora que começa a exigir mais um pouco das tradições, aí não dá porque

elas têm muito trabalho. Atualmente eu vejo que se fala em esvaziamento do MIR, mas não é isso. Aquela fase de imagem já acabou e agora tem que encontrar uma nova forma, um novo caminho que seja o amálgama desta história toda.

As tradições que o pessoal diz que são novas, mas que na verdade são bem velhas, como Messiânica, Seicho-No-Iê, o Paganismo, Xamanismo, essas religiões voltadas para um público mais jovem, aceitam bem o inter-religioso. E a Igreja Católica? Por que eles vão querer entrar no movimento inter-religioso? É melhor terem o diálogo religioso lá entre eles, já que são dominantes. As igrejas protestantes e suas vertentes não participaram em nenhuma Aldeia Sagrada. Participam das discussões, das reuniões do MIR, mas nas Aldeias, não. Então eu ainda não entendi direito o significado da participação deles no MIR, mas não deve ter um sentido muito canônico. Na internet, vejo que as críticas ao Movimento Inter-religioso são: “Como é que pode? São coisas completamente diferentes. Como podem estar juntos?”. Mas não estão juntos por serem diferentes. Estão juntos porque se acredita que juntando você pode acolher melhor o ser que está num momento difícil de transição, de valores, de tudo. Então, a ideia do juntar é para construir um mundo melhor.

No campo da ecologia não é difícil ter consenso porque cada religião entra com uma parte naquilo que interessa e não interfere na outra. Porém, ao se discutir questões como o uso da camisinha, o uso da pílula, aí já começa a complicar porque são temas difíceis de juntar. São dogmas e, quando se pertence a uma determinada religião, deve-se aceitar aquele dogma ou procurar outra. Não cabe ao Movimento Inter-religioso entrar nos dogmas das religiões: cada uma tem a sua, trabalha na sua e nós, do Movimento, trabalhamos juntos para diminuir a pobreza, para diminuir o sofrimento na Terra, para aumentar a qualidade de vida e construir um mundo melhor, com mais respeito e de melhor aceitação. Aí é possível.

Maria das Graças de Oliveira Nascimento
é Membro da Comissão Executiva do MIR. ■

Prof. Hermógenes de Andrade Filho

Trajatória pessoal

Este corpo nasceu em Natal há oitenta e seis anos. Vim para o Rio porque Natal não tinha curso superior. Os filhos de famílias mais abonadas iam estudar em Recife, mas eu era de uma família muito pobre. Passei um ano ainda em Natal, sonhando em fazer um terceiro grau e estudando matemática particular. Mas, finalmente, meu irmão conseguiu financiar minha viagem para o sul. Por que o sul? Porque aqui tinha a escola militar. A escola militar me pareceu uma solução porque eu teria moradia, alimentação, roupa e ainda um salário e status. Quando eu saí de lá já estava como aspirante do Exército. Foi uma luta muito grande porque era muita gente para poucas vagas. Depois de várias frustrações, eu consegui finalmente realizar esse projeto.

Comecei na época da [Segunda] Guerra. Fui para um regimento que seria a próxima unidade a ir para a guerra. Não sei o que eu ia fazer lá. Como é que eu ia viver? Ou morrer? Mas as orações de minha mãe acabaram com Hitler. A guerra acabou. Eu fiquei em Natal, me preparando para fazer carreira lá. Mas por isso ou por aquilo, eu fui transferido para o Rio, para uma outra escola e, por fim, fui transferido depois para o Colégio Militar. E ali, no Colégio Militar, eu comecei a sentir o gostinho, o saborzinho de ser um educador. Para mim foi uma coisa muito importante. Tornei-me, então, educador e passei vinte e quatro anos servindo ao Colégio Militar, no Magistério do Exército. Logo, não tinha que pensar em guerra. Tinha que pensar em paz. Nem a tuberculose me surpreendeu. Quando foi descoberta a tuberculose, eu já tinha tomado remédios para outras doenças. E, assim, a tuberculose foi vencida pela medicina e por uma nova atitude psicológica que eu aprendi na literatura que estudei quando estava doente.

Eu estudei o Evangelho, Bhagavad Gita, Huberto Rohden, Kardec. Então, se formou dentro de mim uma paz desafiante. Eu com certeza ia vencer tudo aquilo, inclusive a tuberculose. A tuberculose acabou como doença física, mas ficou uma outra doença em mim. Eu tinha engordado e estava mais envelhecido do que deveria estar. E foi aí, procurando uma solução, que encontrei o primeiro livro de *Yôga*. Não sabia onde procurar, então eu segui as instruções do livro, escondido do médico e da família.

Estava nos meus 35 anos, talvez. Era mais ou menos na década de 50. Eu estava precisando de um outro tratamento e esse outro tratamento foi dado por um livro estrangeiro, *Hatha Yoga*. Ia trabalhar mais sobre o corpo, mas continuando a trabalhar a mente, a cuidar da minha alma. E a transformação que se processou em mim foi alguma coisa espetacular. Morreu o homem velho e nasceu o homem novo. Eu senti, então, um verdadeiro fulgor na vida que não sentira antes. Me senti tão acariciado pela paz, pela coragem, pela força. Nasceu dentro de mim o compromisso de dedicar o resto da minha vida à divulgação disso. Era o mapa da mina e eu não tinha o direito de ficar com ele somente para mim. Então eu escrevi o meu primeiro livro e foi um sucesso muito grande.

Autoperfeição com Hata Yoga, que hoje tem 48 edições e uma história muito bonita salvando vidas, salvando saúde, transformando vidas. Graças a Deus. A partir daí eu me vi liberto para estudar mais as outras tradições religiosas e filosóficas e me danei a escrever livros. Escrevi trinta e um, todos com o propósito de levar o ser humano a uma vida mais feliz através da *yoga*. E a *yoga* não considerada apenas como um trabalho de contorcionismo. *Yoga* é um estilo de vida holístico. Seu objetivo final é aquilo que a palavra diz etimologicamente. *Yoga* é juntar o que está separado, levar o filho pródigo à casa paterna. A pessoa pode não fazer nada de trabalho com o corpo, mas se tem caridade, se tem anseio por conhecer mais, por ver o conhecimento verdadeiro, então está praticando *yoga*. Isso está presente em todas as

religiões. Nós estamos aqui para juntar. Então eu fui desenvolvendo minha capacidade de ver milagre na unidade e um dia me convidaram para uma reunião do MIR.

Participando do MIR

Quando a Vigília inter-religiosa aconteceu, eu já estava ligado ao *Sai Baba*. Então, naquela vigília, eu fiquei integrando o grupo *Sai Baba*. O que *Sai Baba* propõe é exatamente a unidade religiosa. Ele diz que não veio fundar uma nova religião, não veio defender uma tese absolutista. Ele veio para promover a união entre seres humanos e suas religiões. Isso é Budismo, isso é o ideal do MIR.

Eu não me integrei ao MIR com eficiência porque já estava trabalhando no *Sai Baba* e na minha atividade de escritor. Escrevi muito, me dedicava a isso. E talvez esteja em dívida com o MIR, não sei. O que o MIR pretende e propaga é alguma coisa que eu já tento fazer na minha vida. *Yoga* é isso, é precisamente isso também. Tudo que for movimento de separação é diabólico. Dia-bólico. Etimologicamente falando, você entende. Diabolo, dia, dia-volos: movimento de diar, separar, fragmentar. O que o MIR propõe é alcançar um nível de *yoga* ainda mais alto.

Eu ia para o MIR por causa da minha vida particular, que me levava. Não ia institucionalmente, não. Não, porque apesar de eu ter sido fundador do *Sathya Sai Baba*, eu respeitava muito a organização. Eu até pertenci a outros movimentos, mas sempre como um particular. Eu dava todo o apoio à organização *Sai Baba*, todo apoio. E me sentia muito bem e me sinto. Ainda hoje eu dou. Não é o apoio que muitos devotos, melhores do que eu, estão dando. Mas eu penso muito na unidade. Aprendi no *Sai Baba* a ver em você o Deus que eu sou, independente de sua escola, de sua tradição, seu compromisso, trabalho, ação, pensamentos. *Sai Baba* vem fertilizar o nosso desejo de união, o cuidado na plantação do amor.

Eu admiro muito o trabalho de seu líder. Muito. Muito. Vida dedicada ao que o *Sai Baba* propõe: a comunidade. Eu admiro muito, mas muito mesmo, o André Porto, que eu conheci ainda bem mais jovem do que é hoje. Com esse amor, com esse empenho todo, é uma devoção total. Então, para mim ele é um exemplo.

Contribuição do MIR

Tudo quanto ele fez foi no sentido de promover a unidade, de fecundar o solo para a ideia da unidade. Assim, minha comunidade está plantada pelo MIR. E isso numa área internacional, como é *Sai Baba*. Eu não me expandi internacionalmente, não entendo como isso se faz, mas gostaria de fazê-lo. O André está fazendo muito bem, com eficiência, muita dedicação.

Para mim, se eu olhar para um cristão, eu vejo Deus falando comigo. Se eu falar para o hindu, eu vejo Deus falando comigo. Se falar para o muçulmano, o mesmo. Essas religiões existem como consequência de um fato que se evidencia a cada dia: a ignorância. Eu sou muçulmano, você é cristão. Quando é que vai acabar essa estupidez sanguinolenta? Na superfície nós somos diferentes, nós divergimos. Se vencermos a ignorância e mergulharmos dentro da realidade do nosso mundo interno, do nosso coração, nós vamos chegando e dizendo assim: “vou ver amor”. Não se concebem mais partidos, religiões, tradições diferentes. É preciso caminhar para a unidade mesmo.

A paz só terá resultado na unidade, só quando houver unidade. Eu não vou sentir você diferente de mim, aí então há amor. E se há amor não há agressão, não há afastamento.

**Professor Hermógenes de Andrade Filho, representante da tradição religiosa Habta Yoga. ■*

Mãe Beata de Iemanjá

Desde o início do MIR

Eu fui uma das que fizeram parte dessa ideia, da construção desse trabalho de conscientização de que a paz constrói a paz. Que não adiantava as religiões viverem um *apartheid*, sem união. Pra quê essa união? Para a construção da paz no universo, que no momento é do que nós estamos precisando. Dentro da visão de mundo Yorubá, que é o mundo ao qual Olorum me deu permissão para trazer dentro do meu coração, dentro do meu corpo, na fé nos meus ancestrais, pensa-se nestes três: a harmonia, a paz, o amor. E unidade. Aliás, quatro. Acho que é a coisa mais sagrada que pode existir para o ser humano. Ele vive melhor. E é o que eu sempre pensei: nas religiões unidas para nós construirmos essa união. MIR é um movimento inter-religioso, quer dizer, todas as religiões juntas, unidas em um só pensamento, uma só comunhão.

Antes da ECO 92, a perspectiva inter-religiosa

Eu sempre pensei no melhor para o meu povo. Eu sou descendente de africanos que vieram para o Brasil. Eu sou descendente de Tapas. E os meus ancestrais, quando chegaram, passaram e sofreram todos os percalços do ego, do poder, da saga, dos senhores e dos seus capatazes. Eu nasci no Recôncavo Baiano. Todos eram negros, do candomblé. Fazia parte da religião sofrer agressão e humilhação. Mas nós estávamos ali e vi que era preciso e vesti força. Como se dá essa força? Unindo as religiões. Então não importa que seja evangélico, que seja da Umbanda, que seja espírita, que seja das nações: o Angola, o Jeje. Todos nós somos filhos, somos obra do mesmo construtor, de Olorum, que construiu o universo. E ele, em todo momento, pensou na paz. A maneira que ele encontrou foi primeiro construindo a água. Água para quê? Água apaga fogo. Nós

somos mais água do que tudo. Então, água traz paz. Quando se está agonizado, bebe-se um gole d'água e se alivia. Então eu sempre penso nisso.

E o MIR acabou me fortalecendo. Não que eu fosse fraca, eu nunca me intimidei. Eu não acho que, como mulher negra, como Mãe Yalorixá, eu deva ter medo de nada. Porque a minha força ultrapassa todas essas cercas. Todos esses muros para mim não existem. Eu não acredito que o mal seja mais forte do que o bem. Eu acho que, pensando a todo momento na construção do amor, da paz e da humildade, estou fazendo não só para mim. Eu passo a consciência para outros irmãos. Eu não acho que a sua cor vai influenciar, que porque você é negro não é um ser humano, não é meu irmão. Não! Simplesmente o meu povo nasceu numa terra mais árida, mais quente, tem mais pigmentação na pele. O europeu nasceu branco, mas, se furar, vai sair sangue. O teu sangue não vai sair ariano. O teu sangue não vai sair azul. O teu sangue vai sair vermelho. Somos todos filhos, fazemos parte da mesma massa, do mesmo cimento com o qual aquele grande construtor fez a sua obra. Então não existe para mim separação. E o MIR, para mim, foi uma maravilha.

Betinho, um ícone

Quando olho para ele, sinto uma força dentro de mim que se chama Betinho, Herbert de Souza. A maior lembrança que eu tenho dele somos nós na Light e ele entregando prêmios às pessoas que tinham ganhado por fazer um trabalho social nas suas comunidades. Ele lá, e passou mal, estava junto de mim. Ele falou baixinho “Eu acho, Mãe Beata, que desta vez eu não volto”. E quinze dias depois nós estávamos juntos. Esse homem me deu muita fé. É um homem em quem eu acredito como eu acredito em meus deuses, em Iemanjá. O retrato dele está ali na parede. Ele não via a doença dele como fraqueza. Ele foi até o fim sem arma, só fazendo bondade. Eu o considero meu Gandhi. Até hoje eu amo demais

o Betinho. E atualmente puseram o Cristo Redentor como a maior maravilha do Rio de Janeiro, mas eu daria esse título àquele homem. Quem quiser que me perdoe, mas eu poria Betinho porque, doente como ele estava, pensava num mundo melhor para o povo sem escolher religião, sem escolher a quem. Teve o projeto *Arca*, em que nós fazíamos visita aos soropositivos nos hospitais. Depois teve a *Ação da Cidadania*, veio a ECO-92 e nós tínhamos que fazer a carta. Nós fizemos, reunimos. Eu fui para representar todas as religiões e ser a cicerone de todos os religiosos. A tenda da religião africana no Brasil fui eu quem organizou.

O MIR e o seu legado

As pessoas que participaram e que não estão mais, grandes amigos que hoje em dia não se veem por aí, são o maior legado do MIR. Então, dentro de mim, quando eu olho para o retrato de Betinho, o MIR é importante para mim, o MIR que o povo quer. Quando você pensa só em si, não pensa na paz, pensa na discórdia e na guerra. Porque você só pensa em si se pensar em todos os seus irmãos. Toda vez que eu me reuni no MIR, eu me reuni pensando na paz.

Eu tive muita experiência ali na ECO. Depois eu fui vendo: quando você tem a ânsia do poder, tudo se quebra. Você pensa mais em si. E, se você quer pensar no bem, você tem que pensar no conjunto. O choque nascerá se você não botar uma escada equilibrada: você sobe, você cai. Uma andorinha só não faz verão. Acho que, se a gente pensar no MIR, nós construímos, fizemos aquelas plantinhas do nosso jardim sagrado. Mesmo agora levei tantas daqui, plantamos ali. Eu tenho muita saudade daquele momento, a gente ali com os meninos do MIR.

Eu acho que o ser humano sem paz não vive, não tem jeito. Eu costumo dizer que não sei quem é mais irracional, o ser humano ou os animais. Porque quando eu construo qualquer coisa para te maltratar, para te ferir,

eu não sou racional. Estou aí para a defesa da nossa religião. Em defesa principalmente da paz.

**Mãe Beata de Iemanjá, representante da tradição religiosa Candomblé. ■*

Narendra Das e Chandra Mani

Trajetória espiritual de Narendra Das

Minha trajetória espiritual começou quando eu tinha ainda uns 15 anos e comecei a estudar espiritualidade. Depois, por volta dos 17, eu comecei a praticar *yôga* e a participar dos retiros de meditação da Sociedade Budista. Aí comecei a mergulhar mais profundamente na espiritualidade, a ponto até de parar os estudos e me dedicar totalmente a isso. A minha família reclamava e eu falava que o mais importante da vida era meditar e ficava 8 horas, das 16 horas úteis, praticando meditação. Achavam que eu estava meio maluco porque abandonei tudo e queria só me dedicar a essa vida espiritual. Comecei a pesquisar todos os grupos religiosos e a visitar e frequentar, mesmo os de linha espiritualista ocidental, como Rosacruz ou outras fraternidades e centros espiritualistas; e paralelamente os orientais, que me atraíam mais, como o Budismo e o Hinduísmo. Frequentei a Ananda Marga, o Hare Krishna, a Sociedade Internacional de Meditação. Eu ia a todos que existiam, ficava um tempo para conhecer, mas sempre me parecia que tinha algum defeito, alguma coisa que não soava bem. Quando não era o problema de fanatismo, tinha o problema de muito envolvimento material, com bens e interesses materiais, o que na minha visão não condizia com a espiritualidade.

Então continuei essa busca. Vieram alguns mestres espirituais de outros países ao Brasil. Visitei todos, mas sempre visualizava que realmente aquele não era o mestre perfeito, para você entregar totalmente a sua vida. Eu falava: “Bom, este aqui atua desta maneira e a instituição dele, desta outra maneira”. Teve o Maharishi Mahesh Yogi, o Swami Vishnu de Vananda, mestres hindus. Eu já estava mais direcionado para o Hinduísmo por compreender que era uma religião aberta, que aceitava todos os mestres e todos os santos. E as outras,

não. Comecei a sentir essa tendência porque o Hinduísmo não tem um fundador como os muçulmanos, os cristãos e mesmo o Judaísmo, na figura de Moisés ou Abraão. E sempre quando há um fundador acaba-se criando um culto a uma personalidade. O Hinduísmo é amplo. Então achei que me identificava mais com isso porque eu sempre tive um espírito universalista, sempre compreendi Deus como um ser absoluto, com diferentes nomes e formas, não com aquele nome e forma específicos desta ou daquela religião.

Mesmo ao Hinduísmo eu faço algumas ressalvas porque existem seitas e as seitas são fanáticas. Eu vivenciei experiências nessas seitas, mas não concordei. O Hinduísmo, como um todo, é melhor. Ainda existe o conceito, dentro do Hinduísmo, de *sanatana-dharma*, que é a religião eterna. A religião eterna não é Hinduísmo, não é Budismo, não é Cristianismo, não é Islamismo; ela é a verdade eterna sobre a qual a Sociedade Teosófica tem um dito muito bom: “Não há religião superior à verdade. A verdade é superior a todas as religiões”. E, se observarmos também os mestres como Jesus, Buda, Krishna, Brahma, todos os grandes mestres não criaram uma religião. Os discípulos criaram. Eles vieram trazer a verdade eterna, não uma religião específica, porque as religiões e seitas acabam se tornando a extensão do ego da pessoa. Assim como ela tem a rua em que ela mora, a casa em que ela mora, a família que é dela, depois ela cria o bairro em que ela mora; junta-se com outros daquele bairro para defender os limites e interesses do bairro e acabam até podendo ter enfrentamentos violentos com grupos de outros bairros. E depois sua cidade, a sua pátria, que também é uma extensão do seu ego, que você defende e pela qual pode matar uma outra pessoa legalmente, achando que é correto. Mas também é incorreto, pois não passa de uma extensão do ego. E da pátria passamos à “minha religião”, defendemos a “minha religião” e matamos uns aos outros pela “minha religião”. Então, quando existe o “meu”, o “teu”, existem os problemas; existe a ignorância, que é quem cria o “meu” e o “teu”.

Eu sempre me identifiquei com a verdade eterna e com a espiritualidade. Muitas vezes me perguntam: “Qual a sua religião?” E eu digo: “Eu sou espiritualista porque todas as religiões têm que ser espiritualistas”. Agora, se eu falo: “Eu sou hinduísta ou budista, ou isso ou aquilo”, eu me limito a algum “ismo”. Porque a concepção do nosso grupo sempre foi de que somos espiritualistas, nós seguimos a verdade eterna. Então nunca entramos em choque com nenhuma religião, com alguma seita. Se eles têm coisas erradas, conceitos ou concepções que nós consideramos errados, simplesmente afastamos esses conceitos e pegamos os conceitos bons e verdadeiros que eles têm, criando com isso uma harmonia entre a nossa visão e a visão deles e evitando as discussões, os pontos conflitantes.

Depois de ter conhecido esses vários mestres, há uns 30 anos, em 1970, entrei no grupo da *Self-Realization Fellowship*, que foi criado pelo Paramahansa Yogananda, e nesse grupo eu encontrei o não-sectarismo e um mestre verdadeiro, mas já desencarnado. E aí, por minhas experiências espirituais, eu tive uma visão de que eu encontraria um mestre verdadeiro, autorrealizado e encarnado. Aí eu encontrei o meu mestre, Swami Tilak, tomei iniciação espiritual com ele e recebi o nome Narendra Das. Isso há uns 22, 23 anos.

A iniciação foi em 1985, 1986. O Swami Tilak não fundou nenhuma instituição. Ele explicava até para os discípulos que ele não viera para fundar nenhuma seita porque seitas já existiam muitas e não haviam resolvido o problema. Ele veio para transmitir a verdade espiritual, somente isso. Então ele nunca fundou nenhuma instituição, mas os devotos perguntaram se podiam construir um templo. E a resposta foi: “Podem, não há problema, para vocês se reunirem”. E perguntaram se ele podia dar as diretrizes desse templo. E a resposta foi uma carta onde dizia que o Templo da Sabedoria, *Jnana Mandiram*, deveria estar com suas portas sempre abertas para todos os grupos religiosos que desejassem utilizá-lo,

dar palestras, fazer algum evento, sem excluir nenhum, a não ser que fosse um grupo de pseudorreligiosos, desequilibrados mentais. Aí seria outra coisa. Depois que conheci o Swami Tilak, nós fundamos aqui no Rio um templo, A Unidade Cósmica, que juntava vários grupos de várias religiões, antes do MIR. E eu também recebi notícias de que o Swami Vivekananda esteve nos Estados Unidos num congresso, de 1948 a 1950, no Parlamento das Religiões. E eu soube que já existiam reuniões de todas as religiões. Aí começamos a organizar isso, antes do MIR. Nós tínhamos um *ashram* no interior, uma comunidade monástica em Visconde de Mauá e lá a gente reunia pessoas do grupo da *Ananda Marga*, do *Hare Krishna*, da *Brahma Kumaris*, do *Ramatís* e do nosso grupo, com um sentido de estudos, de práticas e tal.

Jnana Mandiram e a ECO-92

Jnana Mandiram é o templo da Sabedoria. Na verdade não é o nome do grupo e, sim, do templo porque a gente evitou criar uma seita, uma instituição, alguma coisa assim. Com isso, depois de morar um tempo no sítio, viajar para a Índia, visitar vários grupos religiosos na Índia, viajar também para países islâmicos, participamos das práticas dentro do Islamismo, voltamos para o Brasil e saímos do sítio, vindo morar no Rio. Porque no sítio era uma comunidade monástica. Fazíamos práticas muito fortes: acordava-se às 4 da manhã, tomava-se banho frio, meditava-se longas horas, trabalhava-se com o sentido de dedicar tudo a Deus, sem ganhar dinheiro, só para o sustento da comunidade. Então lá não tinha luz e nem o carro chegava, de tão distante que era, no meio da selva. Até que conseguimos fazer uma ponte com vizinhos e o carro começou a chegar, mas não tinha luz. Depois de uns anos conseguimos a luz, mas até hoje não há telefone e o celular também não pega. Nós estávamos organizando cursos, palestras, eventos, viagens para a Índia e, isolados lá, sem telefone, não era possível. Resolvemos, então, há mais ou menos uns 10 anos, que uma parte viria para a cidade;

a parte que ficou acabou saindo para outros caminhos e lá agora não mora ninguém, mas fazemos retiros nos feriados.

Em 1992 nós fomos chamados para presidir a Tenda do Hinduísmo na ECO, eu e a Chandra. Ainda estava em Visconde de Mauá, mas com um pé aqui e outro lá. Já tínhamos um ponto aqui, mas não havíamos acabado com a comunidade lá; já morávamos aqui e íamos para lá e ficávamos um tempo. Mas, de 10 anos para cá, acabou a comunidade e ficou só um local de retiro. Na ECO-92, juntamos todos os grupos religiosos e tivemos um evento lá. Digamos que foi uma resposta às nossas preces de que a religião deveria unir e não separar. Inclusive a palavra “*yôga*” significa união, unir o nosso ser individual com um ser cósmico. E a palavra “religião” significa religar, ligar a sua alma ao espírito supremo. Então a religião não pode ser um elemento que separa, tem que ser um elemento que une. Quando verdadeiros santos de diferentes religiões se encontram, eles se comunicam com muita facilidade, mesmo havendo o problema da religião.

A partir da ECO-92, com as tendas montadas pela Prefeitura, cada grupo – o Daime, *Ananda Marga*, a *Hare Krishna* – tinha uma tenda. Mas, como não consideramos o nosso grupo uma seita, nós nos colocamos como Hinduísmo e na nossa tenda já utilizamos esse espírito inter-religioso. Porque aí veio o Hermógenes, diferentes seitas e grupos do Hinduísmo, o *Ramakrishna*, o Aurobindo, a Aurora Espiritual. Nós juntamos todos na Tenda do Hinduísmo e cada um dava uma palestra em horários diferentes. Também na ECO-92 estavam dois monges do hinduísmo: um era da Índia, o *swami* Paramananda, e estava o *swami* Shivaya Subramanyam, que representa um grupo de *Shiva*, sediado no Havá, da revista *Hinduism Today*, com quem também fizemos contatos. Estavam hospedados no Hotel Glória. Fomos levados à Assembleia Legislativa porque tinha um encontro lá, mas o pessoal do MIR não foi. Só o Rubem estava lá, não tinha ainda o MIR naquela ocasião.

Fomos à Assembleia Legislativa para participar do evento de religiões. O *Dalai Lama* foi e falou. Foram também esses *swamis* e nós fomos junto com eles. Faziam parte da Rio 92, da conferência, mas não da parte das ONGs. Faziam parte da programação oficial do evento. Desde 1992 nós estamos acompanhando as reuniões inter-religiosas e naquele tempo não se chamava MIR. Era algo inter-religioso; tínhamos uma reunião semanal que a gente acompanhava e eu fiz parte da diretoria. Depois, por motivos de trabalho, retornamos a dar aulas de *yôga* e meditação, além do nosso trabalho de sustento mesmo. E aí não tivemos mais tempo de acompanhar as reuniões. Agora, sobre a ECO-92 eu passo para ela, que vai continuar.

Trajectoria espiritual de Chandra Mani

Na ECO eu já estava casada com Narendra. Já estamos casados há 32 anos e fui eu que nos inscrevi porque li no jornal uma notinha bem pequena falando do ISER, que estava contatando várias tradições religiosas para fazer uma vigília pela paz, no Aterro do Flamengo, dentro do evento das ONG's. Havia várias atividades dos ecologistas e, aí, comentei com Narendra: “Vamos nos inscrever também nessa vigília; vamos entrar em contato com o ISER e vamos ser os representantes do Hinduísmo”. Eram poucas pessoas ainda e, como nós tínhamos essa ligação com o Hinduísmo, o pessoal disse para ficarmos responsáveis. Depois surgiram outras tradições, que são seitas como o *Hare Krishna* e o *Sai Baba*. Essas duas tiveram tendas separadas, mas também são ligados ao Hinduísmo. Mas como são movimentos religiosos, são seitas diferentes do Hinduísmo, que é uma religião que congrega vários grupos. A religião do Hinduísmo é uma das grandes do mundo. E dentro dele existem várias correntes, assim como dentro do Catolicismo há os carismáticos e outras correntes, por exemplo. O *Sai Baba* e o *Hare Krishna* não se consideram hinduístas, são um movimento religioso oriental, diferente um pouco, embora tenham surgido de dentro do Hinduísmo. Os mestres são hinduístas.

Para a vigília das religiões eles receberam duas tendas individuais, cada um tinha a sua. E depois tinha o Hinduísmo e nós fizemos uma programação, toda uma decoração e convidamos vários grupos hinduístas e até os budistas – acho que eles participaram da nossa tenda. Foi na ECO-92 que surgiu o grupo musical Luz da Ásia, com o Michel, que era budista; o Lacombe, que era da religião dos *Sikhs*; eu, que era hinduísta, e a Ana Cris, que era evangélica, fazendo mantras e músicas espirituais em geral. E depois teve até um outro que era *sufi*, que era ligado ao Islamismo, o violinista. Cada um fez uma apresentação separada e depois fizemos uma música todos juntos. E deu certo quando ficamos juntos, ficou bonito e todo mundo gostou. Então resolvemos fazer o grupo Luz da Ásia. Ficou um nome bem legal, bem oriental mesmo porque a maioria dos participantes era ligada com a filosofia oriental.

E aí nós fizemos aquilo tudo e, depois, na abertura da Vigília das Religiões, no palco onde teve a apresentação de representantes de cada um dos grupos das tradições religiosas. E eu me apresentei. Tinha que levar um símbolo da tradição da religião na mão e, então, eu levei um *Om* de isopor e cantei um mantra do Hinduísmo. Isso foi à noite, antes de começar a Vigília propriamente dita, que aconteceu durante toda a madrugada. E de manhã cedo, quando o *Dalai Lama* e D. Helder Câmara chegaram, falaram e depois o Homem de Bem também cantou. Isso foi no encerramento da Vigília. Nós participamos bem da Vigília, desde a criação a todo o desenvolvimento. Lembro até que durante a Vigília um grupo de evangélicos estava na praia, do lado de fora, cantando umas músicas. E o André nessa época fazia parte do grupo da *Ananda Marga*. Aí falamos com o Rubem César: “Vamos convidar os evangélicos para fazerem parte aqui, manda uma comissão para fazer o convite, para falar com os evangélicos, para trazê-los para cá; não precisa ficar cantando lá fora, eles podem ficar aqui junto e fazer este conagraçamento aqui”. Depois nós participamos de outros eventos na

ECO-92, como esse da Assembleia Legislativa, que Narendra lembrou. Nessa época ainda não existia nada do Movimento Inter-Religioso. Pode-se dizer que o evento marcante que praticamente lançou a ideia dessa união foi a Vigília da Paz, na Rio 92. Pode-se colocar como um marco. Depois houve outros.

A fundação do MIR

Sob o meu ponto de vista, nós fomos bem participativos na fundação e na formação desse Movimento Inter-Religioso. Depois, no desenvolvimento do movimento em si, até um certo ponto nós participamos mais ativamente. O Narendra até fez parte da comissão executiva, mas depois, devido a uma série de fatores, nós nos afastamos um pouco, principalmente após a segunda edição da Aldeia Sagrada. Até essa segunda edição nós ainda participávamos com certo ativismo. Mas, de um modo geral, nos primeiros anos, quando se organizou o Movimento Inter-Religioso, é que realmente aconteceram várias atividades mesmo. Vários encontros foram realizados, diversos momentos foram criados para que isso acontecesse.

Agora eu sinto que se tornou mais administrativo que no primeiro momento. O MIR era mais participativo, todas as pessoas tinham aquele interesse em participar e fazer a união, o conagraçamento das tradições religiosas. Não só teoricamente, mas também na prática. A gente praticava mesmo e até foi criado o “ritual dos lenços”. Era um ritual tradicional. Em todos os encontros do MIR nos quais se faziam cerimônias mais “formais”, quando íamos a alguns eventos ou em universidades ou eventos promovidos pela prefeitura, sempre se fazia esse ritual de passagem de lenços. Eram várias cores de lenços, se fazia um círculo e os eles iam passando pelos participantes. Isso significava a inter-relação com todos os participantes, a troca de informações, o conagraçamento. Eu, pessoalmente, não tive uma participação muito administrativa no MIR. A minha participação era mais artística mesmo,

porque eu canto e em todos os eventos alguém pedia: “Ah, Chandra, canta um mantra”, essas coisas assim. Então eu cantava um mantra, fazia uma oração, quer dizer, eu sempre tive essa participação bem marcante no movimento.

A partir daí eu posso sinalizar um outro evento, que foi quando surgiu o desmembramento do Viva Rio. Porque no meu entender o Viva Rio surgiu do MIR e a partir do ISER. Até um certo momento o MIR era um departamento dentro do ISER. Depois de um certo tempo o MIR se destacou, ficando independente do ISER, embora ocupasse o mesmo espaço físico. Ficou uma coisa conceitualmente diferente do ISER, que teve a derivação do movimento Viva Rio. Não se pode dizer que o ISER é o Viva Rio, nem que o MIR é o Viva Rio, são coisas diferentes. E acho que os eventos que pontuaram o surgimento do Viva Rio foram dois: a campanha contra a fome, do Betinho, uma coisa nacional, mas bem forte aqui no Rio; e, depois, um evento que aconteceu contra a violência, que se chamou Orações pela Paz. Na época o cardeal ainda era o D. Eugênio, que não gostava do MIR, tinha uma certa implicância. Não era muito a favor e era meio complicado o relacionamento com ele. Com os evangélicos também sempre foi meio conflituoso, mas a Igreja Metodista participava. As outras, dificilmente. O Padre Renato, que é católico, também participava do MIR não-oficialmente, uma coisa mais independente. Oficialmente, não. A Igreja Católica nunca participou do MIR. Até poderia acontecer agora, com este novo cardeal. Talvez participasse, mas eu tenho as minhas dúvidas.

Então, para este evento, Orações de Paz, nós queríamos juntar os católicos e os evangélicos com as outras tradições todas: Budismo, Hinduísmo, os sem-religião, umbandistas, Candomblé, os próprios judeus, todas as outras tradições também. Mas não foi possível fazer o evento, que era para ser no Aterro do Flamengo, com todo mundo junto. Então precisamos tomar uma decisão diplomática. Todas as tradições que não tinham problema

ficaram no Aterro do Flamengo durante o dia inteiro. Os católicos ficaram no Cristo Redentor e fizeram ali uma missa; e os evangélicos ficaram na Cinelândia, fazendo seu evento. Só que conseguimos fazer todos na mesma hora, no mesmo momento e com o mesmo objetivo, que era um Rio de Paz. Depois houve outros, mas esse foi o primeiro significativo. E a partir dali foram evoluindo outras reuniões, de que eu não participei, mas se viu que existia um motivo, uma possibilidade união entre esses grupos religiosos pelo lado social, que era a questão da paz, da não-violência, de onde surgiu o Viva Rio, que era aquele movimento contra a violência, o Reage Rio, aquela coisa toda. O Rubem César, uma pessoa que fazia parte do MIR, ficou destacado com o Viva Rio e o André Porto assumiu o papel mais centralizador do MIR. O Rubem foi quem articulou desde o início a questão da vigília das religiões. Eu não sei de quem surgiu a ideia dentro do ISER, mas o contato era o Rubem. Se você ligava, falava com ele e todos os contatos iniciais, todas as reuniões dos inter-religiosos eram feitas com o Rubem. Foi uma pessoa bem pontual. No início do movimento inter-religioso ele fazia parte ativamente das reuniões e dos vários eventos.

O desenvolvimento do MIR

Depois foi surgindo esse aspecto mais social porque o início do Movimento Viva Rio foi o começo de vários grupos religiosos em busca do grande ideal, em busca da paz, da não-violência, da melhoria de condições sociais das pessoas. Esse ponto foi o que consegui unir todas as religiões, mas não era o objetivo principal do MIR. A meu ver, entravam outras questões para o MIR: o aspecto religioso e os pontos de vista filosóficos para haver realmente uma harmonia.

E depois, quando o Viva Rio começou a caminhar pelas próprias pernas, sempre que havia eventos eles convidavam o MIR para participar. Sempre! Na favela de Vigário Geral, na ocasião da chacina da Candelária,

na Uruguaiana, onde teve o Basta, Eu Quero Paz! E nisso o MIR fazia parte. Iam todos os participantes do MIR para fazer a cerimônia, cantar, fazer orações, acender velas, manifestar todos os ritos religiosos numa forma mais universal. Porque a universalidade é melhor que a unificação. A universalidade é a união das individualidades. Todo mundo mantém as suas características. Existe aquilo que une todos sem ferir as crenças de ninguém. Era essa a proposta do MIR. Não era criar uma unidade no sentido de todo mundo igual, não era essa a intenção. E nem criar um rito único, também não era essa a intenção. A intenção realmente era a universalidade em harmonia. Poder desfrutar da universalidade sem disputa, sem brigas, ofensas, etc. Eu acho que atualmente esse ideal já ficou meio restrito a um grupo pequeno de pessoas.

Eu sinceramente acho que essa união com a URI (Iniciativa das Religiões Unidas) não foi muito produtiva, brasileiromente falando. A URI está ligada às Nações Unidas, mas o negócio está muito longe, está lá nos Estados Unidos. Foi tentado no primeiro momento aquele movimento a partir da assembleia internacional da URI, mas suporte para a continuidade do Movimento Inter-Religioso no Brasil está muito longe. Nem aconteceu e, se aconteceu, foi muito pouco porque a URI é um organismo centralizador. Por exemplo, o MIR teria que deixar de existir e se transformar em URI e ficar como um escritório regional da URI, uma coisa assim. E, na verdade, isso não era um dos objetivos do MIR. Não era uma coisa tão administrativa, mas mais sensível, ligada ao sentimento, mais ativa. Um movimento, que é diferente de uma instituição. Uma coisa que movimenta, dá às pessoas uma motivação para que participem de alguma coisa maior.

Na questão monetária as pessoas também não têm disponibilidade porque esses elementos da URI são de outros países; porque, além de não ter dinheiro para participar, também não têm tempo. Pela motivação até que se arranjava

o tempo para participar das atividades todas, mas pela falta de dinheiro... Então, na verdade, o MIR em si não se tornou participante ativo da URI, que não deu nenhuma força para o MIR. Acho que muito pelo contrário, até que esvaziou um pouco o MIR, porque aí as pessoas ficaram meio perdidas: “É URI? É MIR? O que é?”. Deu uma certa indecisão nas pessoas. É como se você morasse num sítio. Você produz, cultiva suas plantas, expandir sempre é bom, está tudo bem, várias pessoas ali trabalham. Mas de repente chega um superfazendeiro e quer comprar o seu sítio para fazer a mesma coisa, aquele mesmo projeto seu, ampliar aquela plantação orgânica. E você pode ter duas atitudes: ou se junta ou vende e vai embora. Essa globalização dentro do MIR, esse conceito, é um caminho de duas pontas porque pode levar para a universalização da ideia, uma difusão dela, assim como pode levar também para sua absorção em outra ideia. Acho que a relação do MIR com a URI é isso. Seria uma absorção para uma outra ideia diferente, que é a ideia da URI não necessariamente a do MIR. Talvez não tenha sido explicado tão bem para que as pessoas pudessem entender por outro ângulo de vista. Em São Paulo não tem MIR, é a URI o movimento. Mas também acho o movimento meio parado, não anda muito desenvolvido. Nós conhecemos duas pessoas que fazem parte da URI de São Paulo, são nossos amigos, nossos conhecidos. Não tenho ouvido falar sobre o movimento lá, a não ser algum evento do governo, como foi feito há uns dois anos atrás. Aí teve o fim de ano inter-religioso lá do Lula. Ele também convidou alguns representantes dos religiosos para passar uma mensagem de ano novo.

A contribuição do MIR no cenário religioso brasileiro

Eu acho o MIR muito interessante porque o Brasil é o país do novo mundo, que acolhe os imigrantes, todas as pessoas de diversos lugares, e tem uma miscigenação muito significativa. Então eu acho que, religiosamente falando, também é muito positivo que ocorra

este conagraçamento, este movimento entre as religiões. Porque o Catolicismo, hoje em dia, não é mais absoluto no país. Oficiosamente ele pode ser a religião do Brasil, mas oficialmente não é. Eu, por exemplo, fui criada em colégio de freira, nasci na religião católica, fui batizada, fiz primeira comunhão — os dois principais rituais na iniciação da religião católica — e mesmo assim minha mãe me levava ao terreiro de Umbanda. Toda semana lá ia ela visitar o Preto Velho e ia à missa todo domingo. Quer dizer que eu acho que essa hiper-religiosidade é até uma característica do povo brasileiro, do cidadão brasileiro. Por exemplo, o lugar em que a religiosidade brasileira é mais testada diariamente e onde surgem mais situações interessantes é a favela: temos os católicos, os cristãos, os evangélicos e os umbandistas vivendo lá, naquele mesmo lugar. E eles têm que conviver de alguma maneira harmônica, embora seja muito difícil para os católicos se relacionarem com os umbandistas e extremamente difícil para os protestantes — os evangélicos — se relacionarem com os umbandistas e com os católicos também. Para os umbandistas é mais fácil o relacionamento com cristãos e protestantes porque eles não têm nada a perder. Agora, os católicos e os evangélicos, sim; têm medo de perder seus adeptos para outras religiões.

Acho que o pior obstáculo ao Movimento Inter-Religioso é o medo; o medo que as religiões têm de perder seus adeptos para outro grupo religioso. Isso significa que a fé das pessoas nessas religiões não é uma fé verdadeira, pois se você tem certeza de que aquilo em que você crê é verdadeiro, por que o medo do seu seguidor mudar? Será melhor o do outro? Esse é um dos obstáculos do conagraçamento. É o medo da perda de adeptos que faz com que ele não aconteça. E o MIR não tem interesse qualquer em cooptar ninguém para nenhum grupo religioso. Não quero que você deixe de ser católico e se torne hinduísta. Quero apenas poder abraçar você. Você é católico e eu sou hinduísta. Vamos celebrar, vamos cantar juntos, cantar um mantra. Vamos celebrar juntos a nossa fé, nossa

tradição religiosa, não quero que você deixe de ser católico. Mas também não quero deixar de ser hinduísta. Então eu acho que o Movimento Inter-Religioso é muito interessante sob esse ponto de vista e o medo de perder os adeptos é, em geral, um dos grandes problemas que a sociedade enfrenta: medo de perder a sua casa, o seu dinheiro, as suas posses. Isso tudo cria um certo comportamento na pessoa que torna inviável uma comunicação maior com outras pessoas. O Movimento Inter-Religioso veio para melhorar essa comunicação, torná-la possível, superando a barreira do medo, o que foi feito a Vigário Geral, um local extremamente sacrificado pelo medo e pela insegurança total das pessoas, pelo medo de estar ali, o medo de viver, enfim. Eu acho que é muito interessante esse lado do MIR, de fazer com que se dissipe o medo das pessoas de se relacionar, de mostrar a beleza da sua fé. Na verdade, é nos unirmos naquilo que temos em comum, no que temos de bom e não ofender aquilo que temos de diferença. Isso é muito importante porque muitas vezes as pessoas se unem naquilo que têm em comum e combatem as diferenças. Mas as diferenças são necessárias. Este espírito do MIR se perdeu um pouco com o passar do tempo. Hoje em dia, acho que o MIR se tornou uma coisa mais administrativa, no sentido mais formal, um negócio que perdeu um pouco da alegria, da própria união mesmo. Mas todos os momentos que tivemos de reunião e todas as atividades do MIR foram sempre maravilhosas, sempre muito boas e positivas. O objetivo do MIR é esse mesmo. Mas eu sei que é uma coisa difícil, muito difícil, porque depende da mobilização das pessoas que têm que se mexer, têm que dar seu sangue, trabalhar, promover.

**Narendra Das e Chandra Mani, representantes da tradição religiosa Hinduísmo. ■*

Ana Lucia de Castro

A Vigília Inter-Religiosa

Começamos no MIR em 1992, período da organização da vigília. Independente do início do MIR, a gente estava trabalhando intensamente na vigília da ECO-92. Assim como o *Dalai Lama* foi convidado, a Dadi Janki, que na época era co-dirigente e atualmente é a dirigente mundial da *Brahma Kumaris*, foi também convidada a participar da missa campal. E nós fomos com a *Brahma Kumaris*, que é uma ONG filiada à ONU, mas com status consultivo geral na ECOSOC (Conselho Econômico e Social), que só possui 80 instituições.

Fomos convidados a participar, ainda, de todas as reuniões governamentais, com todos os presidentes. Estavam lá também a Dadi Janki, além da Gayatri, que é a representante da *Brahma Kumaris* junto à ONU. Nós já estávamos organizando a vigília junto com todo o pessoal que estava cuidando da estrutura. Eu, particularmente, estava cuidando do suporte à Dadi porque ela estava chegando. Também tínhamos um *stand* no Aterro do Flamengo sobre a questão do meio ambiente, porque a *Brahma Kumaris* é a maior organização mundial que tem um trabalho com a energia solar, o reaproveitamento das águas. Temos tudo isso na nossa sede mundial, em Monte Abu, na Índia.

A Brahma Kumaris e a Ecologia

Temos várias frentes de trabalho com ecologia, mas essa, em relação à energia solar, é a mais grandiosa da *Brahma* porque temos na nossa sede mundial três grandes complexos, que acomodam 20 mil pessoas. Há ainda o hospital, que atende gratuitamente à comunidade carente; e também um trabalho de atendimento a comunidades pobres, que se faz nos vilarejos. Tanto o hospital quanto esses três grandes complexos, que ficam na sede em Monte Abu,

no estado de Rajastão, na Índia, são movidos a energia solar, que supre todas as nossas necessidades lá. Tanto a parte elétrica quanto a de computação, a de comida, tudo. E não é só captação de energia. Produz-se também vapor porque fazer comida para 20 mil pessoas. É uma coisa fenomenal.

Realizamos esse trabalho e, de vários anos para cá, o governo da Índia tem pedido muito à *Brahma Kumaris*, então temos desenvolvido também projetos junto ao governo, como a fabricação de pequenos fogõezinhos movidos a energia solar para as pessoas pobres.

E temos o vídeo. Na época do *Rock in Rio*, participamos da tenda “Por um Mundo Melhor”; a gente participou não só da parte religiosa, mas também da ambiental, com um filme sobre energia solar. Temos um trabalho grande também com a energia do eólica porque o Rajastão é um estado semidesértico, tem problema de água. Toda a água que sai desses nossos complexos — a água de banho, não a do esgoto — é reaproveitada, tratada e usada para os jardins. Então tem todo um processo de reaproveitamento. Isso é um projeto muito importante na *Brahma Kumaris*. É uma tecnologia alemã, mas desenvolvida por pessoas da *Brahma Kumaris* que moram na sede, na Índia.

Isso é reproduzido nos outros países também. No Brasil, por exemplo, temos um local de retiro, em Serra Negra (SP), onde estamos dando os primeiros passos para a sustentabilidade. Porque ou você já começa fazendo assim ou então, depois, dá um pouquinho mais de trabalho. A gente aproveitou que a nossa sede de retiro aqui foi doada, então estava semipronta e já deu para começar. Mas lá na Índia, não; como são espaços que foram sendo construídos, tudo já foi feito segundo esse conceito. Realmente é uma coisa impressionante, um trabalho muito bonito.

Depois da ECO-92, a criação do MIR e seus diferentes projetos

Após a ECO, a gente começou a ter uns encontros, quando o ISER ainda ficava na rua Ipiranga. Começamos a dar continuidade aos encontros e foi um momento do movimento inter-religioso que acho muitíssimo rico. Havia pessoas de diferentes tradições. Na época estavam a Mãe Beata, o Hermógenes, a Eunice, a Chama Violeta, o pastor Nehemias Marien, o padre Renato. Então, na verdade, a gente já tinha representantes de várias tradições e de tradições de peso, inclusive do Judaísmo.

Começamos a fazer algumas reuniões e saiu um projeto que se chamava “Por um Rio de Paz”, que foi maravilhoso. E fizemos várias coisas. Teve uma logomarca muito linda, que a gente inventou: era o Pão de Açúcar e no meio, onde seria o bondinho, tinha uma pomba. Era lindo! Fizemos vários eventos no Aterro, onde tem um anfiteatro. Cada tradição religiosa tinha sua atividade e começamos a fazer várias pela cidade. Ou seja, foi logo depois, mais ou menos em um ano, que começou o movimento inter-religioso. Teve muito sucesso na mídia e a sociedade participava porque a missa campal realmente tocou o coração de todo mundo. É ruim dizer “paz e amor” porque remete ao Movimento *Hippie* e tem muita coisa pejorativa nisso, mas foi bonito nesse sentido verdadeiro de paz, amor e fraternidade, de reunir as tradições e crenças. Enquanto em outros países estavam se matando e se arrebatando, nós estávamos fazendo coisas todos juntos.

Tudo o que existe de movimento inter-religioso no mundo, em geral, é um grupo que organiza, chama as tradições que cada um representa e cada um fala, dá a sua mensagem ou faz a sua atividade. O diferencial no Rio de Janeiro – e eu acho que essa é a grande revolução do MIR – era exatamente que nós nos organizávamos. Era uma coisa que nascia da própria harmonia de ideologias diferentes, de crenças diferentes. Então, já na própria estruturação, na própria criação do grupo, dava-se a união das diferenças. É isso o que eu julgo como sendo a grandiosidade do MIR até hoje. Acho que, quanto mais a gente trabalhar nesta

direção, certamente vai atrair, como já atraiu, a população do Rio de Janeiro.

Começaram a ver que havia possibilidades. Em outros países, protestantes e católicos se matando; judeus e muçulmanos se matando. E aqui não era uma questão só de estarmos juntos num palco, era de estarmos juntos criando. Acho que foi o aspecto mais grandioso e continua sendo o sinal mais positivo do MIR, pois de fato acredito que isso só existe aqui. E reuniram-se tradições de peso, que têm por trás milhares de praticantes. Essa é uma coisa que toca a gente. Fizemos muitos programas, muitos! E tinha mais: por haver muito amor entre as tradições, a gente se encontrava espontaneamente e um começava a participar das festas dos outros. A gente deu início a essa caminhada e outros projetos, importantes, foram se desenhando. Surgia uma ideia numa reunião e a gente ia combinando, resultando em programas comuns.

Depois teve o nascimento do Viva Rio, de cujas bases o movimento participou. No lançamento formal do Viva Rio houve um momento de silêncio e o MIR estava lá conduzindo isso. Importante lembrar que, antes da casa da Glória, teve um momento em que o ISER transferiu-se para o centro do Rio e foi uma fase diferente, onde começamos a trabalhar indo às comunidades carentes.

Desde o seu surgimento, o MIR teve sempre muito acompanhamento da mídia. Informações saíam com frequência no JB, n’O Globo, porque tinha muita gente participando. Os programas que a gente fazia, independentemente da organização específica de uma determinada tradição religiosa, tinham o MIR todo atuando. Foram programas, de fato, muito grandes. Além desse evento no Aterro, sobre o qual já falei, fizemos, por exemplo, um no Parque Laje. com muita gente participando durante todo o dia. E era assim: as pessoas começaram a participar de programas em comunidades carentes. Teve uma época em que começamos a ir para Vigário Geral, quando

teve o problema da chacina. Foi até muito corajoso, uma época tensa, no momento de criação da Casa da Paz. O MIR foi convidado para a inauguração e a *Brahma Kumaris* apresentou a Dança dos Anjos. Saíram publicações em jornais populares e foi muito legal. Percebia-se que as pessoas estavam precisando da esperança de que era possível fazer alguma coisa nessa direção.

A gente sentia que era este o papel do MIR: levar às pessoas a possibilidade de conciliação entre partes em litígio. Porque a gente estava conciliado, estava em harmonia. Não era só um desejo utópico de paz. Tradições que em outros lugares estavam em guerra aqui estavam juntas, organizando, conversando, dialogando. Era algo realmente muito especial. Depois, quando fomos para a casa da Glória, começamos a fazer uma agenda cultural, as festas das tradições começaram a ser realizadas lá. Nós, da *Brahma*, os budistas com a festa deles. Foi também muito especial porque se saía das sedes das próprias tradições religiosas e ia-se para o local onde a gente estava se reunindo. Todo mês tinha uma festa. A gente fez uma agenda inclusiva.

Esse momento inicial, quando a gente fez vários eventos públicos e as tradições participaram da 1ª Passeata do Meio Ambiente, que o ISER organizou na praia de Copacabana, teve a cobertura da mídia, Foi muito legal, pois na época nós, da *Brahma Kumaris*, estávamos com o projeto “Vivendo Valores na Educação” e o aplicávamos aqui no Rio, na Escola do Vidigal, já que uma das professoras também era da *Brahma Kumaris*. E todos da Escola foram com uma faixa de cada virtude e a porta-bandeira, com o símbolo da *Brahma Kumaris*; tinha uma música que era: “quem tem sujeira na mente/ polui o ambiente/ e vamos limpar/ e vamos limpar a nossa mente/ despoluir o nosso coração/ acabar com a raiva e o ciúme, a inveja/ e a desconsideração/ e um mundo melhor irá surgir/ a partir da limpeza interior/ e o mundo todo feliz a repartir/ a paz, a verdade e o amor/ e vamos limpar”. Era um sambinha, a escola

toda do Vidigal cantando. Lembro que ficou bem tocada na época porque era uma escola de samba de crianças. E ,mais tarde, na outra passeata, também participamos. Uns dois anos depois também teve um bloco inter-religioso de que a gente participou e para o qual organizou alguma coisa.

O MIR era convidado sempre a fazer aberturas para muitos movimentos que aconteceram, fossem movimentos pela paz, contra o racismo, contra a violência, coisas desse tipo. E, então, houve uma fase em que nós participamos de muitos eventos públicos. Na época do Betinho, da Campanha Contra a Fome, nós da *Brahma Kumaris* levamos Caetano Veloso para um dos programas. Participamos de muitos programas sociais, com propostas diferentes. Isso era muito bom porque tirava o teor político em favor do coração. As pessoas entravam mais para entender e querer participar. Isto é algo que o movimento sempre trouxe: abrir o coração e começar a querer, aceitar e trabalhar, em vez de fazer atos que violentem a sociedade e o ser humano. Isso eu sinto que o MIR trouxe intensamente para todos os movimentos para cuja abertura a gente foi convidado.

Acho que a gente deveria estar sempre presente, não deveria parar e o André Porto fazia isso com grande maestria. Sabia organizar e estava atento às participações, o que trazia o diferencial. Falava-se algo para esses movimentos, senão ficaria meramente político, meramente partidário. Acho que no último que a gente fez, que foi no “*Basta! Eu Quero Paz*”. Estavam todos os políticos lá, muito blá blá blá. Acontece que eles ficam só contra isso, contra aquilo e não trazem nenhum sentimento de paz. Então a população que está ali tem um sentimento de revolta. Querer matar, acabar com o outro não está gerando nenhuma energia de paz. E, justamente quando o MIR entrou, mudou totalmente. O pessoal que estava na praia ficou numa outra onda, porque estava muito ruim. Porque, se a gente juntar as forças, pode trabalhar e a paz, se estabelecer. É só cada um colocar isso. Mas, se você coloca um clima de

revolta, aí acontece tanta coisa ruim. Eu vejo que esse é um dos papéis principais do MIR, já que a gente tem uma energia de muitos anos trabalhada nessa direção.

O Diálogo entre os diferentes

Até esse momento, como a gente estava fazendo reuniões para desenvolver os programas, havia muitos encontros informais, não era organizado. Nas reuniões, antes de fazer qualquer programa, sempre tem aquela coisa de cada um, um momento de quem reza, medita. Normalmente a gente tinha uma conversa sobre essa questão das diferenças, sobre trabalhar as diferenças; a gente conversava muito sobre isso. E havia o diálogo, que era informal, para perceber o que faziam lá fora essas guerras, conflitos e confusões. A gente aproveitava criativamente as diferenças. Quando eu falei sobre paz e amor, era o oposto a esse movimento, mas era uma coisa de muita coragem de cada um expor suas diferenças. Vou dar um exemplo: alguns acham que Deus é onipresente; na nossa tradição, a gente não acha que Deus seja onipresente. E, então, a gente conversava sobre isso abertamente e colocava determinados aspectos. Porque justamente quando a gente estava interagindo precisava haver respeito para não agredir determinada percepção, que era diferenciada.

Acho que foi nessa época que fizemos um trabalho maravilhoso com a UERJ, um trabalho riquíssimo. Acho que é uma frente em que o MIR precisa trabalhar, continuar a questão do diálogo, aprofundar mais as formas de conciliar as diferenças, crenças, visões de mundo e práticas diferenciadas. Acho que nossa prática é uma contribuição enorme a dar à sociedade. Eu não chamaria nem de tolerância religiosa porque acho que vai muito além, é uma apreciação da diferença, quer dizer: “que bom que você é diferente, que bom que seja assim”. E eu acho que isso é o que o MIR tem a dar. Porque não se respeita ninguém. Aqui no Brasil se achatou toda a civilização indígena, toda a cultura indígena brasileira, em nome de uma

coisa que parecia melhor, que parecia mais avançada e era uma mentira.

O MIR tem muito a contribuir culturalmente para a sociedade com essa experiência. A UERJ nos chamou e o MIR entrou, eu nem sei como oficialmente estava isso, mas nós participávamos das reuniões de decisões da faculdade de geografia, de onde partiu esse convite, e nós fizemos uma série de encontros por dois, três anos. Era uma feira que eles organizavam, como se fosse uma feira esotérica, em que eles chamavam todas as tradições. E justamente nessa participação — por isso eu falei que era informal — a gente começava também a conhecer muito, ficava cada um no seu *stand*, mas às vezes saía e ia conversar: “Qual o seu entendimento de Deus sobre isto ou aquilo? Qual sua prática?”, etc. E a gente ia, assim, conhecendo um ao outro. Tinha esse prazer de expor aquilo que se praticava. Era uma coisa bonita entre a gente.

Mas o que foi fantástico na UERJ é que os diferentes departamentos foram nos convidando a participar de painéis. Alguns na área da saúde, em que as tradições mostravam como era sua prática da medicina, que é diferente. Para eles e para nós foi muito produtivo, uma oportunidade de conhecer acupuntura; a medicina helvética; no nosso caso, os benefícios da meditação; ou seja, todo o trabalho mental, do intelecto, como isso ajuda na cura. Era muita gente, desde o diretor até professores e alunos, um público de oitocentas a mil pessoas. Participamos de vários painéis organizados por eles para mostrar, em cada departamento, a visão das tradições. Porque, na verdade, a estrutura da sociedade começa com uma visão de crenças específicas, começa na forma com que a tradição organiza aquele grupo ideologicamente. A percepção deles foi riquíssima e para nós também foi uma oportunidade de trocar conhecimentos. Cada um falava sua parte, mas também aprendia com o outro. Eu me lembro desse painel da medicina, em que o diretor da faculdade agradeceu tanto. Isso abre os horizontes. Porque tinha tudo: a homeopatia,

as ervas, o trabalho de acupuntura, de *shiatsu*, todo trabalho da meditação, ou seja, o poder mental atuando no corpo. Coisas fantásticas! E mais a parte da educação, de como as tradições trabalhavam a educação. A gente estava, nem sei como, participando do conselho da UERJ, da estruturação dessas coisas.

Eu representava a *Brahma Kumaris*. Eu me lembro do André Porto à frente das atividades celebrativas porque, além dessas coisas todas, tinha um momento celebrativo. Então a gente celebrava nos teatros e ele estava sempre presente. Mas eu não me lembro se ele participou do conselho, das reuniões, porque era cada tradição que colocava a sua contribuição. Não eram todas as tradições que trabalhavam em todas as áreas, mas como a *Brahma Kumaris* tem uma gama de trabalho muito grande, a gente estava participando direto desses encontros. Depois eles terminaram, saiu o diretor do departamento de geografia, mudou a linha deles e acabou tudo. Mas eu acho que esse é um trabalho que poderia voltar a ser feito pelo ISER, porque é uma contribuição para a sociedade, enriquecimento mesmo.

Isso estava especificamente ligado à área acadêmica e era um trabalho diferente que a gente fazia. Ele era todo estruturado para uma linguagem acadêmica, os trabalhos bem embasados nessas atividades milenares. E, ao mesmo tempo, tendo uma experiência, como no nosso caso. A gente falava no poder mental, mas conduzia meditação também. Então foi forte para eles, porque na hora perceberam como a mente deles silenciou. Imagina uma mente tumultuada e, de repente, silêncio; eles perceberam.

A Aldeia Sagrada

A Aldeia Sagrada injetou energia no movimento. Porque houve várias fases no MIR. Houve, por exemplo, uma queda. Porque o MIR é muito de coração. Às vezes tem uma energia danada, coisas acontecem; de repente, dá uma parada. Daqui a pouco começa um movimento que para algumas tradições não diz muito e, assim,

houve uma época de *intermezzo*. Talvez porque o André estivesse mais envolvido com a questão indígena — foi quando começaram a surgir as tradições indígenas. E eu nem sei dizer o que aconteceu então. Fizemos encontros, reuniões, a gente participou, mas ficou só nisso.

A ideia da Aldeia começou com a URI. Ela injetou recursos para realizar o evento, mas a gente participaria da mesma maneira mesmo sem dinheiro, sem nada. E vou uma vez mais voltar ao tema do espírito da ECO, que era reunir todo mundo em algo maior, no sentido de cada tradição ter seu espaço, poder se mostrar. E nós fizemos preparatórias, trazendo alguns temas para as pessoas conhecerem um pouco mais das tradições em determinados aspectos. Nós fizemos uma grade, até bem complexa, pois tinha muita coisa, e vimos que para realizar o que havíamos pensado precisaríamos de mais tempo de trabalho e de uma divulgação muito maior. De qualquer maneira, a Aldeia Sagrada foi a vontade de que cada tradição se mostrasse para a população do Rio de Janeiro. Eu, particularmente, acho que a gente deveria trabalhar mais. Porque cada tradição tem mil atividades, todo mundo super atarefado, não há pessoas dedicadas a fazer a Aldeia Sagrada. Precisaria haver um suporte de produção para a coisa acontecer melhor. A Aldeia Sagrada poderia ter crescido mais. Teria que ser uma equipe do próprio ISER que tivesse disponibilidade para dar um suporte de produção, o que não é nada difícil.

Nós fizemos contato com a Secretaria de Educação para mostrar a importância da participação das escolas na Aldeia Sagrada. Porque a visão do ser humano é diferenciada e muito rica. Trabalhamos isso com o CIEP ali do lado. Eu mesma fui lá falar com a diretora e o CIEP participou ativamente da Aldeia Sagrada. Mostramos para eles e demos questões para as professoras. As crianças fizeram como se fossem pesquisas para entender determinados aspectos que elas estudam, mas às vezes vêm de fontes um tanto truncadas. Numa das aulas da Isabel, a professora de história da *Brahma*

Kumaris, ela introduziu a nossa visão da história, que é cíclica e não linear. E introduziu isso no próprio ensino dela, que é, aliás, uma visão toda oriental. Então, acho que poderíamos ter um trabalho bastante grande nessa área, com a Secretaria de Educação. E com a Secretaria de Cultura também, porque a base da sociedade está nas tradições: as questões da alimentação, do vestuário, das trocas entre as pessoas, da própria estruturação da família. Tudo isso vem das tradições religiosas.

Caminhos para o MIR

Vejo vários caminhos para o MIR. Um é essa troca inter-religiosa, o diálogo inter-religioso, que é a nossa base; o outro é pensar no que cada tradição dá à sociedade. A tradição já dá, já faz, mas isso **tem que estar** destacado, ou seja, o governo **tem que usar** cada vez mais e as pessoas **precisam ter acesso**. Assim como você tem uma lista telefônica, se você está querendo se curar com ervas, procure na lista. Se não está querendo ir para médico alopata, então você tem uma lista do que quer, daquelas tradições todas que trabalham com ervas e às quais você pode ir. Quer trabalhar com cromoterapia? Procure na lista. Se quiser diminuir o stress, fazer meditação e assim por diante.

Isso já existe, mas precisa existir de forma oficializada para que a população como um todo tenha acesso. A ideia é se fazer um levantamento do que as tradições fazem em todas as áreas: na medicina, no trabalho social, por exemplo. Você não sabe onde colocar pessoas idosas e há esses lares todos que são gratuitos. E, se você quer ajudar, é assim também com crianças carentes. As tradições religiosas já têm um trabalho enorme em todas as áreas. Seria uma coisa boa fazer esse mapa do que existe nas tradições em suas diferentes áreas, e que a população possa usar gratuitamente. Então é um serviço que podemos prestar. Já prestamos, mas poderia ser mais bem estruturado. Essa talvez seja a falha de percepção, pois todos nós das tradições já somos hiper ocupados, fazemos trezentas mil coisas. É preciso, então,

ter algumas pessoas interessadas em áreas diferentes para estruturá-las.

O caminho que eu vejo para o MIR é a gente estar, como o André fez, atento aos movimentos da sociedade. Digo sociedade porque são movimentos de áreas as mais diferentes possíveis. O Movimento Inter-Religioso tem que estar presente na abertura, para justamente ter cada tradição e um pouco de cada, um pouco de reza, de meditação, um pouco de canto, trazendo harmonia, paz e alegria para uma população que está completamente desesperada, medrosa. E fazendo juntos. Porque as tradições já fazem isso separadamente, mas, quando reunidas, o impacto é muito maior. Porque as pessoas sabem que são tradições que estão se arrebatando lá fora, que não estão aguentando o olho no olho. E a gente já tem isso de uma estrada longa, de muitos e muitos anos de trabalho.

Eu vejo que a gente precisa continuar esse tipo de trabalho, que é um serviço que dá uma esperança para a sociedade. Todas as tradições têm sua parte cultural, a dança, o canto, o teatro, a educação. E são visões diferenciadas e isso a gente começou a mostrar. No nosso caso era a questão dos valores na educação. Cada tradição ia mostrando o que fazia na área de educação e quando nós, da *Brahma Kumaris*, fizemos esse trabalho, que inicialmente estava ligado ao MIR, as pessoas vieram querendo aprender mais, saber mais. Porque, com relação ao ensino religioso, seria mais do que uma disciplina escolar, seriam mais as tradições mostrando as opções. Cada um mostrando a sua forma e as crianças que decidam, até porque as escolas não estão ligadas a nenhuma tradição. Então, as crianças que façam suas escolhas. Foi muito rico para os professores, para os diretores das escolas e para as crianças perceberem que havia uma gama de possibilidades e uma abertura de visão de crença.

O MIR aconteceu e a gente teve momentos grandiosos, de grande repercussão, porque a

cultura brasileira é muito mais inclusiva do que exclusiva. Ela vai misturando; vai sendo uma mescla constante de visões, de sentimentos totalmente diferentes. Seja de língua, de alimentação, de religião. É uma característica do brasileiro. Se você for para outros países, é um separatismo enorme. Aqui ele é muito menor do que em outras sociedades que realmente isolam. Não é que não haja problemas, mas estou dizendo que majoritariamente a gente tem essa tendência a acomodar mais. Não que não se tenha massacrado os índios, pois todo meu trabalho de mestrado foi sobre os índios. Massacraram-se mesmo, acabou. Mas existe uma postura da sociedade de estar meio aberta. O povo é mais aberto para aceitar as diferenças, acomodá-las e começar de novo. E eu vejo que nas tradições ficam muito visíveis essas diferenças que podem se unir e trabalhar juntas. Por exemplo, a alimentação: somos vegetarianos e a grande parte das tradições é carnívora. A gente convive com isso em harmonia, sem guerras e com respeito. A gente faz almoços e, se tem grupo vegetariano, faz para eles também. Para a sociedade é muito bom ver que é possível trabalhar com essa abertura. No trabalho poderíamos ter mais parcerias com secretarias de educação, saúde e cultura, no sentido de perceber que as tradições trazem toda a riqueza e que o MIR já tem a experiência de troca, convivência e apreciação das diferenças.

Se a gente for cada vez mais fundo, eu vejo grandes luzes. Que do Brasil, do Rio de Janeiro, saia uma luz para o mundo mostrando que é possível, pensando diferente e vendo diferente, conviver em paz. E esse é o grande diferencial do MIR. Se você vir, o pessoal das tradições tem um grande amor, um grande respeito pelo outro e nós sabemos que somos totalmente diferentes. Ninguém está querendo esconder as diferenças, mas viver em paz pelo que o outro é e não pelo que você quer que ele seja. Vejo um caminho muito grande, mas também sinto que não dá para esperar que as próprias tradições se organizem para a produção. Todos têm muito trabalho, mui-

tas frentes abertas. A gente já amadureceu bastante a área do convívio, mas precisamos de uma infraestrutura não só do MIR, mas também do ISER. Um suporte para fazer contatos e para que as tradições disponibilizem os serviços que já têm.

Vejo o caminho nisso, que o André fez muito bem, de estar antenado com os movimentos que estão surgindo e dar a eles uma suavidade, uma clareza. Porque quando começa a coisa do partidarismo, começa a guerra; quando entra disputa, o movimento inter-religioso acaba. Eles ficam tão emocionados, ficam meio sem saber o que falar porque querem é levantar bandeira contra isso, contra aquilo. É a mesma coisa do trabalho que fazemos com a mídia. Não adianta ficar denunciando, denunciando; e o que está sendo feito de diferente e que não está sendo revelado pra ninguém? Como a sociedade está dando a volta por cima dos seus problemas? Isso não está sendo divulgado por ninguém, não tem destaque. Um trabalho da *Brahma Kumaris* conseguiu sensibilizar um pouco o William Bonner e ele começou a fazer esse programa que ele faz uma vez por mês. O André Trigueiros é um outro jornalista e faz o programa *Cidades e Soluções*, que exibiu um trabalho que ele fez com a *Brahma Kumaris*, “Esperança!” É isso, ninguém aguenta mais, ninguém está mais suportando e nem eles próprios aguentam ficar sempre naquelas mesmas notícias. A gente já sabe que é assim. Isso faz com que você queira fazer algo diferente, com que tenha vontade de fazer.

E o MIR é isso, ele traz possibilidades que realmente existem. O Brasil é extremamente grande, criativo. É acordar isso, trabalhar num outro diapasão e começar a ver as oportunidades que estão aí. Todo mundo fala em violência, corrupção. O que a gente não vai mudar muito, mas podemos, fazendo outras coisas, contribuir para que isso diminua. Porque, se a população já não está participando tanto disso, começa a diminuir. Quando a população do Rio começa a ir mais para as

ruas, com mais cultura nas ruas, é obvio que a violência vai diminuir, não tem como não diminuir. É em coisas assim que acredito, a gente assumindo a rua. E acho que podemos dar um grande salto, mas vejo que é preciso ter uma ajuda para que se possa fazer um trabalho maior de serviço à população. As tradições já fazem, mas serviço total à população precisa ter relação com o governo, precisa ter o envolvimento de uma instituição, como tinha o André na época, atento aos movimentos que surgiam. Foi nessa participação, na prática de abrir todos esses movimentos, que o MIR fez um diferencial.

E a Aldeia Sagrada precisa justamente retomar aquela ideia inicial, que era ampla, de ter um trabalho junto às universidades, às escolas, junto à secretaria de educação para que eles levem as crianças e os jovens a participar das diferentes atividades. É necessário que ela esteja aberta ao público, com determinadas mesas de diálogo para que se possa ver como as tradições estão discutindo questões tão polêmicas na maior tranquilidade. Na Aldeia Sagrada a proposta é que as pessoas estejam abertas ao que cada tradição faz e que elas, por sua vez, estejam trabalhando juntas. É muito especial. Não é só algo religioso, tem a ver com diversidade cultural. É legal você ver padres, rituais do Santo Daime, participantes da umbanda, protestantes. A população tem que ver. E quanto mais isso vai sendo divulgado, menos os extremistas vão ter coragem para atos ruins. Mas eu vejo que se precisa de um apoio. Não é só de produção, mas também fazer contato com secretarias para envolver a educação, a cultura. Deveria entrar no calendário da Riotur, como o carnaval. E uma coisa bem estruturada, que mostrasse a diversidade do Rio de Janeiro. Salvador também, mas o Rio é mais conhecido mundialmente e também acomoda diferenças. O Rio poderia mostrar para o mundo como é possível, dar uma esperança para a população daquela localidade; mostrar que eles têm poder, se, em vez de brigar, se juntarem; se estiverem mais unidos para enfrentar os

diversos problemas que as comunidades têm, como o tráfico de drogas. E, se a comunidade se fortalece, pode ter movimentos espontâneos. Já temos toda essa estrada de vibração e, então, o movimento traz isso quando entra, quer se queira ou não.

**Ana Lucia de Castro, representante da tradição religiosa Brahma Kumaris. ■*

Katja Bastos

A Encantaria Cigana

A Encantaria Cigana trabalha com o encantado, um pouco diferentemente da Umbanda e do Candomblé. Os encantados são espíritos ciganos. Então tem encantado do rio, encantado do mar, etc. Essas entidades se manifestam através de canalizações, ou seja, se canalizam em médiuns ou sensitivos, dão consultas, interagem e vibram, normalmente paz, harmonia, saúde: a magia branca do bem. E a Tribo Cósmica tem uma característica diferente porque nós lançamos o nosso próprio tarô, nosso próprio baralho. É o Tarô Cigano da Tribo Cósmica, o único baralho que tem a representação dos orixás.

São trinta e seis cartas e nós publicamos, lançamos e fornecemos para o Brasil inteiro. Quer dizer, nós dizemos que o tarô cigano é o código de linguagem da Tribo Cósmica. Então eu dou cursos, palestras, faço oficinas e *workshops* tendo como referência a linguagem do tarô cigano. Pessoas que têm afinidade com a Encantaria Cigana, não só no nosso estado, mas no Brasil ou em outros pontos do mundo, trabalham com tarô cigano e aprenderam com a gente. Quer dizer, o tarô cigano é da Tribo Cósmica.

Uma diferenciação importante: etnia cigana é raça, Encantaria Cigana é tradição religiosa. Caminham paralelamente, mas uma não é necessariamente atrelada à outra. Eu, por acaso, sou delegada nacional da etnia cigana também. Por acaso. Então, eu pertencço ao Grupo de Trabalho Cigano da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR. Agora mesmo nós estivemos em Brasília e dezessete lideranças foram reunidas, ciganos do Brasil todo, para o lançamento do selo cigano. A SEPPPIR lançou o selo cigano em 24 de maio, por decreto do presidente Lula, que foi uma proposta nossa nas conferências nacionais de promoção de igualdade racial,

durante a Conferência Nacional de Direitos Humanos. Nós reivindicamos o 24 de maio, dia de Santa Sara Calí, como Dia Nacional do Povo Cigano e o Lula decretou. Temos uma parceria com a Fundação Santa Sara e tanto a Interpaz quanto a Fundação Santa Sara estão trabalhando nessa área de etnia cigana atualmente. Estamos em fase de lançamento da Cartilha de Etnia Cigana e Direitos Humanos, em parceria com a Santa Sara e com a Secretaria de Direitos Humanos.

Participação no MIR e outras iniciativas

Na realidade, o meu contato com o MIR foi através da minha tradição religiosa, que é a Encantaria Cigana. Eu sou a sacerdotisa da Encantaria Cigana do Povo do Oriente, no templo da Tribo Cósmica. Então, a primeira a se associar ao Movimento Inter-Religioso foi a Tribo cósmica. Isso aconteceu um pouco depois da ECO-92, quando nós tivemos contato com o Movimento Inter-Religioso, que estava surgindo justamente naquele período. A Tribo Cósmica participou das comemorações da ECO-92 de maneira independente. Cadastramos a Tribo Cósmica no movimento internacional da ECO e fomos aceitos. Nós éramos os únicos representantes da Encantaria Cigana no Rio de Janeiro. Então, como havia vários pontos na cidade com atividades do evento, nós demos uma série de palestras e vivências no (clube) Fluminense. Foi então que conhecemos as atividades do Movimento Inter-Religioso, que nós adoramos e passamos a frequentar. Começamos a participar e nos filiamos ao MIR.

Isso seguiu até 2000, quando sentimos uma necessidade — eu e o Cezar Bastos, meu marido, que é coordenador e mentor espiritual da Tribo, sendo também o coordenador da Interpaz atualmente — de algo mais formal para podermos realizar projetos, estabelecer parcerias e efetivamente combater a discriminação. Porque o Movimento Inter-Religioso sempre fez questão de ser um movimento,

quer dizer, sem estatuto, sem legalização, sem uma formalidade, um grupo de pessoas que se afinavam com um objetivo.

O MIR saiu do ISER e o CRDR também. Então eu acho que são coirmãos. Embora nós continuemos a tradição do MIR e a origem seja essa, eu acho que o CRDR se institucionalizou. Porque o MIR quis permanecer como movimento e o CRDR sentiu necessidade de um perfil mais atual, mais efetivo e atuante. Indo mais ao encontro do público mesmo, não só entre as religiões. A gente viu que tinha necessidade de mais trabalho do que estava sendo feito, aí começamos.

Então, em 2000, nós fundamos o Centro de Referência contra a Discriminação Religiosa – CRDR. E o relatório anual do ISER reconhece o CRDR como uma atividade sua, junto com o MIR. O documento coloca a atuação do Centro de Referência como a mais efetiva na promoção do diálogo, quer dizer, como um ponto ao qual as pessoas podem recorrer como defesa. E desde 2001 o CRDR tem funcionado assim: na promoção do diálogo interétnico e inter-religioso, mas, principalmente, como prevenção da discriminação religiosa.

Em 2002 nós passamos a ser uma ação do governo. O Governo Estadual, através da governadora Rosinha Garotinho, institucionalizou o CRDR como um órgão governamental para representar a diversidade religiosa e nós tivemos – e temos ainda – um escritório na Central do Brasil. No final do ano 2006, com a mudança de governo, o CRDR continua com a sala, mas está, vamos dizer, adormecido. E nós começamos a desenvolver mais a ONG porque, na realidade, o CRDR era uma ONG. Então desmembramos o nosso estatuto. A ONG agora se chama INTERPAZ e trabalha no diálogo interétnico e inter-religioso. Continuamos sempre no MIR, mas nós passamos para um trabalho mais efetivo, de eventos nacionais e internacionais e de promoção em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, que resultou na Cartilha de Diversidade Religiosa

e Direitos Humanos. Esse documento circulou no Brasil todo e contém a Carta dos Direitos Humanos da ONU, sendo comentado por várias tradições religiosas para mostrar que Deus é um só. Ficou muito bem feito e nos dá muito orgulho.

Em 2007 nós lançamos o Calendário de Direitos Humanos Inter-religioso e Interétnico, com datas sagradas de trinta e cinco tradições religiosas – muitas que estão no MIR e outras que não pertencem a ele, mas que conhecemos ao longo de nossa trajetória. Este ano fechamos uma parceria com o Ministério das Comunicações e estamos implantando quatro projetos-modelo de centros de inclusão social e digital, ensinando direitos humanos e cidadania por meio do computador. Então estamos assim, com esses projetos em andamento. Estamos fazendo um portal interativo na Internet para que as pessoas possam ter acesso às informações das tradições religiosas, como datas, dados históricos, onde estão localizadas, quais as principais cerimônias, etc. E isso tentando atingir a todos. Paralelamente continuamos com a tradição da Encantaria Cigana, que é o nosso fundamento mesmo. Temos o templo em Guaratiba há 30 anos e lá, em toda lua cheia, realizamos a Fogueira da Lua Cheia, que é um ritual de energização da Encantaria Cigana.

Uma avaliação do papel do MIR

A Aldeia Sagrada é uma das coisas que eu computo como mais bonitas e mais importantes que eu já vi. Quer dizer, onde todas as tradições religiosas estão representadas. Em 2007 aconteceu uma menorzinha, a gente fez num salão, um salão com todos os altares, o mais lindo do mundo. Todas as cerimônias aconteceram ali, com as bênçãos de todas as vibrações, de todas as tradições religiosas. Então, acredito que o trabalho do MIR evoluiu, está mais na essência. Porque uma coisa que eu aprendi com o Professor Gonçalo Medeiros é que, na realidade, o fundamento de tudo são valores humanos. Eu levei o Gonçalo, que

era o meu amigo pessoal, para o MIR. Pessoas que eu conhecia, que eu achava que eram importantes, eu convidava para o MIR. O que a gente sempre reclamou na comissão executiva é que havia pouca divulgação. Quer dizer, na Aldeia Sagrada o público era pequeno, então ficou quase que uma ação entre amigos. Uma tradição que requisitava outra, que requisitava outra. Mas gente de fora, não. Isso é uma coisa que eu acho que poderia ter uma amplitude maior, tentar chegar mais ao povo.

O problema do MIR é que realmente os evangélicos nunca quiseram participar. Isso é uma pena, mas no CRDR nós temos também defendido evangélicos porque, aí, não tem isso. Se você é dialogo, é diálogo. Você não pode tendenciar para um lado. No CRDR, por exemplo, a Encantaria Cigana é uma das tradições. Todas são igualitárias, todas têm o mesmo peso e a mesma importância.

Eu acho que as reuniões do MIR são fundamentais. Muitas pessoas que eu levei para lá ficaram encantadas, nem sabiam que isso existia, nem sabiam que era possível sentar na mesma mesa. Então o MIR sempre foi a minha grande vitrine, um exemplo a ser seguido. Em qualquer lugar eu falo. Eu acho que é importante pela constância. Imagine: 15 anos, uma vez por mês. É o maior barato. Creio também que, principalmente na parte de cidadania, de direitos humanos, as coisas estão aceleradas no mundo todo e no Brasil. No MIR, por ser da comissão executiva e da comissão de ensino religioso, fui de deputado em deputado defender o ensino laico que a INTERPAZ está implementando. Então a gente também defende o Estado laico, não-confessional, porque na INTERPAZ nós estamos elaborando o material didático. Porque não adianta dizer que não pode ser, se você não der opções de material didático que fale das demais tradições, que fale das demais etnias. Por exemplo: a gente conseguiu que o nosso calendário de 2007 fosse distribuído em todas as escolas públicas estaduais. Então pelo menos as escolas públicas estaduais têm um calendário dos direitos

humanos. Portanto, a pessoa sabe que há trinta e cinco tradições religiosas funcionando no Rio de Janeiro. E que naquele dia nós tivemos o ano judeu e o ramadã. Um dia depois do outro. Veja que máximo! É nisso que a gente está investindo. O que a gente sentiu? Falta de material didático? Então estamos elaborando com a nossa comissão de consultores: material didático judeu, muçulmano, material didático de povos indígenas, para prevenir a discriminação e promover o diálogo. É por isso que eu estou falando: nós estamos em ações mais afirmativas. Por exemplo: as propostas, as discussões nascem do MIR, nascem do movimento religioso e da interação das tradições, mas a ação é necessária. Acredito que são complementares. Parte-se da proposta, mas tem que ter a ação. Senão fica só na filosofia e o povo mesmo não é beneficiado. Então, de repente aquela pessoa, que mora ali na pracinha da Glória, não sabe que aqui está se reunindo o MIR, com pessoas tão importantes, com fundamentos tão importantes. A gente até brinca na comissão e diz que nascemos um pouco patinhos feios. Nas próprias tradições, às vezes, algumas pessoas não estão muito de acordo com o diálogo. Mas aquelas lideranças que estão ali acreditam no diálogo. Segmentos diversos das muitas tradições são pioneiros, são corajosos e lutam pelo diálogo, lutam pela conversa, lutam pela harmonia.

**Katja Bastos, representante da tradição religiosa Encantaria Cigana. ■*

André Mello

Sal da Terra ou Arroz de Festa? Uma visão do Movimento Inter-Religioso no Brasil sob uma perspectiva do protestantismo histórico

Foi em 1992, no contexto da Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), que comecei a conhecer melhor o trabalho de diálogo (melhor seria dizer polifonia) dos movimentos inter-religiosos no Brasil. E, antes de qualquer outra palavra, adianto-me em informar ao meu leitor que este texto está muito marcado por aquela experiência.

A presença das tradições religiosas na ECO-92, em tendas que separavam os grupos em “tribos”, demonstrou uma forma de diálogo interessante: juntos, pelo ideal comum; mas separados em suas formas. Hoje percebo que essa fórmula parece ser a única possível, uma vez que respeita as diferenças, encontrando mínimos éticos que permitam o diálogo.

Até aquele ano, posso dizer que eu só conhecia as variações da experiência religiosa no Brasil de um ponto de vista acadêmico. Isto é, tinha uma vaga noção das nossas diferenças, quer através do Núcleo de Pesquisa do Instituto de Estudos da Religião (ISER) — minha primeira casa; quer através do IBGE; quer através dos estudos no Seminário Teológico Presbiteriano; quer através de simpósios ou de uma farta literatura religiosa, analítica, crítica e autocrítica... Destaco, aqui, especialmente a publicação *Sinais dos Tempos*, do ISER — que ainda hoje serve de mapa nesse Universo de Crenças — e o mapeamento exaustivo que o ISER realizou das igrejas evangélicas e das religiões mediúnicas no Rio de Janeiro.

Na prática do encontro das nações e tribos da ECO-92, consegui perceber que a realidade é bem mais complexa do que qualquer estudo

possa conceber. Ali as pessoas simplesmente transitavam pelas tendas em dois grupos distintos: os que tinham uma “tribo” e os que colecionavam lembranças (de qualquer tipo) de cada tribo. Teoricamente já sabíamos disso, mas perceber esse movimento em curso é extremamente desconcertante.

E o “desconcertante” acima inclui a falta de “concerto”, de pontos de apoio ao diálogo e à tolerância religiosa, pois a multiplicidade de vozes da multidão também impossibilita a emergência de qualquer conversa. No Brasil, o diálogo simplesmente fracassa porque não podemos saber “com quem” estamos falando! O povo brasileiro é religioso ao extremo e, talvez por isso, tem o dom de acreditar e de participar de todos os extremos de variações do tema “fé”. E acredito que, por isso mesmo, as diversas iniciativas de diálogo inter-religioso e até mesmo de “ecumenismo” encontrem imensa dificuldade ao lidar com essa vertente do problema. É mais fácil propor um acordo entre dois pólos opostos (como na Irlanda ou em Israel), com uma agenda bem definida de pontos a tratar, do que ampliar a mesa a cada rodada por conta da chegada de um novo participante, como acontece entre nós, no Brasil. A sensação dos que já estão sentados para o diálogo há algum tempo é de que a conversa está sempre começando — e de que ela nunca vai chegar a lugar algum.

E para piorar a falta de concerto, o diálogo sempre fracassará quando não se conhecerem as “zonas cinzentas” e as realidades inequívocas da diversidade competitiva. Isto é, não é virando as costas para os conflitos que resolveremos o problema. Não é possível negar que a vitalidade religiosa implica uma certa competição. E quanto mais expressões religiosas existirem em campo, maior será a competição intra e extragrupo.

Toda essa introdução é apenas para lembrar que, de início, o diálogo inter-religioso enfrenta um problema em sua gênese, que é ao mesmo tempo uma armadilha e um impedimento do próprio diálogo. Trata-se de tentar definir, com

tantas variações e representações, “com quem” poderemos conversar... O primeiro problema do diálogo está nos seus interlocutores.

Explico-me. Considero que o diálogo é difícil porque não há tradição religiosa no Brasil que esteja unificada em suas representações. Vou ficar apenas nas grandes tradições para explicar o tamanho do problema. Os catolicismos possuem suas várias vertentes (ainda que o Papa e o Magistério tentem enquadrá-las). Os protestantes e os evangélicos (fractais por vocação) já estavam representados, em 1991, com mais de 500 denominações diferentes e divergentes. Os grupos mediúnicos (espíritos, candomblecistas e umbandistas) também só conseguem reunir forças para enfrentar inimigos em comum — de preferência evangélicos e pentecostais. Como fazer esse povo, que concentra a maioria da população, desenvolver algum diálogo que não seja uma Babel?

Aqui entre nós, até mesmo grupos com fortes laços de tradição e hierarquização se dispersam e se fragmentam — israelitas (judeus) e islamicos (muçulmanos) são alguns dos exemplos que me ocorrem deste último caso. Que dizer, então, dos orientalismos e dos grupos religiosos cuja preocupação nunca foi com a centralidade administrativa ou com a representação institucional? Que dizer das vertentes religiosas micro/minoritárias e daquelas cuja fenomenologia ou organicidade nos faz duvidar de que se tratam de organizações religiosas? Que dizer, também, daqueles grupos que, dependendo do interlocutor, ora definem-se como filosofia, ora como ciência, ora como religião? Enfim, não é fácil dialogar quando não se sabe bem com quem e por quê dialogar.

Por isso tomei uma decisão. Vou deixar de lado o *quem*, visto que determinar o interlocutor correto e devidamente representativo é um problema insolúvel. Sempre aparecerá um grupo novo neste Brasil grande (e nesta escala planetária de uma galáxia inter-religiosa) e sempre é possível que uma determinada facção interna assumo o poder dentro desse grupo,

desacreditando o diálogo feito anteriormente — vejam a respeito disso os avanços e recuos que os movimentos ecumênicos enfrentam cada vez que há alternância de cargos e correntes internas no diálogo.

Além disso, acredito que perder tempo definindo quem pode sentar-se na mesa conosco é uma atitude contrária à fé cristã. Jesus simplesmente estava aberto ao diálogo com todos os pecadores e pecadoras de seu tempo — e até mesmo com os “sindicatos de santidade”, devidamente representados pelos fariseus, Cristo entabulou bons diálogos.

Decorre disso uma conclusão: a de que não é possível, nem justificável, ficar determinando qual interlocutor deve ou não receber a bênção do nosso diálogo, da nossa presença e de nossas orações. A porta está aberta para todos, para quem quer e para quem não quer entrar. Mas, por outro lado, é preciso *definir*, pelo menos, sob qual base podemos conversar. O *porquê* e o *como* são imperiosos nesse diálogo. Se a conversa pretender apagar as fronteiras, os marcos antigos, destituir e diluir as diferenças, estará fadada ao fracasso. Porque os princípios e as identidades dos grupos são sempre inegociáveis.

Além do mais, somente os grupos realmente diferentes podem estabelecer um diálogo que mereça devidamente esse nome. Eu só acredito no diálogo entre os diferentes. Com os iguais, fazemos coro — e não diálogo. Quando Jesus Cristo nos convida a ser *sal da Terra e luz do mundo* (Mateus 5. 13-16), no contexto do *Sermão do Monte* — o mesmo das *Bem-Aventuranças* —, Ele está chamando os seus discípulos para viverem a sua diferença entre os diferentes.

Esta experiência (ser sal e luz) e atuar na sociedade é que me leva a perceber que as necessidades e as dimensões do diálogo inter-religioso são as mesmas realidades e dimensões da sociedade. São os grandes temas sociais que nos impelem ao diálogo e não as celebrações de confraternização. Como na experiência da ECO-92, o Comitê Inter-Religioso da Cam-

panha contra a Fome e pela Vida (do IBASE, liderada pelo Betinho), em 1993, também mostrou que eram os temas sociais os que mais promoviam a reunião dos religiosos dispostos ao diálogo. O tema em comum e seu impacto claro e bem determinado na sociedade era maior do que as diferenças e os seus resultados falavam bem de perto aos que tinham uma ética coerente com seus credos.

A preocupação com a fome e com o sofrimento do próximo é inerente a todas as religiões e esse era um tema da cidadania que tangenciava os diversos discursos religiosos éticos — organizados em torno de códigos de conduta. E curiosamente mobilizava até mesmo aqueles grupos que não tinham códigos morais de comportamento. É como se todos fossem atraídos pelo caráter supranacional e suprarreligioso desses temas.

No caso do meio ambiente, curiosamente as visões eram divergentes, mas a preocupação com o planeta era a mesma. Para algumas tradições religiosas a ecologia não era uma ciência, mas uma filosofia de vida. Para outras, a ecologia fazia parte de uma teologia. Mas, no final das contas, se até as nações entenderam-se, por que não os credos?

A fome e o sofrimento e, mais adiante, a violência — motivo que levou à fundação do Viva Rio — apelavam para o sentimento ético de todos os religiosos e seus compromissos com a vida e com a Paz. Foram também um ato e um comitê inter-religiosos que marcaram a fundação do Viva Rio e do Dia de Mobilização pela Paz. Mas, de dentro do movimento, especialmente entre os protestantes históricos — acostumados com metas e resultados — começava timidamente uma cobrança por posturas, documentos e resultados, que superava o conagraçamento e a “unidade” de causas cívicas entre as lideranças religiosas.

Mais adiante, foi possível verificar que os níveis de engajamento se esgarçaram nas diversas campanhas de desarmamento. Os evangélicos e evangelicais (aquele ramo dentro das igrejas

protestantes que adota o Pacto de Lausanne) abraçaram de imediato a causa, espalhando adesivos “Rio desarme-se” pela cidade. Os engajamentos foram diluídos de acordo com o nível de organicidade de cada tradição religiosa, esbarrando até mesmo em algumas resistências. E isso voltou a ocorrer nas últimas campanhas de desarmamento, incluindo aquela do plebiscito a favor da vida e pelo controle das armas de fogo, fragorosamente derrotado nas urnas em 2005.

A esta altura, já é possível perceber o viés protestante que há nesta análise. Penso que é impossível promover “celebrações pela paz” enquanto crianças são assassinadas pelas ruas. Imagino ser muito difícil para quem usa os dois lados do cérebro acreditar que as pessoas serão melhores apenas pela “mentalização” de ideais positivos. É uma ignomínia fechar os ouvidos à dor alheia por achar que a mesma é uma “ilusão” ou algo determinado pelo destino. Faz parte da ética protestante sempre requerer de nós aquilo que temos de melhor, alguma ação e posicionamento, mesmo que ela seja uma marcha até à capital pela não-violência.

Um outro protestante, militante da causa da “tolerância religiosa”, Jether Ramalho afirma que um “ecumenismo de resultados” é visível na aliança dos grupos religiosos com os movimentos sociais. A atividade política só tem a ganhar com a presença de lideranças religiosas ativas e engajadas. Além disso, a abertura para os diálogos da sociedade ajuda a superar aquela competitividade religiosa de que falamos anteriormente, fruto de uma vitalidade religiosa intra e extragrupo. É mais fácil para um protestante ético ser aliado de uma causa social em que acredita e lutar ao lado de um religioso do qual discorda por um bem comum do que defender um irmão de fé que está agindo contra Deus e contra a humanidade. O pastor Dietrich Bonhoeffer é um exemplo disto que estou falando e a Igreja Confessional sempre se levantou contra a aliança espúria que move os interesses de Estado e os interes-

ses de grupos organizados dentro do Estado, contra a sociedade e contra o bem.

Aqui lamento apontar uma questão que tem ficado em segundo plano nas dinâmicas do diálogo inter-religioso: a defesa intransigente da laicidade do Estado, da liberdade religiosa e da separação entre o público e o privado. Talvez por ser uma discussão política e institucional e pela fragilidade de algumas instituições envolvidas no diálogo, tais questões não têm tido a relevância que observamos nas instituições congêneres dos EUA e Europa, por exemplo.

Para ilustrar esse ponto, sirvo-me de um exemplo: a questão do ensino religioso nas escolas. Pessoalmente, defendo a tese de que o ensino religioso nas escolas (especialmente as públicas) é uma afronta à laicidade que emana da Constituição Cidadã de 1988 e à liberdade de religião, que é o princípio de toda a tolerância religiosa das democracias modernas. O ensino religioso na rede escolar, historicamente, só foi compatível com regimes autoritários e foi utilizado largamente para disseminar estratégias de estigmatização das minorias, realizar catequese dissimulada dos credos intolerantes e para uma “oficialização” da religião das majorias.

Além disso, tenho uma desconfiança inarredável dos aparelhamentos do Estado e das estratégias de conquista do poder por parte de grupos religiosos. Se a caneta do governante nomeia os professores e se as políticas de governo definem os currículos, é ilusão esperar garantias de que o ensino religioso será meramente ético e cidadão. O caráter profundamente individual e privado da fé, a meu ver, é incompatível com qualquer iniciativa de publicidade religiosa ou de tomada do espaço público pelos credos privados.

Por tudo isso, creio que é papel dos religiosos esclarecidos e da fé protestante confrontar os modelos tirânicos que se escondem por trás de uma “ideologia de um ensino religioso confessional” e por baixo de uma “prática do ensino

religioso não-confessional” ou “ecumênico”. A César o que é César, a Deus o que é de Deus. Prefiro ser *sal da Terra* do que arroz de festa!

Isso significa que sou favorável ao diálogo e à tolerância, mas não consigo concordar com a falsa doutrinação que apaga as diferenças e que promoverá, por fim, a pasteurização e monopolização do discurso religioso — numa “geléia geral” sem distinções que sejam realmente marcantes e que termine por inviabilizar o diálogo. A liberdade de consciência, a liberdade de credo, de opinião e de informação não pode ser ameaçada, nem mesmo pelas “boas intenções” e “boas vontades”.

Se precisamos nos unir, que seja por uma causa pública e pelo bem de todos e conclamo os líderes de cada confissão religiosa para que lutem contra o ensino religioso nas escolas públicas (e também nas demais, se isso for possível). Porque, para as igrejas confessionais, fé é um assunto pessoal e privado. E porque, na lógica protestante, só Deus tem autoridade sobre as consciências e só as famílias têm autoridade sobre seus filhos. Amém!

Escreva-me se/quando quiser para dialogar e responder a este artigo: revmello@gmail.com.

***Rev. André Mello** é pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil. ■

Cristina Brito

O Movimento Inter Religioso e o Movimento Espírita

De que nos serve a religião? Qual a sua proposta, senão nos ajudar a nos tornarmos seres humanos melhores, numa mais estreita conexão com Aquele que nos criou para a perfeição?

Essa maior aproximação com a Divindade, a partir do processo longo e trabalhoso que realizamos através dos séculos, vai se desenvolver dentro de contextos próprios, particulares e pessoais que caracterizam a enorme diversidade, marcando os variados grupamentos religiosos, denominados Tradições. E vamos constatar que o resultado do somatório de experiências e trabalhos desenvolvidos por esses grupos tem um valor inestimável, não apenas para aquele que é diretamente favorecido pelo processo — ou seja, aquele que se dedica a se tornar melhor através da vivência dos preceitos religiosos abraçados —, mas também para todos que com ele convivem e até mesmo para a sociedade como um todo, pois se reflete, inclusive, na melhoria da qualidade de seus cidadãos.

A riqueza de culturas que vamos encontrar na sociedade brasileira nos favorece a possibilidade de convivemos com os mais diferentes modos de adoração e relacionamento com o Divino. Essas diferenças em nada comprometem uma real integração entre os diferentes modos — as diferentes Tradições —, integração essa que vemos acontecer através da promoção realizada pelo Movimento Inter-Religioso, o MIR.

A multiplicidade de Tradições revela uma das mais belas e desafiadoras características do ser humano: a sua complexidade, revelada nas sutilezas da interpretação do Divino e, ao mesmo tempo, sua simplicidade na capa-

cidade de se entregar a esse mesmo Divino. Temos assim que as aparentes diferenças desaparecem na unicidade do sentimento de todos os que se permitem buscar essa relação transcendente do homem com Deus, independente da forma como esse homem O interprete. Ele será sempre o filho, a criatura; Deus será sempre o Pai, o Criador.

O que temos, a partir daí, é um grande encontro de filhos de um mesmo Pai, ou seja, um grande encontro de *irmãos*. Essa fraternidade, que nos liga de forma ampla e profunda, é uma das mais belas experiências proporcionadas pelo Movimento Inter-Religioso. A oportunidade de não apenas conhecer as diversas Tradições, mas também os irmãos dessas mesmas Tradições tem sido, para todos os que vivenciam o MIR, um ganho que as palavras se revelam sem condições de traduzir a contento.

Quando a alegria dos corações irmanados num mesmo ideal de “paz na Terra aos homens de boa vontade” houver se espalhado de forma definitiva em todo nosso querido planeta, acabarão, enfim, as desigualdades entre nós. Desigualdades que são apenas aparentes, pois, independentemente da forma, irmãos são e serão sempre irmãos, iguais na essência.

Questões de incompreensão e intolerância estão, dessa forma, fatalmente com os seus dias contados, pois é chegado o tempo da regeneração da humanidade terrestre. Tempo onde o Reino de Deus encontrará morada no coração humano.

O Movimento Espírita caminha consoante à proposta da doutrina espírita: promover a melhoria moral do homem de acordo com os esforços por ele empreendidos para a sua transformação íntima. O *Evangelho* é nossa bússola; Jesus é o nosso mestre e a doutrina espírita é a lente através da qual o espírita busca enxergar melhor o caminho que lhe cabe trilhar rumo à sua própria redenção.

Participar do MIR tem sido uma oportunidade ímpar para todos nós do Movimento Espírita. Compartilhar conhecimentos, conhecer as diversas tradições, poder conviver com tantos irmãos com afinidades de propósitos no Bem, desenvolver atividades em conjunto, como a nossa querida Aldeia Sagrada, têm marcado esses felizes anos de convivência fraterna.

Para que serve a religião?, perguntamos ao iniciar este artigo. Sim, serve para reunir, religar o filho ao Pai, mas também para religar os corações dos irmãos, independente da tradição abraçada. Graças a Deus.

**Cristina Brito é diretora da área de relações externas do Conselho Espírita do Estado do Rio de Janeiro. ■*

Wanda Linhares

A Grande Fraternidade Branca e os 17 anos do MIR

A Grande Fraternidade Branca tem estado sempre presente nesses 17 anos do MIR, desde a ECO-92 até os dias de hoje. Compartilhamos o ideal de unidade, conectividade, cooperação, intercâmbio de conhecimentos, valores e experiências, não só entre as diversas religiões e tradições espirituais, como também entre os indivíduos, culturas, raças, povos e nações.

Em um mundo de transformação e divergência de interesses, comungamos com o mesmo propósito do MIR de ajudar a humanidade a desenvolver uma cultura de paz, tolerância, compaixão e reverência à vida. Cabe às religiões dar o exemplo de respeito às diferenças, numa demonstração palpável de que a diversidade complementa, soma e enriquece, sem enfraquecer os alicerces do *dharm*a que norteia cada uma.

No MIR reconhecemos um campo de força propício para unir o propósito com a ação; o conhecimento espiritual e ritualista, com os vários métodos de ensino e orientação prática; o diálogo amistoso e a convivência harmoniosa; a possibilidade de sincronização dos esforços conjuntos em uma rede de luz inclusiva e abrangente, que atrai das mais altas esferas o suprimento espiritual necessário para fazer soar a voz das religiões nas necessidades, conflitos e relacionamentos da sociedade com sabedoria, equilíbrio e critério.

A Grande Fraternidade Branca

Apesar das raízes d'A Grande Fraternidade Branca, em seu mais amplo e abrangente aspecto, serem milenares, temos, nesta nova era que já raiou — na qual nossa principal bandeira é a liberdade, preconizada e sustentada pelo Mestre Ascensionado Saint Germain —, o compromisso de ampliar o leque da verdade

a patamares mais universalistas e cósmicos. Neles a ciência e a religião se complementam para, através de uma perspectiva dimensional superior, atingir novos horizontes paralelos *dentro e fora* do homem (o micro e o macrocosmos). Ao mesmo tempo, procuramos orientar as consciências para paradigmas compatíveis com o progresso e a aceleração da evolução espiritual, ética e tecnológica, dentro dos princípios de compaixão, tolerância, fraternidade, paz e amor impessoal, exercidos não apenas nas práticas espirituais, mas sobretudo na vida diária.

Como estamos em uma era de transformação e oportunidades, alguns dos nossos mais caros objetivos são ajudar a humanidade a se conscientizar de seus direitos e responsabilidades, especialmente sobre o uso da energia através dos pensamentos, sentimentos, palavras, ações e reações; ajudar na compreensão de que a energia emitida circula e de que estamos sempre influenciando e sendo influenciados. Com essa finalidade, para purificar a energia mal qualificada, utilizamos a ciência do fogo sagrado, especialmente a Chama Violeta do Amor Libertador, que é a alquimia divina da misericórdia, do perdão, da purificação, da transformação e da libertação; que tem o poder e a inteligência para atuar nas causas/núcleos/ registros/ memórias/ efeitos das energias e *karm*as individuais e coletivos que afligem a humanidade e acarretam doenças, penúrias, violências e guerras.

Os três eixos básicos para um Movimento Inter-Religioso

Sob o prisma d'A Grande Fraternidade Branca, um movimento inter-religioso tem três eixos principais, a saber: 1) A união com a fonte de toda a vida e de todo o amor, magnetizando a luz e as qualidades divinas para sustentar e expandir o propósito do movimento; 2) promover o intercâmbio harmonioso e o respeito mútuo entre as diferentes religiões/tradições, proporcionando maior conhecimento dos princípios básicos e práticas ritualísticas de cada uma; 3)

tomar parte de ações sociais e atos cívicos, visando, quando necessário, a intermediar com justiça, imparcialidade e discernimento os conflitos da vida comunitária, bem como a educar as consciências para uma maior elevação do nível espiritual e ético, tendo como finalidade a paz e a fraternidade universal.

A Grande Fraternidade Branca durante esses 17 anos do MIR

No decorrer desses 15 anos, A Grande Fraternidade Branca tem mantido uma estreita unidade com o MIR, comparecendo assiduamente às plenárias mensais, às cerimônias inter-religiosas e a encontros de caráter cívico e humanitário, bem como a todas as Aldeias Sagradas.

Durante todo esse tempo, temos procurado atrair, magnetizar, expandir e manter acesa a chama do propósito sagrado da união entre o divino e o humano no verdadeiro sentido do “religar”. Ou seja, atrair e deixar fluir a luz, sem dogmas, preconceitos ou imposições, para a construção, dentro do MIR, de um núcleo-coração de integração e respeito mútuo entre as tradições espirituais. Compreendemos que, unidos, nosso alcance será muito maior porque estaremos dialogando em várias linguagens, vários métodos de ensino espiritual, meditação e orientação prática, através de múltiplas sendas da verdade, em cujo âmago comungamos o mesmo ideal de paz, amor e progresso espiritual e físico.

Gostaríamos de mencionar que, no decorrer desse período, seja nas solenidades ou nos encontros inter-religiosos, A Grande Fraternidade Branca manteve a prática de envolver as pessoas presentes, o MIR, a cidade do Rio de Janeiro, o Brasil e o mundo inteiro na Espiral de Chama Violeta, um poderoso exercício de transmutação e libertação.

As principais realizações do MIR

Não pretendemos fazer uma análise desses 17 anos do Movimento Inter-Religioso, apenas

um “passar de olhos”. Muito foi realizado. Tivemos intensos momentos de calorosa amizade e compreensão entre as tradições; um maior conhecimento e troca de vivências; o respeito mútuo cresceu no decorrer do tempo de convivência.

Não poderíamos deixar de mencionar a ECO/92, a primeira vez que o Movimento Inter-Religioso deixou sua marca como uma força espiritual em ascensão. Também foi muito significativo o apoio do MIR à Campanha contra a Fome, juntamente com o Betinho.

Damos um destaque especial às Aldeias Sagradas, que em nosso entender devem ser mantidas e incrementadas, pela grande oportunidade de atrair, pelas “tendas”, rituais e debates com um público ávido por conhecimentos espirituais; e pela oportunidade do intercâmbio alegre e amistoso entre os componentes das diversas tradições. Na Fundação Progresso o MIR pôde, através de suas tradições, mais uma vez demonstrar a unidade dentro da diversidade. Esteve presente ainda na montanha do Corcovado, com danças sagradas e pombas brancas na montanha, invocando a paz mundial. Fez sentir sua solidariedade na chacina da Candelária e em outros encontros de dor, como na tragédia do ônibus 174, levando apoio e conforto aos passageiros e familiares e purificando as energias da violência. Foi uma alegre nota desfilando na Praia de Copacabana ou junto ao Forte do Leme.

As mesas redondas atraíram um público significativo, especialmente no encontro com os xamãs e os caciques, tornando a presença indígena mais conhecida e respeitada e proporcionando o debate entre a ciência e a religião. Reconhecemos também, com gratidão, a dedicação e esforços da comissão que tem atuado em prol da preservação dos espaços sagrados da floresta e da educação ambiental; assim como da comissão que tem participado persistentemente do esforço contra a discriminação religiosa e da discussão sobre o ensino religioso nas escolas.

Metas a serem alcançadas

Plenárias mensais: temos sentido falta de continuidade no comparecimento das plenárias mensais por parte de muitas tradições. Embora reconheçamos a dificuldade dessa frequência — em face dos compromissos pessoais, profissionais e espirituais de todos nós —, gostaríamos de fazer um apelo para que cada um, com sua experiência e sabedoria, contribua com uma terça-feira mensal para manter acesa a tocha do propósito inter-religioso e manifestar os pontos que considera interessantes para o debate. A opinião de cada tradição é muito importante para o contexto todo. Enfatizamos a máxima: *o mundo de amanhã é construído hoje*. Ajude a elaborar o MIR que você deseja e que o mundo precisa.

Fóruns espirituais, ambientais e culturais, mesas redondas: realizar comemorações de datas importantes das tradições que assim o desejarem; fóruns culturais e ambientais de diversos temas coerentes com os objetivos do MIR.

No balanço geral não vamos destacar nomes, sabendo que cada um fez o melhor possível para dar sua contribuição pessoal e incrementar a união e a fraternidade entre as diversas tradições. Olhando para o passado e erguendo nossa visão para o futuro, nossos parabéns ao MIR, a todos os queridos companheiros de tantas jornadas e as boas vindas para os que estão se aproximando.

Que possamos permanecer juntos, em um mesmo alento, uma única vibração, energia e consciência, construindo o *aqui e agora*, sabendo que “a luz de Deus é sempre vitoriosa!”

**Wanda Linhares é representante da tradição religiosa A Grande Fraternidade Branca. ■*

Renato Chiera

A trajetória

Eu tenho 65 anos; sou italiano de origem e de adoção brasileira há quase 30 anos. Cheguei ao Brasil em 1978, em junho. Então, em junho de 2008 fiz 30 anos. Eu sou formado em filosofia, na faculdade católica de Milão. Dava aula e trabalhava com a juventude estudantil lá na Itália. Estava bem, trabalhando com a comunidade, e fui convidado a vir ao Brasil pelo meu bispo. Tínhamos assumido um compromisso com a arquidiocese de Nova Iguaçu porque naquela época estava sem padre, sem vocações. E o papa tinha pedido ajuda às arquidioceses mais ricas em padres com uma carta chamada *Fidei donum*, dom da fé. Então, nós somos chamados padres fideidonos. Foi o papa que solicitou. Aí eu deixei a filosofia — tinha ganhado a cadeira —, deixei todos os laços que tinha com as comunidades e vim ao Brasil, sem sequer conhecer a língua. Conhecia apenas algumas gírias, como “entrar pelo cano”.

Cheguei, não para trabalhar com meninos como depois aconteceu, mas como missionário nas comunidades periféricas. Trabalhei em duas paróquias: uma, Cruzeiro do Sul; e a outra, Miguel Couto, onde estou ainda. Na realidade, muito abandonadas, periferia de periferia. Sobretudo em Miguel Couto, ainda hoje é uma grande periferia, semiabandonada ainda. E aqui me deparei com o sofrimento do povo. O abandono religioso, social, econômico, falta de protagonismo, falta de raízes, falta de autoestima, sem rumo, rocha, sem raízes. E aí comecei a trabalhar, congregando essas pessoas. Ia ao encontro delas, pegava a pick-up com som e combinava como encontrar. Aí nasceram 19 comunidades, igrejas que hoje estão crescendo. E aqui também tive relações com outras religiões. Na paróquia aqui da Baixada a maioria é evangélica, muitos cultos afros. Para cada igreja católica há 20 a 25 das outras. Então eu sempre tive muito diálogo, muito encontro, não choque. Seja com os grupos evangélicos,

com os quais nós temos uma identidade: a bíblia, Jesus Cristo, uma pessoa fundamental na nossa fé; seja com os cultos afros, que pra mim sempre tiveram uma atração especial porque a maioria aqui do nosso povo tem raízes africanas. Aqui há muitos cultos afros nas suas várias denominações. A maioria é Candomblé e Umbanda, que o pessoal chama de Macumba, muitas vezes, e também de Quimbanda. Aí eu tive muitos contatos com mães-de-santo. Tem a mãe Beata, que mora aqui em cima, que é uma grande amiga.

A minha postura foi sempre ver aquilo que tinha de bom nos outros, a semente de Deus, do Verbo, como diz o Concílio Vaticano II. A semente do Verbo presente em todos, em todas as pessoas e certamente também em todas as manifestações religiosas. Isso me ajuda muito porque em todo lugar se encontram coisas boas, algo de Deus. Então, com essa atitude, eu fui crescendo no diálogo ecumênico. De fato, eu tinha pastores amigos. E algo de inter-religioso com outras formas religiosas, aqui sobretudo com os cultos afros. Daí fomos tecendo essas redes, não só entre os católicos, para criar a comunhão, mas também assumindo uma postura diferente, de respeito e não de agressividade, como os outros. Eu me lembro que pessoas dos cultos afros, vestidas de branco, vinham na igreja e inicialmente o povo mandava embora. E eu fui começando a acolher. Se eles vêm aqui é porque estão procurando alguma coisa. Então, vamos acolhê-los. E fazíamos celebrações aqui, bonitas. E um dia eles terminaram batendo palmas porque eles se sentiam amados. O que percebi era que nós devíamos amar o outro como eu amo a mim mesmo. Aquilo que Jesus pede para nós, cristãos. Amar o outro como a si mesmo, como amo a mim. Não é só amar o outro, como também amar a religião do outro como eu amo a minha. Chegar a isso é que parecia um absurdo, mas na verdade tem que amar a realidade do outro, a religião do outro, as pessoas do outro como amo a minha. Isso não quer dizer que eu largo a minha igreja, a minha religião, mas eu tenho que amar a

realidade do outro, a pátria do outro, a ideia do outro, a religião do outro como eu amo a minha religião. Isso, que me ajudou muito, também me foi doado por movimentos como o da Chiara Lubich. É o movimento inter-religioso, interecumênico, é um movimento que alcança os ateus, aqueles que não têm religião nenhuma – porque eles também têm algo de Deus, embora anônimo. Essa era a postura que eu tinha naquela época.

Visão de unidade que desemboca no movimento popular

Eu bebo essa espiritualidade da unidade: “que todos sejam um”. Jesus quer isto: que todos sejam um. Não quer dizer ser iguais. Que todos sejam um para um acolher o outro. Eu muitas vezes sonho a Igreja como uma porta, um jatinho que tem todas as portas. É um espaço para conviver, coexistir, dialogar, se complementar; e é aí que nós vamos ter a totalidade da expressão de Deus. Porque cada um de nós tem algo de Deus, não é um sincretismo estúpido. É ver o valor do outro, o que tem de válido. Isso nos completa porque cada um tem o seu acento especial, uma aceitação especial do Verbo, da expressão de Deus. Agora sabemos que Jesus é a expressão completa de Deus em nós. Então nós devemos captar essas coisas.

Eu procurei levar essa realidade das crianças, dos adolescentes, a realidade da morte, da violência contra elas, dos grupos de extermínio. Aqui estou numa região muito violenta; era muito violenta, era o berço dos esquadrões da morte. Aí eu entrei nesse trauma, nesse drama. É uma tragédia, de meninos não amados, de meninos eliminados antes de começar a viver. Eu senti nisso um grito como ser humano, como cristão, como padre. A gente não podia aceitar essa eliminação sumária sem indignação. Como não se indignar? Então eu entrei forçadamente. O menino foi assassinado na porta da minha casa; outro menino, aqui na paróquia; cinco ou seis foram assassinados em um mês. Um veio me pedir ajuda porque já havia mais 40 para morrer, marcados para

morrer. E dizia que não queria morrer. Esse grito para mim foi o grito de Jesus que dizia: aquilo que tu fazes ao menor, fazes a mim.

“E eu não quero morrer e eu preciso de você”. Foi por isso que eu entrei nessa realidade, que hoje é uma realidade muito grande. A Casa do Menor, eu acho, é uma das maiores expressões no Brasil que está trabalhando nesse setor. Estamos presentes em outros pontos do país, estamos abertos a outros lugares. Nós já recuperamos quinze mil; já profissionalizamos e ajudamos a ser cidadãos com algumas derrotas. Alguns meninos foram assassinados e tinham contato conosco. Não sei se foram 20, 30 que não conseguiram se recuperar. Mas a maioria tem um caminho bom.

Experiência do diálogo inter-religioso na paróquia

As nossas comunidades, também católicas, vêm de uma atitude – talvez de uma formação – de defesa. Agressividade nem tanto, mas de defesa. Outras vezes, outros grupos religiosos eram muito agressivos contra a Igreja Católica e contra os católicos. Então nosso pessoal estava na defesa e certamente numa abertura, num diálogo. Eu como padre, acho que influenciei muitas comunidades. Hoje é uma atitude diferente que as comunidades têm. É uma atitude dialogante, de respeito. Procurar aquilo que nos une e não aquilo que nos divide; procurar os valores nos outros. Quando falo nas comunidades de Miguel Couto, eu posso afirmar isso. Claro que há algumas exceções. Então também se tornou um pouco uma coisa de comunidade. Mas, inicialmente, era algo muito meu. Uma coisa pessoal, pelo fato de que eu venho de uma espiritualidade da unidade.

A imagem de Deus em todos. A presença de Deus em todos. Alguém que deve ser amado. Daí foi fermentando e hoje nós temos uma realidade de não agressividade. Certos grupos evangélicos eram muito agressivos, mas hoje, aqui também em Miguel Couto, devo dizer a verdade: em Miguel Couto não tem mais isso. As

igrejas me convidam. Aqui temos também uma experiência na Casa do Menor com muitos evangélicos, também pessoas de cultos afros, temos pessoas budistas; aqui nós temos uma prática que nos une a todos. Nós somos católicos. A nossa identidade é católica. Ser católico quer dizer ser universal. Católico quer dizer aberto a todos, como Deus é. Deus não é dos católicos. Deus é Deus de todos. Jesus não é dos católicos. Jesus é Jesus, é Deus de todos e para todos. Se formos católicos, temos que gostar de todos como Jesus. Então aqui nós temos essa expressão, essa experiência que vai para frente. Temos evangélicos de várias denominações, católicos, budistas e a proposta que a gente fez a todo mundo é, sobretudo, a verdade do amor, que é o núcleo de Cristo: amai-vos uns aos outros; o mandamento que ele deixou é o testamento dele. “Amai uns aos outros como eu os amei”. Não falou: amai os católicos, amai os evangélicos, mas “amai uns aos outros”. Todos, e isso não impede de amar o inimigo. Até o inimigo. Vemos muitas vezes a Igreja Universal um pouco mais grosseira, mas mesmo assim a gente não vai imitar essa atitude. Então nós estamos vivendo isso. Num outro dia, nós nos encontrávamos todos juntos na igreja e recebemos a proposta de viver uma frase do evangelho, que é uma frase que diz geralmente sobre a relação com o próximo. Então, por exemplo, hoje é o amor recíproco, hoje é viver o amor recíproco. Amor recíproco é amar o outro não fazendo diferença nenhuma. As diferenças são riquezas para nós e não obstáculos.

Agora mesmo, como grupo, a gente tentou, a gente fez alguma coisa. E nós fazíamos na paróquia. Quando tinha problemas, por exemplo, de despejo, eu consegui contatos entre as várias igrejas. Alguns pastores aceitavam, tivemos momentos onde nós convidamos outras igrejas porque também a nossa arquidiocese tem essa postura. Agora, aqui em Miguel Couto, também. Quando tinha problema de terra, problema de invasão: mutirão; isso sempre foi assim. Quem animava era a Igreja Católica. Graças à Igreja Católica. Mas com todos os outros que são evangélicos. Porque, na experiência de mutirão

que nós temos aqui em São Bernardino, sempre trabalhávamos com os evangélicos. Nesses lugares mais afastados, a maioria é evangélica. E a gente colaborava com eles, a gente trabalhava com eles. Nem sempre havia um pastor presente. Porque, muitas vezes, as lideranças são mais ideologizadas, enquanto que o povo vê as necessidades concretas, que são todas iguais. São dos católicos, dos crentes, dos umbandistas, dos cultos afros. Todo mundo sofre. Então, quer dizer, instintivamente sentia que Deus não vai nos separar, não pode separar. A igreja não pode separar. Muitas vezes separa. Mas eles nos ajudam a captar que há causas pelas quais a gente tem é que se unificar. Em vez de ficarmos discutindo sobre religião, devemos trabalhar juntos, com problemas que são comuns, com situações que são comuns, e nós vimos que isso é um momento de diálogo muito interessante.

E sou muito estimado por todos os pastores e todo o povo. A maioria é evangélica e a gente ajuda, faz tudo, fizemos as casas; no bairro Padre Josimo foi uma luta de anos. Quem estava sendo despejado, toda vez a gente estava lá. E, quando tinha despejo na Luz, a gente também chamava, pedia a ajuda de outros quando havia mais perigo. Mas nós vimos que essa situação de necessidade unia muito e também no MIR a gente fala que as religiões devem se unir a serviço de causas da humanidade, a serviço de valores, a serviço de problemas. E nisso nós deveríamos dar mais passos ainda. A causa das crianças: aqui há meninos católicos, evangélicos, meninos que vêm dos cultos afros, os pais são mães e pais de santo. Mas são crianças. Então, eu acolho todo mundo; eu não pergunto a religião. A gente acolhe. O ser humano é Jesus para nós, é Jesus que está chegando e basta. Então essa é a postura que explica por que eu entrei no MIR, o que me atraiu. Foi essa a motivação.

Iniciação no MIR

Eu conheço o Rubem César há muitos anos, por outros motivos. Pela causa, pela luta comum. Homem que trabalha pela paz, contra

a violência, pessoa que conheço há muito tempo. André Porto é meu amigo pessoal. Quando tinha problema, a gente também vivia isso. Não é só encontro religioso formal. Ele conhecia a gente, conhecia o nosso trabalho. Acho que tinha e tem respeito. Então ele me convidou, dizendo que tinha o MIR, e também fui. E eu gostei de ver que havia diversidade religiosa, não só cristãos. Havia pessoas de muitas religiões que eu nem conhecia. Tem pequenas sementes aqui e eu me sentia bem. Muitas vezes era o único católico e eu nunca me senti desrespeitado. Sempre procurava também dizer que nós devíamos nos colocar na escuta de Deus no outro. Na escuta daquilo que o outro tem de bom. São Paulo diz: “tudo aquilo que é bom é justo”. Porque o Espírito Santo não é só dos católicos. Deus não é só dos católicos. E ele agiu através de Jesus, age através da Igreja com todas as dificuldades que nós colocamos porque na Igreja há seres humanos e tem um limite. Mas Ele também não tem fim. Ele não tem espaço. Ele age em todos os lugares. Então, Deus é Deus de todos. Através de todas as religiões, Ele também quer ser um instrumento de salvação. Essa sempre foi a minha postura com eles e muitas vezes não posso participar pelas dificuldades, até sinto por isso. Eu deveria estar mais presente.

Sempre foi um encontro bonito. Porque eu aprendi a dialogar, a me relacionar mais, a escutar mais, a valorizar mais. Tudo aquilo que tem o bem nos outros vai completar também a gente. Então sentia e sinto isso. Agora, nos eventos comuns, quando podíamos ir nós íamos, como lá em cima do Corcovado, o momento pela paz que fizemos, que foi muito importante porque colocou um sinal de respeito, de tolerância, num mundo fundamentalista, radical. Hoje a religião está radicalizando, o fundamentalismo está aumentando em todos os campos. Até no campo católico pode ter isso, até no campo cristão. Não é só no campo muçulmano; e me lembro que lá tinha muçulmano. Foi muito bom isso. E eu encontrei com eles, com os responsáveis pelo Islamismo. Foi bom também ter encontrado gente com

as nossas posturas, aquela preocupação com o Oriente, Iraque. Devemos cuidar para que não se chegue a uma radicalidade e uma agressividade de fundamentalismo, que muitas vezes está enterrada e pode vir para fora. Mas eu puxava também o MIR pra nos defrontar com causas comuns. E eu muitas vezes coloquei isso, pois achava que faltava um pouco no MIR. Demos importantes passos na questão do encontro inter-religioso. Foi muito bom o contato com os ortodoxos, árabes, palestinos, israelenses. Havia mães de Israel, mães árabes que diziam: “nós sofremos todos, nossos filhos são mortos de um lado e do outro e nós devemos superar aquilo que é o ideologismo, a radicalidade. Porque a vida esta se perdendo de um lado e do outro”.

Não conseguimos dar muitos passos, talvez porque eu não tenha trabalhado muito e devesse fazer mais, estar mais presente. A causa da paz cresceu um pouco mais. As igrejas colaboraram com a causa do desarmamento. E também puxei a causa para as crianças. Em escala mundial, todas as religiões deveriam se debruçar a serviço da vida. Religião quer dizer religar, quer dizer unir e não dividir. Começou a nascer alguma coisa, o Viva Rio querendo fazer alguma coisa com meninos nas favelas. Nós demos alguns passos, deveríamos ter um escritório lá no MIR para ajudar meninos que estão nas favelas, que estão correndo risco de vida. Alguma coisa acontece, mas ainda é muito pouco. Por exemplo: a Casa da Vida, das crianças. Uma casa mundial. Também no primeiro mundo tem muito essa problemática. Aqui se mata dando tiro, lá se mata de outras formas: violência sexual, violência doméstica, escondida, e muitos problemas. E também há pobres, tem exclusão. Há imigrantes e eles são excluídos. As crianças também não são protegidas, são exploradas no trabalho, tanta coisa. Então a gente puxou essa causa porque acho que é a causa da vida. Sempre falei isto: a causa da criança deveria ser o partido de todos os partidos, a religião de todas as religiões. A causa que nos une. E seria uma causa capaz de unificar muito. Porque em toda a parte do

mundo, em todas as religiões e em todos os povos, existe essa problemática. Não tem cor. Política não tem cor. Religião também não tem cor. A vida é vida. É sagrada por si, não precisa ter uma identidade religiosa. Ela é sagrada. A vida é Deus, a vida é sagrada.

Então foi isso que eu puxei, mas a gente é muito tomado pelos problemas para lá, para cá e eu não pude dar sequência. E também não é todo mundo que tem a mesma sensibilidade, porque eu dizia: “devemos pressionar os governos pra isso, devemos também pressionar a sociedade civil”. Eu vejo aqui. Temos lutas enormes. Tivemos que fechar uma casa. Não é só pra ter dinheiro, poderíamos fazer campanhas para dizer isso. Nós já mandamos cartas, já fizemos um movimento dando protagonismo aos meninos do mundo e lemos na ONU dos povos um documento feito por 170 meninos do mundo, de 17 nações, em que eles apontavam aos governos soluções. Soluções políticas, econômicas, sociais.

Contribuições e limitações do MIR

Eu sinto o seguinte: também deveríamos ter uma clareza teórica, teológica, de base. Por que nos encontramos? O que nós queremos? Qual é a motivação? É de encontrarmos religiões diferentes, aquilo que eu falei antes. Deveria ser mais explicitado que nós queremos procurar o bem que há no outro. Nós queremos procurar a presença de Deus no outro, as sementes do Verbo no outro; aquilo que tem de Deus, aquilo que tem de bom e que vem de Deus. Para construir um corpo onde aparece o rosto de Deus completo. Ninguém pode dizer: “nós somos o rosto de Deus perfeito, completo”. Cada um de nós tem algo. Mas precisamos de uma base, não sei se é teórica, ideológica, não sei como dizer. Uma base teológica um pouco mais clara.

Mas teria também que se chegar a um consenso, isto é, haver um documento base do nosso comunismo e do nosso diálogo inter-religioso. Por que nós somos inter-religiosos? O que nos

une a isso? Sem dúvida, o mundo tem essa coisa que acredita, que procura os valores do outro, que procura amar o outro como ama a si mesmo. Mas deveríamos explicitar um pouco mais aquilo que eu falei sobre o começo da minha prática. Eu comecei essa prática porque tinha convicções. Então deveríamos ver se é isso mesmo que nós queremos, clarificar mais, para que não fique uma coisa muito confusa em que a gente se encontra, mas não tem objetivos bem claros. É preciso saber qual é a base do nosso diálogo.

Outra área em que eu acho que nós deveríamos crescer são ações em conjunto. Encontrar causas que nos unem a todos; que atingem a todos que não têm um gosto religioso, político, que têm o gosto da vida e a causa da paz. Só que também a causa da paz pode ser muito ampla. Devemos concretizar mais. Se nós queremos ações, devemos concretizar mais essas ações. Para a paz, qual é a ação? Para a vida, qual é a ação? Para as crianças, quais são as ações? Para a exclusão do mundo, quais são as ações? Eu acredito que isso deveria se definir um pouco mais. Participar é bom, é importante. O fato do encontro já é de um valor enorme. Se a gente tivesse mais clareza, mais propostas, mais determinação. Não é justo pedir para os outros fazerem, se é para eu fazer. Eu vejo os meus limites. Deveria haver mais clareza.

Eu acho que a maior contribuição do MIR é a cultura da tolerância, do diálogo, do encontro. Não é só o MIR. O MIR é apenas um instrumento. Trabalhou-se essa cultura do diálogo, do respeito, do encontro. O diferente é uma riqueza para nós. O diferente me completa. A religião é uma força propulsora. Quando se usa Deus para levar à guerra, para justificar a violência, a gente está usando de forma indevida a religião de Deus. Porque é o contrário: devemos trabalhar os líderes religiosos para um encontro e para causas. Para mim, o diálogo, o ecumenismo e o encontro religioso acontecem na vida. Uma coisa que então eu diria, que é da minha espiritualidade, é que “onde dois ou três estão unidos em meu nome, eu estou no

meio deles”. Isso foi Jesus que falou, mas não foi para os católicos, foi para a humanidade. Onde há duas ou três pessoas unidas em nome dele, a quem se ama, nós atraímos Deus. Eu me encontro com evangélicos, com budistas, com mulçumanos, me encontro com o *sikb*. Se esse encontro tem amor recíproco, atraímos Deus. O Deus que é o Deus de todos. Deus é um só: Deus do amor, Deus da língua, Deus da comunhão. O encontro em si já tem um valor enorme. Eu vejo que, se nós nos encontrarmos e nos amarmos, Deus ilumina todo mundo e todo mundo dá passos. Hoje nós descobrimos que o ser humano é feito de amor, feito para ser amado e amar. Se isso acontece, é uma beleza. Se não acontece, é um desastre. Nós fomos feitos para amar e nos relacionar, para ser amados e amar. Isso é tudo para mim. Essa é a nossa proposta. Só isso. E nesse amor entre nós há a presença de Deus e Deus ilumina e as pessoas vão entendendo. Mas quem é que fala? A presença de Deus entre a gente. Se nós discutimos, brigamos, não há mais espírito entre nós. E a gente vai pra casa. O grande desafio, eu acho, é acolher o outro. O ser humano tem o amor no código genético.

**Renato Chiera é Padre da Igreja Católica Apostólica Romana. ■*

Yalorixá Abigail Kanabogy

A Jurema Sagrada – Jurema Preta

Ao escrever a estória da Jurema Preta, é importante citar a participação fundamental da comunidade indígena, de onde saíram tantos ensinamentos que acompanharam os mestres dessa religiosidade genuinamente brasileira, o Catimbó.

A contribuição de nossos índios é de importância valiosíssima para a construção da cultura regional e toda sua diversidade que, até hoje, segue com a amplitude que nos foi legada. Isso inclui tanto a medicina natural, com a utilização de árvores, com suas raízes, caules, cascas, folhas, frutos e sementes que compõem nossa flora medicinal, quanto a religiosidade de nosso gentio, que até hoje nos segue com sua praticidade comunitária.

Não podemos esquecer, principalmente, da enorme importância de nossas águas, que seguem irrigando nosso território por meio de rios, lagos, lagoas e cachoeiras que, caminhando por entre florestas e planícies, vão enriquecendo o território brasileiro; suas lindas lendas que tanto embelezam nosso regionalismo são sempre lembradas por nossos escritores e poetas, cantadas em prosa e verso.

Comprovando esse respeito, eles costumam dizer que: “A magia do mundo está na água; a água guarda o passado e prepara o futuro, o exemplo do dinheiro: somente quando for cortada a última árvore, pescado o último peixe, poluído o último rio é que as pessoas vão perceber que não podem comer dinheiro” (provérbio indígena).

O Catimbó

Catimbó, magia, mistério, ocultismo. Como é difícil falar sobre o Catimbó. Essa mistura às

vezes confunde os adeptos, os simpatizantes, os seguidores do culto. Dizem os mais entendidos que o Catimbó não possui em seus cultos uma hierarquia, porém tenho consciência de que ela existe e é muito precisa para os trabalhos espirituais da Jurema. Exemplo: um mestre não passa à frente do outro e nas mesas há um dirigente, que é um dos grandes mestres, escolhido pela vidência. Como nos terreiros de umbanda há velhos, caboclos, espíritos de cura, boiadeiros que chefiam, casam e batizam seus seguidores, no Catimbó é a mesma coisa: temos uma família, uma cidade e um Estado.

O Catimbó veio da era medieval, quando bruxos e bruxas, grandes mágicos e até mulatos; carregadores de sinhazinhas, mascates, caboclos matreiros; negros fugitivos, enfim, todas as classes, principalmente os mais carentes, tinham que fugir para exercer sua fé, que era proibida. Mamelucos e cafuzos, negros e índios, europeus de todos os lados fugiam para a mata, para fazer o Catimbó. *Cat* – fogo; *timbó* – mato; aí está formada a palavra Catimbó, *fogo na mata*.

A cultura do Catimbó, apesar de mítica e secular, já tem suas raízes firmadas nos dias de hoje. O Mestre, o sacerdote, o mentor espiritual é, ao mesmo tempo, rezador, curador, conselheiro e até mesmo pai ou mãe na orientação dos seus seguidores. Realiza batizados, casamentos, rituais fúnebres, missas e ladainhas.

Zé Pilintra é considerado o príncipe da Jurema e hoje muitos terreiros trabalham com outras falanges: Zé dos Anjos, Zé do Ponto, Zé Arruda, Zé da Canoa, Zé da Escada, Zé da Rua da Guia, Zé Pereira, Zé do Vale, Zé Enganador, Zé de Aruanda, Zé da Jurema. Essas chefias vão se ampliando e temos encontrado, enfim, outros falangeiros que estão cheios de ginga e malandragem e trazem, para os estados do leste e sul do Brasil, Zé da Lapa, Zé da Mangueira, Zé de Santa Tereza, etc. É bom que se diga que Zé Pilintra nunca foi ladrão, bandido ou arruaceiro. Ele é e foi um bom malandro.

Homem viril, jogador de cartas, que aparecia em sua época e o seu carteadado corria mundo.

O Catimbó tem uma base religiosa vinda de várias regiões, é uma prática *magística*, ritualística, onde entram santos católicos, água benta, outros objetos litúrgicos, trabalhando com incorporações vindas através da necessidade do consulente, principalmente na linha de cura. Problemas materiais e amorosos são as principais finalidades e a sua parte litúrgica tem, muitas vezes, a ver com os santos católicos.

Para se fazer o mal às pessoas não é preciso estar no Catimbó. Aliás, o mal não precisa de religião para ser feito.

Observação

Foi difícil compilar a bibliografia deste texto, já que reuni aqui experiências vivenciadas nas inúmeras viagens que realizei pelo norte e nordeste. Junto a isso, muitas pesquisas se juntaram à vivência oral para complementar o que fui colhendo nas minhas andanças por aqueles estados. Além disso, aconteceram muitas mensagens psicografadas e citadas pelos próprios guias, sem contar as minhas caminhadas pela espiritualidade.

Também os órgãos de comunicação complementaram o que fui ouvindo e lendo através da historiografia popular, dos meus contatos com o povo de cada região.

Participação no Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro – MIR

A Casa da Justiça Divina participa do MIR desde sua fundação, apoiando diversas ações. A formação do Catimbó é eminentemente inter-religiosa, na medida em que integra cerimoniais, símbolos, magias de diferentes formas culturais de relacionamento com o Divino.

Assim, reconhecemos que participar do MIR é uma oportunidade de aprender e conviver com várias tradições que, afinadas com os

princípios do amor, da concórdia, paz, alegria e respeito, contribuem para aumentar a dignidade das pessoas, para o aumento da cidadania espiritual e para a eliminação dos preconceitos e discriminação religiosa.

**Yalorixá Abigail Kanabogy é representante da tradição religiosa Catimbó – Casa da Justiça Divina. ■*

Nilton Bonder

Participação no ISER

Minha participação no ISER é dos anos 1980. Quando vim para o Brasil, a partir de 1986, 1987, fui secretário adjunto por algum tempo com Rubem César. Depois, nem sei dizer em que ano, mas já quando o MIR existia, fui presidente do ISER. E nós éramos um grupo, com pessoas de várias religiões, que funcionava antes do MIR se estruturar como um programa específico. Nós fazíamos um pouco o trabalho inter-religioso, menos como um projeto, usando o pessoal do Catolicismo que havia no ISER, a mim e a algumas pessoas que eram do campo de antropologia, mas que tinham interesse ou inserção na área religiosa. E nós dialogávamos nessa área religiosa, até mesmo porque o ISER era quem hospedava tudo. Tinha este nome: Estudos da Religião. Éramos um grupo que se encontrava semanalmente, com debates, e que era bastante interessante. Isso aconteceu bem antes da ECO-92. Fui bastante ativo até o período da ECO-92. Participei, junto ao ISER, dos preparativos para a ECO e depois é que o MIR começou a se estruturar mais, com uma diversidade maior.

Era muito mais um debate inter-religioso. Algumas ações eram feitas ali, ainda não existiam formalmente. Depois foram se formando programas no ISER: a questão da AIDS e as religiões se organizaram de uma maneira para dar suporte; na época a gente tentou se posicionar em relação a situações que apareciam, como o Santo Daime sendo interpelado pela polícia; tivemos também posicionamento quanto a outras questões da época, como o mundo evangélico hostilizando o afro-brasileiro. Quando a gente sentia que tinha que se posicionar, se posicionava como um grupo, mas era muito mais uma área de debates e de encontros inter-religiosos, uma área muito rica, pessoas muito interessantes.

Era um espaço também de encontro social, de pensadores que mantinham o espírito do ISER

que vinha lá de trás, da ditadura, de uma tentativa da religião se posicionar. A gente fez aquela ponte ali que, de uma certa maneira, desaguou no MIR. Era algo mais acadêmico, eram pessoas que trocavam ideias, marcavam encontros, conheciam um pouco da tradição do outro. Era um trabalho muito interessante. Na época, o único tipo de diálogo que existia era muito formal. O Judaísmo tinha diálogo com a Igreja Católica, mas era um diálogo realmente muito formal. E até hoje se tratam com muita diplomacia. Era muito interessante aquele contato com pessoas que falavam da sua fé, da sua espiritualidade; para mim era muito instigante.

A ECO-92, o ISER e a Vigília Inter-religiosa

Na verdade, eu participei muito da organização da vigília. Na época eu estava muito envolvido com o ISER. Não me lembro exatamente qual cargo eu tinha dentro do ISER, mas foi um acontecimento para o qual nós preparamos com dois anos de antecedência. Foi muito importante para a cidade e para o ISER, que tinha um braço de Ecologia começando e que depois acabou ficando com a Samyra [Crespo]. Esse era um dos olhares do ISER no momento, uma ecologia com cidadania. E eu me lembro de nós nos preparando, recebendo os espaços para fazer a vigília, participando da organização. Lembro do evento final, com as participações de pessoas de fora, etc. Trouxemos, representando o Judaísmo, o rabino Zalman, que era uma figura dos EUA. Estava lá presente, fez um ritual para a área judaica que ficou no filme. Recordo uma participação mais ativa em toda a formatação dessa noite de vigília, que teve uma importância muito grande para a ECO-92 como um evento popular. Foi um momento importante também aquilo no Aterro, uma ação mais popular mesmo.

A criação do MIR

Eu participei bastante do MIR no princípio, mas vim para a Barra da Tijuca e, com a dificuldade de locomoção para ir às reuniões,

acabei me afastando. Tínhamos um programa de Judaísmo dentro do ISER que funcionou algum tempo; havia alguns projetos ali e ficamos acompanhando. O MIR fez uma opção interessante, eclética, muito eclética. Aquele núcleo de pensadores se desfez pela própria dinâmica do tempo. O MIR apareceu no vácuo desse grupo que foi acabando, se desfazendo por diversas razões. Acabamos nos dispersando e o MIR nasceu quase que como uma continuidade desse projeto, agora com uma tentativa de abranger melhor toda a pluralidade que se tinha aqui no Rio de Janeiro. E a ECO foi um momento em que essa pluralidade apareceu muito. Fizemos a capa de uma edição da revista Domingo, do Jornal do Brasil.

Ali acho que pela primeira vez o ISER, que tinha uma mentalidade protestante, realmente se relacionou com todas as manifestações religiosas e apareceu naquela fotografia. Foi ali que, pela primeira vez, aquele nível de diversidade apareceu. Antes era bem normativo. O grupo de Catolicismo, o Protestantismo. O judaísmo já foi um agregado meio que de novidade, interessante porque, apesar de aquele ser um espaço extremamente progressista, liberal, estava muito ligado às origens. E esse grupo era um embrião do que depois se tornaria bastante ousado em termos de diálogo inter-religioso, basicamente aceitando, acolhendo todas as manifestações. Lá atrás ainda havia um pouco essa conotação de assunto de teólogos, uma coisa bíblica, mais conservadora. Intelectual e conservadora em algum lugar, mas não tanto ali porque a maioria das pessoas era de esquerda. Mas existia um certo conservadorismo. Não sei explicar muito bem.

Eram pessoas de nível acadêmico, todas elas vinculadas às estruturas religiosas, o que era interessante, sempre dando muita solidez. Os participantes tinham realmente uma qualidade muito grande da vivência de seus movimentos, de suas tradições, era muito rico.

Durante um tempo, no início, eu me lembro de ir falar sobre o Judaísmo. No começo o MIR

era como uma rotação das tradições, cada um fazendo um ritual. Era mais ou menos assim. Mas foi uma coisa minha mesmo, acabei me afastando. E acho que esse período, logo que passou a ECO-92, foi aquele em que eu fiquei na presidência do ISER. E eu tenho uma relação muito institucional, sou muito ligado a levantamento de fundos, tendo a ver sempre a parte administrativa do ISER, e acabei fazendo uma opção de doação para essa área mais administrativa, com menos envolvimento.

Depois eu acho que alguns rabinos chegaram de maneira mais esporádica. Sei que foram coisas pontuais, mas acho que não permaneceu ninguém mais ativamente, que eu saiba.

Dinâmica externa: o envolvimento com a campanha do Betinho, o nascimento do Viva Rio

Eu acho que o Rubem, o próprio ISER e, de uma certa maneira, o Viva Rio também, sempre se alimentaram muito desse tema religioso. Houve uma aproximação muito grande do Caio Fábio; o mundo do ISER era muito alimentado pela questão religiosa e havia realmente uma qualidade interessante, um aspecto muito forte de certa intervenção na sociedade (carioca, principalmente). As religiões ainda têm espaço, obviamente, e cada vez mais. Mas, naquele período, o ISER não funcionava exatamente como o MIR hoje, mas a minha sensação é de que havia quase que uma politização maior do aspecto religioso e do envolvimento das religiões. Até por conta das lideranças, que eram mais políticas mesmo, que tinham um trabalho mais proelitista e que tinham um envolvimento, inclusive, com a política da cidade. O que sempre me encantou muito no ISER e no assunto religião era justamente esse envolvimento. Em todas as campanhas feitas pelo ISER — e depois pelo Viva Rio —, o braço religioso era muito importante. Conseguir que as igrejas sempre estivessem juntas, que aderissem, que dessem suporte, que amplificassem, mesmo dentro do seu espaço ritual, as campanhas de

inserção com os agentes sociais. Então eram sempre estas pontes: a religião em pontes com a sociedade.

Nós estabelecíamos um diálogo que alimentava a nós mesmos; era uma troca intelectual gostosa, que fazíamos como um exercício, num grupo de amigos. Mas nós estávamos o tempo todo ligados e atentos porque, a toda hora em que aparecia um projeto de amplitude maior, imediatamente juntávamos forças, estávamos presentes com atos ecumênicos, mobilizações, cada um na sua igreja, na sua comunidade. Era o que eu achava sempre muito interessante e o Rubem usava muito isso. Você acionava e, de repente, havia braços das principais religiões dentro da cidade do Rio de Janeiro e elas tinham um poder de mobilização muito impressionante.

Dentro do Judaísmo era sempre muito interessante. Quando desenvolvemos o projeto do Judaísmo, fizemos uma publicação. Uma publicação super bem-sucedida, para a comunidade judaica, e que era realizada, digamos assim, pelo ISER. Havia um departamento de criação no ISER, que fazia esse jornalzinho que era bem progressista, no sentido do envolvimento com cidadania. Trazia as pessoas para dentro e foi uma coisa muito inovadora para a comunidade judaica; um veículo que teve um impacto muito significativo na época.

O diálogo inter-religioso

Isso era feito tanto no aspecto formal, nos eventos realizados, como também exercido na própria amizade, naquele espaço. Eu acho sempre muito interessante quando as lideranças têm uma proximidade, um fácil acesso ao outro, conhecendo as pessoas do outro. Além disso, quando tínhamos algum projeto no ISER, vinham as pessoas e aportavam seus recursos de mobilização, de envolvimento. Eu acho que isso gerava um movimento subjetivo em todo mundo, uma troca muito relevante. Eu me nutria muito disso. Na época várias vezes me manifestava, era um espaço de pensamento, de

reflexão que tinha muito sentido para mim, que eu não tinha nem com outros rabinos.

No ISER, a gente praticava realmente um diálogo; conhecia os problemas do outro, as questões de fé, apareciam ali as questões. Para mim foi muito esclarecedor conhecer tanto o lado protestante como o lado católico. Essa proximidade foi muito legal. Muito do que o ISER fazia no passado era ir arando essa terra meio árida que havia ficado no Brasil pós-ditadura para tentar gerar, oxigenar; e as coisas iam brotando dali. Foi uma geração muito atuante. Foi logo no momento da abertura, uma fase de transição, de muito crescimento, que acabou gerando um megaespaço: o Viva Rio. E a gente fez muitas parcerias com Betinho. Eram quatro ONGs que estavam juntas, se fundiam e tinham uma liderança bem sintonizada

Eram o IBASE, o ISER, o Miguel e a Rosiska [Darcy de Oliveira], do IDAC, e o CEDI, que era protestante; eram as quatro. Tanto que eu lembro que, quando chegou o presente da Comunidade Europeia, que era o Alternex, o primeiro provedor brasileiro de Internet, ninguém queria ficar com aquilo, ninguém acreditava naquele negócio. Vinha com a história de que seria o futuro, de que seria muito importante para as ONGs, todo esse discurso que acabou, obviamente, acontecendo. Mas era tudo muito precário, não se acreditava na mídia, estamos falando de 1986, 1987. Nem se sabia o que era Internet. Eu me lembro de quando me pediram para escolher um nome para ter um e-mail. Eu nem entendia o que era aquilo, o que fazer com aquilo, fazer uma demonstração com aquelas telas verdes do computador. Você tinha que botar barra, barra, quinhentas operações para se entrar em um site em que nem aparecia nada. Ou uma biblioteca americana de alguma universidade. Não era convidativo. Mas era importante se tratava de instituições que estavam na ponta, muito bem relacionadas e recebendo material que estava chegando em primeira mão para o mundo. O ISER era um lugar onde essas coisas aconteciam. E, por isso, era muito criativo.

Acho que foi feita uma escolha importante no MIR, que é a opção pela diversidade, por fazer um investimento nessa diversidade. E aqueles espaços do ISER que eram, de uma certa maneira, um pouco conservadores (academicamente falando) e muito ligados às tradições normativas, bíblicas, acabaram saindo. Ficou um espírito de celebração coletiva, tentando, com uma linguagem talvez mais moderna que a daquela outra geração, fazer essas intervenções nas questões relevantes que estavam acontecendo. Eu, por exemplo, quando ia no início do MIR, não sentia mais o mesmo nível de profundidade. Mas — eu tenho clareza disto — não era por incapacidade intelectual, acadêmica das pessoas que estavam participando, mas é que no momento em que se optou por uma prioridade, passou a haver menos linguagem comum. Então aqueles grupos, que eram católicos, judeus, protestantes, tinham uma base bíblica, linguagens das tradições que têm muita proximidade. Aquilo funcionava como um diálogo não só inter, mas tinha um movimento das profundezas e lá em baixo existe um espaço comum. Esse grupo do ISER caminhava por canais que eram facilitados por uma linguagem semelhante, a gente conversava muito sem as barreiras. Essa era a qualidade daquele grupo. Foram feitas opções por outro tipo de qualidade porque, obviamente, o MIR trabalhava de forma muito mais eclética. Ao ser eclético, tinha que contemplar linguagens de toda ordem, linguagens que, às vezes, são menos eruditas ou menos baseadas em textos ou coisas do gênero. E, então, houve uma modificação de linguagem, com ganhos e com perdas. Mas foi uma opção interessante e nem sei se existe hoje algo que tenha essa amplitude que tem o MIR.

Conselhos para os próximos 17 anos

Eu acho que, há 15 anos foi uma opção muito bonita, uma opção inclusiva. Acho que hoje, talvez sem fechar esse canal, devemos promover de novo a aproximação de tradições que têm linguagens com uma certa semelhança e que possam, portanto, usar dessas lingua-

gens. Quando você está num espaço muito eclético, para que possa respeitar a todos e ser inclusivo, tem que ir a um lugar onde as falas pertencem a todos. Essa fala tem uma beleza muito significativa, muitas vezes é a fala da simplicidade. As tradições todas são baseadas em conceitos e buscas semelhantes. Mas suas linguagens próprias contêm, na sua poética, algo muito bonito. E existem grupos que talvez tenham mais facilidades; grupos que, por exemplo, tenham uma conexão oriental, talvez tenham mais facilidade de ir às profundezas dessa linguagem do que sentar com um sujeito que segue textos bíblicos, que tem uma outra percepção. Eu pensaria nisso. Ações que não tivessem só o aspecto diplomático, de inclusão, não seria apenas esse movimento de inclusão, mas um movimento que oferecesse às pessoas pares de reflexão, o que, às vezes, é tão difícil de se achar numa cidade como o Rio de Janeiro, que tem pouca densidade de reflexão. As pessoas são muito para a rua, para a praia, faltam espaços...

Tenho certeza de que nosso grupo, lá atrás, supria uma solidão em que eu me encontrava, que eu tinha em relação a outros rabinos e que pessoas que eram sacerdotes católicos, protestantes sentiam também dentro de sua própria denominação. E isso tinha um poder, uma força muito interessante, promovia um diálogo que realmente fazia você conhecer a outra tradição. E conhecer por um caminho de muito respeito. Não era só um acolhimento teórico: eu aceito todas, eu gosto de todas. Ali existia, para mim, a descoberta do cristianismo — do catolicismo, particularmente —, com toda uma espiritualidade muito bonita. Esse nível de profundidade que tinha o diálogo abria muito a cabeça de todo mundo.

**Nilton Bonder, representante da tradição religiosa Judaísmo. ■*

Luís Fernando Barbosa Nobre

Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal

A Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal é uma instituição de natureza civil e de caráter religioso, filantrópico, que tem por fundamento a crença em Deus como ser supremo e princípio de todas as coisas. É uma organização de natureza não sectária, que não estabelece dogmas para a busca espiritual e tem como objeto de sua prática religiosa a cura interior e espiritual, a experiência direta de Deus através do árduo trabalho de autocohecimento e da busca do Eu Superior.

Centro significa o ambiente, a egrégora, o local onde se realizam as sessões espirituais; *Eclético* porque incorpora, em seus ensinamentos, fundamentos reconhecidamente verdadeiros e que fazem parte de outras tradições e doutrinas que também consagram os mesmos princípios do ecletismo evolutivo. *Fluente*, na medida em que a tradição flui constantemente na direção da evolução, do aprimoramento e do progresso espiritual. *Universal*, querendo significar com isso a validade e abrangência cósmica dos ensinamentos professados pela nossa Igreja.

Nossa Igreja também é considerada como um *Centro Livre*, significando sua missão enquanto centro de difusão da doutrina espiritualista e da caridade espírita para todos aqueles que nos procuram. Afirma sua filiação à grande família cristã. Respeita as tradições espirituais de outros povos e culturas, sendo tributária das revelações espirituais xamânicas e enteógenas dos antigos habitantes da Américas.

A Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal visa ao aprimoramento moral e intelectual dos seus membros; ao cultivo do respeito e do amor pela família e pela pátria; à responsabilidade pela educação e formação

moral dos filhos; ao cumprimento dos deveres individuais e sociais; ao trabalho como fonte dignificante de riqueza; à exaltação do bem; à prática da solidariedade; à promoção da união e do ideal comunitário. Nessa medida, o objetivo do nosso trabalho é trazer aos seus membros ensinamentos, comunicações, revelações e instruções que, uma vez refletidas e postas em prática, são preciosos agentes de transformação interior e de progresso espiritual.

Dentro do ideário filosófico e espiritual da Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal, consta o culto e a consagração da Natureza, o jardim de nossa Mãe Terra, fonte dadivosa dos elementos através dos quais obtemos a nossa alimentação, saúde e conhecimento espiritual. Assim, todos seus participantes consideram a Rainha da Floresta e a Mamã Natureza como o berço dos nossos sacramentos e a sua preservação e respeito se inscrevem nos Fundamentos Espirituais da Doutrina.

Seguindo esses princípios, temos tido ampla atuação dentro do Movimento Inter-Religioso, firmando alianças com várias tradições religiosas, recebendo e apoiando movimentos religiosos e humanitários tanto no Brasil como no exterior. Esses intercâmbios têm sido fonte de grande informação e formação do nosso povo, uma vez que, aceitas as diferenças, mais claras são as posições e mais facilmente reconhecermos a essência do que nos une. Há quase 30 anos começamos a energizar esta corrente da floresta até o mar e entendemos que não podemos nos fechar e desconhecer a grande responsabilidade de combater a ignorância, a violência e a destruição da natureza através da prática do bem e do respeito ao Divino. Entendemos que somente a união das forças positivas e respeitadas aos bons princípios poderá nos dar a capacidade de sermos vitoriosos nessa batalha.

Apesar da grande distância de nossa matriz, localizada na Vila Céu do Mapiá, Floresta Nacional do Purus (Pauini/Amazonas), temos mantido uma constante representati-

vidade e razoável participação em todos os eventos e propostas do MIR- Rio de Janeiro e, daqui, queremos felicitá-los por este grande trabalho realizado e pela constante busca de aprimoramento de sua organização e capacidade de ações reais e concretas para a maior aproximação e fortalecimento do diálogo inter-religioso.

Vila Céu do Mapiá, 21 de Abril de 2007.

**Luís Fernando Barbosa Nobre pertence ao Conselho Superior Doutrinário da Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal – CEFLURIS. ■*

Geovana Nunes

O MAP – Movimento de Amor ao Próximo é uma organização não-governamental da sociedade civil, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos e que tem por objetivo o auxílio a pessoas de comunidades carentes, sem distinção de nacionalidade, etnia, posição social, credo religioso ou ideologia política.

Por seus projetos sociais, constitui-se um exemplo de trabalho estruturado de construção da paz, felicidade e amor na sua plenitude.

Tentando alcançar os seus objetivos, o MAP conta com equipes multidisciplinares que, devotadas abnegadamente, doam seu tempo livre ao trabalho pelo bem, não só no atendimento aos menos favorecidos, como também aos necessitados de toda sorte: de carinho, de abraço, de sorriso, de consolo, de esclarecimento e de orientação.

Nas diversas equipes de trabalho do MAP não poderiam faltar, também, as pessoas mais simples: de cozinha, de artesanato, de secretaria, de limpeza e de arrumação; pessoas de todos os níveis e áreas de trabalho, unidas por um sentimento de muito amor.

O MAP é dirigido por um grupo que segue o Espiritismo ensinado por Allan Kardec. Sendo o MAP um movimento, não é e não funciona como um centro espírita. Tem, nas suas fileiras de trabalho, seguidores de outras filosofias espiritualistas e até quem não siga uma religião, praticando a caridade pelo prazer de servir.

Temos como patronos Fabiano de Cristo e Francisco de Assis e há seis anos contamos com a participação de Divaldo Pereira Franco em seminários anuais – parte de sua agenda – num encontro que reúne de 3.500 a 4.500 espíritas, a maioria deles especialmente para assistir Divaldo.

Sendo fiel ao caminho franciscano no trabalho de amar e servir, o MAP, tem como complemen-

to do seu trabalho de tratamento e assistência espiritual o atendimento aos indivíduos que vivem nas mais diversas formas de exclusão social. “Não fique solitário, seja solidário”.

Projetos de Promoção Social do MAP

Listam-se a seguir os principais projetos de promoção social desenvolvidos no MAP:

1. Projeto (-) fome (+) amor = distribuição de alimentação à população de rua.
 - o Projeto Quentinhas + roupas, agasalhos, curativos, corte de cabelo.
 - o Projeto Sopão nosso de cada dia; Postos nos sub-bairros. O MAP fornece equipamentos. A comunidade participa com mão de obra.
 - o Projeto Cestas Básicas (cestas de alimentos para famílias cadastradas nos bairros atendidos pelo MAP);
2. Projeto “Oficina de capacitação” – para pessoas especiais: atividades pedagógicas que visam a autonomia e integração de deficientes;
3. Projeto Centro de Educação Infantil Irmã Scheilla (creche);
4. Projeto “Sorriso de Criança” – doação de enxovais para bebês;
5. Projeto Positivo – atendimento a portadores do vírus HIV assistidos pelo Hospital Rafael de Souza e Paula (Curicica);
6. Projeto Reciclando a Vida – ensina aproveitamento de papel, papelão, plástico, latas, etc. (Ilha do Governador);
7. Projeto MAP Voluntário – Central de Recrutamento/treinamento;
8. Projeto MAP É PAZ – Implantação de comitês voltados para ações de cultura de paz;

9. Projeto Rede de Solidariedade — rede integrada às secretarias de governo para atender e orientar população de rua;

10. Projeto Canto de Amor Fraternal — visita com canto a hospitais, asilos e orfanatos;

11. Projeto Alfabetização de Adultos — para maiores de 15 anos (Rocha Miranda e Jacarepaguá);

12. Projeto Esperança — apoio à criança especial e à família;

13. Projeto MAP-Terrapia — ensina o contato com dementação viva, em parceria com a FIOCRUZ (Escola Nacional de Saúde Pública);

14. Projeto Culinária Alternativa — aproveitamento racional dos alimentos (cascas, folhas, talos, etc.);

15. Projeto Fitoterapêutica da Família — uso de produtos fitoterápicos com supervisão de médicos e farmacêuticos;

16. Projeto Momento do Talento — terapia ocupacional: trabalho com argila, sabonete, pátina, etc;

17. Projeto Reconstruindo a Cidadania — futuro Centro de Convivência para reintegração de moradores de rua à sociedade;

18. Projeto Pré-vestibular — preparatório;

19. Projeto Atendimento e Telemarketing — parceria com o SENAC;

20. Projeto Programa de Aconselhamento — dirigido a familiares de alcoólatras e ou/ dependentes químicos;

21. Projeto Atendimento — médico, psicológico, fonoaudiológico;

22. Projeto Reforço Escolar (Projeto Tia)

— destinado a comunidades carentes;

23. Projeto Centro Convivência Irmã Clara — desdobramento do Projeto da Cidadania;

24. Projeto Educação em Valores Humanos (FGV) — educação levando em conta cinco princípios de valores fundamentais: verdade, ação correta, paz, amor, não violência;

25. Projeto MAP Social — trabalho sócio-educativo e cultural para crianças de 7 a 12 anos matriculados na rede Municipal e Estadual.

Além desses, estão sendo implantados mais de 30 projetos.

Pólos do MAP

No sentido de melhor desenvolver esses projetos, o MAP atua em sete bairros da cidade do Rio de Janeiro: Jacarepaguá (sede e centro cultural), Rocha Miranda, Ilha do Governador (Freguesia e Bananal), Bento Ribeiro, Mangueiras, Lapa e Recreio dos Bandeirantes.

O MAP e o Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro

O MAP participa do MIR desde 2002 e, desde então, sempre esteve presente em suas plenárias, participando das escolhas dos destinos e caminhos definidos por seus integrantes. Tendo como foco de trabalho a promoção social, o convívio amigo e parceiro com as tradições que integram o MIR, mostra que suas ações estão embutidas na missão e compromissos do Movimento.

Trabalhando junto e vivenciando a diversidade como uma unidade, contribui-se para a eliminação dos preconceitos, da discriminação religiosa e, principalmente, permite-se participar da construção de um mundo melhor: com mais amor, mais compreensão e caridade.

**Geovana Nunes, representante do Movimento de Amor ao Próximo – MAP. ■*

Pedro Miranda

A Umbanda no contexto do Movimento Inter-Religioso

Surge a Umbanda no caminho das religiões com uma mensagem já trazida à humanidade há anos e mais anos. Renova um alerta a todos os que caminham neste Planeta na busca de sua elevação ou de sua reeducação espiritual.

O homem tem rezado muito e, ao rezar demais, se esquece de respeitar e amar o seu próximo. As religiões impõem a limitação da mente humana, repetindo conceitos que a razão não mais aceita.

Tantas e mais religiões e a maioria não segue, não adota nenhuma delas.

No cenário nacional, nesta sagrada Terra de Santa Cruz, a realidade envolvida na tristeza nos mostra e comprova, a todo instante, o envolvimento cada vez maior dos integrantes de nossa sociedade com a estrada do vício, do tóxico e do desequilíbrio emocional.

E no, meio dessa caldeira efervescente, irradia-se do alto, ao lado da luz do sol e da luz da lua, o Movimento Inter-Religioso. O que nos alerta o Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro? A necessidade da aproximação de todos os religiosos. Esclarece o Movimento Inter-Religioso que Deus, Zambi, Olorum, Adonai, Alá, Jeová são a mesma energia espiritual criadora de todas as formas de vida.

Deus tem muitos nomes, mas Deus é um só. A convivência de todos os religiosos, como irmãos que realmente o somos, dará à comunidade do planeta Terra a vibração da luz espiritual para que possa reinar a paz em nossos corações e espíritos.

A Umbanda está inserida nesse padrão de vibração espiritual, uma vez que sua fonte de energia, oriunda do espaço infinito, pro-

porciona a cada um de seus caminantes as condições para acolher o ensinamento de Jesus, o Cristo: “Um novo mandamento eu dou. Amai-vos uns aos outros tanto quanto eu vos amei”.

No padrão vibratório dessas palavras ditas há dois mil anos é que o Caboclo das sete encruzilhadas nos legou um ponto de partida: “Umbanda, manifestação do espírito para a prática da caridade”. E a caridade é a filha diletta do amor que deve envolver a todos.

Eis por que, neste momento de responsabilidade para todos, a Umbanda caminha lado a lado de seus irmãos de várias origens religiosas para, de mãos dadas e corações unidos, vibrarmos numa só voz para a paz na humanidade.

**Pedro Miranda é presidente da União Espiritista de Umbanda do Brasil – UEUB. ■*

Alex Polari de Alverga

Uma doutrina cristã na selva amazônica

A doutrina do Santo Daime é uma confissão cristã. No seu fundamento, ela deriva de uma revelação mariana, talvez do mesmo porte das grandes aparições dos séculos XIX e XX, como as de Lourdes, Fátima, etc. Raimundo Irineu Serra, o Mestre Irineu¹, como é conhecido, recebeu essa revelação da Virgem Maria, que lhe apareceu como uma deusa na lua cheia e se apresentou como a rainha da floresta. Isso aconteceu no alvorecer do século XX, talvez por volta de 1920, no coração da floresta amazônica, perto da fronteira do Acre com o Peru.

Diz a tradição que o Mestre Irineu não tinha a menor ideia do que iria encontrar quando quis conhecer os segredos da bebida *ayahuasca*. Essa bebida, que é fruto da cocção de uma liana do gênero *melpigacea* (*banisteriopsiscaapi*) e das folhas de um arbusto do gênero *rubiaceae*, chamada *psicotiaviridis*, é usada desde tempos imemoriais pelos nativos da Amazônia ocidental.

Curioso por conhecer os mistérios e os poderes que o povo falava que seriam despertados pela bebida, tais como telepatia, vidência etc. o Mestre Irineu se deparou com esta senhora que se apresentou como Clara e que ele, posteriormente, reconheceu como sendo a Virgem Soberana Mãe, padroeira da doutrina. Através dela e da anunciação que lhe foi feita no decorrer da sua iniciação², ele recebeu as instruções sobre o uso da bebida sacramental *ayahuasca*, que rebatizou com o nome de *Daime*³. Reconheceu as visões e os ensinamentos que teve através da *ayahuasca*/daime como sendo uma nova versão, para os tempos modernos, da doutrina de Jesus Cristo, através da mediação da Virgem Maria. Em seguida começou a receber os hinos⁴, que são, ainda hoje, os fundamentos de nossa doutrina.

Logrou com isso uma façanha espiritual que o coloca entre os grandes místicos e guias espirituais do século passado. Realizou uma síntese prodigiosa entre a revelação cristã e diversas outras influências, como as tradições esotéricas do Círculo de Comunhão do Pensamento⁵, elementos indígenas, cultos afro-brasileiros, etc. Resgatou, assim, a *ayahuasca* — o sacramento dos povos subjugados em nome do Cristo dos opressores colonialistas —, considerada até então como uma forma de feitiçaria, transformando-a no sacramento central de um novo Cristianismo nascido na floresta.

A importância desse evento e de tudo que se sucedeu pode ser medida pelo fato de que hoje, 100 anos depois, essa tradição espiritual, nascida na floresta amazônica brasileira, tenha crescido tanto e esteja em franco desenvolvimento, conhecida e respeitada em todo o mundo.

Aqui devemos dar os créditos também para Sebastião Mota, um dos continuadores da obra do Mestre Irineu e responsável por uma das principais ramificações da doutrina, depois do passamento do mestre, em 1971. Sebastião nasceu em 1920, no município de Eurinepé, no Amazonas, vale do Rio Juruá. Desde a idade dos oito anos começou a ter visões. Desenvolveu-se como médium e granjeou fama de rezador, sendo muito procurado pelos moradores dos seringais próximos necessitados de alguma cura.

Foi principalmente ele que, nas três últimas décadas do século passado, expandiu a mensagem universal da doutrina para os mais diversos rincões do mundo. Graças a essa ampliação de horizonte, ao amor, à bondade e ao carisma de Sebastião Mota, a obra espiritual do mestre pôde ser difundida e ter continuidade através das igrejas do CEFLURIS, um dos galhos da árvore sombreada que foi Raimundo Irineu Serra. Primeiro da floresta até os grandes centros urbanos, nos anos 80, e, a partir dos anos 90, para outros países e continentes.

1 Raimundo Irineu Serra nasceu em São Vicente Ferret, no Maranhão, em 1892. Foi trabalhar nos seringais do Acre, recém-incorporado ao Brasil. Trabalhou na comissão de limites, na guarda territorial e depois se tornou agricultor.

2 A rainha lhe ordenou que fosse para o interior da selva preparar e tomar a bebida e que durante sete dias fizesse uma dieta de macaxeira insossa e água.

3 Daime, significando o rogativo que se devia fazer ao se comungar a bebida: “Dai-me luz, dai-me força”, etc.

4 Já nesta primeira aparição recebeu seu primeiro hino, chamado Lua Branca, que abre seu Hinário do Cruzeiro.

5 Sociedade inspirada na teosofia, fundada em São Paulo por Joaquim.

A doutrina do Mestre Irineu é um dos principais troncos da cultura religiosa daimista, que congrega também outras modalidades de trabalhos, linhas espirituais e rituais⁶. No entanto, de agora em diante, estaremos falando unicamente em nome da vertente do Santo Daime, como ficou conhecida a linha espiritual liderada por Sebastião Mota de Melo, o Padrinho Sebastião, cujos ensinamentos preservaram os fundamentos da doutrina do Mestre Irineu (hinários, ritual, símbolos e fardas), acrescentando, porém, outros desenvolvimentos importantes, como novos hinários, os trabalhos de estrela, o desenvolvimento dos dons mediúnicos, a expansão da doutrina para outros países e as alianças espirituais e diálogos com outras tradições, que é o que nos interessa mais neste ensaio.

Graças a essa perspectiva aberta e ao horizonte vasto, que continua sendo seguido pelo Padrinho Alfredo Gregório de Melo⁷, continuador da obra do Padrinho Sebastião, os ensinamentos do Santo Daime se tornaram acessíveis e possíveis para muitas pessoas, ampliando o círculo de benefícios e curas da missão do Mestre Irineu. Sebastião Mota era bastante iconoclasta e ousado. Durante muitos anos recebeu todos os tipos de gente em sua casa, incluindo estrangeiros, mochileiros, etc. Fundou uma comunidade agrícola, diversificou e ampliou os trabalhos de cura e desenvolveu novos métodos para o feitio da bebida sacramental. Mesmo agindo dessa forma, por considerar que a doutrina é um ensinamento espiritual vivo e dinâmico, nunca deixou de prestar tributo e testemunho ao Mestre Irineu, preservando os fundamentos de sua doutrina e se considerando apenas um seguidor.

Para nós — o “povo de fora” —, que chegamos a este caminho espiritual pelos fins da década de 70 e início dos anos 80, com muitas ideias revolucionárias e alternativas, a figura e o carisma do Padrinho Sebastião muito nos encantou. Foi nessa época também que se iniciou a luta pelo reconhecimento e legalização do nosso sacramento⁸ e nos engajamos nela de corpo

e alma. Ao mesmo tempo e também devido a esse engajamento, passamos a desenvolver um contato maior com as demais entidades ayahuasqueiras e daimistas coirmãs e também com outros segmentos, escolas, linhas e tradições espirituais⁹.

O caminho eclético e ecumênico do Santo Daime

Em relação aos contatos com outras linhas espirituais, no decorrer dos últimos 25 anos realizamos um intercâmbio bastante produtivo com muitas delas. Primeiro foram os trabalhos mediúnicos dentro da linha da Umbanda e do Kardecismo. Em alguns casos, trabalhamos também na linha de meditação, dentro de preceitos hinduístas e budistas. Fizemos cerimônias e rezamos com grupos *sufis* no sul da Espanha. Reunimo-nos com grupos de judeus cabalistas em seus *sabats*. Firmamos alianças e cerimônias conjuntas com nossos irmãos da Igreja Nativa Americana, do *peyotee*, e também com o povo da religião Buwiti, do Gabão, que consagra o sacramento da *iboga*.

É bom que se diga que em nenhum momento diluímos nossa identidade espiritual cristã e daimista dentro de toda essa diversidade. Continuamos seguindo nossa doutrina, nosso calendário oficial, nossos rituais e cerimônias, etc. Simplesmente abrimos nossas portas, enquanto instituição religiosa, para a prática desses estudos quando isso se faz necessário, nos contextos culturais e religiosos apropriados, onde existe esse tipo de demanda.

Por isso, desde os seus primórdios, a doutrina¹⁰ se autodefine como um *eclétismo evolutivo*¹¹, ou seja, como um corpo doutrinário que tem seus fundamentos imutáveis, mas que evolui e progride criando uma interface espiritual com os demais ensinamentos e tradições. E nem poderia ser diferente, na medida em que a revelação original do daime, o seu fundamento principal, é um sacramento enteógeno — a *ayahuasca* —, considerado uma espécie de nova aliança, uma outra etapa do plano salvífico

⁶ Além do tronco original da Igreja, fundado pelo Mestre Irineu e ainda hoje dirigido por sua viúva, D. Piligrina Gomes Serra, existem mais 5 centros derivados da Igreja do mestre no Alto Santo. O principal deles é chefiado pelo Sr. Luis Mendes do Nascimento. A outra vertente é o Santo Daime, nome pelo qual ficaram conhecidas as igrejas do antigo CEFLURIS, hoje ICEFLU, também oriundo do Mestre, de quem se separou em 1973. As demais linhas são a UDV, do Mestre José Gabriel da Costa; e a Barquinha, fundada por Daniel Pereira de Matos, que se subdivide, por sua vez, em 3 segmentos distintos que têm como patronos Antônio Geraldo, Manuel Araújo e Francisca Gabriel.

⁷ Padrinho Alfredo, filho do Padrinho Sebastião e atual líder mundial do movimento do Santo Daime.

⁸ Em 1982 tivemos uma comissão chefiada pelo comandante do 4º BEC visitando a comunidade, então no seringal Rio do Ouro. Em 1986 foi criado um grupo de trabalho para estudar o uso religioso do daime, que tinha sido proibido no ano anterior. Em 1987 ele foi permitido novamente. Mas só recentemente, em 2006, o Grupo multidisciplinar do GMT/CONAD regulamentou definitivamente o uso religioso da ayahuasca/santo daime.

⁹ Dentro desta perspectiva, participamos da grande celebração espiritual da ECO-92, com a presença do Dalai Lama, realizamos cerimônias religiosas na sede do ISER e desde então temos sido presença constante em inúmeros fóruns do debate plurirreligioso patrocinados pelo URI, como a Aldeia Sagrada, etc.

de Deus para a humanidade através de uma nova manifestação do Logos/ Cristo, dessa vez na forma de um cipó onde está presente o sangue do Cristo. Essa entidade crística, que se manifestava como o ser espiritual do Mestre Irineu, foi interpretada por ele mesmo e seus seguidores como uma continuação da missão de Jesus Cristo. Poderíamos dizer ainda que, fiel à sua natureza teológica aberta, a doutrina eclética do Santo Daime poderia ser considerada um desdobramento da tradição dos primeiros padres, como São Justino, Irineu e Clemente¹², que ainda hoje são referências importantes para valorizar e mesmo justificar a incorporação das revelações das demais tradições religiosas¹³ à teologia cristã. Eis a essência da nossa confissão.

Dentro dessa compreensão, o Santo Daime não é apenas um sacramento¹⁴. Ele é concebido também como um tipo de mistério da encarnação, ou melhor, da presença da *inteligência* cósmica e divina dentro desses seres do mundo vegetal. Eles sempre tiveram um papel sagrado, desde o neolítico, como instrumentos da autoconsciência humana. Inspiraram, desde a aurora dos tempos, as primeiras hierofanias e teofanias aos nossos ancestrais. E seguem, hoje, auxiliando e revelando, ajudando a mente humana a conceber, sentir e visualizar a linguagem dos mistérios e símbolos que fazem parte de toda experiência mística e religiosa. Seja dentro da tradição cristã, a partir da revelação do Mestre Irineu, seja em outras tradições que queiram fazer uso dessas plantas sagradas, graças à coragem e à caridade do Padrinho Sebastião, que abriu a possibilidade dessas alianças.

Voltando à revelação daimista cristã, devemos entender que agora, dois mil anos depois da encarnação de Jesus de Nazaré, estamos bem mais adiantados na direção do tempo escatológico. A vinda do consolador prometido, o paráclito, pode ser interpretada também como esse terceiro testamento, anunciado pelo Mestre Irineu através do Santo Daime. O que significa, de alguma forma, a realização ou o

prelúdio da realização da parúsia, a segunda vinda do Cristo. A doutrina, portanto, se apresenta como um atalho espiritual, devido à proximidade do *ekbaton*, o fim dos tempos. Ela é também o cumprimento das promessas dos profetas, sempre lembradas nos hinários dos mestres fundadores da tradição.

É bom frisar que a salvação só pode ser resolvida dentro de cada ser humano. A teologia não salva ninguém. Instituições eclesásticas também não. Podem somente indicar direções para os seus prosélitos. Apenas a experiência e a realização pessoal de Deus salvam. Isso exige conhecimento e sabedoria. A doutrina do Santo Daime é uma religião da experiência. De uma experiência radicalmente interior na precisamos acreditar, ao mesmo tempo em que somos exigidos a provar, na vida material e comunitária, os dons e primores espirituais que recebemos nas mirações¹⁵. Por isso nela somos justificados tanto por nossa fé como por nossas obras. Tudo isso ocorre dentro da nossa consciência e do nosso coração, expandidos através do Santo Daime. Ele ilumina nosso interior e lança luzes no mistério pascal do Cristo ressuscitado e glorificado. Essa perspectiva da revelação interior acentua a ênfase do esotérico sobre o exotérico. Nosso culto, que denominamos da “fluente luz universal”, tendo como eixo um sacramento de propriedades psicoativas, nos leva necessariamente a uma dimensão esotérica dos eventos históricos da fé.

Dentro dessa vivência interior, mística e esotérica, o mais sensato é não nos atermos ao sentido literal dos textos que descrevem as revelações sagradas. Orígenes já defendia a interpretação alegórica e anagógica para compreender as visões de Ezequiel no Antigo Testamento. Da mesma forma, podemos entender as descrições visionárias de São Paulo sobre o retorno triunfal do Cristo, acompanhado de legiões de anjos, com o céu se rasgando ao meio. Dentro de uma vivência esotérica, a parúsia acontece em todo momento que estamos imbuídos da nossa consciência crística, que a doutrina também chama de Eu Superior. Da mesma forma, quan-

10 Na sua origem a doutrina caberia nesta definição, mas, como frisamos acima, estamos nos referindo à vertente da doutrina do padrinho Sebastião.

11 Citado nos preâmbulos doutrinários do estatuto da nossa entidade.

12 Para Justino (Apolo-gias), o Verbo é um Logos semeador, que impregna de verdade as outras revelações, inclusive a filosofia platônica (DUPUIS, 2001). O conceito foi retomado para justificar o diálogo inter-religioso pela Encíclica Ad Gentes, durante o Concílio Vaticano II, de uma maneira ainda tímida e inconclusiva.

13 A origem do conceito de salvação da Igreja, suas distorções e abusos.

14 Diz um hino do padrinho Sebastião: “Eu não me chamo Daime, eu sou um ser divino”.

15 Como chamamos as visões obtidas na força da comunhão do Santo Daime.

do somos tomados de alguma mesquinhez, estamos crucificando e expulsando mais uma vez o nosso cristo interno.

Essa é a nossa contribuição para o diálogo e principalmente para a prática inter-religiosa, o que pressupõe uma efetiva comunicação e união de propósitos espirituais. Essa maneira de ver o ecumenismo (deste fim dos tempos?) seria o fundamento da nossa teologia visionária, centrada no êxtase, na revelação e na experiência do Divino dentro de nós¹⁶. Em vez de tentar soldar os conceitos e as categorias teológicas das diversas tradições, vale mais a pena unificar nossas visões, mirações e meditações, que naturalmente são muito mais próximas uma das outras do que podemos imaginar. Pois aquilo que foi sentido e vivido pelos místicos, cristãos, *sufis*, cabalistas e iogues guarda muito de semelhança do que os teólogos dessas mesmas tradições guardam de diferença.

Dentro do ecletismo evolutivo foram reunidos, de forma natural e gradual, muitos recursos espirituais capazes de ajudar a humanidade neste seu momento de apuro e incertezas. Aquele que for destinado a ser colhido para a nossa própria revelação espiritual será colhido. Outros precisarão de uma chave diferente para abrir a mente e o coração. Portanto, a bondade de Deus para com eles não se expressa necessariamente numa conversão forçada, mas sim numa confirmação, dentro da experiência visionária de cada um, de onde é o seu lugar. Nesse sentido, a divindade crística do Santo Daime pode elevar a espiritualidade da pessoa e contribuir para aquilo que é a verdadeira salvação: encontrar o caminho espiritual para um bom uso desta nossa encarnação.

Deste modo, ao mesmo tempo em que estamos operando dentro da nossa fé (nossa confissão cristã), estamos também recebendo, em nossos cultos, membros de outras denominações cristãs e não-cristãs e buscadores espirituais, sem exigir que se convertam à nossa própria revelação no Cristo. A verdade universal está

além dos nomes e das formas. No Santo Daime os cristãos confirmam sua crença, enquanto que os demais podem aperfeiçoar a sua própria fé. É o Verbo/ Logos/ Cristo espargindo suas graças para todos. Devido à urgência desse chamado para os tempos de hoje é que estão sendo mobilizados todos os recursos disponíveis: o melhor, o mais verdadeiro de tudo que foi inspirado por Deus em todas as épocas e que, ainda hoje, estão disponíveis nas demais tradições. Essa é a essência do ecletismo evolutivo e o motivo da sua manifestação dentro da doutrina do Santo Daime, para que muitos possam se curar e se salvar nos tempos atribulados que, ao que tudo indica, teremos pela frente.

Creio que não existe justificativa mais consistente e coerente para explicar a necessidade do ecletismo evolutivo. E também para a necessidade de união entre as linhas espirituais. Esse ecletismo é o próprio ecumenismo em processo. Não se trata de um diálogo, ou melhor, de uma superposição de monólogos sobre o que cada um pensa ser o ecumenismo, tomando sua própria religião como sendo o centro do universo. Nem se trata de um ecumenismo religioso no sentido de harmonizar perspectivas teológicas conflitantes. Trata-se basicamente de dar o toque de reunir espiritual e trabalhar na mesma direção. Essa é, ao meu ver, a mais elevada missão do Santo Daime, arregaçando as mangas e assumindo abertamente e de ombro a ombro, com as demais revelações, aquilo que pode ser a etapa final da salvação ainda possível para a humanidade.

Nosso lugar na teologia cristã: uma teologia mística e visionária

Creio que, neste ponto, devemos aprofundar a busca do nosso lugar dentro da teologia cristã. Sem dúvida a ela pertencemos, mesmo que por caminhos tortuosos e não convencionais. Afinal, como diz o ditado, Deus escreve certo por linhas tortas. Poderíamos buscar nossas bases e raízes no discurso de São Paulo no Aerópago, em Atenas, quando ele se refere ao

¹⁶ Daí o termo enteógeno, que significa precisamente isso.

“deus desconhecido” como sendo o Cristo resuscitado e glorificado. A formulação da nossa doutrina é marcada, como já vimos, pela fusão entre a revelação e fé cristã com a experiência de autoconhecimento e realização espiritual, fruto da nossa herança xamânica. Ela se funda numa experiência de êxtase visionária, fiel ao exemplo das escolas e tradições místicas. Através dela aumentamos a fé e a compreensão no paradigma cristão.

No entanto, é na obra do hoje chamado Pseudo-Dionísio¹⁷ que achamos a mais rica, aberta e complexa síntese eclética e evolutiva das melhores tradições místicas do cristianismo. Ocultadas e legitimadas pela suposta autoria de Dionísio, o Areopagita, discípulo colhido por São Paulo na famosa pregação acima referida (e portanto sendo uma pseudoepígrafe), esses livros sobreviveram mais de mil anos encantando papas, teólogos, pensadores, ortodoxos e também heréticos em potencial, provando a validade de uma teologia aberta e acolhedora. Pois, para desvendar o mistério divino, muitas abordagens diferentes podem ser feitas pela mente humana, sem medo de ofender as fórmulas dogmáticas conciliares, entendendo que a única ortodoxia pela qual vale a pena lutar é aquela que edifica a verdade. E essa verdade única e sem predicados é Deus, paradoxalmente um cristal multifacetado¹⁸, onde cada face lapidada reflete um aspecto ou atributo incrustado em sua essência. Que, uma vez vista, devolve o seu impacto. Como disse São Paulo: “E nós todos, com a face descoberta, refletimos como num espelho a glória do Senhor, somos transfigurados nesta mesma imagem”.

A obra do Pseudo-Dionísio foi um grande acontecimento espiritual. Nunca devemos deixar de lembrá-lo e aprender com ele. Um santo engodo, provavelmente de um monge que continuará para sempre no anonimato, mas que provou como foi e seria possível uma teologia e mesmo uma igreja que acolhesse a diversidade, sem que isso pusesse em risco sua unidade e segurança.

Isso porque, se a igreja tivesse constituído seu corpo doutrinário da forma que o Pseudo-Dionísio demonstrou ser possível, ela teria se nutrido mais da generosidade radicalmente cristã dos seus primórdios. Bem mais próximo dos caminhos do seu fundador, que pregava um reino que estaria dentro de nós. E que cobrava apenas uma atitude e uma decisão urgente de seus contemporâneos (e ainda hoje de nós), contra toda racionalização e procrastinação que nos impediria de entrar imediatamente no reino.

A excelência de tal teologia está fundamentada menos em raciocínios escolásticos do que numa percepção e avaliação mística, vale dizer, na experiência do êxtase e visões dos santos e sábios. O que vem a ser um terreno bem mais seguro para refletir e formular sobre as coisas de Deus. Pois, nestes píncaros da realização espiritual, tudo se completa e harmoniza sem contradições. Tudo se iguala na perfeição, independente dos símbolos, dos nomes e das formas através das quais a divindade se expressa e se apresenta na nossa consciência. Numa comparação, se a teologia é a combinação de conceitos, reflexões e visões sobre os mistérios divinos para a construção da grande catedral teológica que os simbolize, a escolástica está nas imensas pedras e nos monumentais arcos góticos. Enquanto que o aspecto místico e visionário está na graça, leveza e luminosidade dos vitrais refletindo a luz do sol.

Dentro da teologia mística do Areopagita ressoa uma emocionante familiaridade (e também tensão) com a mística oriental e de outras tradições, a ponto de não sabermos mais o que ela usou como fonte e também, por sua vez, o que influenciou. Encontra-se nela um caminho ascendente e outro descendente. Uma via positiva e outra negativa para se mergulhar e entender o mistério divino pelo canal contemplativo. É ele que diz: “no meu entendimento, compreendi perfeitamente que a misericordiosa causa de todas as coisas é eloquente e silenciosa”. E mais ainda: “O fato é que, quanto mais alto voamos, menos palavras

17 Que, por sua vez, bebeu das fontes neoplatônicas da escola de Alexandria: Plotino, Proclo, Amônio Sakkas.

18 A começar pela própria Trindade.

necessitamos, porque o inteligível se apresenta cada vez mais simplificado”. E conclui: “Mas agora que escalamos desde o solo até o cume, quanto mais subimos, mais escassas se tornam as palavras. Coroando a subida, lá em cima reina um completo silêncio. Estamos unidos, de forma completa, ao Inefável” (PSEUDO-DIONÍSIO, 1995: 375-377).

De forma semelhante, unindo o vôo xamânico e a miração direcionada pela revelação dos hinários, o Santo Daime também opera levando a nossa consciência à contemplação dos mistérios sagrados, difíceis de tradução por palavras. A soma disso tudo que ocorre em nossos rituais é a matéria-prima da nossa teologia visionária, um desdobramento natural da teologia mística, por obra e graça deste espírito santo, o consolador prometido, autêntico Paráclito Vegetal! É graças a ele que temos a possibilidade, neste tempo de hoje, de ver com nossos olhos materiais e também com a nossa visão espiritual aquilo que os apóstolos e os discípulos do Senhor também viram ou em que acreditaram simplesmente sem ver, com os olhos da fé. Podemos ver e sentir aquilo em que o nosso coração sempre acreditou, invertendo, desta forma, a máxima joanina: “Bem aventurados aqueles que não viram e creram!” Posto que esse sacramento e essa doutrina trazem também a revolucionária contribuição de democratização do êxtase. E tornam esse milagre possível para qualquer buscador sincero da verdade, o que se constitui numa autêntica benção. Pois além do machado já estar deitado junto à raiz da árvore sem frutos, é a hora também para tudo que está escondido ser revelado. E para se por o candeiro em cima do alqueire, para que ele possa iluminar melhor todo o aposento.

Falei no começo sobre a origem, os conceitos e princípios da nossa doutrina do Santo Daime. Estendi-me um pouco sobre nossos vínculos enquanto um movimento cristão e usei algumas considerações teológicas sobre essa doutrina nascida na floresta que tem um sacramento enteógeno no centro da

sua liturgia. Agora gostaria de terminar este ensaio desenvolvendo mais um pouco nossa posição dentro do diálogo inter-religioso. Creio que sobre isso podemos também trazer e compartilhar uma compreensão abrangente e aberta, o que é, como tentei explicar, uma das nossas principais características.

Considerações sobre teologia, diálogo e prática inter-religiosa

Inicialmente é preciso clarear a própria definição de teologia e o que seria, do ponto de vista da fé cristã, uma teologia das religiões capaz de incentivar a interação entre elas. Talvez isso seja o mais fácil. O que complica a questão é quando as instituições religiosas pretendem falar em nome daqueles que representam.

Segundo Huston Smith (2004), a teologia é a sistematização de pensamentos sobre os símbolos produzidos pela experiência religiosa. É preciso cuidar para que ela não caminhe no sentido oposto, querendo explicar o sobrenatural através da lógica formal ou da epistemologia científica. Ou, o que é pior, ter a pretensão de induzir a experiência mística dos seus crentes.

Sem dúvida existe uma parte da teologia que precisa também de uma “mãozinha” da ciência. E isso é bem salutar. A própria exegese bíblica precisa disso para distinguir melhor os acontecimentos históricos dos da fé. Para enxergar melhor quando esse “indeterminado quântico” presente nos mistérios divinos faz parte do mundo dos eventos materiais e está presente na história. E quando, em outro momento da nossa observação, faz parte do sobrenatural, do metafísico, se subtrai da história e se recolhe na eternidade.

Sem dúvida, nesse encadeamento, a experiência é o alicerce de todo o resto. Para os místicos de muitas tradições, o central é o sentimento de unicidade com Deus. Para o cristão, isso se dá através do modelo que foi e continua sendo Jesus Cristo. Segundo a célebre definição de

São Irineu, “Deus se tornou homem para que o homem possa tornar-se Deus”.

Ainda segundo Huston Smith, esse encontro, esse tornar-se Deus, acontece ao mesmo tempo no plano individual, comunitário e cósmico. Se no plano individual a experiência de Deus nos conduz à santidade, no plano comunitário a Igreja deveria se tornar Deus através da realização efetiva do corpo místico de Cristo, conforme a doutrina magistralmente formulada por Paulo. Já no plano cósmico, imaginamos que todos estão destinados a participar da economia da salvação, já que todos nascem com o direito de ser filhos de Deus, não sendo obrigatório apresentar um atestado de residência em Cristo para lograr tal objetivo. Em alguns momentos da história em que a própria Igreja se obscureceu espiritualmente devido à lógica de suas demandas mundanas, outros caminhos puderam ser mais claros para se chegar à salvação e a libertação¹⁹.

Nesse campo precisamos estar prevenidos para não repetir os erros do passado. Pois, da mesma forma que na antiga aliança os judeus exacerbaram seu exclusivismo religioso, a Igreja cristã ainda foi mais longe no combate contra aquilo que considerou suas próprias heresias. Ou seja, qualquer coisa diferente da definição de ortodoxia que diz: “aquilo em que se acreditou em toda parte, sempre e por todos”. Quando o Concílio de Florença, em 1442, proclamou a célebre e triste fórmula “*extra ecclesiam nullas salvas*”²⁰, o cristocentrismo se uniu ao eclesiocentrismo para depreciar tudo o mais. Isso numa época em que os papas se chamavam Sforza, Bórgia²¹, etc.

Se a doutrina do corpo místico do Cristo foi uma formulação de rara beleza poética e produto da engenhosidade institucional de Paulo de Tarso, ela de alguma maneira correspondia à vitalidade e ao dinamismo da nascente comunidade e Igreja cristã dos tempos apostólicos. Mas, com o passar do tempo, essa situação sofreu uma grande mudança. O programa místico e social de Jesus e de seus primeiros

seguidores, a igreja primitiva, depois dos tempos heróicos dos mártires cedeu lugar para a uma instituição eclesiástica, cada vez mais comprometida com o poder político do império. E esta nova instituição, eficiente e burocratizada, apesar de todos os seus méritos, quis se apresentar aos olhos do mundo como o modelo visível do reino anunciado por Jesus. Parece que não havia tanta semelhança assim e os resultados não foram muito favoráveis, gerando querelas teológicas, contraposições e cismas até hoje.

Não é por outra razão que o debate sobre o diálogo religioso está intimamente ligado ao tema da salvação. Do nosso ponto de vista, enquanto cristãos, a salvação está ligada à questão do perdão. Ou, para ser mais preciso, à operacionalidade do plano salvífico de Deus, baseado na concepção teológica do sofrimento vicário do Cristo para a expiação dos pecados da humanidade. Doutrina esta formulada, ao que parece, no início da Igreja e baseada na famosa passagem do servo sofredor do Deutero Isaías.

Alguns pensadores mais radicais como Bulthman (2005) negam essa concepção, afirmando que “Jesus nunca falou de sua morte e ressurreição como de fatos salvíficos, conquanto certamente seus seguidores mais imediatos e mesmo contemporâneos possam ter se referido a elas nestes termos”. Ademais, ele considera as passagens que poderiam se referir a isso no Novo Testamento como recensões de relatos de tradições mais antigas preservadas em Lucas. Essa também é a posição de outros estudiosos do Novo Testamento, como Geza Vermes e J. Crossman, e de muitos exegetas deste período, que concordam sobre as diferenças entre as palavras passíveis de serem atribuídas ao Jesus histórico dentro do contexto judeu de sua época e os óbvios desenvolvimentos cristológicos posteriores da Igreja primitiva.

É bom que se diga que a postura de reivindicar a única ou principal via da salvação não é

19 Tauler, místico alemão do século XIV: “Proclo e Platão sobressaem entre todos que iluminaram os caminhos para aqueles que não podiam chegar a encontrá-lo por si mesmos... Grave afronta e vergonha para nós, cristãos, que temos à mão os melhores recursos, a graça, Deus, a santa fé, a eucaristia e tantas outras ajudas poderosas. No entanto, damos voltas como galinhas cegas sem nos conhecermos nem conhecer aquele que está dentro de nós” (GONZALEZ DE CARDENAL, Ano: 6)

20 Literalmente: “fora da igreja não há salvação”.

21 Famílias poderosas na Itália que fizeram vários papas e cardeais nem um pouco virtuosos.

específica do Cristianismo. O Budismo relata a lenda de que Buda, ao nascer, teria dito: “Eu somente sou o mais venerado no Céu e na terra“ E ainda: Como as pegadas de todos os animais estão contidas na do elefante, assim todos os *dharmas* estão contidos nos ensinamentos do Iluminado”. O Islamismo também se aferra à sua concepção de crente e de infiel e se escandaliza com o modelo do monoteísmo trinitário cristão. Mas demonstra uma posição flexível quando diz: “Jamais enviamos mensageiro algum que não falasse a língua do seu povo” (Alcorão, XIV; 4)²². Existe claramente a sensação de que as tradições de alguma forma disputam a sua capacidade e a sua eficácia em relação aos dois aspectos que podemos considerar como as principais metas das religiões: salvação e libertação. Mas nada pode ser tão peremptório como as palavras que foram atribuídas a São Pedro: “Não há, debaixo do céu, outro nome (além de Jesus) dado aos homens pelo qual devamos ser salvos” (SMITH, 2006: 40-41).

Levando em conta a amplitude cósmica e metafísica dessa questão, parece lógico que o plano salvífico de Deus sempre levou em conta todos os seus filhos e filhas. E sempre esteve e sempre estará aberto para todos, independente da via destinada e/ou escolhida. Desde que, é claro, o caminho seja seguido de coração, com sinceridade e com perseverança. A prova disso é que muitos santos, como *Ramakhrisna*²³, lograram realizar Deus seguindo a *sadhana* de outras tradições.

Da mesma forma, não podemos esperar melhor resultado se limitarmos o diálogo inter-religioso a uma conversa teológica, mesmo que ela seja cordial e aberta. O plural e o ecumênico só produzirão resultados práticos se refletirem a troca de experiências profundas das comunidades espirituais e tradições que se propõem a dialogar e interagir. E isso requer muito boa vontade e um espírito realmente aberto. A salvação mediante a fé em Cristo e tudo que ele foi e veio a representar ainda hoje é, sem dúvida, um bom caminho. Mais de um um

quarto da humanidade pelo menos diz seguir por Ele. Mas reconhecer isso não significa que devemos menosprezar outras revelações divinamente inspiradas e métodos milenares, tais como a meditação hinduísta ou budista, os *dikhr* (exercícios *sufis*), as práticas xamânicas, o uso das plantas de poder, as técnicas de desenvolvimento mediúnico, etc. Todas operam algum tipo de graça e não nos cabe medir se é mais avançada ou atrasada que a nossa própria fé ou crença. Não estou afirmando que devemos praticar tudo isso junto, pois mesmo uma doutrina eclética como a nossa tem limites. Mas temos que escutar o que as outras tradições têm a dizer. E, quando isso for possível, entrar em sinergia com elas.

É uma boa ideia desistir da pretensão de assumir o centro ptolomaico das religiões. Por isso, no dizer de um teólogo moderno, ainda é preciso uma revolução copernicana dentro da cristologia (HICK, 2004) para fazê-la girar em torno de Deus com as demais tradições. Mesmo que varie a quantidade de energia e verdade que cada um receba em sua órbita, o centro do sistema, metaforicamente falando, seria teocêntrico e não cristocêntrico. O sol central do espírito é Deus. E isso fornece uma base bastante mais democrática para se fundar um diálogo plural e inter-religioso.

Libertados da necessidade de compreender os desígnios divinos da salvação de uma forma literal, podemos tirar proveito do nosso conhecimento adquirido num sentido mais esotérico, compreendendo que, além da escatologia ao nível planetário, precisamos apenas dar conta de nossa própria salvação. O que, em última, instância significa basicamente ter sabedoria e serenidade para abandonar nosso invólucro físico e assumir nossa condição espiritual com certeza de para onde vamos. Pelo fato da humanidade ser tão grande e diversa, de existirem tantos povos, culturas, línguas, costumes, tradições e valores, há tantas formas de conceber Deus. E também tantos avatares e profetas diferentes para anunciá-lo. Porém, dentro de toda essa multiplicidade de

²² E ainda tem como crédito a tolerância religiosa em relação aos cristãos e judeus nos reinos do sul da Espanha, entre os séculos XI e XIII.

²³ Grande santo hindu, que viveu em Calcutá no séc. XIX. Realizou a divindade seguindo os preceitos cristãos e mulçumanos.

sinais que Deus vem enviando aos homens desde os primórdios das eras, existe também um fio condutor invisível e inexprimível que une todas as experiências de revelação mística. E é justamente nessa semelhança que podemos nos firmar para achar nosso caminho comum. E como nossos sofrimentos, perplexidades e anseios por uma resposta espiritual são os mesmos é que nossa prece também pode chegar ao mesmo denominador comum. No fundo não precisamos da mesma coisa? Portanto, podemos rezar juntos a mesma prece.

Outro aspecto que parece importante destacar em relação à necessidade do diálogo inter-religioso é a sua contribuição para a construção da paz no mundo. Hoje em dia existe um paradoxo: por um lado, as sociedades estão cada vez mais laicas e o paradigma da cosmovisão científica, levado às últimas consequências, empobrece bastante a humanidade. Acentua sua crise de valores espirituais e a necessidade intrínseca de transcendência. Por outro lado, onde a religião mantém sua ascendência, talvez por se sentir acuada por esta concorrência, os fundamentalismos exacerbam-se, criando outras tantas muralhas para o entendimento e a paz entre os povos.

Buscar essa equivalência, buscar essa igualdade, buscar essa semelhança de aspirações existente entre as religiões se torna, portanto, uma meta nobre e necessária. Não há como não enxergar nisso um sólido argumento para rever noções ultrapassadas e fossilizadas da teologia das religiões. Noções essas que, insistindo em afirmar primazias e exclusivismos, reforçam os fundamentalismos de parte a parte, não apenas no campo religioso, mas, o que é pior ainda, no âmbito político.

Se a humanidade chegou a tal impasse, nesses extremos entre o vácuo espiritual e os radicalismos, por que todas as tradições não enxergam nesse fato um alerta divino sobre a falência de um modelo e o convite para uma nova postura, mais flexível e fundamentalmente mais pacífica de umas para com outras?

O nosso ecletismo cristão, nossa teologia visionária, nossa prática de alianças espirituais já pressupõem de alguma maneira nossa total abertura para o diálogo inter-religioso. Não oferecemos o Santo Daime para converter ninguém. Quem é da nossa linha se reconhece e segue. E quem não é mesmo assim pode achar proveito em se desenvolver espiritualmente através do nosso sacramento, dentro da nossa linha espiritual e doutrinária, da nossa fé ou também da sua própria crença. O cultivo dessa liberdade, muito cara ao povo do padrinho Sebastião, me parece a nossa melhor contribuição enquanto grupo religioso para este importante debate sobre o tema do diálogo e do pluralismo religioso e a construção da paz.

Céu do Mapiá, 19 de julho de 2009.

**Alex Polari de Alverga, representante da tradição religiosa Santo Daime.*

Bibliografia citada

BULTMANN, Rudolf. (2005), Jesus. São Paulo: Editora Teológica.

GONZALEZ DE CARDENAL, Olegário. Introdução à obra do Areopagita.

DUPUIS, Jacques. (2001), O cristianismo e as religiões. São Paulo: Paulinas.

HICK, John. (2004), “Deus e o universo das fés”. In: DUPUIS, J. O Cristianismo e as religiões. São Paulo: Loyola.

PSEUDO-DIONÍSIO. (1995), “Teologia Mística”. In: Obras completas del Areopagita. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos — BAC.

SMITH, Huston. (2004), A História cristã.

SMITH, Huston. (2006), A alma do Cristianismo. São Paulo: Cultrix. ■

千

30



Servindo ao mundo a partir do Sagrado

Algumas contribuições cidadãos do MIR

91

MIR

O MIR e o Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro

Emerson Giumbelli

O objetivo deste breve texto é registrar as ações do Movimento Inter-Religioso – MIR em relação ao ensino religioso, disciplina do currículo escolar prevista pela Constituição de 1988 e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (modificada em 1997). Para maiores detalhes, o leitor pode recorrer a outro volume de *Comunicações do ISER* (número 60), que compila normas e posicionamentos acerca da situação do Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro até 2004. Algumas informações mais atualizadas estão disponíveis em: http://iser.org.br/exibe_noticias.php?mat_id=129

A mobilização do MIR no assunto tem como marco a promulgação da lei 3459, de 14 de setembro de 2000, pelo Estado do Rio de Janeiro. De acordo com essa lei, adota-se a “forma confessional”, ou seja: de acordo com as preferências dos alunos (ou de seus responsáveis, no caso de menores de 16 anos) por uma ou outra religião, os conteúdos curriculares e os docentes da disciplina são definidos pelas autoridades religiosas correspondentes. Cabe, por exemplo, às autoridades católicas estipular o conteúdo das aulas e “credenciar” os professores relativos aos alunos que se declaram católicos.

Em 2004, houve um concurso público para professores de ensino religioso. Os requisitos exigiam aos candidatos um diploma de licenciatura plena e o credenciamento pela autoridade religiosa correspondente. Foram aprovados

aproximadamente mil e trezentos candidatos, quinhentos dos quais imediatamente integrados ao quadro docente da Secretaria Estadual de Educação. Em 2009, outros quatrocentos aprovados foram integrados. Mesmo assim, não estão asseguradas as condições que permitiriam contemplar plenamente as preferências religiosas dos alunos. Nota-se, além disso, grande diversidade nos conteúdos e métodos de ensino, independentemente da religião do professor. Ainda, o caráter facultativo da disciplina não é clara ou amplamente divulgado em muitas escolas e raramente são previstas atividades alternativas para os não optantes.

O MIR, como boa parte da sociedade, não acompanhou a discussão do projeto que resultou na Lei 3459, proposto por um parlamentar católico e promulgado por um governante evangélico. Do lado católico, o modelo confessional teve sua sustentação garantida pela Arquidiocese da Cidade do Rio de Janeiro. Já do lado evangélico nunca houve consenso, predominando mesmo as posições contrárias ao ensino religioso. Mas o engajamento do governador Anthony Garotinho parece ter sido decisivo, propiciando uma nova condição aos evangélicos em um terreno historicamente católico. A OMEB (Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil) se prontificou como “autoridade religiosa” para cumprir os requisitos da Lei 3459. Outros evangélicos continuam a se opor ao modelo confessional.

Não tendo acompanhado a discussão dessa Lei, após sua promulgação o MIR, se colocou prontamente em oposição. Articulou-se com o deputado Carlos Minc, também crítico da lei, e disso resultaram uma audiência pública na ALERJ e a proposição de um projeto de lei alternativo (assinado por catorze parla-

mentares). Segundo ele, caberia ao Sistema Estadual de Ensino estabelecer as normas para habilitação, admissão e capacitação de professores, como também regulamentar os procedimentos para a definição dos conteúdos, “ouvida entidade civil constituída pelas diferentes denominações religiosas”.

O projeto de lei apontava, portanto, para a constituição de uma entidade nos moldes dos conselhos de ensino religioso que existem em vários estados brasileiros. O resultado seria um conteúdo interconfessional, modelo com o qual o MIR se compromete e que está relacionado a seus contatos com o FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso), que ocorrem desde a segunda parte da década de 1990. Essa parceria entre MIR e FONAPER mantém-se na reação à Lei 3459, através de debates e outros eventos. Fizeram ainda parte dessa reação as manifestações na Assembleia Legislativa, a mobilização junto a parlamentares e a divulgação de manifestos: primeiro em 2002, em apoio ao projeto de Minc, que sairia vencedor nas votações parlamentares; depois em 2004, reivindicando a derrubada do veto oposto pela governadora Rosinha Garotinho. No entanto, o veto não foi derrubado, o que significou a ratificação do modelo confessional para o ensino religioso no estado do Rio de Janeiro.

Em 2007, com a troca da legislatura e de governo, ocorreu nova reação à norma vigente. Dessa vez, quem viabilizou a iniciativa foi o deputado Marcelo Freixo. Dela resultaram a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa e a proposição de outro projeto de lei (PL 1069), assinado por cinco parlamentares. O MIR reeditou seu manifesto, agora em apoio ao projeto. Dele, vale destacar o trecho que defende que um

(...) modelo de ensino é coerente com nosso país multicultural e com o mundo globalizado do Século 21. Prepara as crianças e jovens para respeitarem as diferenças religiosas e culturais, guiando o

aluno para a superação dos preconceitos. É função do Estado orientar seus cidadãos a buscarem o diálogo cooperativo para a paz através do bom relacionamento entre as várias etnias, culturas e tradições espirituais. Assim, através do ensino sobre o fenômeno religioso, de um ponto de vista sociológico, os alunos poderão conhecer a história das religiões, seus princípios e valores universais. O objetivo deste modelo é instrumentar os alunos a entenderem melhor os diversos fenômenos religiosos que os rodeiam, possibilitando o respeito à diversidade humana. Só se respeita aquilo que se conhece.

Quanto ao projeto de lei 1069/2007, afirma explicitamente a exigência de “caráter ecumênico e inter-religioso das atividades”. Determina a oferta da disciplina de ensino religioso em todas as séries do segundo segmento do ensino fundamental (e não em todas as séries do ensino básico, como manda a lei 3459/2000) e prevê as condições para o registro da opção pela disciplina – responsabilidade daqueles com 12 anos ou mais (e não 16 anos, conforme a lei 3459) –, bem como a oferta de atividade alternativa. Proíbe “quaisquer interferências de autoridades religiosas nas condições de oferta do ensino religioso, a exemplo do credenciamento ou descredenciamento de docentes e da indicação e/ou fornecimento de material didático ou pedagógico”. E atribui ao Sistema Estadual de Ensino a definição de orientações gerais sobre conteúdos e material didático, reservando às unidades escolares a sua especificação e a formação continuada dos professores. Esses devem ter como habilitação o diploma de licenciatura em uma das seguintes áreas: filosofia, história, ciências sociais, psicologia e pedagogia. Vale ainda mencionar que o projeto retoma a ideia de um Conselho de Ensino Religioso, ao qual caberia o exercício das funções da Coordenadoria de Ensino Religioso na Secretaria Estadual de Educação.

Da justificativa do projeto de lei 1069/2007, merecem destaques:

Assim, a razão de ser do ensino religioso não pode dissociar-se da própria função da escola pública, que reside em proporcionar conhecimento e diálogo. Compete à escola integrar o conhecimento religioso numa visão de totalidade, provendo aos seus educandos a oportunidade de compreender as especificidades das diversas religiões. Afasta-se da função da escola a proposição, aos educandos, da vivência e adesão a esses mesmos conhecimentos.

Ao Estado não toca fazer-se sacerdote, pontífice, ministro, catequista ou missionário, mas, ao contrário, cabe, reconhecendo a importância social real das manifestações religiosas, criar condições para que essas possam ser plenamente conhecidas por seus cidadãos, contribuindo para eliminar as diversas formas de preconceito e de intolerância que lamentavelmente persistem (e que costumam atingir mais violentamente aquelas expressões ditas “minoritárias”), fomentando a coexistência pacífica entre os diferentes credos, sejam eles teístas ou não, e entre estes e aqueles que não desejam ter qualquer espécie de vivência religiosa.

Em dezembro de 2007, o projeto de lei 1069/2007 recebeu uma série de emendas parlamentares e passou por uma primeira discussão em plenário. As resistências são evidentes e o seu destino é, no momento, incerto.

Quanto ao MIR, sua atuação vai depender, como tem acontecido, das circunstâncias e das articulações possíveis. Mesmo seu compromisso com a proposta interconfessional pode ser caracteri-

zado como aberto, no sentido de que ele não está vinculado a uma proposta curricular específica ou a expectativas definidas quanto à habilitação docente. Para o MIR, a interconfessionalidade é menos um modelo e mais o resultado vivido e palpável de uma trajetória. Enfim, é o fato de o MIR ter se viabilizado como uma experiência de convivência entre um escopo amplo e diversificado de tradições religiosas que o habilita a intervir no debate sobre o ensino religioso. Isso pode estar associado ao que o artigo 33 da LDB prevê como “entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas” conferida da capacidade de fazer sugestões sobre os conteúdos curriculares. Caso tal entidade civil se constituísse no Rio de Janeiro, o MIR certamente teria um papel na sua organização.

Mas certamente não deveriam depender dessa expectativa os horizontes do MIR em relação ao tema da presença da religião na escola. Outras possibilidades são vislumbráveis, não seriam impedidas pelo atual modelo normativo vigente no estado do Rio de Janeiro e nem precisam ficar atreladas à ideia do ensino religioso como área de conhecimento ou como disciplina. A necessidade e o interesse de crianças e adolescentes pelas questões religiosas podem ser respondidos de muitas formas dentro da escola, podem se tornar tema de discussão e partilha por meio de atividades e experiências muito diversificadas. Isso vislumbrado, o MIR tem a oferecer algo singular: partindo de uma conjunção ampla e diversificada, a voz e a vivência de cada uma das tradições religiosas ali reunidas.

Abaixo, a justificativa do projeto de lei 1069/2007.

PL 1069/2007- JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa a adequar o modelo de ensino religioso em vigor no estado do Rio de Janeiro aos estritos termos da legislação em vigor, bem como àquilo que a comunidade de especialistas (como aquela reunida pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – FONAPER) e as várias experiências em curso ao redor do país vêm sistematicamente recomendando. Os frutos até aqui trazidos pela legislação em vigor no estado são os piores possíveis, uma vez que ensejaram a realização de concurso público no qual os candidatos

concorriam ao cargo de professor da rede pública identificados por credo e em proporções desiguais, o que a um só tempo viola um sem número de princípios constitucionais. Além disso, cabe também mencionar os eventos realizados pela Coordenadoria de Ensino Religioso do estado na própria sede da Arquidiocese do Rio de Janeiro, entidade com a qual tem mantido uma histórica “parceria”, de modo incompatível com o que é admitido pela Constituição da República.

Na modelagem do ensino religioso cabe, pois, ter em conta, em primeiro lugar, a Constituição da República, que prescreve a liberdade de ter ou não religião como direito fundamental; que veda ao Estado brasileiro subvencionar cultos religiosos ou manter com eles relação de dependência ou aliança (art. 19); que veda qualquer procedimento administrativo conducente à violação da privacidade e da intimidade, onde se incluem as convicções religiosas (art. 21); que preconiza seja o ensino ministrado com base no pluralismo ideológico e de concepções pedagógicas (art. 206, III); e que dispõe que os conteúdos mínimos do ensino fundamental serão fixados de maneira a assegurar o respeito a determinado conjunto de valores, dentre eles os de índole religiosa (art. 210, *caput*). A mesma Constituição (art. 210, § 1º) prevê a obrigatoriedade da oferta do ensino religioso nas escolas públicas de nível fundamental e não em outros, uma vez que se trata de norma de exceção, onde descabe interpretação extensiva, conforme a doutrina corrente. A atual Carta Magna distingue-se das anteriores, a exemplo daquela de 1934 (art. 153, não repetido em 1988), na qual se previa a oferta do ensino religioso em todos os níveis.

Cabe, também, ter em conta a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que prescreve, entre os objetivos do sistema estadual de ensino, a eliminação de todas as formas de racismo e discriminação, a afirmação do pluralismo cultural e a convivência solidária a serviço de uma sociedade justa e fraterna (art. 306). A Carta Fluminense acrescenta que o ensino deve ser ministrado com base na livre divulgação do pensamento e dos saberes, vedando-se quaisquer formas de discriminação (art. 307).

Dadas essas premissas, há um princípio liberal e republicano que se deseja resgatar com o presente projeto: em matéria essencialmente religiosa o Estado deve ser neutro. Assim, ao Estado não cabe ensinar religião, tarefa esta que é única e exclusiva das próprias instituições religiosas, às quais ricos e pobres têm pleno acesso, e que gozam de todas as garantias relativas à liberdade religiosa proporcionadas pela Constituição. Ao Estado não toca fazer-se sacerdote, pontífice, ministro, catequista ou missionário, mas, ao contrário, cabe, reconhecendo a importância social real das manifestações religiosas, criar condições para que estas possam ser plenamente conhecidas por seus cidadãos, contribuindo para eliminar as diversas formas de preconceito e de intolerância que lamentavelmente persistem (e que costumam atingir mais violentamente aquelas expressões ditas “minoritárias”), fomentando a coexistência pacífica entre os diferentes credos, sejam eles teístas ou não, e entre estes e aqueles que não desejam ter qualquer espécie de vivência religiosa.

Tais premissas nos levam a afirmar a urgência — em vista do Estado republicano, democrático e de Direito — de profunda revisão do atual modelo em vigor no Estado do Rio de Janeiro. Nele, legitimam-se diversas formas de imiscuição de autoridades religiosas no oferecimento do ensino religioso em escolas públicas, intromissão essa que é tão indevida quanto o seria o oposto, isto é, a intervenção do Estado na indicação de ministros religiosos, do material catequético ou na maneira como se realizam as atividades de catequese no interior de uma

instituição religiosa. Segundo nos ensinam nossos mais proeminentes constitucionalistas, dessa espécie de intervenção somente temos notícia na Constituição Imperial, de 1824, que definia o chamado sistema de união nas relações jurídicas entre Estado e Igreja e que instituía a religião católica apostólica romana como religião oficial. A toda evidência, não é este o sistema vigorante em nossa história republicana, mas sim o da chamada separação atenuada, no qual predominam no Estado os objetivos laicos sobre os religiosos, muito embora este emita um julgamento geral positivo sobre a religião.

Se é incontestável que a Constituição manda que o ensino religioso seja oferecido na rede pública, claro está, de outro lado, que tal ensino deve ser absolutamente diferenciado daquele que é próprio das instituições religiosas, uma vez que não se justificaria pretender aplicar recursos públicos, arrecadados em face de toda a população, a fim de realizar atividade típica das instituições religiosas. Por mais nobilitante que o conteúdo religioso possa ser, não se admitiria transportar para a escola pública características que, na realidade, pertencem às escolas privadas de caráter confessional, até porque nada impede que estas, caso queiram, se abram à clientela das escolas públicas. A eliminação da atual confusão daquilo que é próprio a cada uma dessas esferas constitui providência saudável não somente para o Estado democrático, como também para as próprias denominações religiosas, como já reconheceram alguns ministros religiosos em período recente. Nas palavras insuspeitas de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, temos que a colaboração no interesse público, admitida na Constituição, “não pode ocorrer em campo fundamentalmente religioso, como o da catequese, por mais alto que seja o valor dessa pregação para a elevação moral e dos costumes do povo. De fato, aí a colaboração seria propriamente o amparo de religião e feriria profundamente a separação prescrita” (FERREIRA FILHO, 1992: 144).

Assim, a razão de ser do ensino religioso não pode dissociar-se da própria função da escola pública, que reside em proporcionar conhecimento e diálogo. Compete à escola integrar o conhecimento religioso numa visão de totalidade, provendo aos seus educandos a oportunidade de compreender as especificidades das diversas religiões. Afasta-se da função da escola a proposição, aos educandos, da vivência e adesão a esses mesmos conhecimentos. Cabe, outrossim, ter em conta os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, alterada em 22/07/1997 pela lei federal n.º. 9.475, precisamente no que tange ao ensino religioso, sem que até a presente data a normativa estadual tenha se adaptado às mudanças por ela introduzidas. Dentre essas, ressalta-se a valorização do pluralismo configurada na necessária e formal oitiva das diferentes denominações religiosas na definição dos conteúdos do ensino religioso. Tratam-se de mudanças que visam a impedir que, a pretexto de se oferecer ensino religioso, o Estado venha a estipular procedimentos que somente poderiam ser satisfeitos por tradições religiosas que contem com uma estrutura orgânica, com exclusão das minoritárias.

Cabe, ainda, ter em conta os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei federal n.º. 8.069, de 13/07/1990), que garante às crianças e adolescentes o direito de serem ouvidos e de ter suas opiniões devidamente consideradas no processo educacional, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa e ao preparo para o exercício da cidadania. No que concerne aos adolescentes, assim considerados aqueles com 12 anos de idade completos, a lei infanto-juvenil, em vários momentos, outorga às suas opiniões um caráter vinculante, como no necessário consentimento para fins de adoção (art. 45, § 2º). Assim, se para uma decisão muito mais grave a lei dá ao adolescente legitimidade para anuir ou não, não se compreenderia

porque esse mesmo direito lhe seria negado na decisão a respeito do recebimento do ensino religioso. Vemos nessa possibilidade uma saudável oportunidade de exercício da autonomia e da responsabilidade, que todos desejam ver fomentadas em nossos jovens. A delegação da opção pelo ensino religioso precipuamente aos responsáveis constitui uma outra característica de Constituições passadas, não reproduzida na nova ordem inaugurada em 1988.

Cabe, por fim, levar em conta as exitosas experiências conhecidas, de estados como Paraná e Santa Catarina, bem como as pesquisas recentes realizadas por acadêmicos dedicados à matéria, que têm apontado a inadequação da adoção de parâmetros excessivamente centralizados e uniformes no oferecimento do ensino religioso, preconizando a instituição de sistema com certa dose de flexibilidade, a fim de que possa fazer face às multifárias circunstâncias locais.

Bibliografia citada

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. (1992), *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*, vol. I. São Paulo: Saraiva.

FREIXO, Marcelo et. al. Estado do Rio de Janeiro, Projeto de Lei n° 1069, de 7 de novembro de 2007. Dispõe sobre o ensino religioso na rede estadual de ensino, revoga a lei estadual n.º 3459/2000 e outras leis. Disponível na internet em:
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/c4b0b8aa36bb25c68325738c005a46c2?OpenDocument&Start=1&Count=200&Collapse=1.1> ■

Reconhecendo e vivenciando o sagrado na natureza

Maria das Graças de Oliveira Nascimento¹

A militância ecológica do MIR no Rio de Janeiro

Durante a ECO-92, o ISER organizou a Vigília Inter-religiosa pela Terra no Aterro do Flamengo. Ali se realizava o Fórum Global, com a participação de mais de mil ONGs. No total, vinte e cinco religiões e grupos espirituais e cerca de trinta mil pessoas participaram do evento. Personalidades como o Dalai Lama, Dom Helder Câmara e Dom Luciano Mendes estiveram presentes. Naquela ocasião nascia o Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro – MIR.

Após o evento, as tradições envolvidas solicitaram ao ISER a continuidade do processo desencadeado após a vigília, tendo como um dos eixos de trabalho as questões que envolvem o relacionamento homem/religião/natureza.

A participação no Projeto Espaço Sagrado da Curva do S, no Parque Nacional da Tijuca (PNT), a campanha Elos de Axé – Natureza Viva, o assento do MIR no Conselho Consultivo do PNT e, mais recentemente, o apoio da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro à campanha – através da definição de pontos de contorno para a construção de uma política voltada para o uso religioso da área pública – podem ser identificados como os principais produtos gerados no âmbito do Projeto.

Procura-se mostrar, através do relato dessa experiência, a linha do tempo na qual são apontados os avanços e a afirmação de cada etapa da caminhada como parte da construção de um processo de reconhecimento e vivência do Sagrado na natureza.

Em todos os momentos, o MIR procurou atuar como um agente voltado para a mediação de conflitos de interesse, tanto dos ambientalistas da linha conservacionista como dos diferentes segmentos religiosos envolvidos na questão. Buscando sempre estratégias e ações para preservar o direito de uso religioso do espaço – em especial para as tradições de matriz afrodescendente – de parques nacionais, estaduais e municipais, conforme garantido pela Constituição Brasileira.

Junto aos membros dessas tradições, buscou-se identificar os contornos de um programa de educação ambiental baseada nos saberes tradicionais das comunidades de casas de santo e terreiros de Umbanda e Candomblé, mostrando a necessidade de avaliação das práticas religiosas de modo a torná-las ecologicamente corretas.

Adotou-se a metodologia da Pesquisa-Ação de Thiollent, que permite a incorporação dos resultados decorrentes da participação de agentes envolvidos, bem como o desenvolvimento de ações de intervenção reconhecidas como fundamentais à melhoria do processo, redefinindo os rumos de sua construção.

1. Projeto Meio Ambiente e Religião: o MIR no Projeto Espaço Sagrado da Curva do S (Parque Nacional da Tijuca – PNT)

A linha do tempo do Projeto Meio Ambiente e Religião pode ser identificada pelos eventos abaixo relacionados.

1997 | Primeiro Momento – I Seminário Meio Ambiente e Espaços Sagrados

Realiza-se, em setembro de 1997, o I Seminário Meio Ambiente e Espaços Sagrados, com a participação de representantes de vários cultos, órgãos públicos, pesquisadores e ONGs. O evento, coordenado pela equipe do PNT, ISER e do Museu de Belas Artes, surgiu com o propósito de estabelecer as bases para o conhecimento sobre a questão,

¹ Várias pessoas contribuíram com seus saberes científicos, tradicionais, profissionais etc no desenvolvimento das atividades relatadas neste documento. Juntos, estamos saboreando a construção de um processo de reconhecimento do Sagrado na Natureza apresentado neste documento que reflete apenas o olhar de um dos seus agentes. É tempo de agradecer àqueles(as) agentes que, ao atravessar muitos momentos de tensão no papel de principais guardiões do fogo, alimentam a chama acesa do respeitar, conservar, preservar e proteger todos os reinos da Natureza, gerando conhecimento e informação para as comunidades das tradições de matriz religiosa e acadêmica, entre outras. Evidentemente, não lhes cabe a responsabilidade do que está escrito aqui, mas é certo que sem Aderbal Moreira da Costa Ashogum (Cia Cultural Omo Aro), Ana Cristina P. Vieira (Coordenadora de Cultura PNT/IBAMA), Denise Alves e Marcelo Antônio Marques Prazeres (NEA IBAMA-PNT), Flávia Pinto (Casa do Perdão) e Lara Moutinho da Costa (Associação Ambientalista Defensores da Terra) não seria possível este relato.

tendo como principal meta a “criação de um espaço sagrado, fora dos limites do parque, com os requisitos necessários à realização dos cultos, limpeza, segurança e manutenção do local, o qual deverá ser administrado em regime de co-gestão IBAMA - Prefeitura - entidades religiosas”.

2004 | Segundo Momento – II Seminário Meio Ambiente e Espaços Sagrados

Realiza-se o II Seminário Meio Ambiente e Espaços Sagrados. Para que seja operacionalizado o Espaço Sagrado, a plenária do encaminhou proposta de criação de um comitê gestor constituído por técnicos do PNT e sociedade civil organizada, entendida como membros representativos dos diversos segmentos religiosos, associações de bairros, organizações ambientalistas, entre outros, que realizariam de forma integrada o gerenciamento do Espaço Sagrado.

Na prática, esse Comitê passa a ser a Comissão Interdisciplinar Gestora do Projeto Espaço Sagrado, integrada pelas seguintes instituições: Congregação Espírita Umbandista do Brasil (CEUB); Federação de Umbanda e Nações Africanas (FUNA); Centro Espiritualista Semeadores da Luz; Defensores da Terra; Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - Comissão de Defesa do Meio Ambiente; Wicca; Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro - MIR; Núcleo Espiritualista Guerreiros da Fé; Instituto Matlan de Pesquisa e Educação Ambiental; Parque Nacional da Tijuca; templo A Caminho da Paz; Ilê Axé de Ogum; União Espiritista de Umbanda do Brasil (UEUB).

Da plenária emerge também o documento Carta de Intenções, que reitera a necessidade de minimizar os conflitos existentes entre a liberdade de expressão religiosa e a preservação dos recursos naturais das unidades de conservação (SNUC 2000), assim como de atender à necessidade que diferentes tradições espiritualistas têm de utilização de sítios naturais para a prática de seus cultos.

A carta indica a implantação do Espaço Sagrado; o desenvolvimento de ações e materiais didáticos e interpretativos para os diferentes segmentos envolvidos; o desenvolvimento de metodologia transdisciplinar e inovadora associando educação, cultura, pesquisa, proteção e manejo de áreas florestadas que também sirvam de modelo para a resolução de conflitos socioambientais em outras áreas protegidas; e elaboração de termo de referência para implantação, gestão e administração do espaço sagrado. O documento destacava também que a viabilização da proposta só seria possível mediante a necessária aprovação e cessão de uso da área em foco pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. É neste momento que o Movimento Inter-Religioso passa a atuar de forma mais concreta.

2005 | Terceiro Momento – Revisão do Plano de Manejo e Oficina de Práticas Religiosas

O conjunto de ações levadas a efeito pelo comitê gestor a partir de 2004, com a realização de diversas reuniões – muitas delas utilizando administração de conflitos – vai dando ao movimento estatura de implantação da concepção de espaço sagrado.

Assim, com a revisão do plano de manejo do PNT, grupos religiosos são chamados a participar das reuniões e oficinas e, pela primeira vez, os diversos segmentos envolvidos nos conflitos de interesses são colocados lado a lado. Passamos a nos conhecer, o que é um grande passo para compreender os motivos por trás de cada interesse, resultando na identificação de cinco eixos estratégicos para a consolidação de uma proposta mínima de trabalho conjunto.

Os eixos estratégicos ampliam e passam a estruturar todo um projeto de trabalho que incorpora as dimensões de:

- Regulamentação das práticas religiosas no parque e entorno, permitindo um grande avanço, que é a valorização do patrimônio imaterial do Parque Nacional da Tijuca;

- definição de espaços e infraestrutura para as práticas religiosas não só no entorno como no interior do parque, bem como a implantação de capela ecumênica que não tem sido consenso e até provoca conflito de interesses entre ambientalistas e religiosos;
- educação ambiental orientada aos praticantes, sendo proposta a gestão participativa na construção dos materiais didáticos; a realização de pesquisas quantitativas e qualitativas sobre o uso religioso da área; considerar os religiosos como agentes multiplicadores; procurar a autossustentação do projeto; estabelecer um calendário inter-religioso de celebrações.
- controle e fiscalização das práticas religiosas no parque e entorno, onde é proposto dotar os principais locais de placas informativas sobre a legislação existente e normas de uso, bem como incluir elementos de práticas religiosas e culturais na formação dos agentes de fiscalização e controle;
- monitoria e avaliação das práticas religiosas e seus impactos, sendo explicitada, pela primeira vez, a necessidade de criar quatro frentes de pesquisa, objetivando quantificar, definir e determinar os diferentes tipos de impactos gerados pelas práticas religiosas, visando subsidiar o Plano de Manejo com essas informações.

2006 | *Quarto Momento – I Seminário de Educação, Cultura e Justiça Ambiental*

O Seminário dá um salto qualitativo em relação aos anteriores ao tratar educação, cultura e justiça ambiental porque amplia a discussão para além dos muros do Parque Nacional da Tijuca e mostra um outro foco: o da injustiça ambiental que vem sendo praticada aos devotos do cultos afro-brasileiros, descendentes de escravos que sucederam os índios e reflorestaram a Floresta da Tijuca.

Na oficina, realizada em meados de 2005, é elaborada um análise preliminar da situação das práticas religiosas no Parque Nacional da Tijuca, contendo informações sobre o grupo

religioso, as práticas religiosas, o número de praticantes e a frequência de uso, o local (parque e zona de amortecimento), os materiais e equipamentos utilizados, os resíduos deixados, os possíveis impactos, as demandas do parque e do grupo e o manejo da situação do parque e do grupo.

De todos os grupos identificados, é o afro-brasileiro quem:

- Mais locais utiliza (Curva do S, Águas Férreas, Jardim Botânico, Furnas, Quebra, Vista Chinesa, Rio Carioca e outros localizados no entorno);
- mais utiliza materiais e equipamentos (comidas e bebidas, vasilhas e velas, atabaques, adjá, e agogô);
- deixa maior número de resíduos (alimentos, garrafas, velas, louças, alguidares, animais e aves utilizados nas oferendas);
- gera mais possíveis impactos (lixo, fogo, poluição hídrica, alimentação de fauna, soltura de animais, impacto visual, mau cheiro, foco de vetores para comunidades do entorno).

Em contrapartida, as demandas desse grupo são o respeito, regras negociadas e aplicadas, coleta, trabalho educativo. Deste modo, o manejo da situação é delineado pela elaboração de material e trabalho educativos, coleta e interação com técnicos.

O cruzamento dessas informações mostra que a solução “educação ambiental” vem naturalmente para todas as situações que geram conflitos. Como se trata de um segmento de baixa renda, o Estado deve estabelecer instrumentos que aumente o seu nível de informação.

Todos os indicadores mostram ser possível compatibilizar o direito às práticas religiosas com o respeito à natureza, e os grupos religiosos estão prontos a colaborar neste projeto na medida em que o Parque Nacional da Tijuca seja entendido como um altar sagrado.

O Seminário traz dois grandes avanços: A) A plenária discute e avalia os resultados da

Oficina de Práticas Religiosas de 2005, encaminhando-os ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA através da direção do PNT; B) Promove o lançamento da campanha Elos de Axé – Natureza Viva.

2. Campanha Elos de Axé – Natureza Viva: Lançamento das bases

No I Seminário de Educação, Cultura e Justiça Ambiental, nasce a campanha Elos de Axé – Natureza Viva. O primeiro passo foi mobilizar os zeladores das casas e terreiros de Candomblé. Para isso, a Plenária deliberou pelo estabelecimento de estratégias de mobilização de zeladores de casas de santo e terreiros com vistas a informar sobre a realização do próprio seminário e partir para a construção de um programa de educação ambiental voltado para grupos religiosos, em especial os de Umbanda e Candomblé.

A proposta aprovada, produto resultante do grupo de trabalho coordenado por Mãe Beata e Dr. Pedro Miranda, define as seguintes ações:

- Estimular o reaproveitamento de garrafas, alguidares e outros utensílios, bem como orientar sobre os cuidados necessários no uso de velas nas oferendas e obrigações entregues nas matas e florestas;
- divulgar cartilhas voltadas para o “povo do Santo”;
- lembrar a responsabilidade dos zeladores (sacerdotes) na orientação aos “clientes” das casas e terreiros;
- realizar trabalho de conscientização da questão ambiental junto ao comércio de artigos religiosos;
- lembrar a responsabilidade do “povo do Santo”;
- incentivar os zeladores das casas e terreiros a incluir o respeito à natureza na dimensão educadora de iniciados;
- produzir material educativo e disponibilizar os que já existem;
- trabalhar, junto à mídia específica das tradições de matriz afrobrasileira, a divulgação

de informações educativas em relação ao respeito, proteção e preservação da natureza.

- estabelecer parceria com o Núcleo de Educação Ambiental do Parque Nacional da Tijuca (NEA/PNT), no sentido de que este assumira a coordenação técnica do projeto de Educação Ambiental para zeladores de casas de santo e terreiros.

Definiu-se também que a melhor forma de trabalho para efetivar essas ações é a formação de uma rede de instituições com o objetivo de tratar essas questões.

Reconhecendo-se as dificuldades de reunir os adeptos das tradições afrobrasileiras, em geral moradores de áreas distantes e da periferia da cidade, a solução é realizar encontros de forma itinerante em horário compatível com a disponibilidade dos zeladores e em locais próximos às casas de santo e terreiros, ampliando, assim, o número de entidades e lideranças participantes.

Como pontos de encontro dessa rede foram oferecidos os seguintes espaços: União Espiritista de Umbanda do Brasil (UEUB), Ilé Omim Oju Aro, Parque Nacional da Tijuca (PNT) e o Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro (MIR).

Encontros de Zeladores de Casas de Santo e Terreiros – A construção da campanha

“Dê tempo ao tempo
Porque tudo tem o seu tempo
E tempo está chegando”
Assim fala o Preto Velho

Como a representação do segmento religioso de Umbanda e Candomblé no seminário foi abaixo da expectativa e considerando a necessidade de informar a esses segmentos questões inerentes à legislação ambiental e, em especial, ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, sentiu-se a necessidade de formar um grupo focal constituído por lideranças das duas tradições.

Com esse propósito, logo após a realização do seminário, trabalhou-se intensamente no sentido de mobilizar o maior número de lideranças, tarefa que ficou a cargo da sacerdotisa Flávia Pinto, da Casa do Perdão. A realização da primeira reunião foi proposta para o dia 16 de julho de 2006, no auditório da sede do MIR.

Considerou-se importante a realização desse Encontro como um primeiro passo na ação de construir um Programa de Educação Ambiental para Zeladores de Casas de Santo e Terreiros.

A reunião identificou os seguintes eixos de trabalho:

- Construção de políticas públicas que garantissem as condições necessárias ao exercício do direito à realização de cultos e práticas religiosas, identificando-se as seguintes diretrizes:
 - trabalhar a politização dos praticantes das duas tradições;
 - incentivar a legalização dos terreiros, mostrando os prós e os contras;
 - identificar ações afirmativas que garantissem o respeito à cidadania religiosa.

- Crescimento do nível de informação dos grupos religiosos sobre os direitos e deveres constitucionais, a legislação ambiental e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, contribuindo assim para o aumento da consciência sobre a importância da preservação e cuidados com o meio ambiente.

- Conscientizar os zeladores das casas de santo e terreiros quanto à importância da sua atuação junto aos “clientes” de suas casas, no sentido de respeitar e preservar o meio ambiente ao fazerem entrega de suas obrigações nas matas, nos rios ou nas praias.
- Atuar junto às lojas de venda de produtos religiosos, no sentido de que estas participem na divulgação de material de divulgação da área de Educação Ambiental.

De junho de 2006 a agosto de 2007, foram realizadas sete reuniões com zeladores de casas de santo e terreiros de Umbanda e Candomblé, cujas plenárias definiram os rumos e direcionamentos dados à campanha, de acordo com a metodologia da pesquisa-ação de Thiollent.

Reconhecendo a casa de santo/ terreiro de Umbanda e Candomblé como um espaço sagrado, locus privilegiado de interação com o divino, a campanha avança na medida em que há a adesão de zeladores. Procura intervir com ações aceitas e compromissadas com o respeito e com o que é permitido pela hierarquia dos mais velhos, ouvindo a linguagem ancestral de cada axé, procurando a integração.

Nesse processo, entende-se que o Programa de Educação Ambiental voltado para o segmento em questão, em especial o da Umbanda, deve levar em consideração o hinário da tradição que, praticado, constitui-se num roteiro de relacionamento harmonioso Divino/natureza. Ademais, todo o conteúdo deverá emergir como decorrência natural da integração dos axés de cada casa/terreiro, de responsabilidade do zelador do santo, orientador espiritual do povo do santo.

O primeiro passo nessa construção foi a Carta da Campanha Elos de Axé – Natureza Viva, cujo texto é apresentado a seguir.

Listam-se também os primeiros parceiros e parceiras engajados nesta ideia de voltar a práticas que levem a harmonia do Homem com o Divino, reconhecendo e vivenciando o sagrado na natureza.

Campanha “Elos de Axé – Natureza Viva”. Quem é de axé ama a natureza

Desde que o mundo é mundo, nossos ancestrais têm reverenciado e amado a natureza. Terra, rios, lagos sempre foram o cenário da nossa história e fundamentais para a nossa sobrevivência. Carne e espírito se alimentaram dessa energia continuamente através dos tempos.

Ao gene criativo do homem devemos a materialidade que cobre a Terra-Mãe.

Necessitamos armazenar alimentos, cozinhá-los e transformá-los.

Sob a face da Terra foram surgindo objetos a serviço da humanidade. Os homens se multiplicaram e a natureza continua no mesmo lugar. Nela reside a nossa força mítica, abrigo dos Orixás, Inquices, guias e protetores.

AXÉ É NATUREZA

O povo do santo louva seus Orixás nos espaços sagrados do meio ambiente, pois sem água, folhas e raízes não se cultua Orixá. Urge, portanto uma tomada de atitude:

Irmãos umbandistas, candomblecistas e de religiões que cultuam a natureza juntam-se ao movimento do mundo pela preservação do meio ambiente e principalmente pela sobrevivência de suas práticas ancestrais dentro de um contexto de respeito e preservação do meio ambiente.

Os órgãos do poder público fazem o papel do Estado, coibindo nossas ações religiosas por entendê-las como agente agressor da natureza. Precisamos conhecer nossos direitos constitucionais e os deveres contidos na legislação ambiental.

É responsabilidade dos zeladores das casas de santo e terreiros das religiões de matriz

afrobrasileira instruir seus filhos e clientes a adotarem uma postura respeitosa com nossas florestas, rios, cachoeiras, mares e lagoas. Nossas cantigas falam disso.

Precisamos nos organizar para colocar em prática todos esses ensinamentos, fazendo Cursos de Agentes Ambientais Para Casas de Santo e Terreiros das religiões de matriz afrobrasileira, elaborando cartilhas, vídeos, entre outros. Existem várias experiências de sucesso nesse sentido.

Podemos estabelecer um diálogo conciliador com entidades governamentais, na medida em que tenhamos a oportunidade de mostrar com a nossa prática explicitamente o contrário: nada de vasilhames, cacos, velas queimando árvores, dejetos no caminho das nossas fontes energéticas.

Vamos exercer a prática da cidadania participativa, visto que a nossa religiosidade é estruturalmente comunitária.

O Orixá gosta da natureza para se manifestar com plenitude. Quem ama o Orixá ama a natureza.

Faça com que sua Casa/Terreiro seja um elo nesta corrente de Axé.

Participe da Campanha Elos de Axé – Natureza Viva.

Os primeiros parceiros e parceiras da campanha:

INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTE
AOM	Oswaldo Mutalê
Cabana do Mestre Omulu	Nelson Arruda Filho
Cabana do Pai Miguel das Almas	Luiz Antonio Cardoso Aratújo
Cabana do Pai Tomás D'Angola	Mãe Eulina de Iansã
Candomblé	Aderbal Moreira da Costa
Candomblé	Clarisse Mantuano
Cantinho Baiano	William Rodrigues
Casa D'Obaluê Umbanda das Almas	Carlos D'Xangó
Casa da Caridade Pai Benedito D'Angola	Zilmar Duarte Maria da Conceição S. da Silva Maura Paiva

Casa da Justiça Divina	Mãe Abigail Kanabogy
Casa de Oxum	Glória Maria dos Santos Correia
Casa Espírita A Caminho da Luz	Pai Edem
Casa Espírita de Obaluaê	Maria Georgina Pavão de Almeida Machado Vera Maria Bezerra de Jesus
Centro Cultural Seixas	Henrique Seixas
Centro da Montanha Xangô das Almas	Manoel Rui Heraldo B. Tenório
Centro Espírita Casa do Perdão	Flávia Pinto André Oliviera/Manuel Silva Joyce Barros/Aline Barbosa de Araújo
Centro Espírita Unidos pela Fé	José Carlos d' Oxossi
CEUF	Cláudia S. dos Santos Leila A. P. Souza
Círculo Ogun Hórus Rá	Maria Cristina Marques
Clube dos Ogãs	Alexandre D' Iemanjá
Conselho Nacional de Umbanda do Brasil – CONUB	Fernando de Souza Pinto Antônio Carlos Mendonça Viana Marizeli Marques
CRDR/SEJCON	César Bastos
Choupana do Sr. 7 Montanhas – CS7m	Fernando de Souza Pinto
Entidade Ambientalista Defensores da Terra / Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Rio de Janeiro	Lara Moutinho da Costa
ICAPRA	Marcelo Fritz
Ilé Axé D'Ogum-Já	
Cantinho Espiritual Pai João das Almas	Yango (Marcelo D'Obaluaê)
Ilé Axé D'Ogum e Yemanjá	Sergio D'Ogum
Ilé de Oya	Miriam da Oxum
Ilé Omi Oju Aro	Mãe Beata de Yemanjá
INTERPAZ	Katja Bastos Graça Duarte
IRMAFRO	Renato D'Obaluaê
Instituto de Estudos da Religião – ISER	Samyra Crespo
Loja de Artigos de Umbanda/ Candomblé e Bazar	Ashe d'Orissás
Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro – MIR	André Porto Maria das Graças de Oliveira Nascimento
Nº 20 Umpembe Kilongo	Eduardo Legiberu
Núcleo de Educação Ambiental / Parque Nacional da Tijuca – PNT	Denise Alves Marcelo Antonio M. Prazeres Andréa R. Lopes
Centro de Visitantes – PNT	Ana Cristina P. Vieira
OICD – RJ	Antônio Carlos M. Vianna Viviane Japiassú Vianna
Prefeitura de Macaé – CORAFRO FAFIMA – Macaé	Sonia Maria Santos
Templo A Caminho da Paz Cantinho de Pai Cipriano	Armando Fernandes
Templo D' Xangô Aira	Edém D'Xangô
Templo D'Oxosse	Marcos de Oliveira Altair Nascimento da Silva
Templo da Trybo Cósmica – Encantaria Cigana do Povo do Oriente	Katja Bastos

Templo Espiritualista D'Jagum	Renato D'Obaluaê Luiz Fernando da Silva
Templo do Vale do Sol e da Lua	Ana Paula Falção
Templo Filhos de Oxalá	Carlos Sampaio
Templo Oxossi Caçador	Joelmir de Oxossi
Tenda Espírita Pai Joaquim das Almas e Caboclo Guiné	Roberto Silva
Tenda Espírita São Jorge	Marizeli Marques
Tenda Espírita Vovô André da Bahia	Willian de Obaluaê
Tenda Verdade e Caridade Ogum Rompe Matto	Roberto S. Silva
União Espiritista de Umbanda do Brasil	Pedro Miranda
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, CASS/SMAS	Denise Quitéria, Isabela Lobato Ricardo C. B. Jorge Marly de Andrade Paulo Sérgio B. G. do N. Paulo Gentil Ruth
Ordem Teosófica de Serviço - OTS	Regina Medina Hilda

3. O MIR no Conselho Consultivo do PNT

A outra linha de trabalho do MIR envolveu ações que levassem ao assento no Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, tendo como principal motivação defender o direito ao uso público religioso no referido parque.

Tem sido longo o caminho, com avanços e recuos, já que envolve uma compreensão diferente dos ambientalistas de linha conservacionista nas posições técnicas e de gestão do parque. Para estes, os rituais/cerimônias relacionados às matrizes religiosas são altamente impactantes à natureza e devem ser proibidos por não estarem previstos na Legislação Ambiental do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Em contrapartida, a Constituição Federal (artigo 5º) garante o direito de uso dessas unidades por motivação religiosa. É nesse conflito de legislações que situações de confronto e desrespeito acontecem.

O papel do MIR tem sido o de, sempre que chamado, intermediar grupos de interesses conflitantes, buscando, através do diálogo, mostrar que é possível compatibilizar os interesses de grupos ambientalistas e religiosos, na

medida em que todos estão dispostos a trabalhar pela proteção, preservação e conservação da natureza, pois “o Orixá gosta da natureza para se manifestar com plenitude. Quem ama o Orixá ama a natureza”.

Entre as competências legais do conselho consultivo, destaca-se o “acompanhamento da elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo”. Nesse plano estão definidas áreas e usos associados, normatizados e regulados num segundo momento.

O processo de recomposição e fortalecimento do conselho consultivo do PNT com vista à promoção da gestão participativa da unidade e de seus recursos hídricos foi coordenado pelo IBASE e integrava uma das linhas de ação do Projeto Água em Unidade de Conservação, patrocinado pela Petrobras. A finalidade do projeto é a proteção e valoração dos recursos hídricos do Parque Nacional da Tijuca, assim como a conscientização quanto ao seu uso sustentável.

Para isso, todos os conselheiros participaram de oficinas de capacitação com o objetivo de

formalizar a nova composição do conselho consultivo do PNT; nivelar a formação dos seus membros no que se refere às informações básicas, mas imprescindíveis para o auxílio à gestão do parque, em conformidade com o marco legal e institucional do governo federal; e gerar espaço de convivência e diálogo para consolidar o entrosamento de ideias, perspectivas e expectativas alinhadas à gestão da unidade de conservação.

Vivencia-se no presente momento a implantação do conselho consultivo.

4. Definindo os parâmetros para uma política pública ambiental no Estado do Rio de Janeiro

A partir de 2007 a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro deu os primeiros passos no sentido de que o uso público religioso nas Unidades de Conservação do Estado fosse considerado e respeitado, delineando assim os pontos de contorno de uma política pública. Foi um grande momento da Campanha Elos de Axé – Natureza Viva.

A experiência do Parque Nacional da Tijuca tornou-se um referencial para a replicação nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, buscando-se alternativas para que as manifestações religiosas fossem realizadas de forma consciente e com mínimo impacto.

Num primeiro momento, trabalhou-se com o Parque Estadual da Pedra Branca, o Parque Estadual Serra da Tiririca e a Área de Proteção Ambiental Estadual da Serra do Mendanha, que são consideradas, junto com Parque Nacional da Tijuca, as montanhas sagradas situadas em área urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro. Nessas montanhas há testemunhos de uso religioso e cultural devido à existência de cemitérios de nativos, quilombolas, ruínas, igrejas, templos e à toponímia (nome de rios, cascatas, caminhos associados aos pretos velhos, fadas, entre outros).

Um conjunto de recomendações foi aprovado na plenária de agosto de 2007 e, no momento, planejam-se estratégias para implantação em área-piloto, provavelmente a do Parque Estadual da Pedra Branca.

Assim, faz-se todo o esforço no sentido de tornar as práticas e cerimônias religiosas ecologicamente corretas, passo fundamental para a construção de uma cultura de paz e respeito à natureza, tendo como base o diálogo com todos os segmentos envolvidos (religiosos, ambientalistas, poder público, pesquisadores, entre outros).

Apresentam-se a seguir recomendações resultantes do processo de construção da campanha que foram aprovadas na plenária de 23 de agosto de 2007 e que irão nortear os próximos passos.

As comunidades religiosas devem:

- Incorporar, nos ensinamentos dirigidos aos filhos, seguidores e freqüentadores de suas casas/terreiros/templos, a importância do respeito, conservação e preservação de todos os reinos da natureza, reconhecendo-a como um altar sagrado;
- repensar as práticas religiosas, minimizando todos os impactos decorrentes dessas ações, principalmente quando realizadas em ambientes naturais;
- participar e/ou organizar mutirões de limpeza nas áreas que frequentam para realização das oferendas, obrigações e despachos;
- incentivar o(a) cidadão(ã) religioso(a) a contribuir para a redução do lixo nas ruas, praças, florestas, rios, lagoas, cachoeiras, entre outros locais;
- informar às suas comunidades sobre:
 - a necessidade de conservação das áreas protegidas, hoje muito impactadas devido a diversas atividades (ocupações irregulares, balões, caça, turismo etc) e;
 - a importância da participação de todos na defesa dessas áreas, contribuindo com os saberes sagrados de suas

tradições em atividades educativas e culturais relacionadas ao tema.

O Estado deve promover:

- Campanhas de sensibilização dirigidas ao povo do santo das Casas/ terreiros/ templos de Umbanda e Candomblé;
- capacitação de agentes religiosos e gestores das Unidades de Conservação Estaduais, visando a um melhor atendimento nessas áreas de uso público e a eliminação de conflitos através da prática do diálogo;
- programa de educação ambiental para as comunidades religiosas;
- estudos que levem à definição de espaços sagrados nos planos de manejo das Unidades de Conservação com coleta regular de resíduos e gestão compartilhada com grupos religiosos;
- o estabelecimento de áreas de cultivo de plantas sagradas e credenciamento de zeladores para coleta das mesmas;
- medidas que levem à construção de aterros de lixo religioso como base para o tratamento de resíduos sólidos das oferendas, obrigações e despachos decorrentes de práticas religiosas;
- mecanismos institucionais através de parcerias com a iniciativa privada, organizações não-governamentais, entre outras entidades, que possibilitem a formação de agentes religiosos guardiões da natureza, bem como patrocínio para o desenvolvimento de suas atividades.

5. A Produção do Conhecimento

Uma das contribuições do Projeto Espaço Sagrado da Curva do S diz respeito à produção de conhecimento no período 1997–2007 sobre o tema Religião e Ambiente, com foco na experiência do Parque Nacional da Tijuca. Destacam-se os seguintes artigos:

_____. (1997), *Memorial Pirajá - Parque São Bartolomeu. Uma experiência de*

Educação Ambiental em Salvador - Babia. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu.

_____. (1998), *Educação Ambiental: publicação para professores*. Rio de Janeiro: Parque Nacional da Tijuca, Ibama/CECIP.

_____. (1998), *O Parque é seu: Como conhecer, usar e cuidar do Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro: Parque Nacional da Tijuca, Ibama/CECIP.

_____. (2002), *Saiba como e porquê conviver com a floresta numa boa*. Rio de Janeiro: Parque Nacional da Tijuca, Ibama/CECIP.

_____. (2005), *Práticas Religiosas em Áreas Protegidas*. Rio de Janeiro: Relatório da Oficina de Planejamento, IBAMA, Parque Nacional da Tijuca.

ALVES, D. e VIEIRA, A. C. P. (2001), “A Floresta Sagrada”, In: A. C. Pereira Vieira (org.). *Lazer e Cultura na Floresta da Tijuca*., São Paulo: Makron Books.

ALVES, Denise. (1995), *Sensopercepção em Ações de Educação Ambiental. Série Documental: Antecipações, nº 7*. Brasília: MEC/INEP.

ALVES, Denise; GUIMARÃES, Mariza; PRAZERES, Marcelo Antonio M.; VIEIRA, Ana Cristina. (1997), “Meio Ambiente e Espaços Sagrados”. *Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, v. 2.

CORRÊA, Aureanice de Mello. (2005), “Não acredito em deuses que não sabem dançar: A festa do candomblé, território encarnador da cultura”. In: Z. Rosendahl e R. Lobato Corrêa (org.). *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro, EdUERJ.

CORRÊA, Aureanice de Mello. (2000), “Ritual, identidade, cultura e a organização espacial: Sagrado e profano”. In: D. Silva (org.). *Identida-*

des étnicas e religião. Rio de Janeiro: EdUERJ.

COSTA, Lara Moutinho da & MOREIRA, Aderbal Costa. (2005), "OKU ABO – Educação Ambiental para Religiões Afro-brasileiras". *Anais do IX Congresso Mundial de Tradição e Cultura Iorubá*.

COSTA, Lara Moutinho da & MOREIRA, Aderbal Costa. (2004), *Decálogo das Oferendas*. Rio de Janeiro: Comissão de Meio Ambiente da ALERJ e Defensores da Terra.

DIAS, Marisa Guimarães. (1999), *Rio – nosso patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Apostila para o Curso Condutores de Visitantes no Maciço da Tijuca, Secretaria Estadual de Trabalho, UERJ, Agenda Social Rio e Parque Nacional da Tijuca.

DRUMMOND, José Augusto e Samyra Crespo. (2000), "O Parque Nacional da Tijuca: contribuição para a gestão compartilhada de uma unidade de conservação urbana". *Comunicações do ISER*, ano 19, n. 54.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, AZAZIEL, Marcus e FRANCA, Nayde. (2007), *Educação Ambiental e conselho em unidades de conservação: Aspectos teóricos e metodológicos*. Rio de Janeiro: Ibase, Instituto Terrazul, Parque Nacional da Tijuca.

MANDARINO, Adriana Sobral Barbosa. (2005), *Parecer Sobre Práticas Religiosas em áreas Protegidas, Processo N° 0201004964/2005*. Brasília: Procuradoria Geral Especializada junto ao IBAM, Advocacia Geral da União. .

NASCIMENTO, Maria das Graças O. (2007), *Projeto Religião e Meio Ambiente. Movimento Inter-religioso/ISER: Um olhar sobre as experiências já realizadas*. Rio de Janeiro: Mimeo.

VIEIRA, Ana Cristina P. e ALVES, Denise. (2006), *Patrimônio Material e Imaterial*. Rio de Janeiro: Mimeo.

VIEIRA, Ana Cristina P, ALVES, Denise et alii. (1997), "Meio Ambiente e Espaços Sagrados". *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, v. 1, Curitiba.

VIEIRA, Ana Cristina P. (2002), *Capítulo sobre o Parque Nacional da Tijuca*. In: *A Floresta na metrópole*. Rio de Janeiro: não publicado.

VIEIRA, Ana Cristina P. (2001), *Lazer e Cultura da Floresta da Tijuca: História, arte, religião, fauna, flora e literatura*. São Paulo: Makron Books do Brasil.

VIEIRA, Ana Cristina P. (2002), *A Voz da História e o Patrimônio Integral*. Rio de Janeiro.

VIEIRA, Ana Cristina P. (1997 - 2006), *Inventário dos Bens Culturais do Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro. ■

O MIR e a Defesa dos Direitos Humanos

Rosane Griggi

Conheci o MIR em agosto de 2002, por ocasião da Assembleia Global da URI. Poderia escrever laudas e laudas sobre o impacto que essa experiência única — ter vivenciado o Sagrado se manifestando no Profano em perfeita sintonia — causou em mim, mas, advogada por formação e sacerdotisa por opção, prefiro ir direto ao ponto: naquele encontro tive o *insight* de que o MIR seria o canal adequado para unir prática espiritual e engajamento político em defesa da liberdade religiosa.

A proposta do MIR de praticar o diálogo entre as diferentes tradições religiosas, enfatizando seus pontos de convergência na visão do Sagrado — a unidade na diversidade —, mas respeitando a especificidade de cada crença, sem qualquer forma de proselitismo ou juízo de valor, está em perfeita consonância com o disposto no Artigo 3º da Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de novembro de 1981 — Resolução 36/55:

“A discriminação entre os seres humanos por motivos de religião ou de convicções constitui uma ofensa à dignidade humana e uma negação dos princípios da Carta das Nações Unidas, e deve ser condenada como uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamados na Declaração Universal de Direitos Humanos e enunciados detalhadamente nos Pactos internacionais de direitos humanos, e como um obstáculo para as relações amistosas e pacíficas entre as nações.”

Assim, em setembro de 2002, comecei a frequentar as reuniões plenárias mensais

do MIR, sempre me posicionando a favor de atuarmos de modo a dar a maior visibilidade possível ao Movimento Inter-Religioso, cuja proposta inovadora, séria e profunda é algo bastante fora do contexto nesta nossa sociedade tão imediatista e superficial.

Em 2003, retomou-se a discussão sobre o ensino religioso confessional nas escolas públicas do Rio de Janeiro, que já tivera uma primeira fase em 2000/2001. O MIR, que participara expressivamente naquela ocasião, engajou-se outra vez de corpo e alma no processo. Não me estenderei sobre o assunto, por já existir uma revista do ISER inteiramente dedicada ao tema.

Em abril de 2004, no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), iniciaram-se as reuniões preparatórias para a II Conferência Estadual de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, que se realizou nas dependências da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), nos dias 21 e 22 de maio de 2004, sob os auspícios da Secretaria Estadual dos Direitos Humanos, e teve caráter deliberativo. Foi nessa oportunidade que unimos forças com os diversos segmentos que sofrem discriminação social ou se encontram desamparados pelo poder público. Muitas pessoas que fazem parte desses setores têm seus direitos de cidadania negados por preconceitos fundamentados em uma visão distorcida do que deveria ser o verdadeiro sentimento religioso.

O objetivo principal da II Conferência Estadual de Direitos Humanos foi debater o temário proposto para a IX Conferência Nacional de Direitos Humanos e elaborar o Relatório Estadual a ser apresentado em Brasília. Decidiu-se adotar o formato da divisão em eixos temáticos, desenvolvidos de modo a articular e integrar os vários aspectos de uma política de direitos humanos, de maneira a garantir a diversidade, as especificidades e a transversalidade dos temas em pauta.

Os eixos temáticos ficaram assim constituídos:

1. DESCA (Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais);
2. Segurança Alimentar;
3. Saúde;
4. Criança e Adolescente;
5. Negros;
6. Moradia, Terra e População de Rua;
7. Trabalho Escravo e Degradante;
8. Diversidade Religiosa;
9. Etnia Cigana;
10. Diversidade Sexual;
11. Mulher;
12. Profissionais do Sexo;
13. Violência e Segurança Pública;
14. Sistema Prisional;
15. Terceira Idade.

A II Conferência Estadual de Direitos Humanos do Rio de Janeiro produziu, portanto, subsídios para a elaboração de um Relatório Final, a partir da identificação dos problemas e propostas referentes ao tema central e às questões regionais debatidas pelos participantes.

Ao MIR coube a relatoria do Eixo Temático nº 8 – Diversidade Religiosa –, que encaminhou várias propostas à IX Conferência Nacional, dentre as quais destacamos:

1. Incentivar o diálogo entre os movimentos religiosos, ampliando o papel das religiões na construção de uma sociedade pluralista e para a consolidação dos Direitos Humanos, Direitos Humanos das Mulheres¹ e Plano Nacional de Segurança Pública, uma vez que o exercício da religião é um constante buscar e proclamar o Direito à Vida, o Direito à Justiça e o Direito à Liberdade;
2. estimular a inter-religiosidade e a Unidade na Diversidade para todos;
3. criação de uma rede inter-religiosa entre as várias tradições e segmentos religiosos para troca de experiências positivas na área social, estimuladora de ações comuns em conjunto com as metas sociais dos governos federal, estadual e municipal. A rede também estaria engajada na divulgação e implementação do Sistema Nacional de

Direitos Humanos, bem como no seu seguimento, monitoramento e avaliação de sua execução;

4. criação, nas ações sociais, de bancos de dados com indicadores sociais e econômicos de seus praticantes, assim como a inclusão, nesses dados, dos recortes de gênero, etnia e diversidade religiosa, visando a apoiar a definição de políticas públicas para esses grupos.

A IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, convocada pelo Governo Federal, aconteceu em Brasília, de 29 de junho a 2 de julho de 2004, e teve caráter deliberativo. Seu objetivo geral foi formular propostas para a construção do Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos (SNDH).

Os objetivos específicos do Encontro foram:

- Analisar a situação dos direitos humanos no Brasil;
- identificar os desafios à implementação do Sistema Nacional de Direitos Humanos;
- definir o caráter, os princípios, a estrutura e a estratégia do SNDH;
- renovar o compromisso dos diversos setores da sociedade com o Sistema;
- propor prioridades de atuação para a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;
- constituir um espaço para receber denúncias de violações de direitos.

Ao final da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, a plenária produziu e aprovou a *Carta de Brasília*, um documento que sintetizou as diversas propostas apresentadas, discutidas e aprovadas pelos cerca de 900 ativistas participantes do evento.

Nova oportunidade de atuação para o MIR surgiu no início de setembro de 2004, quando a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), através da Gerência do Plano Estadual de Direitos Humanos – PEDH, convidou as organizações da sociedade civil a participarem

¹ Ao garantir essa proposta os Direitos Humanos das Mulheres, a plenária demonstrou ter consciência do quanto a religião majoritária, em nosso país, imiscui-se em áreas que interessam diretamente às mulheres, cujos direitos sexuais e reprodutivos (principalmente das negras e pobres) são enormemente dificultados por sua ingerência descabida em questões de saúde pública que, por força da lei, competem ao Estado brasileiro – oficialmente laico desde a Constituição de 1891.

do processo de mobilização para ações de atualização do PEDH.

Na segunda reunião entre a Gerência do Plano Estadual de Direitos Humanos e representantes da sociedade civil, realizada no dia 16 de setembro de 2004, nas dependências do CEDIM, decidiu-se que, visando a agilizar e efetivar a parceria com a Secretaria Estadual de Direitos Humanos, seria criada uma secretaria executiva com nove representantes da sociedade civil e um representante da SEDH. Foram eleitas as seguintes instituições:

1. Centro de Referência à Discriminação Religiosa – CRDR;
2. Centro de Referência contra a Violência e Discriminação Homossexual – CERCONVIDH;
3. Conselho Estadual do Negro;
4. Humanitas;
5. Instituto Palmares de Direitos Humanos – IPDH;
6. Movimento Inter-religioso – MIR;
7. Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH;
8. Movimento Pela Vida;
9. Pastoral Carcerária;
10. Representante do Poder Executivo Estadual.

Ao longo de novembro e dezembro de 2004, ocorreram nove encontros regionais em municípios-pólo. O MIR esteve presente nos municípios de Paraty, Campos dos Goitacazes e Itaperuna. Com isso, a discussão sobre os temas relativos aos Direitos Humanos, inclusive os que se referem ao exercício da liberdade de crença e culto religioso, foi levada aos municípios do interior de nosso estado, não ficando restrita apenas aos setores tradicionalmente mais mobilizados da Capital. Para esses encontros regionais, foram convocados representantes de ONGs, de entidades comunitárias, de Igrejas e templos diversos, de sindicatos, da OAB, de secretarias de educação, de prefeituras, de órgãos do Governo e demais instituições. No segundo semestre de 2004, o MIR partici-

pou de diversos seminários, congressos e outros eventos ligados à sua área específica de atuação no campo dos Direitos Humanos, dentre os quais destacamos o 1º Encontro Cultura da Paz e Direitos Humanos, no dia 17 de novembro, no Hotel Glória, promovido pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, em parceria com a Arquidiocese da Cidade do Rio de Janeiro.

O FOPEDH

O Fórum Permanente de Direitos Humanos (FOPEDH) surgiu de um conjunto de organizações da sociedade civil que vinham se reunindo regularmente desde 31 de agosto de 2004, ocasião em que se realizou uma Audiência Pública na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro para tratar de assuntos pertinentes à área dos Direitos Humanos. Após várias ações afirmativas do coletivo, o Fórum se institucionalizou em 18 de fevereiro de 2005, adotando o nome FOPEDH e elaborando uma Carta de Princípios, da qual transcrevemos os dois primeiros artigos:

1. “O Fórum Permanente de Direitos Humanos – FOPEDH – é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de organizações, de movimentos da sociedade civil e de pessoas que atuam na área de Direitos Humanos e estão empenhados na construção de uma sociedade mais justa, onde todos, sem exceção, tenham seus direitos respeitados e garantidos.”

2. “O Fórum Permanente de Direitos Humanos – FOPEDH – é um espaço plural, diversificado, não-confessional, não-governamental e apartidário, que reúne e articula de forma descentralizada, em rede, organizações, movimentos e pessoas engajadas em ações concretas pelos Direitos Humanos, num processo permanente de busca e construção de alternativas, do nível local ao internacional. Governantes

e parlamentares poderão ser convidados a participar, enquanto pessoas, desde que assumam os compromissos desta Carta de Princípios.”

Desde sua formalização, o FOPEDH vem se reunindo regularmente toda primeira sexta-feira do mês na sede do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). As instituições abaixo listadas, em ordem alfabética, dentre as quais se encontra o MIR, são fundadoras do Fórum e integram sua primeira coordenação, com mandato (estabelecido por Regimento Interno aprovado em plenária) até fevereiro de 2008.

- Casa do Perdão;
- CERCONVIDH – Centro de Referência contra a Violência e Discriminação Homossexual;
- CRDR – Centro de Referência à Discriminação Religiosa;
- HUMANITAS – Cidadania e Direitos Humanos;
- IPDH – Instituto Palmares de Direitos Humanos;
- MIR – Movimento Inter-Religioso;
- Movimento pela Vida;
- Pastoral Carcerária do Estado do Rio de Janeiro.

Dentre as instituições afiliadas ao FOPEDH estão a AQUILERJ, a BEMFAM, o CONAMOR, o CRESS, o Dom da Terra, o Fio da Alma, a Fundação Santa Sara, a Fundação Natureza, o Movimento D’Ellas, o MNDH, o Ser Mulher e o Viva Rio.

Ao longo de 2005 e 2006, o FOPEDH se consolidou e promoveu seminários temáticos, participou de atos públicos e campanhas diversas e reuniu-se com autoridades. Além disso, recebeu e encaminhou várias denúncias de violações de direitos. Em dezembro de 2005, por seus relevantes serviços em prol dos direitos humanos, o FOPEDH teve a honra de ser agraciado com o Prêmio de Direitos Humanos da Secretaria de Ação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro. ■

A Experiência das Aldeias Sagradas

Maria das Graças de Oliveira Nascimento

Convivendo juntos, compartilhando o Sagrado, servindo ao mundo

Em Junho de 1992, durante a ECO-92, o ISER – Instituto de Estudos da Religião organizou a Vigília Inter-Religiosa pela Terra, no Aterro do Flamengo. Ali acontecia o Fórum Global, com a participação de mais de mil ONGs. No total, vinte e cinco religiões e grupos espirituais e cerca de trinta mil pessoas participaram do evento. Personalidades como o *Dalai Lama*, Dom Helder Câmara e Dom Luciano Mendes estiveram presentes. Naquela ocasião nascia o Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro - MIR.

Após o evento, as tradições envolvidas solicitaram ao ISER a continuidade do processo desencadeado após a Vigília, promovendo o diálogo e a cooperação entre instituições religiosas e pessoas de fé que desejavam um futuro melhor para nossa cidade, nosso país e para o mundo.

Em 1999, o MIR participa do encontro promovido pela Iniciativa das Religiões Unidas – URI em Itatiaia, Rio de Janeiro, onde se estabelecem as bases para o Diálogo Inter-Religioso no Brasil. Desse momento em diante, o MIR passa a ser também um Núcleo de Cooperação (CC) da URI.

Em 2002, realiza-se no Rio de Janeiro a Assembleia Geral da URI, com representantes internacionais dos Círculos de Cooperação Mundial, no Hotel Glória. A Comissão Executiva do MIR determinou que deveria haver a participação de Tradições Religiosas do Rio de Janeiro, surgindo então a ideia de realizar a Aldeia Sagrada. Na verdade, o sonho era replicar a experiência da ECO-92 no Aterro do Flamengo.

Ajustando o sonho às reais possibilidades, a comissão Executiva do MIR decidiu por realizar a primeira Aldeia Sagrada no Parque Lúcio Costa, integrado ao projeto arquitetônico do Outeiro da Glória.

Assim, em Agosto de 2002 o MIR realizou a 1ª Aldeia Sagrada, com a participação de mais de mil pessoas por dia, em sua maioria jovens e alunos de escolas públicas e particulares. O objetivo do evento foi exemplificar e comunicar as ideias dos movimentos inter-religiosos: a busca da paz, a vivência da unidade na diversidade, as possibilidades do diálogo e da cooperação entre instituições e pessoas de fé.

O evento se repetiu em 2003, 2004 e 2006, tornando-se uma tradição do MIR-RJ.

Em 2007 e 2008 o MIR passou por uma série de revisões e transformações, não tendo as condições necessárias para realizar as aldeias naqueles anos.

Como fruto desse período, o MIR redesenha sua trajetória, que culmina com o reconhecimento pelo Instituto de Estudos da Religião – ISER de que suas atividades constituem um projeto permanente da instituição, definindo como eixo prioritário de ação a retomada em do evento Aldeia Sagrada em 2009.

As Aldeias Sagradas têm como objetivos:

- Exemplificar e comunicar os princípios e valores universais das tradições religiosas através da convivência inter-religiosa.
- Contribuir para o fortalecimento da sociedade civil através da articulação de diferentes redes associadas às tradições religiosas que integram o MIR, mostrando as melhores práticas utilizadas em prol da construção de uma cultura de paz, com foco especial em questões associadas ao ensino religioso, meio ambiente e direitos humanos.

- Incentivar o diálogo inter-religioso como forma de contrapor o fanatismo e o exclusivismo religioso.

Os Temas das Aldeias Sagradas

A Aldeia Sagrada 2002

Como parte da Assembleia Geral da URI, o tema da primeira Aldeia foi “Compartilhar o Sagrado, servir ao mundo”. O Parque Lucio Costa foi devidamente preparado para o evento, sendo instaladas tendas onde cada tradição explicava seus fundamentos, mostrava seus símbolos, livros sagrados, músicas, entre outros. Realizou-se também o I Festival de Música Sagrada, um lindo momento de interação e integração de pessoas de diferentes tradições.

A Aldeia Sagrada 2003

Sob o tema “Cidadania Espiritual no Século 21”, a Aldeia Sagrada reuniu durante três dias, no Parque Lúcio Costa, na Glória, cerca de trinta diferentes tradições espirituais e instituições como ONU, UNESCO e Pastoral da Criança. As tradições foram convidadas a apresentar seus programas sociais, educacionais e ecológicos ativos no grande Rio e a dialogar sobre possibilidades de ações conjuntas. Realizou-se o II Festival de Música Sacra, sob a coordenação de Michel Mujalli, do Budismo. Mais uma vez a experiência de integração foi um marco inesquecível.

A Aldeia Sagrada 2004

A terceira Aldeia Sagrada, realizada em setembro de 2004, também no Parque Lucio Costa, teve como tema “A espiritualidade no cotidiano”. Neste ano as tradições foram convidadas a apresentar trabalhos na área de violência doméstica, saúde e da campanha do desarmamento. Realizou-se o III Festival de Música Sacra, que continuou sob a Coordenação de Michel Mujalli.

A Aldeia Sagrada 2005

“Construindo uma Cultura de Paz” foi o tema da Aldeia Sagrada de 2005, mais uma vez reunindo cerca de trinta diferentes tradições espirituais no Parque Lúcio Costa, no bairro carioca da Glória. Desta vez as tradições foram convidadas a apresentar atividades inter-religiosas e específicas nas áreas social, educacional e ecológica. O evento visava tanto a capacitar quanto a dialogar sobre possibilidades de ações conjuntas no Grande Rio. Totalmente abertas ao público, com enfoque temático na questão da paz, da violência do trânsito, da violência urbana e do desarmamento.

A Aldeia Sagrada 2006

O tema escolhido para este ano foi “Irradiando Cultura de Paz”, reunindo durante três dias, nas dependências do Viva Rio e platô do Parque Lúcio Costa, diferentes tradições espirituais, que foram convidadas a apresentar atividades inter-religiosas e específicas nas áreas social. As atividades, abertas ao público, tiveram enfoque temático na questão da paz como um contraponto a possíveis situações de violência geradas pela intolerância e discriminação religiosa. ■

Juventude e Espiritualidade

Flávio Soares

A contribuição do Movimento Inter-Religioso Jovem

A humanidade passa por um momento delicado. Povos vivendo em conflito, gerações inteiras nascidas em meio à miséria e à violência e educadas desde muito cedo a odiar. Cresce o sentimento de insegurança, a tolerância é posta frequentemente à prova e os direitos humanos são ameaçados. Culturas são descaracterizadas em nome de um desenvolvimento que cerceia qualquer possibilidade de reação e que põe em risco a sua própria sobrevivência. Encontrar uma alternativa para essa crise torna-se mais que urgente.

Em artigo publicado no *Jornal do Brasil* intitulado *Retirada sustentável*, o teólogo e escritor Leonardo Boff apontou os efeitos do alarme ecológico provocado pelo aquecimento global e a necessidade da “criação de novos padrões que nos permitam continuar juntos e vivos neste pequeno planeta” (BOFF, 2007). Citou um discurso do presidente da Bolívia, Evo Morales que, segundo o autor, passou quase despercebido pela mídia, no qual defendia o “reencontro de nossas velhas raízes com respeito à Mãe Terra”. Posicionamento, compartilhado por alguns autores, que aponta a necessidade do retorno à condição natural do homem como alternativa para solucionar os problemas que o aflige. Boff cita ainda Gorbachev, quando este chamava atenção para a necessidade da criação de um novo paradigma civilizatório e de um novo consenso sobre nossos valores, sob o risco da Terra poder existir sem nós. E finaliza dizendo que “capitais, saberes e haveres serão participados por todos para poder salvar a todos”.

Entre os mais afetados por esses problemas está a juventude. Pressionada entre uma educação deficiente e a necessidade de preparação

para atender a um mercado cada vez mais exclusivista e agressivo que, em nome do lucro e do consumismo, condena milhares de pessoas à alienação e a mediocridade. E é nessa mesma juventude, principalmente, que se manifesta o potencial de mudança e se processam os mecanismos que tornam possível a descoberta de alternativas para esse novo caminho. Na medida em que o manancial de conhecimento compartilhado pela humanidade é defrontado pelas adversidades, manifestam-se os mecanismos que tornam possível a intervenção e a solução dos problemas.

Neste sentido, nasceu o MIR Jovem. Da necessidade de oportunizar o diálogo e a cooperação entre jovens de diferentes religiões e tradições espirituais, tendo em vista a expressiva presença desse público e do potencial da sua contribuição para enriquecer, ampliar e democratizar a discussão. A iniciativa surgiu durante as reuniões plenárias do MIR, quando ainda na sede da Ladeira da Glória. A riqueza das experiências e a necessidade das ações tornavam a participação dos jovens necessária por três motivos fundamentais: 1) Pelo fato de que seria uma perda considerável não promover a participação do jovem diante de temas tão pertinentes; sem sombra de dúvida, essa convivência geraria bons frutos, permitindo aprofundar ainda mais o diálogo; 2) as visões poderiam ser confrontadas com a realidade do próprio jovem, quem de fato seria incubido à continuidade do trabalho; e 3) pelo fato de sua ausência acarretar a necessidade de retomar todo o caminho percorrido.

O início das atividades

O primeiro passo foi dado em 2002, por ocasião da Assembleia Global da URI. Através dos representantes das tradições religiosas, foram enviados convites aos jovens, objetivando organizar atividades para receber outros jovens que estariam no Rio durante o evento. O chamado foi atendido e em pouco tempo já contávamos com um grupo bastante engajado e bem disposto. Participavam jovens de

tradições como o Judaísmo, *Brahma Kumaris*, da Umbanda e Candomblé, Ordem Teosófica, Santo Daime, *Hare Krishna*, *Gnana Mandiran*, Igreja Católica. Recém-nascido, o batismo não poderia ter ocorrido em melhor momento, pois a Assembleia foi um exemplo de que, mais que a convivência pacífica e a cooperação, é possível o trabalho conjunto das tradições para o bem de todos.

Semeando a fraternidade

A exemplo do MIR no princípio de suas atividades, demos início a visitas a alguns templos com o objetivo de conhecer o trabalho desenvolvido por outras tradições e convidar outros jovens para participar dessa caminhada. Em pouco tempo, contávamos com um grupo bastante plural e coeso, levando o Movimento à continuidade. Nas reuniões, compartilhamos experiências, planejamos e definimos nossas ações. Dentre elas, cabe destacar a visita à Casa da Luz, instituição localizada no município de Paracambi onde são realizadas diversas atividades para crianças, jovens e adultos. A instituição foi uma bela iniciativa de jovens daquela cidade que, inspirados pelo sentimento de amor ao próximo, desenvolvem um significativo trabalho. Neste sentido, verificou-se um campo bastante positivo para levar a nossa mensagem para além do campo religioso. Estaríamos partilhando não só os ensinamentos de nossas tradições, mas contribuindo para jogar por terra as discriminações e demonstrar que, mesmo diferentes, nossas tradições caminhavam para o mesmo lugar. O que para muita gente ainda é difícil compreender.

Fato importante a ser observado foi o interesse dos jovens do projeto Luta Pela Paz, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. A convite da coordenação, estivemos no local para uma palestra e o interesse da maioria era exatamente tentar compreender as diferenças entre as tradições, o porquê de seus ritos e de tantos conflitos. Apesar das nossas limitações de falar de tema tão delicado, o encontro foi

o primeiro passo para minimizar os conflitos que ocorrem, em grande parte, por falta de informação. Ficou evidente que a abordagem do tema de maneira fenomenológica nas escolas poderia ser de grande utilidade, até porque, ultrapassadas as sobre certo ou errado, a religião é uma via bastante interessante para compreender o comportamento e a cultura dos povos. O que pode ser verificado na obra de Catherine Clement, *A Viagem de Theo*, onde um menino, acometido por uma doença grave, é levado por sua tia em uma viagem através do universo das religiões. Mais do que desejar a compreensão desse universo, é importante que sejam disponibilizadas informações, de maneira que a pessoa tenha a liberdade de tirar suas próprias conclusões, livre de dogmas.

Somando experiências

Acredito ter sido um dos momentos mais marcantes a ida ao Parlamento das Religiões do Mundo, ocorrido em 2004, em Barcelona. Não apenas pela oportunidade de fazer parte de um evento daquela magnitude, mas pela chance de compartilhar as experiências do grupo com jovens de diversos países e de, juntos, elaborarmos propostas para o futuro. É bem verdade que a constatação de que os jovens enfrentam problemas semelhantes não foi novidade. Porém, saber que tantas ações estão sendo realizadas é profundamente inspirador. O momento também serviu para verificar as dificuldades que tais iniciativas encontram, figurando em quase todos os discursos a falta de apoio dos órgãos governamentais. Outro fator destacado foi a ausência de jovens na formulação de políticas públicas para o segmento. E, quando o assunto é espiritualidade, a lacuna é ainda mais evidente. Pelo menos no Brasil, para falar da nossa realidade, o tema parece não estar sendo contemplado da forma que deveria.

Um outro bom exemplo foi o Encontro Latino Americano e Caribenho da Juventude, realizado em maio de 2005, em Belo Horizonte, promovido pelo Sistema ONU, Iniciativa de

Mulheres para a Paz Mundial (GPIW), Secretaria Nacional de Juventude, Instituto Cidadania e Prefeitura de Belo Horizonte. O evento fez parte de um processo de mobilização internacional que contou com a realização de um encontro pan-africano e outro pan-asiático, que objetivaram integrar os jovens desses continentes à mobilização pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs).

Entre as discussões, que abrangeram vários temas divididos por grupos de trabalho, a espiritualidade ficou de fora. Ao final do encontro, na ocasião da elaboração do esboço da declaração, foi apresentado o documento oficial criado a partir das propostas dos grupos. Após a aprovação, em meio a ânimos exaltados, um jovem levantou-se para falar da questão da espiritualidade e foi sumariamente repreendido pela maioria dos jovens. O que pode ser encarado como um fato preocupante, pois quando esse tema não é contemplado, parcela importante da juventude é deixada de fora. Sem falar que a questão é bem relevante num universo que tem crescido cada dia mais e quando parte desses jovens estão engajados em algum tipo de ação social através das instituições religiosas.

Outro fato importante que vem sinalizar a necessidade de maior atenção ao assunto foi o convite da Unesco ao grupo para a elaboração de uma atividade direcionada aos jovens das comunidades que compunham seus projetos à época. Infelizmente não chegou a ser concretizado, mas foi um indicador de que estávamos no caminho certo; caminho que evidenciava muitas dificuldades, é verdade, mas que, certamente, proporcionaria muitas alegrias.

Desafios para uma nova consciência

Após essa experiência, foi possível notar que o processo de espiritualização, independente da forma e do caminho a ser seguido, inspira o despertar e o fortalecimento de nossas virtudes. Também nos permite sentir o mundo de forma diferente e nos traz a compreensão

de que estamos ligados e de que somos responsáveis uns pelos outros; de como nossas ações, pensamentos e sentimentos podem contribuir para enriquecer as relações e positivar a maneira com que lidamos com as intempéries que nos apresenta a vida. Mas entendemos que também é preciso um esforço conjunto, o empenho de todos para superar os antagonismos e os sentimentos que nos individualizam. É preciso compreender que o sofrimento de um é o sofrimento de todos e que, se em algum lugar do mundo uma vida é ceifada pela violência, qualquer que seja sua origem, toda a humanidade perde.

E, após tantas revoluções que marcaram a trajetória da humanidade nesta terra, é chegado o momento de mais uma: a revolução da consciência. Que já se anuncia no horizonte, que não tarda ser consolidada e que marcará o início de uma nova era, quando a humanidade retomará o caminho da sua natureza e dará mais um passo em direção à evolução que a todos alcançará, cedo ou tarde.

Bibliografia citada

BOFF, Leonardo. (2007), “Retirada sustentável”. Disponível na internet em <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=30566>. ■

Abordagens analíticas da conjuntura religiosa brasileira

O MIR em perspectiva

117

MIR

As muitas moradas: crenças e religiões no Brasil de hoje

Carlos Rodrigues Brandão

“Mas basta uma vida para não se morrer jamais”

Emily Brontë

1. Crer, ser de, participar

Quando Carmen Cinira Macedo quis concluir um estudo sobre as religiões do Brasil, ela escolheu uma linda passagem de um livro de uma outra mulher: Adélia Prado. O livro dessa poetisa de Minas Gerais chama-se *Os componentes da banda* e o período com que eu quero começar essas reflexões sobre os mundos da religião no Brasil é este:

“O que eu precisava chegou no cemitério aonde fui rezar; mais por mim que pelos mortos. Eu pedira um sinal, um anúncio de esperança, luz para a confusão do meu espírito. Julguei estar sozinha e rezava em voz alta: ‘Vem, ó Pai dos pobres, doador das graças, luz dos corações’. A mulher bateu no meu ombro: ‘moça, esta novena é milagrosa?’ ‘É sim’, eu disse. ‘Pode me arranjar? Estou em grandes dificuldades, preciso de uma novena milagrosa assim’. ‘Olha, eu falei, só tenho esta, vamos fazer o seguinte: eu copio e a senhora pega comigo, ou eu a deixo na sua casa. Qual é o seu nome?’ ‘Esperança’, ela disse”.

Quase sempre vivemos a religião de uma maneira, mas costumamos pensá-la de outra, não raro muito diferente. É mais ou menos como se a vivêssemos como a roupa e a comida de todos

os dias, e a pensássemos vestida de paletó e gravata, e como se fosse um grande banquete. Eu quis começar por essa quase parábola para sugerir, de saída, que na vida de todos nós a experiência da religião é quase como essa pequena história de uma provável manhã de segunda-feira, passada na cidade onde vive Adélia Prado e que, não por um outro caso, se chama: Divinópolis.

Todos os dias e na vida de sempre, a religião-em-nós é uma teia de pequenas lembranças, de alguns nomes dados ao deus ou aos deuses em que cremos, aos seus santos e anjos, aos nossos mortos, a outras pessoas, a alguns lugares por onde passamos um dia, ou onde vivemos agora, a alguns gestos que nos acostumamos a repetir, porque cremos na eficácia deles também, às nossas sombras e instantes de luzes, aos nossos sonhos, desesperos e sentimentos. Algumas palavras que pronunciamos para agradecer ou suplicar, para dar graças ou clamar em algum deserto dentro de nós, para estabelecer proximidades e diferenças, para nos ajudar a saber um pouco mais a fundo quem somos nós e quem é este misterioso “outro”, seja ele Jesus Cristo, o anjo Gabriel, Oxossi, Gandhi, Chico Mendes ou a mulher do vizinho da esquina.

Cheia de parábolas, para que os “simples” saibam e criam, a religião é ela mesma uma parábola também. Uma longa história de muitos casos em que cremos, sobre nós mesmos e os outros, que nós contamos a nós próprios, infinitas vezes. Ela é isso e mais os gestos e momentos de encontros e desencontros da vida de cada um de nós. É isso antes de ser uma “coisa” que se estuda e sobre a qual existem tantas teorias; antes de ser uma “instituição social”, uma “igreja”.

Viajemos por um momento ao Rio de Janeiro de julho de 1992. O que aconteceu lá em um dia da ECO 92 pode ser a melhor porta para entrarmos nessa casa de “muitas moradas” que, tal como no evangelho, é estranha, mas também generosamente múltipla, para que dentro dela — a religião — possa caber quem queira, cada um à sua maneira: do seu ponto de vista. Segundo a sua própria fé.

“Com o olhar voltado para o céu e dançando ao ritmo de cânticos espirituais, uns 3000 fiéis de 25 religiões e credos tão diversos como o Catolicismo, o Hinduísmo, o Judaísmo e o Candomblé, esperavam o amanhecer desta sexta-feira como a chegada de ‘um novo dia para a Terra’”. Foi assim que a edição de *Terra Viva*, o jornal alternativo do Fórum Global celebrado durante a ECO 92, anunciou, na manhã de sábado, o que acabara de ser a “celebração inter-religiosa: um novo dia para a Terra”.

Eram muitas as pessoas presentes e havia gente de vários credos e religiões. Mas não todos. E as razões pelas quais muitos grupos religiosos recusaram o convite para participar desse banquete de ritos e preces destinados, segundo os líderes religiosos presentes, a “mudar o curso materialista da sociedade a que se atribui o caos ambiental, e lutar pela causa de um renascer espiritual que torne o nosso planeta um lugar habitável”, devem ser tão esclarecedoras quanto o pensar sobre por que, de algum tempo para cá, cada vez mais pessoas e grupos de religiões tão diferentes dispõem-se a partilhar de cerimônias como aquela, em nome de alguma coisa em que todos ali creem e que os une espiritualmente. Pelo menos isso foi o que disseram vários dos participantes da cerimônia, relatados assim na mesma notícia de jornal. “As autoridades religiosas fizeram alternar (depoimentos) de pastores protestantes, rabinos judeus, teólogos islâmicos, mamos indígenas guaranis, sacerdotes do bramanismo hindu e do budismo japonês, espíritas, irmãos do Santo Daime amazônico”.

O *croquis* que o Instituto de Estudos da Reli-

gião publicou da Aldeia Sagrada montada para uma semana no aterro do Flamengo mereceu ser colocado aqui. Dificilmente haveria uma imagem melhor do que está acontecendo em nosso universo religioso do Brasil de hoje, muito embora ele nem de longe desenhe o nome e a presença de todas as religiões, credos e outros sistemas espirituais de sentido de nossas cidades e do campo. Na verdade, alguns de muita importância não aparecem, como as Igrejas Pentecostais que nos esperam mais adiante.

Lado a lado, distribuídos entre barracas e tendas, ali estavam representantes do que costumamos chamar de “grandes religiões universais” ou “religiões clássicas”: católicos, protestantes, muçulmanos, judeus, budistas; de religiões com origem e simbologia orientais, há pouco tempo chegadas ao Brasil: *Hare Krishna*, *Ananda Marga*, *Fé Bahá'í*, Movimento *Sathya Sai Baba*, Igreja Messiânica, *Bhrama Kumaris*; de religiões indígenas de povos do Brasil e religiões de origem ou derivação afrobrasileira, assim como religiões criadas aqui mesmo: *Kaiowá* (Guarani), Espiritismo Kardecista, Santo Daime, Candomblé, Umbanda e Ciranda da Luz. E muito mais haveria, se mais espaço e disposição de partilha houvesse.

Pois esse pequeno microcosmo religioso, reunido por uma semana no Rio de Janeiro, bem poderia ser uma metáfora de um outro maior. Nele estão convivendo, compartilhando, competindo, consagrando, cada um a seu modo, uma mesma ou diferentes *culturas*, de uma mesma ou de mais de uma *sociedade*, todas essas religiões e também muitas outras. Algumas poderão ser religiões isoladas, únicas em seu tipo; outras serão confissões vizinhas, filhas de um mesmo tronco comum, como as do Cristianismo, como as “afro-brasileiras”. Algumas serão religiões muito antigas, de uma longínqua história, como o Judaísmo, e os seus seguidores poderão ser agora apenas uma comunidade restrita de pessoas que também se identificam por uma mesma origem étnica e cultural (como o ser guarani, armênio ou ucrá-

niano no Brasil). Outras poderão ser formas religiosas emergentes, de um surgimento não muito antigo no Brasil, como a Congregação Cristã no Brasil, o Espiritismo Kardecista ou o Santo Daime.

Essa simples lembrança ajuda a compreender uma dimensão muito importante do “mundo religioso” aqui no Brasil. Não se trata dele ser hoje muito variado, muito abrangente e, às vezes, até mesmo confuso, em sua imensa variedade de crenças, religiões e de Igrejas. Ele é também muito dinâmico. Dentro e fora dos espaços da vida social de uma única religião, como o Catolicismo, no intervalo entre religiões muito próximas, como as do Cristianismo, ou no campo de encontro entre todas elas, a religião em nossos dias parece acompanhar uma tendência geral de quase todas as outras dimensões da cultura (como as artes, as ciências, as ideologias, as opções políticas, as escolhas profissionais, os estilos de vida, as maneiras de ser, enfim). Ela se torna múltipla e dinâmica; transformando-se em um lugar de crenças, de práticas, de cultos e de vida comunitária aberto ao acontecimento, à permanente possibilidade da mudança, do surgimento do novo, do enfrentamento entre sistemas, entre modos pessoais e coletivos de se crer e viver a crença religiosa. Não é preciso muito esforço para aceitarmos a evidência de que houve e segue havendo mais movimento e mudança *na* e *à volta da* religião, nestes últimos 50 anos, do que em todos os quase 450 anos de nossa história posterior à chegada dos colonizadores europeus.

Alguns estudiosos do assunto costumam lembrar que isso aconteceu porque no mundo moderno — mesmo que ele seja ainda um “terceiro mundo” — nós estamos passando, também no campo religioso, de uma situação de hegemonia para uma situação de “mercado religioso”. Apenas as sociedades mais fechadas e ainda muito pouco culturalmente diferenciadas, ou apenas as nações onde um poder de Estado também é um poder religioso, uma única religião é

vivida por quase todos, ou é imposta a todos, pelo menos como aquela que pode ter uma existência pública e visivelmente ativa. Em toda a América Latina não é isso o que vemos acontecer. De maneiras muito diferentes e com ritmos desiguais, o que vemos é uma espécie de efervescência religiosa por toda parte. Em primeiro lugar, ali, onde no passado muitos anunciavam o “fim das religiões” e o advento de tempos marcados por crenças fundadas apenas em conhecimentos científicos e suas doutrinas e ideologias, eis que nos reencontramos com um intenso “reavivamento” espiritual e religioso. Não somos testemunhas sequer de uma situação em que o “povo” das florestas, do campo e das cidades tenha “ficado com a religião”, enquanto as pessoas e os grupos sociais mais “eruditos”, mais “estudados”, tenham optado por explicações da vida e do sentido do mundo mais científicos. Ao contrário, o que vemos à nossa frente é que pessoas de todas as camadas sociais e de todos os “níveis” culturais têm para com a religião disposições muito semelhantes, ainda que possam vivê-la de maneiras diferentes. Tal como no Aterro do Flamengo, também no cotidiano de nossas cidades *a* religião e *as* religiões abrem-se a lavradores e professores, a pedreiros e cientistas, a mulheres do povo nas periferias e às “da elite”, nos “bairros dos ricos”.

2. Religiões, espiritualidades, sistemas de sentido

Mas há mais ainda. Os noticiários sobre a manifestação pan-ecumênica durante a ECO 92 falam de “religiões”. Ora, se algumas pessoas presentes fossem perguntadas sobre “o que você é?” ou “qual é a sua religião?”, elas poderiam ter uma certa dificuldade em dar uma resposta única, uma resposta direta. Talvez não pudessem responder em três palavras, como quando tantas vezes alguém diz: “eu sou católico!”. Isso porque, hoje em dia muito mais do que no passado, há entre nós um número crescente de pessoas que, em vez de viverem

uma única religião de um mesmo modo de vida tradicional toda a vida, seguem um destes caminhos de opção e vivência:

1°. Convertem-se de uma religião à outra, tendo, portanto, uma religião de origem e uma outra de opção (isto é muito marcado nas recentes conversões de pessoas e famílias do catolicismo a alguma confissão pentecostal).

2°. Deixam-se estar sempre, ou por um longo tempo de suas vidas, em uma espécie de “busca religiosa”, migrando de uma religião para outra, constituindo-se em quase “errantes da fé”.

3°. Possuem e afirmam uma “religião confessada”, mas reservam-se o direito de acatar outras ou momentos de outras religiões em suas vidas, seja como uma parte importante de suas crenças, seja em busca de um tipo de ajuda que pareça ser mais visível em uma outra confissão do que na “minha própria”.

4°. Criam sistemas próprios de adesão à fé e à crença religiosa, mesclando por sua conta elementos de várias ou pelo menos de algumas religiões, e constituindo o que muitas vezes é traduzido como “eu tenho a minha própria religião”.

5°. Preferem crer no valor e no sentido da religião em si e de modo geral, abstendo-se de acreditar e aderir a *uma* religião, e aderindo mais a uma *espiritualidade* do que a uma *religião* (quantas vezes: “eu sou espiritualista”, “eu tenho a minha própria espiritualidade e as minhas crenças no sentido da vida, sem precisar ser de uma religião”, ou ainda, “eu sou panteísta”, “eu creio em uma espiritualidade mais oriental”, “eu sou vegetariano e sigo as ideias de Gandhi”, são frases que traduzem essas opções de uma maneira muito clara)

6°. Aderem a uma visão científica da vida

e do mundo, ou a uma ideologia entre muitas, vivendo isso também como um tipo de crença de orientação da vida e de um modo peculiar de espiritualidade. Seguidores convictos da hipótese gaia, da ecologia profunda (que acusam justamente os outros ambientalistas de não haverem desenvolvido um sentido espiritual e ético da questão ecológica, orientado-se por ideias, preceitos e ações meramente “políticos e científicos”) ou do “Tao da física”, podem ser bons exemplos de pessoas que, não confessando uma religião e nem vivenciando uma espiritualidade de origem e de “fundo” religiosos, vivem, no entanto, outras opções de sentido da vida, de interpretação do mundo e de orientação da experiência de ser, com base em outras espiritualidades.

Convivemos com um mundo assim. Todos os dias, à nossa volta e mais ainda nas grandes cidades, a todo momento cruzamos com pessoas e grupos que tomaram algum desses caminhos. Caminhos sempre abertos à experiência das escolhas humanas de maneiras muito variadas, em todos os tempos da história e das sociedades, onde isso “se deu” e “se dá” ainda mais em nossos dias, de maneiras muito diversas.

O que importa, no entanto, é que aqui, na América Latina e no Brasil de agora, chegamos a um momento provavelmente irreversível de muitas portas abertas e muitos caminhos de vida e de crenças a escolher. Isso em nada enfraquece a presença da religião em nosso mundo. Ao contrário, algumas linhas atrás eu lembrava que vivemos agora, por toda parte, dentro e fora do Brasil e da América Latina, um tempo de redescoberta da religião e do valor da espiritualidade na vida. Mas isso ocorre à condição de que todo esse fascinante e complexo campo da religião e da espiritualidade esteja, como tantos outros, aberto ao diálogo, à emergência do novo, ao movimento e à transformação.

Isso basta para começarmos a suspeita de

que hoje em dia, a menos que queiramos ser cegos ao que acontece à nossa volta, o pensar *a* religião em nosso mundo nos obriga a pensar *através da* religião e ousar pensar *para além* da religião. Ousar pensar, por exemplo, que o próprio “campo religioso” de nosso tempo só pode ser compreendido de dentro para fora em termos de um “mundo de sistemas de sentido” que nos envolve a todos, todos os dias; que estão aí na nossa vida cotidiana, que costumam e dão forma ao tecido múltiplo daquilo que chamamos a “nossa cultura”. Quando eu trago aqui a expressão *sistema de sentido*, é porque me parece necessário encontrar uma palavra que possa traduzir a existência múltipla e combinada de modos de pensar nos dias de hoje, de sentir, de conceber sentidos, de crer, de orientar o fio da vida, de criar comunidades de sentido e de sentimento que *são religião*, que *têm bases na religião*, que *atravessam e recortam religiões*, mas que são também espiritualidades, conhecimento, credos e ideários de vida, não religiosamente confessionais.

E eles não estão apenas aí, “na vida social”, objetivamente “fora de nós”. Eles estão em nós e em boa medida tendem a ser, em suas combinações possíveis (em nossos diálogos com nós mesmos em busca de sentidos e sentimentos para nossa própria vida), cada vez mais a maneira como é possível crer e experimentar a religião hoje. Tudo isso em um mundo onde, social e pessoalmente, você pode: a) ser um católico fervoroso e radical, e não aceitar nem qualquer outra crença e nem uma atitude de diálogo com qualquer outra religião (algo comum no que costumamos chamar de “sectarismo”, de “integrismo”, de “fanatismo”); b) ser um católico fervoroso, pessoalmente uno em sua crença religiosa, mas aberto a um diálogo com outras crenças, com outras religiões; c) ser um católico praticante, vivendo a sua fé mesclada com outros sistemas de sentido e de orientação espiritual, cultural ou política da vida, que não lhe pareçam incompatíveis com sua experiência religiosa, como o ser vegetariano, adepto da ecologia profunda, e um militante socialista, nos termos de uma

adesão a um partido como o PT; d) ser uma pessoa de uma adesão pessoal ao Catolicismo, mas sem se obrigar a uma confissão ativa de sua fé religiosa e nem, por consequência, a uma prática católica cotidiana (“eu vivo minha religião à minha maneira e não preciso de Igreja”); e) ser uma pessoa de uma espiritualidade cristã, tomando os fundamentos evangélicos como os valores de orientação do seu sentido de vida e de sua conduta social, mas sem uma adesão individual a uma religião ou Igreja do cristianismo; f) ser uma pessoa “de origem e tradição católica”, mas hoje em busca de um sistema próprio de crença, encontrado, por exemplo, na combinação pessoal de “minhas crenças cristãs”, “minha adesão social à Teologia da Libertação” e “meu desejo de crer na reencarnação, como os espíritas e outros”.

Tudo isso pode parecer um pouco confuso, pode até mesmo parecer um tanto irreal. Afinal, estamos acostumados com leituras sobre a religião no Brasil e no mundo que nos oferecem “quadros” mais uniformes, mais arrumados. Quando lemos livros apenas *da* ou *sobre* a nossa própria religião, pode até mesmo parecer que apenas ela existe, ou que somente ela conta de verdade. Isso pode ser verdadeiro para nós e, muitas vezes, isso é mesmo um dos elementos de uma crença religiosa. Mas em nosso mundo de hoje esse cenário de movimento, de surgimentos do novo, de aparentes conflitos e confusões, faz parte da própria realidade cultural de nosso dia-a-dia.

Se de um lado esse universo religioso multi-forme e dinâmico parece estar quebrando uma certa saudosa ordem “dos tempos passados”, de outro lado ele deixa antever situações e acontecimentos que têm muito a ver com a própria maneira como é possível pensar, viver e escolher em nossos dias. Dentre as características de “nosso tempo”, no que afeta à vida religiosa e suas consequências, existem pelo menos três que eu quero recordar aqui. Nem sempre elas são ditas claramente em conversas ou escritos sobre a experiência religiosa hoje. Ou, outras vezes, sobretudo nos escritos de

teologia, ética ou pastoral, elas são enfatizadas separadamente. Ao querer reuni-las aqui e falar sobre elas em um documento que não é de teologia ou pastoral, mas de uma antropologia da religião no mundo de hoje, “à nossa volta”, quero justamente acentuar o modo como elas se interligam e como elas desdobram outras conseqüências não menos importantes.

Do dever de religião ao direito à religião

Como em outros setores de nossas vidas e de nossas relações com os outros, com grupos e instituições sociais (como a família, a vizinhança, a CPT, uma CEB, a Igreja católica, a universidade, o partido político, o congresso nacional, a TV Globo), também pouco a pouco a religião vai deixando de ser algo que devemos socialmente a outros (nossos pais, nossa família, nossa tradição familiar, nossa pátria etc.) e passa a ser um direito nosso. Como algo que passa de um dever a um direito, daquilo que devemos àquilo que nos é devido. Claro, a não ser em culturas muito uniformemente fechadas ou em contextos muito autoritários, isso sempre foi assim e a história universal das conversões religiosas e também das “desconversões” está aí para demonstrá-lo. Mas agora temos uma consciência disso, ao mesmo tempo mais assumidamente mais individual, e mais coletivamente compartilhada. Não se trata apenas de uma mera questão de liberdade religiosa, de autonomia de escolha. Trata-se da convicção de que “a minha religião” é uma questão de minha escolha, assim como, de um ponto de vista teológico (pelo menos de uma boa teologia), ela é uma relação entre a graça divina e a minha liberdade. Se eu “devo” a minha vida de fé a outros, isso não me representa uma obrigação atribuída por eles a mim como um dever “de fora pra dentro”, mas sim um compromisso assumido por mim “de dentro pra fora”. Isso ajuda muito a compreender um sentido verdadeiro da ideia de *comunidade de fé*. Não mais a instituição eclesiástica a que eu pertencço por origem ou imposição, mas a comunidade eclesial à qual escolhi pertencer, como um direito da pessoa livre, como uma

opção de um sujeito consciente, como uma vocação de um ser amoroso, em que a adesão a Deus em uma fé convida a repartir o amor e a esperança.

Nisso também algumas ideias apresentadas antes fazem um sentido pessoal muito grande. Em primeiro lugar, a questão da religião como busca. Cada um de nós hoje em dia é e sente-se sendo um “buscador”, dentro e fora de nossa própria crença. Pois “ter fé”, “assumir uma crença” e “ser de uma comunidade religiosa” não nos parece mais como algo estabelecido em que a pessoa afinal “se estabelece”, mas muito mais como um caminho. Como algo que uma vez entrevisto e encontrado convoca a seguir em frente, a caminhar, a não se deixar imóvel no que se é (pois a imobilidade é estéril e mata), mas a solidariedade “inconforma-se” em busca de sentidos sempre mais pessoalmente verdadeiros de si mesmo e da comunhão com Deus, o mundo e o outro, o que é, no fim das contas, a própria essência de uma religião assumida como fé.

Em segundo lugar, o princípio de um direito pessoal, mas quase sempre inevitavelmente compartilhado com os outros, à experiência da religião como construção de iniciativa e de criatividade individual. Isso não quer sugerir nenhum modelo de individualismo egoísta do tipo: “eu tenho a minha fé e pouco importa a dos outros”. Ao contrário, o que sugiro é que em cada um de nós reside o direito e, ao mesmo tempo, a consciência responsável de nos sentirmos criadores de sentido, dos termos e da prática da nossa própria fé, de nossas crenças e de tudo o que deriva delas. Tal como no direito à liberdade de escolha, há hoje em dia uma abertura à ideia de que somos nós, pessoas “de fé em comunidades de vida religiosa”, aqueles a quem é dado criar, com as próprias vidas, o nosso modo de “ser uma fé” e “viver uma religião”.

Da religião conveniente à fé consciente

Sei que não é fácil estabelecer aqui uma sutil oposição entre duas coisas que estão nos acom-

panhando o tempo todo nestas últimas páginas, mas que precisam ser postas uma frente à outra para se tornarem compreensíveis.

Elas são: dever X responsabilidade.

Eu disse antes, mais de uma vez, que um dos fatos mais importantes de nossos dias é esta passagem da religião de ser algo que devemos a outros, por obrigação imposta ou por “tradição de”, a algo que nos é devido e que vivemos como um direito. Vários autores irão associar isso, vivido também em muitos outros setores da vida social, a um individualismo que caracterizaria fortemente os tempos de nossa pós-modernidade. Tudo bem. Mas não nos devemos esquecer que uma ideia consciente e solidária de escolha religiosa (que religião assumir, que “linha” de vida religiosa dentro dela escolher e como vivê-la) substitui o dever atribuído por outros a nós, não por um individualismo, cujo centro da fé é um “eu” absoluto, mas por uma corresponsabilidade assumida, cujo centro da experiência de fé é a partilha de um eu amoroso com o de outros. Se hoje a religião é escolha livre, a liberdade da opção se realiza na partilha da fé.

Da solidão religiosa ao diálogo entre crenças

Alguns dos grupos religiosos que mais têm crescido no Brasil e em quase toda a América Latina, nos nossos tempos, são muito pouco abertos a qualquer tipo de comunicação com outros, mesmo quando “vizinhos de crença”. Eles partem de um princípio antigo, que por muito tempo orientou escolhas e formações religiosas. O de que uma comunidade única de fiéis escolhidos deve afastar-se do mundo e centrar-se unicamente em si mesma. Pequena fração de “salvos”, de “eleitos” a quem contamina e ameaça o diálogo com outros: suas vidas, suas ideias, seu modo de ser. Essa tendência sectária, dentro e fora do cristianismo, rema contra a corrente da maneira como em quase todas as culturas a vida religiosa é realizada hoje. Mais uma vez o exemplo da

cerimônia do Aterro do Flamengo pode ser lembrado. Ela é uma boa metáfora de um ecumenismo cuja ideia central é a de que a “verdade de Deus” pode ter muitos rostos e falar de muitos modos, segundo o lugar social de cada cultura onde se manifesta. Disso decorre a generosa ideia de que podemos todos, cada um a seu modo, partilhar de uma mesma experiência pessoal e comunitária de fé sob a forma de inúmeras crenças, culturalmente construídas como diversas religiões, socialmente realizadas como diferentes Igrejas ou outras instituições religiosas. Mas, atenção, um novo sentido de diálogo tem pouco a ver com outros, anteriores. Ele não significa uma atitude disfarçadamente prepotente em que eu, “do alto da minha verdade”, ouço os absurdos do outro, a quem devo adiante convencer e, se possível, converter. Não se trata de uma tolerância para/ com outra crença cuja diferença para/ com a minha eu aceito como a diversidade entre o meu valor e seu menos-valor. Trata-se de fundar o diálogo no intervalo da partilha das diferenças. Trata-se de pensar cada tipo de fé, cada modo de crença, cada experiência de religião, como uma forma peculiar e plena em si mesma de uma cultura, ou dentro de uma cultura.

Situações que vão se tornando cada vez mais comuns entre nós são um bom espelho de um mundo múltiplo do ponto de vista de sistemas de sentido, de espiritualidades e de religiões, onde a evidência e a consciência das diferenças não impedem, mas, ao contrário, convidam a convivências, a testemunhos plurirreligiosos, multi-ideológicos e espirituais. Ali onde o que importa é uma espécie de horizonte comum, uma “bandeira de todos” em nome do que o próprio diálogo com o meu diferente torna-se uma partilha em algo que nos unifica, no que de fato tem sentido, para ele e para mim.

Nesse diálogo entre *diferentes* não identificados como *desiguais*, através dos meus atos, das minhas ideias, de meus símbolos e sentimentos, eu vivo e apresento (no sentido de tornar presente ao outro) a minha fé, sem a

necessidade de demonstrar a minha crença, sem, menos ainda, impor a minha religião. Não será isso, hoje, o próprio sentido cristão de testemunho?

3. O mundo das religiões no Brasil de hoje

Mas, afinal, de quem estamos falando? Do quê?

Ao desenhar com palavras e muitos exemplos o esboço do mundo religioso do Brasil em nossos dias, de repente pareceu-me muito sugestivo começar por uma lista simples e nada completa de nomes de livros e artigos sobre religiões em nosso país. Escolhi ao acaso e vários deles são trabalhos de antropólogos e sociólogos meus amigos. Vejamos:

Os errantes do novo século; Milagre em Juazeiro; A comunidade eclética espiritualista universal; O vale do Amanhecer; A marginalia sagrada; O carnaval devoto; Os cavaleiros do Bom Jesus; A morte branca do feiticeiro negro; Vovô nagô, Papai branco; O mundo invisível; Os deuses do povo; Os deuses canibais; A terra sem males; Rezadores, pajés e puçangas; Religioso por natureza; A obra e a mensagem; A experiência da salvação; Dentro de um ponto riscado; O refúgio das massas; Fazendo estilo, criando gênero; Guerra dos Orixás; Os escolhidos de Deus; Comunidade eclesial, comunidade política; Tempo de gênese; Religião e dominação de classe; Os santos nômades e o Deus estabelecido.

Poderiam ser muitos outros, mas por enquanto essa lista nos serve.

Temos aí uma intrigante série de nomes de estudos sobre religiões indígenas, religiões de origem afro-brasileira, sobre espiritismo, as várias confissões evangélicas, o Catolicismo, movimentos messiânicos e novas religiões que dificilmente poderiam se enquadrar em qualquer uma das outras já existentes. Mas entre nós há muito mais nomes, religiões e confissões derivadas. Como seria possível compreender o mundo de nossas

culturas religiosas, onde elas existem e se multiplicam?

Para começarmos a compreender primeiro a estrutura e, depois, a dinâmica do campo religioso no Brasil, proponho que imaginemos um espaço em branco como esta folha deitada. Coloquemos no extremo, à esquerda, as religiões dos primeiros povoadores de nossas terras, os povos e as nações indígenas. Aprendemos na escola que as muitas tribos indígenas, ao tempo da chegada dos europeus, tinham uma vaga espécie única de religião, com um misterioso deus supremo: Tupã. Nada mais falso. Isso seria o mesmo que alguém chegar ao Brasil de hoje e escrever aos seus que aqui existe uma única religião, praticada por todos da mesma maneira.

O Brasil tem hoje em dia um número muito pequeno de indígenas, face ao que já teve antes. Eles não são mais do que algo entre cento e setenta e duzentos mil. Mas, ao contrário do que muitos imaginam, esses remanescentes de quase cinco séculos de genocídio e agressões distribuem-se em diferentes etnias, em algumas nações indígenas, em várias tribos com culturas próprias e sistemas religiosos peculiares, alguns deles de uma rara complexidade.

Mesmo depois de muitos anos de trabalho catequético e conversionista, católico e protestante, muitas culturas tribais preservam ainda as suas religiões, mesmo nos casos em que vários de seus membros já se converteram a alguma religião cristã. Algumas dessas religiões possuem um profundo sentido profético, como no caso dos Guarani. Na história recente do Brasil houve mesmo alguns surtos indígenas de tipo messiânico.

Coloquemos no extremo oposto outras religiões de grupos étnicos e/ou culturais minoritários. Mas, ao contrário dos nossos povos indígenas, esses grupos e suas religiões vieram da Europa e também da Ásia. Pensemos nos judeus e sua religião, nos diversos migrantes muçulmanos, árabes ou não. Lembremos o

cristianismo ortodoxo de alguns dos nossos europeus do leste e não esqueçamos o Budismo, o Xintoísmo e o Confucionismo de nossos japoneses e de outros povos vindos há muito tempo, ou em anos recentes, da Ásia, como os coreanos. Urbanas, em sua imensa maioria, essas religiões, que são majoritárias em alguns países de origem, têm em comum com as dos povos indígenas, aqui no Brasil, o fato de que quase sempre estão restritas ao âmbito de suas comunidades étnicas e culturais. Existem entre nós alguns budistas não-orientais e nem descendentes, mas eles serão ainda muito poucos, e dificilmente alguém sem um intenso vínculo familiar e cultural com os judeus se converterá ao judaísmo. O mesmo pode ser dito a respeito da Igreja Ortodoxa russa, e até do Islamismo, muito embora pareça estar começando entre nós um movimento de conversões de “brasileiros”, tal como sucedeu recentemente nos EUA e Europa. Não confundamos essas religiões muito antigas e de minorias culturais entre nós com outras religiões chamadas há pouco “de fora” e que, ao contrário das primeiras, mesclam-se com a vida cotidiana e fazem inúmeros convertidos. Elas nos esperam adiante.

Voltemos, por um momento, à nossa margem esquerda. Bem ao lado de uma linha imaginária, vizinha ao território cultural das inúmeras religiões indígenas, seria preciso colocar alguns tipos de cultos e práticas que nem sempre chegam a constituir religiões formais, mas cuja presença entre as culturas populares, sobretudo no norte do país, é considerável. Exemplos: a Pajelança amazônica e os cultos de Jurema.

Ao lado desse novo espaço, coloquemos algumas religiões de uma visibilidade entre nós muito maior e, sem dúvida alguma, bastante importante. Elas pertenceram a culturas e sociedades que foram um dia também tribais. Algumas delas chegam a graus de complexidade e diferenciação muito pouco reconhecidos pelos conquistadores que, por séculos, aprisionaram as suas pessoas, homens e mulheres, e os roubavam de suas tribos e terras na África

para torná-los escravos no Brasil. Essas pessoas trouxeram formas simples ou já mescladas de cultos religiosos que, mesmo perseguidas até poucos anos atrás, espalham-se por todo o território do país, mesclam-se de muitos modos com outras culturas e difundem-se para além dos negros e das classes populares. O exemplo mais conhecido é o do Candomblé, mas existem outras, como a Casa de Minas, do Maranhão, o Xangô e, como uma derivação posterior, criada mais ou menos a partir dos anos 1920, a Umbanda.

O que existe em comum entre todas elas? Talvez o princípio da comunicação entre deuses e homens e entre vivos e mortos através dos meios mais diretos e em situações mais frequentes do que em outras religiões. Todas elas, cada uma a seu modo e com base em seus mitos e teologias, aceitam a possessão como o modo mais adequado por meio do qual uma divindade, um emissário de divindades, o espírito de mortos, ou outros tipos de seres, entram em comunicação com os humanos vivos: incorporando-se ao seu ser, falando através do seu corpo, induzindo-os a tipos peculiares de comportamentos, dentro de cerimônias rituais ou fora delas.

Muito mais do que nas religiões indígenas e mesmo mais do que em religiões como o Judaísmo, o Budismo ou o Islamismo, entre nós há muito no candomblé e mais ainda na Umbanda de variedade e diferença, de mesclas e combinações dentro de um mesmo sistema religioso, ou entre dois ou três. A própria umbanda é bem uma mescla aberta (existem vários tipos, com diversas ênfases) e dinâmica de combinações articuladas de “elementos” dos cultos afro, do espiritismo kardecista e do catolicismo.

Em seguida, poderemos colocar justamente outras religiões nas quais a mesma ideia de possessão é essencial ao sistema de crenças e à lógica dos cultos. Logo à lembrança vêm-nos o espiritismo kardecista. Ele chega ao Brasil muito depois das religiões africanas, entre

fins do século XIX e os começos do XX. Vem da Europa e a sua origem está na “codificação” de uma nova doutrina feita na segunda metade do século XIX por Allan Kardec, em comunicação com espíritos superiores. Mais do que em qualquer outro país do mundo, aqui no Brasil o espiritismo difundiu-se como uma religião, muito embora os seus praticantes, médiuns ou não, o considerem também uma ciência e uma filosofia. Esse “espiritismo de mesa branca”, muito diferenciado do “espiritismo de terreiro”, identificado com a Umbanda em suas várias formas, resiste a ser pensado como uma religião até mesmo vizinha das religiões de origem e simbologia “afro”. De fato, os seus agentes religiosos negam qualquer aproximação entre o espiritismo e todas as outras religiões de possessão. Alguns afirmam até que o mesmo que lhes é comum, a posse da pessoa por espíritos, lhes traça a diferença: os espíritas recebem sempre espíritos de pessoas, para serem ajudadas em seu caminho de aprimoramento espiritual, ou para ajudarem os vivos, como nos casos dos espíritos superiores, espíritos de luz; nos outros cultos “baixam” apenas espíritos inferiores. Quando mais adiante eu estiver falando em “religiões eruditas” e em “religiões populares” será importante lembrar isso, porque é também por meio dessas diferenças enunciadas aqui e postas em questão mais à frente que algumas fronteiras entre crenças e confissões são desenhadas, são transgredidas e são postas em situações de aliança (como o ecumenismo) ou em conflito (como nos relacionamentos atuais entre Igrejas pentecostais e a Umbanda).

O espiritismo kardecista, a Umbanda e o Candomblé são as três religiões mediúnicas e de possessão mais difundidas e melhor conhecidas entre nós. Da primeira à terceira, elas fazem imperfeitamente o trajeto do mais “erudito” ao mais “popular”, do mais escrito ao mais oral, do branco ao negro, do mais proclamadamente próximo do cristianismo (um dos livros principais entre os espíritas é *O evangelho segundo o espiritismo*) ao mais

distanciado, pelo menos do ponto de vista da doutrina mais explícita. Mas elas não são as únicas. Vimos que de diferentes origens africanas, desde “o tempo dos escravos” recriam-se entre nós diversos sistemas “afro”. Da mesma maneira como nos de confissão cristã, eles reclamam também o direito às suas identidades peculiares. Coloquemos ao lado das religiões de possessão outras ainda, mais recentes e menos conhecidas, algumas delas surgidas há muito poucos anos. Entre as mais conhecidas, ou pelo menos mais estudadas, aqui estão: A Fraternidade Eclética Espiritualista Universal, o Vale do Amanhecer, e a Legião da Boa Vontade, que recentemente teve o seu nome mudado para Religião de Deus, e que preserva até hoje um marcado perfil espírita, mais forte ainda nos seus primeiros anos a partir de quando Alziro Zarur, o fundador, a proclama uma confissão pan-ecumênica de vocação espírita.

Haveria muitos outros casos aqui, nos espaços que deixamos para trás e nos que adiante nos esperam. Mas desde já guardemos um aprendizado que torna um pouco mais consistentes algumas ideias sugeridas nas primeiras páginas. Estamos vendo que, a não ser em sociedades e culturas muito simples ou muito fechadas, sobretudo em nosso tempo, onde havia antes uma certa unidade e estabilidade, existe agora diversidade entre as religiões, diferenças dentro de uma mesma religião e mobilidade e transformação no interior do campo das relações sociais e simbólicas em que, como parte de uma ou de várias culturas que se cruzam, as próprias religiões obedecem a certas tendências e direções do “todo da cultura”, e também as de outros setores da história e da vida cotidiana. Ao lado de “formas puras” e “de origem”, existem derivações, divergências, novas experiências pessoais e coletivas de lidar com o sagrado e transformar uma fé, uma série de crenças, em uma religião em que elas se configuram, e em uma Igreja (ou várias) em que elas tomam uma forma, uma expressão social. Aliás, a própria ideia de “pureza” é um dos motivos pelos quais vemos à nossa volta

mais polêmica (não raro, inútil) entre grupos religiosos e dentro de confissões religiosas.

Se o desenho imaginário que estou propondo está claro na cabeça do leitor, entre os espaços já ocupados à direita e à esquerda de uma folha em branco, que será “mapeada” algumas páginas adiante, ele se lembrará de que ficou um largo intervalo ainda em branco. Eis o lugar onde cabem bem as religiões autoproclamadas como cristãs: o catolicismo (e seus modos diferentes de “ser católico”), as religiões protestantes, evangélicas e suas derivadas e, finalmente, um pequeno conjunto de outras religiões onde uma classificação é mais difícil, porquanto, sendo todas elas confessadamente cristãs, não se identificam nem com o Catolicismo e nem com as confissões evangélicas. Exemplo: as testemunhas de Jeová, os mórmons, os adventistas do sétimo dia e mesmo os batistas, que apenas com muita dificuldade aceitam uma origem comum com os protestantes.

Sabemos que, juntas, essas religiões envolvem, pelo menos nas estatísticas do IBGE, a imensa maioria das pessoas que afirmam possuir uma religião. Seriam quantos? 90%, 95%, um pouco mais?

O catolicismo e a sua Igreja católica são até agora considerados como o sistema religioso e a instituição confessional demograficamente majoritários social e culturalmente hegemônicos. Conhecemos todos uma divisão entre um catolicismo erudito ou oficial (os dois nomes não são bons, mas ainda não foram descobertos melhores) e um catolicismo popular, que alguns estudiosos preferem chamar catolicismo de *folk*. Acho que hoje em dia essa divisão nos deixa no meio do caminho. Convivemos com vários modos culturais de ser católico, e eles implicam mais diferenças do que a sugerida por essa posição útil, mas grosseira. Olhando de perto, isso a que damos o nome de “catolicismo popular” possui tantos matizes quantas são as culturas em que vivem as suas pessoas reais: no campo ou na cidade, na Amazônia ou em Minas Gerais,

em áreas de uma marcada influência de tradições negras, como a Bahia, ou de imigrantes italianos, como em São Paulo. Uma de suas características comuns, no entanto, está em que o catolicismo, ancestralmente laico e rural, chega mesmo a constituir um quase-sistema religioso não propriamente autônomo frente à Igreja de que se reconhece parte (e os seus agentes invariavelmente insistem nisso), mas autossuficiente, pelo menos em boa medida. Pois ali estão não apenas certas credences populares e alguns costumes tradicionais, curioso “objeto de estudo” de folcloristas, mas sim sistemas sociais de trocas de atos, símbolos e de significados, maneiras próprias — memória de outros tempos, esquecidos da própria Igreja — de viver cultos, de estabelecer princípios de relações entre os homens e o sagrado e entre os próprios homens: os vivos com os vivos, os vivos com os mortos, os mortos com os mortos.

De algum modo esse mesmo olhar de diferenças, onde antes nos acostumávamos a ver a uniformidade, vale também para o corpo do catolicismo “oficial”. Eu falo não apenas das diversidades institucionais, eclesiásticas: as ordens religiosas, os diferentes ministérios e vocações, as associações católicas dirigidas aos leigos e assim por diante. Falo de diferenças eclesiais; de uma ordem de vocações menos oficialmente reconhecida, mais cotidianamente visível e difícil de ser vivida dentro de uma mesma Igreja. Tendências não apenas “ideológicas”, como quando os nossos bispos e sacerdotes aparecem nos jornais classificados como conservadores, moderados e progressistas, mas também de teologia da fé, de filosofia do sentido cristão do humano, de pensamento sobre o compromisso cristão e sua presença em uma história da Igreja e também fora dela e além de suas fronteiras.

Certa feita Rubem Alves dizia que o catolicismo mantinha a sua diversidade não se dividindo, enquanto o protestantismo garantia a sua unidade dividindo-se. Ele queria sugerir algo que é muito evidente aqui mesmo no Brasil.

Sabemos que apesar de todas as diferenças culturais e divergências de imaginário — na teologia, na pastoral, na doutrina social, na definição do sentido de presença e compromisso do cristão — o catolicismo mantém-se como uma religião única de uma só Igreja. A única cisão conhecida foi, no começo do século XX, a que deu origem à Igreja Católica Brasileira, cuja presença no mundo religioso, no entanto, é quase invisível. De sua parte, as Igrejas evangélicas chegaram ao Brasil em momentos diferentes, estabeleceram-se através de “projetos de presença” e missão muito desiguais, e seguem hoje percursos também diversos.

No espaço da folha imaginária, ao lado do catolicismo e suas variantes internas, podemos colocar, ao alto, o ramo mais antigo dos evangélicos no país. Por isso mesmo eles são lembrados com protestantes de imigração. Vieram com os europeus do norte a partir dos fins do século XIX. Os luteranos e os episcopais são os mais conhecidos. Logo abaixo, escrevamos os nomes das igrejas e denominações também do protestantismo histórico ou tradicional (ligadas de origem à reforma protestante de Lutero e Calvino), várias delas são identificadas também como Igrejas protestantes “de missão”. Há uma diferença muito importante entre esses dois ramos de evangélicos entre nós. Os primeiros, concentrados mais ao sul do Brasil, estão próximos das religiões de minorias étnica. Eles não se preocupam muito com um trabalho de conversões para fora das fronteiras de seus grupos étnicos (alemães, ingleses etc. e descendentes) e, em alguns casos, o âmbito da religião confunde-se com o do grupo, da comunidade étnico-cultural. Ao contrário, os primeiros evangélicos “de missão”, vindos da Europa e dos EUA, chegaram ao Brasil para serem uma presença religiosa ativa e transcultural, para realizarem um trabalho evangélico de conversão entre “os brasileiros”. Entre eles estão, por exemplo, os presbiterianos, os congregacionais, os metodistas (uma derivação dos episcopais).

Ainda mais ativos no trabalho proselitista são os ramos do protestantismo de conversão. Eles

se originam de cisões protestantes e de divisões tardias, em boa medida já nos EUA. Os mais conhecidos são aqueles que, tomados em conjunto, costumamos chamar de pentecostais. Em 1910, quando eles começaram a chegar ao país, através de missionários que irão criar a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil, havia no país apenas dois templos pentecostais, contra cerca de mil e cem das denominações anteriores. Em 1970, contavam eles já com cerca de mil e cem templos, contra mil e quatrocentos dos evangélicos não-pentecostais. Hoje, com certeza, já haverá mais templos, mais tipos de Igrejas, mais agentes religiosos e mais fiéis convertidos entre os pentecostais do que em todas as Igrejas históricas.

Em algum sentido não seria errado pensá-los como um aglomerado muito variado e, sobretudo, extremamente dinâmico de Igrejas, ministérios, grupos de congregações emergentes, em formação, também de possessão. O princípio básico de seu credo é a presença ativa do Espírito Santo na vida e na pessoa do fiel, tanto quanto na congregação dos seus crentes. Uma presença ativa que qualifica os “crentes”, separa-os dos outros “irmãos evangélicos”, afasta-os dos católicos e os constitui como rivais militantes das religiões de possessão mediúnica, principalmente a Umbanda. De alguma maneira a gradação que estabelecem, a partir de um centro de excelência religiosa onde está “o ministério da minha igreja”, coloca os pentecostais, de modo geral, e em suas inúmeras alternativas de afiliação, como sendo a religião verdadeira e a tradutora única, em nossos dias, da vontade de Deus e da ortodoxia fiel do cristianismo. Os outros evangélicos, “irmãos” distanciados, professam por igual uma religião verdadeira, mas enfraquecida com o passar do tempo que as acomodou às normas do “mundo” e delas roubou a presença santificante e agregadora do Espírito Santo. Sendo ainda uma religião, o Catolicismo lhes aparece como um desvio do sentido cristão da fé e da vida da Graça; uma “falsa religião”, portanto. Dela, em direção a todos os sistemas de crença e cultos mais populares, a tendência

é identificá-los como formas demoníacas de magia e feitiçaria, onde a ilusão dos deuses na verdade apenas encobre e disfarça a ação do demônio e seus sequazes.

Mais do que qualquer outro domínio confessional de nosso campo religioso, o pentecostalismo é bom para se pensar toda a gama de alternativas, toda a dinâmica de transformações, toda a possibilidade presente de criação de microgrupos confessionais. Provavelmente nenhum outro é tão aberto às próprias “leis do mercado moderno”, cuja lógica “do mundo” os pentecostais constituem justamente como uma das evidências da presença do demônio entre nós e o seu domínio sobre todos os não convertidos, isto é, “não-crentes”, “não-salvos”, porque “não-separados”.

Fora os casos raros, entre pessoas, grupos e Igrejas, os pentecostais resistem mais do que os batistas e outras denominações tradicionais a qualquer tipo de aproximação ecumênica. Esse princípio de separação radical vale até mesmo dentro de seu universo. Há uma ausência quase absoluta de relacionamento entre a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil. Há mesmo uma frouxa aliança e mínimas trocas entre os três ministérios da Assembleia de Deus. De outra parte, são muito frequentes as rupturas entre agentes de culto, e quase todas as Igrejas mais recentes (para com as quais as mais tradicionais têm profundas reservas e desconfianças públicas), algumas delas com um crescimento espetacular, resultaram da iniciativa conversionista de um missionário, pastor etc., saindo de uma congregação ou Igreja de que era membro. Exemplo: O Brasil para Cristo, a Igreja Universal do Reino de Deus.

Estamos bastante próximos do final de nosso desenho do campo religioso brasileiro. Ainda definitivamente dentro do “espaço cristão”, coloquemos aquelas religiões, todas elas trazidas ao Brasil pela ação de missionários europeus e norte-americanos, nunca autoenquadradas como protestantes, isto é, membros da grande família evangélica. Aí estão os mórmons, os

adventistas do sétimo dia, as testemunhas de Jeová, os batistas (identificados por outros como também evangélicos) e outros grupos religiosos menos conhecidos.

Estamos próximos agora de nossa margem direita, onde havíamos deixado desde o começo as religiões de minorias étnicas e culturais, algumas delas consideradas, no entanto, como religiões universais. Pois bem, divido o espaço da folha que nos resta em duas metades. Coloquemos na coluna mais à esquerda neoreligiões originadas em anos mais recentes aqui mesmo no Brasil. Eu havia falado antes do Vale do Amanhecer e da Fraternidade Eclética Espiritualista Universal. São dois bons exemplos de tipos de religiões não definitivamente cristãs, e tal como as pentecostais, originadas do trabalho individual e carismático de um líder religioso (não raro autoidentificado como de alguma divindade ou criador de uma nova religião cumprindo ordens de uma revelação exclusiva). Essas neoreligiões brasileiras oscilam entre uma adesão a alguma forma de mediunidade de possessão e uma visão milenarista de fim-de-mundo próximo.

O Santo Daime e suas derivações, como a União do Vegetal, são dois exemplos adequados. O trabalho conversionista é bastante mais discreto do que entre os pentecostais e, não raro, a inclusão no grupo religioso obriga o novato à passagem a uma graduação de estágios.

Eis-nos diante do último espaço deixado em branco. Eis também o lugar de outras neoreligiões entre nós. A diferença entre elas e as do espaço ao lado é que elas são todas vindas de fora, muitas delas com um ingresso muito recente e uma difusão, maciçamente urbana quase sempre, ainda mais recente. Também ao contrário do que ocorre no caso do Vale do Amanhecer ou do Santo Daime, seus agentes e seguidores são pessoas de camadas médias, muitos deles jovens urbanos das grandes cidades. Algumas dessas neoreligiões vieram de regiões do oriente e, em um início, congrega-

vam uma minoria de adeptos entre orientais e seus descendentes. Esse é o caso da *Seicho-no-iê*, da *Perfect Liberty*, da Igreja Messiânica. Hoje em dia, as suas congregações, de um conversionismo moderado, estão presentes por toda a parte e incluem muitas pessoas “nacionais”. A *Fé Bahá’í*, o *Hare Krishna*, o Sufismo, poderiam ser exemplo de neoreligiões entre nós (mas nem sempre em suas culturas de origem) vindas do oriente, mas não do Japão ou da Coreia.

Temos completo o nosso quadro. Como todos os desenhos de esquemas, ele é limitado e incompleto. Deixa de lado religiões simbólicas, sistemas de sentido e espiritualidades importantes. Esquece de propósito (porque isso seria quase inesgotável) os nomes e lugares de várias religiões ou subdenominações e simplifica muito um universo de presença e trocas na verdade bastante mais complexo. Mas ele é, em parte, fiel ao tentar aproximar e, ao mesmo tempo, estabelecer diferenças entre as presenças religiosas que mais nos importam. Lembremos que, no seu todo, deixei no centro as religiões cristãs de maior “peso cultural” e presença social: a “família cristã”, suas Igrejas, suas divisões, suas alianças recentes e promissoras (como no caso do ecumenismo), seus momentos de confronto e conflito. De um lado e do outro ficaram religiões afro ou não, de crença baseada na possessão e na mediunidade, assim como neoreligiões brasileiras ou vindas de fora para o Brasil. Nos dois extremos coloquei, de um lado, as nossas ancestrais religiões indígenas e, no extremo oposto, as religiões de outras “tribos”, isto é, de minorias étnicas e culturais vindas ao país pelas mãos e no coração de seus emigrantes. Em seguida desenho o nosso mapa.

Mais importante do que conhecer as linhas gerais do universo religioso em que vivemos hoje talvez seja compreender algo de sua existência, de suas tendências e de suas transformações. Penso que a melhor maneira de fazer isso é através de alguns tópicos simples, contendo cada um deles uma ideia central. É isso que procuro fazer daqui até o final do nosso estudo.

4. Movimento e diversidade

Essas palavras e as ideias que elas querem traduzir não fariam sentido algum no Brasil de 1822. Fariam um começo de sentido na consciência de algumas pessoas em 1899. Seriam palavras já importantes nos primeiros 50 anos do século XX e, hoje em dia, na realidade do novo milênio, elas são indispensáveis para se pensar *o que é e o que está acontecendo* no âmbito da religião entre nós. Vimos o tempo todo que vivemos hoje em dia um tempo de história e cultura com duas características essenciais:

- a) do ponto de vista de cada um de nós, individualmente, há uma abertura crescente em direção à individualidade, aos direitos pessoais de opção e compromisso, de tal sorte que cada vez mais a obrigação social (familiar, parental, comunitária etc.) de “ser religioso” e “ser desta religião”, desloca-se aos poucos — e mais nas cidades do que no campo — para o direito individual de fazer-se religioso e escolher a sua adesão confessional e o modo de vivê-la (menos quando se ingressa por conversão em uma religião do tipo sectário);
- b) do ponto de vista objetivo, o mundo das religiões abre-se ao movimento, à possibilidade crescente de transformações e a uma consequente diversidade. Aos poucos, uma hegemonia católica abre-se também a um mundo multiconfessional de tipos de religiões e de agências religiosas em concorrência, mas também em diálogo.

Para além da religião, esse mundo cultural inclui cada vez mais um número maior de espiritualidades, de outros sistemas de sentido, de combinações pessoais e coletivas de saberes e valores de mais de um sistema. Por outro lado, dentro mesmo de uma religião, como o Catolicismo, vivemos uma variedade mais abrangente de escolhas e estilos de vivência da fé e suas consequências espirituais, pastorais e políticas. Mesmo considerando-se que algumas das religiões que mais crescem numericamente no mundo (como o Islamismo Fundamentalista) ou no Brasil (como o Pentecostalismo ativamente conversionista)

são muito pouco sensíveis ao diálogo, no seu todo é ele — o encontro entre pessoas, crenças e horizontes diferentes, irmanados em valores humanos de futuro — que a todos unifica, o princípio que deverá dominar os relacionamentos entre as religiões e entre elas e outros sistemas de sentido.

5. Ruptura e estabilidade

Eis um dilema: tudo muda, mas tudo permanece mais ou menos igual. Anunciou-se muito em séculos e décadas passadas o “fim da religião” e a “morte de Deus”. Ei-los vivos por toda a parte e gozando de boa saúde. A religião convive com ciências e ideologias e não parece perder terreno, mas antes revigora-se e abre-se a um mundo de ideias e de desafios humanos, sem dúvida mais difícil do que os “mundos culturais” que nos antecederam. O surgimento de tantas outras formas de pensar, de sentir e de traduzir isso de muitas maneiras tem criado inúmeras novas alternativas de conversão e adesão. Isso dentro e fora da religião, como vimos aqui. Alguns números e nomes mudam, mas no seu todo a composição de nosso mundo religioso segue sendo a mesma. O Catolicismo ainda é uma religião demograficamente majoritária e as religiões cristãs recobrem, na sua variedade, a imensa maioria das pessoas e famílias. O surgimento de outras tantas religiões, criadas aqui mesmo ou vindas de fora, apenas têm representado uma parte muito pequena ainda entre as outras religiões. Até agora elas são mesmo religiões de minorias, o que as torna muito diferentes do Pentecostalismo, uma crescente religião de massas.

Então, é possível que estejamos diante de um dilema. Todo o tempo eu estive aqui falando sobre a dinâmica e a renovação do cenário religioso e espiritual entre nós e agora pareço concluir que ele continua sendo bastante “conservador”. Mas é que é assim mesmo! Todas as mudanças acontecidas nesses últimos cinquenta anos e, principalmente, nos últimos trinta, são reais e estão aí: na vida cotidiana, no

coração de nossas culturas e na raiz do presente de nossa história. O Catolicismo se renovou muito em muitos sentidos; o mundo cristão não-católico também. E assim ocorreu, vimos, em outros campos e setores de outras religiões, de novas espiritualidades não necessariamente religiosas, de outros vários sistemas de sentido e de orientação da vida. Há muito mais diferenças, alternativas, entrecruzamentos, alianças e concorrências, diálogos e conflitos. Mas a estrutura nuclear do campo religioso entre nós não mudou muito, embora dentro dela tudo se tenha modificado tanto.

6. Igrejas, seitas, movimentos, sistemas e agências

Tão importante quanto conhecer o que existe e o que está se transformando em nosso mundo religioso é compreender o que isso significa em outra dimensão. O que isso cria e oferece. Ou seja, de que maneira o que existe se organiza e se comporta.

A instituição natural da religião é a Igreja. Quando Émile Durkheim, um de seus mais fecundos estudiosos, quis separar a religião da magia, ele usou uma frase mais ou menos assim: não há religião sem Igreja e nem há Igreja mágica. Tomando essa ideia a sério, podemos ver, no entanto, que as formas pelas quais as religiões vivem culturalmente e são pessoalmente vividas podem ser outras, podem ser várias. Múltiplas em seus conteúdos de crenças e cultos confessionais, as religiões multiplicam também tipos de organização social de si mesmas e em si mesmas. Assim, por exemplo, vive-se na prática a experiência do “ser católico” na Igreja, “em minha paróquia”, “na nossa comunidade eclesial de base”, “dentro do movimento dos sem-terra”, “como renovação carismática”, em um movimento de pastoral universitária, e assim por diante. Uma mesma Igreja multiplica estruturas eclesiais e comunidades eclesiais. No campo do Catolicismo popular, ela deixa que se originem verdadeiros sistemas peculiares, semiautônomos, como formas próprias e

como comunidades camponesas de crenças e grupos e especialistas próprios a seu serviço (capelão, rezadores, mestres de folias de santos reis e muitos outros). No passado recente, o Catolicismo foi a origem de movimentos sociais religiosos, como aconteceu em Canudos, Contestado, Caldeirão e Pau de Colher. Hoje, muitos de nós nos sentimos “vivendo a Igreja”, experimentando-a *como e através* de movimentos de vocação de presença e compromisso.

O movimento ecumênico é uma evidência da possibilidade generosa e necessária de alargamento da experiência da fé e das fronteiras das crenças e das práticas *da* religião e *através* da religião. Movimentos que estou chamando aqui de pan-ecumênicos, mais além das próprias fronteiras do cristianismo católico e evangélico, são uma janela aberta ao futuro.

Mas existe o seu oposto. Algumas religiões do passado e vários grupos neopentecostais assumem o que poderíamos chamar aqui de uma “forma sectária”. Iniciados e congregados em torno a um líder carismático, em geral contestado, ou de uma pequena “confraria” de agentes religiosos, os seus convertidos reconhecem-se como um grupo de “salvos”, de “eleitos” exclusivos e separados de todos os outros e “do mundo”, lugar do mal e do pecado. Fechados ao diálogo, eles traçam fronteiras extremamente estreitas entre um chamado divino à salvação e a resposta das pessoas. Quando falamos dos “fundamentalistas” muçulmanos, dos integristas católicos da TFP ou dos fideístas protestantes, estamos diante de várias modalidades de experiência religiosa vivida, nesses casos, como uma sectarização da prática de atribuição de sentidos de mundo e de vida através da religião.

De uma outra maneira, sistemas religiosos como o Candomblé e o Espiritismo Kardecista (mas isso não acontece apenas no campo mediúnico) recusam-se a se considerar como uma “Igreja” ou como uma seita. Os espíritas quase parecem se identificar com agências religiosas abertas a uma clientela difusa (quem nos ve-

nha procurar por algum motivo) atendida por pequenas equipes de agentes “desenvolvidos”, os médiuns. Em algumas religiões desse tipo, a oferta de bens e serviços religiosos não implica adesão ou conversão das pessoas. Muitas vezes, mesmo entre os seus praticantes, não obriga nem mesmo a uma confissão exclusiva, do tipo “ser só desta religião”. Isso é o que leva adeptos da Umbanda e mesmo do Candomblé a se considerarem “também católicos”, sem que isso em nada lhes pareça uma contradição.

De um ponto de vista pessoal, as religiões abrem-se a várias maneiras de “viver a fé” e participar de uma comunidade de crença. Você pode ser agente religioso (como um padre, um pastor, um pai de santo, um médium), pode ser um fiel participante, um fiel praticante, um buscador, um cliente. Pode ser um militante em sua igreja ou através de sua Igreja. Você pode combinar dimensões pessoais de partilha e participação na fé, nas crenças, na comunidade de fé, no movimento de Igreja, na Igreja, entre Igrejas, no movimento ecumênico, na luta pela cidadania através de minha religião, e de quantas outras maneiras?

7. *Erudito e popular*

Durante muito tempo essa divisão simples pareceu dar conta de explicar muitas divisões dentro de uma mesma religião ou no intervalo entre várias delas. Isso é muito comum no Catolicismo e é difícil falar de religião em um país com tantas desigualdades sociais e de tantas diferenças culturais sem levar em conta essa oposição. Se voltarmos ao quadro apresentado, poderemos observar que, de maneira não muito rigorosa, fui colocando nos espaços mais acima as religiões entre nós consideradas como “das camadas médias para cima”, mais brancas do que negras ou mestiças, mais autoconsideradas como “puras” ou mais fiéis a uma “origem divina”. Isso não é nada rígido e hoje em dia cada vez mais esquemas duais desse tipo têm sido contestados. É claro, há mais pessoas brancas, letradas, de classes médias no Espiritismo Kardecista do que na

Umbanda e mais nesta do que no Candomblé. Isso pode valer também para o caso católico, que, desde muito tempo no Brasil, mesmo dentro da Igreja, traçava diferenças e destinava tipos de irmandades, de confrarias e de outras associações de categorias diferentes segundo a classe social, a etnia e outros critérios. Ainda que as suas bases sejam populares, experiências renovadoras como as CEBs tentam, ao criar uma *Igreja popular*, repensar o sentido dessas desigualdades e reinventá-las, como diferenças, dentro dessas mesmas comunidades.

O que importa considerar é que em uma sociedade múltipla, desigual e dinâmica como a nossa, a religião se envolve com outros setores e campos da vida social e dos mundos das culturas, trazendo para os seus cenários algumas de suas oposições, de suas diversidades. Mais do que apenas uma relação entre o erudito e o popular, o que vemos hoje em dia é uma dinâmica relação entre múltiplas categorias de pessoas e as alternativas de vida e participação religiosa. Se há entre nós brancos, negros, índios e mestiços, é provável que a religião deva reconstruir, como sistema de fé, crença, culto e prática, as suas peculiaridades étnicas e culturais. Mas é preciso não esquecer que isso é justamente o oposto da religião e da Igreja pensadas e vividas não através do respeito às diferenças (“na casa de meu Pai há muitas moradas”), mas segundo os interesses de manutenção e justificação de desigualdades sociais. Uma coisa é afirmar o generoso sentido da multiplicação de muitas maneiras de crer e viver a fé — segundo se é, pensa e vive em outros campos, por outros motivos; outra coisa é submeter a religião à manutenção da desigualdade entre os homens e à explicação da injustiça e de todos os males que derivam dela.

**Carlos Rodrigues Brandão é mestre em Antropologia Social pela UNB e doutor em Ciências Sociais pela USP. Professor titular aposentado da Universidade Estadual de Campinas, atualmente é pertence ao corpo docente do Doutorado em Ambiente e Sociedade do NEPAM/IFCH da UNICAMP. ■*

Entre o “inter” e o “exclusivo”

Edlaine de Campos Gomes

Reflexões sobre o contexto religioso contemporâneo

Cena 1

Ano 2004. Cenário: pequena capela em uma vila militar. No altar, uma cruz e quatro estátuas: Sagrado Coração de Jesus, Imaculado Coração de Maria, Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora do Rosário. Há também quadros que representam a Via Sacra e um cômodo em cada lado do altar. Bancos estão dispostos para acomodar os fiéis. Um padre conduz a homilia. Católicos rezam, comungam e realizam todos os ritos previstos para uma missa, que termina com o “vamos todos em paz”. Novo cenário começa a ser montado. Os quadros permanecem em seus respectivos lugares. As imagens são retiradas e cuidadosamente guardadas no cômodo do lado esquerdo, pelos que ocuparão o espaço a partir de então. Outros personagens surgem, os evangélicos da Assembleia de Deus. Algumas vezes, são eles que realizam a transformação do ambiente. Percorrem poucos metros até a sala da direita, onde estão os objetos dos evangélicos: aparelho de som, bateria e outros. Um pastor dirige o culto. Agora, evangélicos oram, cantam e ouvem “a palavra”. Diz-se que o compartilhamento do mesmo templo ocorreu porque a casa utilizada pelos assembleianos teve que ser utilizada para abrigar uma nova família, de um militar que passou a servir na região. No começo, tudo parece um tanto constrangedor, conta o pastor. Alguns aceitavam e outros não. Mas, até mesmo um acidente na hora do transporte de uma das imagens — quando uma caiu no chão, ao escorregar das mãos de um integrante da Assembleia — foi compreendido por todos como acontecimento banal e imprevisto. “O lugar é ecumênico, mas as celebrações não são”, lembra um dos membros da Igreja Evangélica.

Cena 2

Ano 2006. Cenário: casa de uma família de origem católica que convive diariamente com o pluralismo religioso na vizinhança, no bairro e nas relações de parentesco. A matriarca é católica e faz questão de enfatizar as marcas distintivas em relação aos evangélicos. Integra a tradicional Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Entre seus objetos favoritos, guardados em um lugar especial em seu quarto, estão imagens e quadros de santos, além do “Sagrado coração de Jesus” e da “Sagrada Família”. Essa coleção não ocupa grande espaço no conjunto da casa, mas se destaca por representar a forte adesão ao Catolicismo. Com as conversões de parentes e conhecidos — católicos e membros das religiões afro-brasileiras — às igrejas pentecostais, uma nova função passou a ser exercida por ela: adotar imagens de santos abandonadas pelos novos convertidos. Uma situação é exemplar: sua nora lhe conta que uma conhecida não sabe o que fazer com uma estátua de São Jorge que está na família há tempos. A conversão ao Pentecostalismo lhe impusera o afastamento da devoção ao santo. Não quer quebrá-la como demonstração explícita de seu novo pertencimento religioso. Embora demonstre forte adesão, não deseja destruir a imagem, conquanto precise romper afetivamente com ela. A escuta dessa situação já basta para que esse São Jorge seja adotado pela católica, que se propõe a recebê-lo em sua casa. Problema resolvido. Ex-devota convertida não tendo que eliminar o santo. Católica satisfeita por salvar a imagem e, de certa maneira, por defender a crença nos santos.

Cena 3

Ano 2007. Cenário: Um quintal formado por vários cômodos de “altos e baixos” — estilo de moradia característica das camadas populares — que acomodam parentes consanguíneos ou por afinidade. Personagens: nora, católica não-praticante e mestre de capoeira; sogra, da Assembleia de Deus; e cinco ou seis de seus

“irmãos de fé”. Numa tarde, a nora tenta descansar após o almoço, quando ouve barulhos estranhos no cômodo acima de seu quarto. São pessoas orando e pulando, algumas manifestando os chamados “dons do Espírito Santo”. Não consegue seu intento, mas não deseja se confrontar com a sogra. Não toma qualquer atitude. De repente, assusta-se; sua casa é invadida pelos “crentes”. Situação que não pode evitar, mas ainda consegue esconder uma imagem de Maria, José e Jesus na manjedoura, presente de uma tia. Sua pequena casa, de três cômodos e banheiro, não comporta tanta gente. O motivo de tal rompante é a presença do “demônio” ali. Buscam-no em cada objeto, mesmo sem o consentimento daquela que tenta proteger seus pertences. O alvo das orações passa a ser o colchão de casal, comprado recentemente. O “demônio” está naquele objeto e precisa ser “amarrado” e vencido. Queimar é a única solução. O fogo purifica. O ato de partir para o exorcismo do objeto endemoniado leva a dona da casa a tomar uma atitude mais diretiva. “O meu colchão novo, não! Vocês é que estão com demônio”, diz ao expulsá-los para o quintal, incluindo a sogra, que mora a poucos passos. Com seus objetos nos devidos lugares e seu colchão agora protegido, ela segue sua vida, convivendo com a sogra e sua filha de 12 anos, convertida há quatro à igreja da avó.

Cena 4 “abrindo a lente”

Ano 1993. Cenário: Rio de Janeiro. Em diversos locais da cidade, grupos de religiosos se mobilizam para protestar contra a violência urbana. Pontos centrais foram escolhidos de acordo com as características de cada um: para evangélicos pentecostais, a praça pública, a Cinelândia é o palco; Espiritismo é estudo, palestra, para ele um auditório do Museu de Arte Moderna; Candomblé é “luxo”, Museu de Arte Moderna; a Umbanda ocupou a praia; as tendências Nova Era ocupam o Aterro do Flamengo, o verde ecológico é sua referência; para os católicos, dois espaços: um próximo à estátua de São Sebastião (padroeiro da cida-

de) e outro no Cristo Redentor, que de cima observa e referencia a todos. O evento mobilizador chama-se “Dois minutos de silêncio”. Religiosos juntos, um objetivo comum, contra a “guerra” e pela “paz”, sob o horizonte de uma espiritualidade que transcende as instituições. Cada um em seu lugar, fronteiras definidas. Ecumenismo. Religião Civil. Cultura da Paz.

Corta para “Basta! Eu quero paz”

Ano 2000: Cenário: Largo da Carioca, centro da Cidade do Rio de Janeiro. Homens, mulheres, crianças. Parentes, amigos, vizinhos. População em geral. Contam-se 30.000. Pertencimentos religiosos diversos. Todos que se sentem afetados pela violência urbana e querem se manifestar comparecem. Milhares se concentram na praça. Personagens anônimos cujas histórias se aproximam pela dor provocada pela morte violenta, expostos com o objetivo de manifestar e transformar a dor individual em sentimento coletivo de ‘basta de violência’. Pertences e fotografias são os principais artefatos dos que chegam. Anoitece. Velas acesas homenageiam os mortos e iluminam o evento. Inicia-se a vigília inter-religiosa. Reação, pacificação e compartilhamento da dor. Um grande mural passa a ser montado. Fotos de pessoas, famílias, cartas, reportagens se integram à paisagem local. Totalidades compondo o todo. O mural fica pronto. Paz genérica, violência objetiva. Descompasso. Perspectivas distintas para um mesmo fenômeno: vítimas da violência policial e policiais mortos em serviço. Mesmo espaço, sentimentos inconciliáveis. Conflito, um componente “inesperado” para uma proposta de paz.

Cena 5

Ano 2007. Cenário: Enseada de Botafogo, Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro. Milhares de pessoas chegam ao local: homens, mulheres, adultos, jovens e crianças; famílias inteiras. Ônibus de excursão dispostos por toda a orla, enquanto tantos outros chegam lotados. Estes estão identificados, vêm de todas as partes

do próprio estado e de outros, de periferias. Foram convocados pela Igreja Universal do Reino de Deus para a “Vigília da Paz”. A grande maioria é de membros da Igreja. A tônica dos discursos é a “paz”. Pessoas e parentes de vítimas de violência estão presentes; foram convocados a compor uma espécie de unidade pela pacificação da sociedade. Estima-se um total de setecentos mil a um milhão de pessoas. É quase impossível se deslocar de um lugar a outro. Pequenas clareiras são formadas entre a multidão. São idosos sentados em banquinhos e crianças brincando na areia. Um cordão humano não permite o acesso à água do mar. O som não alcança a todos os presentes. Os vários telões dispostos ao longo da Enseada não são suficientes para a multidão. O líder da igreja afirma que sabe que a violência não vai acabar só porque estão ali orando, mas que pelo menos neste momento podem alcançar uma paz interior”. “Segura na mão de Deus”, música muito conhecida dos católicos, é cantada. “Só Jesus salva!”.

Do dia-a-dia aos eventos: diálogos possíveis ou/e improváveis

Outras situações poderiam constar dessa lista de cenas que envolvem o complexo e diversificado panorama religioso no país. Para além das fronteiras institucionais das confissões religiosas, em disputa pela manutenção ou pela conquista de espaço, nas relações cotidianas — na família, na vizinhança, nas ruas das cidades — apresentam-se estratégias de convivência, tensões e conflitos. As cenas escolhidas são exemplos dessa dinâmica, que surge, em ato, no dia-a-dia das pessoas. É possível extrair delas pontos significativos para a discussão atual sobre liberdade, pluralismo, intolerância, tolerância, exclusivismo, ecumenismo e diálogo inter-religioso. Há uma grande distância entre o que dispõem as instituições religiosas sobre doutrinas, regras e comportamentos e como isso chega aos respectivos fiéis. Aprende-se muito quando se faz o exercício de refletir tanto sobre o plano mais amplo, relacionado ao que está instituído, como sobre o que está sendo

vivido. As primeiras três cenas apresentam alguns dos principais grupos que protagonizam o embate público no contexto religioso brasileiro das últimas décadas: católicos, religiões afro-brasileiras e evangélicos, em especial os pentecostais. Na quarta cena, a diversidade se amplia com um movimento inter-religioso fundado em um desejo de paz e reação à violência, a partir de uma ideia de religiosidade cívica. A última cena indica categorias e desejos semelhantes, sem estar comprometida institucionalmente — em sua organização e apresentação no espaço público — com o diálogo inter-religioso ou com o ecumenismo, embora ratifique e compartilhe da espiritualidade difusa impressa no desejo pela paz.

Muito se tem dito sobre as transformações do panorama religioso do país nas últimas décadas: queda da hegemonia católica, crescimento e diversificação das igrejas evangélicas pentecostais, aumento do número de “sem religião”, decréscimo no número de membros das religiões afro-brasileiras (JACOB et al., 2003). Nesse quadro, autores como Mariz e Machado (1998) apontam a existência de um duplo e concomitante movimento: institucionalização e desinstitucionalização. O primeiro apresenta como características uma forte proposta de exclusivismo religioso e um investimento no compromisso dos membros com suas respectivas instituições. Concomitantemente há um aumento sensível no número de pessoas que se declaram “sem religião”, indicando o processo de desinstitucionalização, o que não deve ser confundido com ausência de experiência religiosa¹, já que a categoria é um tanto imprecisa. Nesse mesmo movimento, houve no Catolicismo o aparecimento e a ascensão da Renovação Carismática Católica, que muito se assemelha às práticas dos evangélicos pentecostais. Tal semelhança se expressa não só pela manifestação do Espírito Santo e seus dons, mas também pela forma como se organizam eventos públicos nas grandes cidades e na construção de edificações que comportam multidões (GOMES e CONTINS, 2007; OLIVEIRA, 2005).

¹ Estes processos foram confirmados pelos dados do último Censo IBGE (2000) e pela comparação entre os números de 1991 e 2000 (JACOB et al., 2003). Estima-se que 73,9% da população sejam católicos. Evangélicos somam 15,6%; outras religiões, 3,2%; e os qualificados como “sem religião” são 7,4%. O Censo 1991 contou 4,7% de entrevistados “sem religião”.

Assim, há um campo de negociação-conflito constante entre as experiências religiosas individuais, a família, a vizinhança e a sociedade mais ampla. Um movimento significativo de mudanças no perfil religioso da população se apresenta, em especial, nas relações cotidianas das grandes cidades e no embate político. No processo de institucionalização, ocorre tanto uma expressiva conversão ao campo evangélico – caracterizada pela forte adesão e frequência aos templos (FERNANDES et al., 1998) – como a retomada e o fortalecimento de identidades religiosas atribuídas.

Até recentemente, a ideia reinante sobre religião no país tinha como base o englobamento das religiões afro-brasileiras pelo Catolicismo e, em relação às outras religiões, seu predomínio era evidente (SANCHIS, 1994). A delimitação das fronteiras entre as religiões no Brasil é um tema bastante discutido, em princípio a partir de estudos sobre as religiões afro-brasileiras (BASTIDE, 1971; CARNEIRO, 1984, entre outros). Esses limites parecem fluidos e se interpenetram em um movimento tão dinâmico que acaba diluindo-os ou mesmo dificultando seu reconhecimento. Aqui a noção de sincretismo é central para sua compreensão². O Catolicismo popular constitui-se como o grande aglutinador dessa dinâmica.

Em relação ao Catolicismo, também são produzidas reflexões recentes que destacam as possibilidades de compreensão dos diferentes catolicismos, elaborações que emergem, em especial, pelo aparecimento do Movimento Carismático (MARTINS, 2004). Sobre os novos movimentos religiosos, em especial os pentecostais, entram em cena novas categorias como conversão, trânsito e pluralismo. A categoria *conversão* recebe uma nova leitura e novas significações, podendo ser vista como “ruptura” ou como “passagem”. Birman (1996) e Semán (2000), entre outros autores, abordam a questão do trânsito religioso do ponto de vista das “passagens”. Outros validam a aplicação da ideia de conversão, como Mariz e Machado (1998), adotando a noção de que a identificação

a um determinado grupo religioso é perpassada pela adoção de um novo *ethos*, embora reconheçam que o processo de conversão não ocorre subitamente. Contins (1995) considera a possibilidade de lidar com a conversão como um processo contínuo, no qual o converso se constitui e não tem sentido sem seus “outros” – nesse diálogo em que sua experiência religiosa é construída. Mafra (2002) contribui para o debate, caracterizando dois tipos de conversão: a minimalista e a maximalista.

O trânsito religioso pode ser pensado como mudança de vínculo, seja ele considerado como ruptura ou como passagem, ou ainda como um laço mais frouxo, que permita frequentações mais ou menos intensas. Tal particularidade remete a considerações sobre as diversas possibilidades de relações e inter-relações possíveis em um campo polifônico e cada vez mais regado pela preeminência da escolha. Ao menos três dimensões – complementares – são importantes para a análise do fenômeno religioso: “(1) ‘religião’, como identidade ou pertencimento; 2) ‘religiosidade’, como adesão, experiência ou crença; 3) ‘ethos religioso’, como disposição ética ou comportamental associada a um universo religioso” (DUARTE, 2005: 141). No âmbito da adesão religiosa, como já sublinharam Mariz e Machado (1998), é preciso considerar os diferentes graus de inserção dos membros nas respectivas religiões, pois, dependendo do tipo de vínculo estabelecido, há maior ou menor comprometimento com a reprodução das diretrizes institucionais.

Nessa mesma linha, refletindo sobre o exclusivismo, cabe frisar que a postura exclusivista pode ser compreendida a partir de diversas perspectivas. Exclusividade significa, por exemplo, fidelidade e compromisso com uma única confissão, sem que isso signifique ou desemboque em um proselitismo competitivo. O ecumenismo e o diálogo inter-religioso, pautados pela liberdade religiosa, encontram aqui seu campo de possibilidades. Por sua vez, exclusividade e intolerância podem compor outro perfil do exclusivismo religioso. Há que

² Para uma discussão mais aprofundada sobre esse debate, ver SANCHIS et al. (2001), *Fiéis e Cidadãos: percursos do sincretismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UERJ; e ainda: (1994), “A dança dos sincretismos”. In: *Comunicações do ISER*, vol. 45, n° 13: 4-11.

se considerar, também, que em ambos existem limites impostos pelas diretrizes e dogmas; e brechas, dependendo dos temas tratados.

Na primeira cena, adaptada de uma notícia constante em um site³, intitulada *Em tempos de ecumenismo imagens sagradas são retiradas dos altares*, observa-se uma solução criativa para a convivência no mesmo ambiente de duas Igrejas que, a princípio, estão em disputa. É claro que se trata de um fato concreto: falta de um local para a realização dos cultos em uma vila militar. Esse motivo também nos leva a pensar que a própria estrutura local não foi projetada levando em conta o pluralismo religioso e as mudanças que ele promove nas relações interpessoais e nas localidades onde se impõe, seja em pequenas ou grandes cidades, periferias, vilas, bairros, favelas, etc. Entretanto, a solução encontrada é sugestiva, já que traz à tona o debate atual sobre intolerância religiosa. Sobre o uso do espaço originalmente católico para a realização de cultos, um representante da Assembleia de Deus local disse: “No início foi constrangedor realizarmos nossos cultos numa igreja católica. Alguns irmãos não aceitavam, mas depois todos compreendemos que era o melhor que podíamos fazer. Foi um processo de aceitação bem lento, mas viável. Hoje é o único lugar do Brasil onde acontece essa permuta de espaço (...)”. No entanto, para ressaltar a distinção entre o culto católico e o de sua Igreja, afirma que: “Congregamos numa igreja ecumênica, mas os cultos não são ecumênicos”. Outra assembleiana comenta: “eu morava no Rio de Janeiro e, às vezes, saía com uma amiga católica. Quando ela entrava na igreja, mesmo que fosse rapidinho, eu a esperava do lado de fora. Nunca pensei que um dia fosse entrar em uma igreja católica e orar”. Convivência entre ecumenismo e exclusivismo?

Em outra ocasião (GOMES, 2004), discuti a conversão de uma integrante do Candomblé à Igreja Universal do Reino de Deus. O ápice do rompimento foi o descarte das roupas e demais objetos ligados “aos encostos”. O processo se iniciou com a disposição dos elementos em

sacos de lixo que, posteriormente, foram levados para um terreno próximo e ali queimados. O Candomblé era a religião de sua família, que considerou sua ação uma loucura. É interessante, nesse conjunto de personagens, a presença de uma figura evangélica, o empregado doméstico da casa, que a auxiliou no “ritual”. Essa postura se caracteriza como exclusivista, pois mostra o rompimento, ao menos em termos performativos, com a religião de herança. A vertente pentecostal, incluindo aqui as neo, ao menos na disputa e na delimitação de fronteiras no espaço público, investem na ideia de conversão como ruptura com valores e referenciais simbólicos e materiais anteriores. Cada qual marca, comparativa e contrastivamente, suas posições e características. A visibilidade do embate é uma das estratégias de distinção adotada. Quebrar imagens de santos ou queimar as roupas usadas nos terreiros, por exemplo, seriam atitudes “corretas” daqueles que se convertem. A adesão e o novo pertencimento devem ser expostos publicamente. Nesse processo, há tanto validação do convertido como membro do grupo quanto demonstração do poder da instituição religiosa abraçada. Em última instância, seria a preeminência da aquisição sobre a atribuição, em consonância com o primado da liberdade de opção e escolha — pressupostos da sociedade ocidental moderna.

A reciprocidade na “adoção”⁴ mostra outra possibilidade, quando, mesmo aderindo a uma nova confissão, o respeito aos objetos sagrados da confissão anterior é preservado. Na cena da “adoção” do santo, se evidenciam, no cotidiano das relações estabelecidas entre e pelos integrantes das diferentes correntes religiosas, as adequações, trocas e reinterpretções de regras institucionais que extrapolam os limites das instituições (NATIVIDADE e GOMES, 2006; DUARTE et al, 2006; GOMES, 2006). Em certo sentido, tal extrapolação está relacionada a uma “gestão da vida privada relativamente independente dos ditames religiosos, mesmo durante períodos de intensa adesão” (DUARTE et al., 2006) institucional. Em contraste, a outra cena, da invasão da casa na busca pelo “demônio”,

3 <http://www.portaldoanjo.com/templo.htm>

4 As situações descritas nas cenas 2 e 3 integram o material da pesquisa de pós-doutoramento intitulada ‘Os Irmãos Agora São Eles’: Família e Trajetórias em Contexto Religioso Plural, realizada no PP-GAS/Museu Nacional.

5 A tendência de tomar o Catolicismo como identidade religiosa exclusiva tem sido verificada não somente nas diretrizes institucionais e no discurso manifestado publicamente pelas lideranças da Igreja. Resaltei em outro momento (GOMES, 2006) que no movimento de rejeição ou aceitação do “outro” — no caso, aceitação entre evangélicos pentecostais e católicos em uma rede familiar — ocorria, concomitantemente, a afirmação da identidade católica exclusiva, revestida por uma postura contrastiva.

6 NATIVIDADE (2006) analisa a perspectiva evangélica de regulação da sexualidade a partir do discurso sobre cura e libertação da homossexualidade. O autor observa que se trata de uma explosão discursiva, evidenciada, entre outras, pela extensa produção bibliográfica presente nas publicações das editoras evangélicas e em sites, como o do Moses (Movimento pela Sexualidade Sadia).

7 Na produção do “ethos guerreiro” há grande ênfase à leitura do Antigo Testamento, principalmente às passagens que tratam das conquistas e desafios vivenciados pelos hebreus. Por exemplo, Gomes (2004: 134) mostra que os trechos selecionados presentes nos discursos da IURD “evidenciam eventos ligados ao ‘povo escolhido’, o ‘povo de Israel’, que, embora perse-

guido, supera e conquista porque crê na “promessa divina”. As ‘lembranças’ se referem ao ‘deus’ que possibilita a superação, o ‘deus’ que se revolta com a condição de seu povo escravizado”.

8 As situações descritas na cena 4 foram extraídas do livro *Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. (BIRMAN & LEITE, 2004), levando em conta minhas impressões sobre os fatos, já que também sou elemento constitutivo dos acontecimentos.

9 Sobre a generalização do valor da paz ou do equilíbrio relacional, Duarte et al (2006: 21) lidam com tal valorização “como sintoma mais fluido desse hedonismo explicitamente generalizado em nosso universo geral de valores. Embora este possa ser considerado, à primeira vista, uma característica da herança cristã — na linha do ‘amai-vos uns aos outros’ —, tendemos a considerar que se trata de uma variante bastante diferente, em que a mundanidade tem prevalecido de modo crítico. Isso lhe permite deslizar facilmente entre um pólo laico, cidadão, de defesa da pax cívica, e a quase totalidade das variantes do universo confessional contemporâneo, à exceção dos fundamentalismos militantes, como notório”.

10 A etnografia da “Vigília da Paz” consta do material coletado para a pesquisa que venho desenvolvendo, em estágio pós-doutoral, no Centro de Estudos da Metrópole (CEBRAP), com bolsa concedida pela FAPESP. Trata-se de projeto intitulado “(In)Tolerância, exclusivismo religioso e espaço público: dinâmicas e transformações nas relações cotidianas urbanas”.

indica que as tensões também integram as relações mais próximas, principalmente quando se toma uma postura exclusivista e, até mesmo, como visto no exemplo, belicosa. Além disso, coloca em evidência a tradicional oposição entre família e congregação. Segundo Duarte (2006a: 20), esta se “apresenta frequentemente como uma alternativa à família, na verdade uma hiper-família dotada de um senso de comunhão e reverência capaz de produzir uma redobrada intensidade”. O autor adverte ainda que família e religião, no referencial moderno, “como solução abstrata e formal”, se constituem no âmbito do privado, estando alheios ou em antagonismo em relação à ordem pública (DUARTE, 2006b: 55; cf. BIRMAN, 2006).

No que tange ao pertencimento religioso e sua relação com o proselitismo, vale ressaltar que o caráter evangelizador contemporâneo é enfático na ideia da “fé em ação”, principalmente quando aparecem em cena os evangélicos pentecostais e os carismáticos católicos⁵. Expõe-se publicamente, o tempo todo e em qualquer situação, a filiação religiosa adotada. Não basta uma adesão individualizada, interiorizada. É preciso assumir-se “religioso” e externalizar tal característica. É imperativo conceber-se como substantivo e não como adjetivo na ação. Parafraseando Foucault (1988: 21), poderia ser dito que há uma espécie de “explosão discursiva” cujo tema é não somente o sexo, mas também a religião⁶. Essa “incitação discursiva” se relaciona, em grande parte, à postura diretiva — e proselitista “insistente” — assumida pelas igrejas evangélicas pentecostais desde seu aparecimento. A ação dos fiéis no mundo é concebida a partir do que seria um *ethos guerreiro*⁷ produzido pelo pertencimento religioso.

Na cena 4⁸, os eventos foram organizados com base na ideia de uma “religião civil”, apostando-se numa “religiosidade fluida, que podia dispensar os vínculos institucionais” (BIRMAN, 2004: 243), já que a paz seria o grande articulador do desejo e das ações coletivas⁹. Embora não estivessem evidentes os contornos da proposta de paz desejada dentre

as diversas vozes que atuavam na cidade, se acreditava nessa disposição geral para a paz. A fluidez e a indeterminação da proposta desconsiderava os conflitos e diferentes percepções acerca da *violência* e da *pacificação*. No entanto, a paz e a violência — que, em contraposição, eram traduzidas pela imagem de uma cidade em estado de guerra — não se constituíam como assuntos genéricos, livres de interesses, intenções e sentidos. A dor era expressiva e generalizada, mas percebida de maneira distinta pelos atores envolvidos. A intenção pacificante de abrandamento do conflito — “desarmamento dos espíritos” — não funcionou. Exemplo disso foi o mal-estar provocado pela presença do mural dos policiais que morreram na “guerra urbana” (cf. LUCAS, 2004; BIRMAN, 2004). A posição ambígua da polícia (protetora e algoz) impediu o fluxo da pretendida adesão ao sentimento cívico-religioso (cf. BELLAH, 1967). Separados por alguns anos, os eventos continuavam a evidenciar os descompassos nas interpretações sobre as estratégias de combate à violência e o que se entende por paz. A cidade continuava dividida entre “os que queriam uma paz a qualquer preço e aqueles para quem a paz não podia se associar à barbárie” (BIRMAN, 2004: 246).

Na cena 5¹⁰ a paz novamente é acionada, agora sob o enfoque de uma única instituição, a Igreja Universal do Reino de Deus, que geralmente não estabelece pactos ou participa de eventos ecumênicos. Os diálogos com as demais confissões são estabelecidos e se concentram, assim como em outras pentecostais, no âmbito da esfera política, quando a interação incide sobre temas de interesse comum. Nesse perfil político, também é possível identificar certo arrefecimento do embate com outras religiões, principalmente quando se trata de assistência social (GOMES, 2004; cf. GIUMBELLI, 2007). O destaque à necessidade de intervenção social é extensivo a outras religiões. No campo assistencial, por exemplo, a entrada de Marcelo Crivella na política, pelo menos em discurso, inferiu uma postura mais conciliatória e mais

aberta à interlocução com outras instituições religiosas. Segundo Crivella¹¹, todas desempenham um papel crucial no “combate às desigualdades, distribuição de renda, fazer bons programas sociais, levar uma solução para o programa de segurança”. Apesar de enfatizar a importância do vínculo entre todas as religiões, ele postula que as igrejas evangélicas são as que mais possuem condições para atuar nesse campo, pelos melhores resultados na reversão de problemas com drogas, alcoolismo (MARIZ, 1994) e crimes. Ressalta, ainda, que a Igreja Católica pode ser considerada uma Igreja Evangélica, pois segue o mesmo Evangelho. A postura conciliadora do bispo Crivella e sua consequente entrada na política evidenciam não apenas uma característica individual. Ele pode ser considerado um porta-voz de sua igreja, veiculando uma determinada imagem. Para tanto, acena para a prática do diálogo como estratégia positiva. No entanto, o bispo Crivella é apenas um dos exemplos de um perfil mais conciliatório e negociador que começa a ser adotado pela IURD, embora a relevância do embate, do conflito e das acusações mútuas em sua trajetória não deva ser descartada, uma vez que descontinuidades e mudanças estão presentes neste processo (GOMES, 2004).

Os encontros — como embate ou comunhão — são intensos. Há sempre um *outro* convivendo, interagindo e se opondo nos diversos espaços sociais, desde os que comportam interações sociais mais íntimas, como a casa (pensada como local da família e do privado), aos que extrapolam esses limites, localizados no espaço público. Nestes, os conflitos ganham maior relevo, pois explicitam publicamente os embates por legitimidade e autenticidade. Por outro lado, os posicionamentos das instituições religiosas — que se refletem nas atitudes dos respectivos membros — são confrontados com dinâmicas sociais abrangentes.

Considerações inconclusas: tensões entre o exclusivo e o inter-religioso

Chama a atenção o modo como o “religio-

so” aparece no espaço público em seu perfil contemporâneo¹²: plural, muitas vezes exclusivista, em tensão entre si e em relação a temas que atingem a sociedade mais ampla. As formas de exercício da religiosidade extrapolam os espaços construídos e identificados como “apropriados” às práticas religiosas. O “religioso” está em evidência, se manifesta em diferentes espaços e situações: matérias de jornais, pichações em muros, adesivos nos carros, camisetas com frases bíblicas, fotografias de santos, orixás, Jesus Cristo, Buda, deuses indianos, entre outras. Em termos institucionais, está também nos debates e decisões políticas, nos embates públicos, na adesão, rejeição ou adequação aos valores hegemônicos.

O estabelecimento de um “código de conduta” que possa regular as conversões dentro do campo cristão está sendo discutido pela Igreja Católica e pelo Conselho Mundial de Igrejas, com recente adesão da Aliança Evangélica Mundial. Pretende-se que o código esteja pronto em 2010¹³. Pelo menos duas dimensões estão sendo consideradas nesse projeto: evangelização e competição dentro do próprio campo cristão; e evangelização, competição e contato com outras religiões. É notória a preocupação com o intenso trânsito religioso, marcado especialmente pelas conversões às igrejas pentecostais, tanto pela Igreja Católica como pelas Igrejas Protestantes. O tema já foi bastante explorado por diferentes análises das ciências sociais. Volta-se aqui à dinâmica indivíduo-instituição, na qual se apresenta o problema da transmissão — herança ou atribuição — religiosa, que tem sua força tolhida pela preeminência da escolha, premissa necessária no âmbito dos valores modernos (WEBER, 1992).

No Brasil, por exemplo, os dados do Censo 2000 confirmam o crescimento evangélico, fenômeno também vastamente analisado, mas que ainda interessa trazer à baila. Pondo em destaque o campo protestante (dividido em evangélicos de missão e evangélicos pentecostais), verifica-se o predomínio das igrejas pentecostais em termos numéricos: a Assem-

11 Entrevista veiculada no Programa “Passando a Limpo”, da Rede Record, em 26/01/2003. Programa de entrevistas apresentado por Boris Casoy. Ao final da entrevista, o apresentador buscou desvincular a entrevista concedida pelo bispo Marcelo Crivella de qualquer relação com a direção da emissora, declarando ter entrevistado o Senador e não o Bispo, mas lembrando que a Rede Record pertence à IURD.

12 A importância da discussão sobre secularização e dessecularização para a compreensão do fenômeno religioso não está sendo esquecida aqui. O debate é caro para o entendimento dos entrelaçamentos e tensões entre o laico e o religioso. Proponho considerar esse debate como pano de fundo sociológico da intrincada questão do diálogo inter-religioso. (Ver WEBER, 1980; BERGER, 1973; 2001; MARIZ, 2001; entre outros)

13 Será oportuno que o tema escolhido para a Campanha da Fraternidade de 2010 seja o ecumenismo, decisão comemorada pelos demais integrantes do CONIC - Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (www.lei9840.com.br/impressao.php?op=pagina&subop=2095, acesso em 13/10/2007). Além da Igreja Católica Apostólica Romana, compõem o CONIC: Igreja Ortodoxa Siriana, Igreja Cristã Reformada, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e Igreja Presbiteriana Unida.

bleia de Deus é a primeira, com quase oito milhões e meio de integrantes; a Congregação Cristã¹⁴ vem em seguida, com cerca de dois milhões e quinhentos mil membros; e a IURD está na terceira posição, com dois milhões e cem mil membros. Consequentemente, a conversão é um tema preponderante nas possíveis análises decorrentes desses dados, que impactam as relações estabelecidas entre as instituições. A tentativa de formular um código de conduta, ao menos dentro do campo cristão, pressupõe homogeneidade e aceitação — conceitos tão fluidos e genéricos com o de paz. O controle do proselitismo é proposto por quem se sente atingido. Nesse caso, trata-se de “controlar o outro”. Cabe frisar que parte das instituições não está filiada ao Conselho Mundial de Igrejas, ou possui simpatia em relação à Igreja Católica. Rechaça o ecumenismo. O diálogo não é percebido como interlocução positiva, mas como tentativa de intervenção hierárquica.

A princípio vislumbra-se, em termos muito amplos, o que ocorre na primeira cena: católicos e assembleianos pelo menos compartilhando o mesmo espaço sagrado; embora a rejeição ao ecumenismo esteja clara no discurso que afirma as distinções: o lugar é partilhado, mas os cultos, não. O exemplo da “adoção dos santos” também está nesse horizonte: não se quebra o santo por afetividade, passando o cuidado para quem deseja preservá-la. Essas são resoluções locais, encompassadas pelas relações mais próximas inscritas no cotidiano, que não refletem as orientações institucionais.

Ao finalizar este artigo, uma breve notícia veiculada pelo jornal O Estado de São Paulo chama minha atenção: “Pastor queima imagens sacras protegidas pelo Iphan”¹⁵. Essa notícia ilumina a discussão. Não pretendo desconsiderar os conflitos que surgem em termos de entrecruzamentos de trajetórias individuais, onde as possibilidades de ajustes e acomodações são múltiplas, mesmo em situações que envolvem conversões a confissões fundamentalistas (cf GOMES, 2006). Em se tratando de relações institucionais — e porque não dizer, de relações de poder — torna-se mais arriscado contar com possíveis mediações,

embora elas não sejam de todo impraticáveis. Analisando a notícia: duas imagens de santos foram queimadas em culto da IURD. O fato ocorreu em São Borja, um dos “Sete Povos das Missões”. Eram objetos registrados como integrantes da história missioneira, sob os cuidados de uma família. Consta que a família cuidava de oito imagens que estavam em uma capela incendiada em meados do século passado. De geração em geração, foram cuidadas e mantidas em sua originalidade. Com o pluralismo religioso entrando na família, décadas depois, os significados históricos e afetivos em relação às imagens se transformaram. Perderam lugar nos oratórios familiares, outros significados e valores lhe foram atribuídos. Passaram a significar idolatria, presença do maligno. Sua destruição pelo fogo foi solicitada para que a cura se realizasse. A detentora dos cuidados do santo desejava agora a cura de seu marido, e recorreu à Igreja Universal. O marido morreu e os santos foram queimados. Para além da dor familiar, o fato foi registrado como injúria ao patrimônio. Poderia ter passado despercebido, caso não tivesse afetado o patrimônio público.

Montero (2006) lembra que, no caso brasileiro o “processo de diferenciação das esferas” — Religião e Estado — não retirou as religiões do espaço público. De fato, segundo a autora — e concordando com seus argumentos — emergiram “novas formas religiosas, com expressão pública variável conforme o contexto e as suas formas específicas de organização institucional” (2006: 50). Tal variação pode ser identificada nas mais diversas estratégias de evangelização adotadas, nas posições políticas assumidas, nas reações e interpretações dos ditames do Estado laico. Onde fica o diálogo inter-religioso nesse campo de disputa por legitimidade e de delimitação de fronteiras? A paz difusa e genérica é suficiente para romper com a distância entre os diferentes posicionamentos institucionais, nos quais emergem dinâmicas contrastivas e em disputa?

Referências Bibliográficas

_____. (2007), *Em tempos*

14 A Assembleia de Deus e a Congregação Cristã são as primeiras igrejas pentecostais instaladas no Brasil, ainda no início do século XX, e com características e investimentos distintos em suas estratégias de expansão. (ROLIM, 1985; FRESTON, 1994).

15 http://www.estado.com.br/geral/not_ger67363,0.htm (acesso em 19/10/2007)

de ecumenismo imagens sagradas são retiradas dos altares. Disponível em URL: <http://www.portaldoanjo.com/templo.htm>.

_____. (2007), *Pastor queima imagens sacras cadastradas no IPHAN*. Disponível em URL: http://www.estadao.com.br/geral/not_ger67363,0.htm. Acesso em 19/10/2007.

BASTIDE, Roger. (1971), *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira,.

BELLAH, Robert. (1993), "Civil Religion in America" In: J. C. Alexander. & S. Seidman (eds). *Culture and Society. Contemporary debates*. Cambridge: Cambridge University Press.

BERGER, Peter. (1973), *Um Rumor de Anjos. A sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural*. Petrópolis: Vozes.

BERGER, Peter. (2001), "A dessecularização do mundo: uma visão global". *Religião e Sociedade*, 21(1): 9-24.

BIRMAN, Patrícia. (1996), "Cultos de possessão e pentecostalismo no Brasil: passagens". *Religião e Sociedade*, v. 17, nº 1-2. Rio de Janeiro: ISER.

BIRMAN, Patrícia. (2004), "Movimentos cívico-religiosos no Rio de Janeiro e alguns de seus impasses: o caso do Mural da Dor". In: P. Birman & M. P. Leite (orgs.). *Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

CARNEIRO, Edson. (1984), *As religiões negras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,.

CONTINS, Márcia. (1995), *Tornando-se pentecostal: um estudo comparativo sobre pentecostais negros nos EUA e no Brasil*. Rio de Janeiro: tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. (2006), "O sa-

crário original. Pessoa, família e religiosidade". *Religião e Sociedade*, v. 26, nº 2: 41-57.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. (2006), "Ethos privado e modernidade: o desafio das religiões entre indivíduo, família e congregação". In: L. F. D. Duarte; M. L. Heilborn; M. L. Barros; C. Peixoto (orgs.). *Família e religião*. Rio de Janeiro: Contracapa.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; JABOR, Juliana de Mello; GOMES, Edlaine Campos;

LUNA, Naara. (2006), "Família, reprodução e ethos religioso: subjetivismo e naturalismo como valores estruturantes". In: L. F. D. Duarte; M. L. Heilborn; M. L. Barros; C. Peixoto (orgs.). *Família e religião*. Rio de Janeiro: Contracapa.

FERNANDES, Rubem César (et al.). (1998), *Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na Igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad.

GIUMBELLI, Emerson. (1997), *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

GIMBELLI, Emerson. (2007), "Um projeto de cristianismo hegemônico". In: W. G. Silva (org.). *Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no campo religioso Afro-brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

GOMES, Edlaine de Campos. (2004), *A era das catedrais da IURD: a autenticidade em exibição*. Rio de Janeiro: Tese de doutoramento em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

GOMES, Edlaine de Campos. (2007), "A exposição da dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz". *Religião e Sociedade*, v. 27, nº 1:193-197.

GOMES, Edlaine de Campos. (2006), "Família e Trajetórias Individuais em Contexto

Religioso Plural”. In L. F. D. Duarte; M. L. Heilborn; M. L. Barros; C. Peixoto (orgs.). *Família e religião*. Rio de Janeiro: Contracapa.

GOMES, Edlaine de Campos; Natividade, Marcelo Tavares. (2006), “Para além da família e da religião: segredo e exercício da sexualidade”. *Religião e Sociedade*, v. 26, nº 2: 41-57.

GOMES, Edlaine C.; CONTINS, Márcia. (2007), *Autenticidade e Edificações Religiosas: comparando carismáticos católicos e neopentecostais*. Rio de Janeiro, mimeo.

JACOB, Cesar Romero et al. (2003), *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola.

LEITE, Márcia Pereira. “As mães em movimento”. In: P. Birman & M. P. Leite (orgs.). *Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

LUCAS, Peter. (2004), O Mural da Dor e a ética da memória. In: P. Birman & M. P. Leite (orgs.). *Um Mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

MAGGIE, Yvonne. (1992), *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

MARIZ, Cecília Loreto. (2001), “Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger”. *Religião e Sociedade*, vol. 21 (1): 25-39.

MARIZ, Cecília Loreto & MACHADO. (1998), “Maria das Dores Campos. Mudanças recentes no campo religioso brasileiro”. *Antropolítica*, nº 5: 1-106.

MARTINS, Andrea D. (2004), *Experiências religiosas: um estudo sobre mística e autonomia*

nos discursos e práticas de católicos da libertação e católicos carismáticos. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MONTERO, Paula. (2006), “Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil”. *Novos Estudos*, nº 74.

NATIVIDADE, Marcelo T. (?), “Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais Evangélicas”. *RBCS*, nº 61, v. 2: 115-132.

OLIVEIRA, Eliane Martins. (2005), “Olhares sobre o mundo do interior: confrontando representações imagéticas da cidade de Cachoeira Paulista realizadas pela Comunidade Carismática Canção Nova com as veiculadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)”. *Anais I Congresso Latinoamericano de Antropologia*, 2005.

SANCHIS, Pierre. (1994), “Pra não dizer que não falei de sincretismo”. *Comunicações do Iser*, nº 45: 4-11.

SÉMAN, Pablo. (2000), *A “fragmentação do cosmos”: um estudo sobre as sensibilidades de féis pentecostais e católicos de um bairro da Grande Buenos Aires*. Porto Alegre: Tese de de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SILVA, Vagner Gonçalves da. (2007), “Entre a gira de fé e Jesus de Nazaré: relações socioestruturais entre Neopentecostalismo e Religiões Afro-brasileiras”. In: *Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no campo religioso Afro-brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

WEBER, Max. (1992), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira.

***Edlaine de Campos Gomes é doutora em Ciências Sociais pela UERJ e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole/CEBRAP. ■**

Política, Espiritualidade e Dádiva

Evandro Vieira Ouriques

A urgência de refazer o pensamento e a ação social

“Estava escondido em seu avesso.
Estava lá.
Meu olho cego não via. Agora vê.
Os milagres são simples assim.
-Banais?- Banais.
Mas o olho que não via
agora sabe o quê”.

(AMARAL, 2006: 55)

“(…) não há provas da existência do amor para quem nunca esteve apaixonado e se contenta a observar cientificamente o intercâmbio sexual.

A dádiva é uma reflexão a partir da experiência.

É preciso partilhar essa experiência para que a reflexão tenha sentido.

(…) A observação de um fenômeno do exterior não apenas modifica o fenômeno (Heisenberg), como também geralmente o faz desaparecer”.

(GODBOUT, 1999:254)

Reúno aqui meu percurso pessoal com minha trajetória de construção de um estatuto teórico e de uma metodologia-processo para a transformação de mentalidades. A intenção é que sejam capazes de superar a visão dualista política/espiritualidade, bem como o conseqüente fato de que indivíduos, grupos, redes, movimentos e organizações —, divididos entre o poder, enquanto especificidade da autonomia humana; e a dádiva, enquanto metáfora das tradições espirituais — apresentam atitudes antidemocráticas, insustentáveis e não-dialógicas na maneira como

conversam, articulam-se e mobilizam os segmentos sociais com os quais trabalham em favor da transformação social. Membro do Movimento Inter-religioso do Rio de Janeiro — MIR/ISER de 2000 a dezembro de 2003, fui seu único representante que não pertencia a uma tradição espiritual, mas à Academia. O presente artigo é feito sob a perspectiva nova de uma economia psicopolítica da comunicação, que venho constituindo como urgente inovação no diálogo inter-religioso, na formação de redes sociais, políticas públicas sociais e responsabilidade socioambiental. No mestrado, investiguei doze mil jornais de trinta e três países do mundo, confirmando a existência de um padrão geométrico transcultural que mostra a macrotendência da consciência humana na direção efetiva ou simulada do *afeto*. No doutorado criei um novo modelo de comunicação e cultura com base nos estados mentais-chave das tradições espirituais e do pensamento científico complexo e sistêmico.

Introdução

Meu interesse pelas tradições espirituais veio de uma longa caminhada em busca da fonte do sentido, pela dimensão que seria capaz de sustentar a sociabilidade diante das imensas e aberrantes agressões que ela vem sofrendo, há muito tempo, tanto do ponto de vista psíquico quanto político, e em sua relação com o que se decidiu nomear natureza. Procurei-a, por exemplos, na sociologia, na antropologia, na ciência política, na cultura alternativa, no pensamento taoísta, no jornalismo, na comunicação, na arte, na filosofia, nas ciências da informação, no pensamento hindu, no budismo, nas montanhas, na psicologia profunda, nas tradições africanas e indígenas, na psicanálise, na orgonoterapia.

Neste artigo investigo como a dimensão política e a dimensão espiritual tratam a possibilidade de sustentar a sociabilidade, e porque e como é possível religar¹ esses dois campos de saber que, separados, têm produzido muitos totalitarismos. Nesta tarefa arriscada², movo-me em meu campo transdisciplinar, o da Comunicação e da Cultura.

1 No sentido proposto por Edgar Morin de religação de saberes.

2 Faço isto movido pela alegria e pela gratidão por tudo que me aconteceu durante os anos em que atuei diretamente no MIR - Movimento Inter-religioso do Rio de Janeiro, no qual representei a academia de 2000 a dezembro de 2003. Para esta edição comemorativa dos 15 anos do MIR, concedi uma longa entrevista ao ISER sobre minhas relações com o movimento. A entrevista cresceu tanto que acabou por transformar-se no presente artigo.

A questão

Como sabemos, na dimensão política o desafio continua a ser “libertar o homem da desgraça da exploração econômica e da escravização social e política” (CHOMSKY, 2004: 41). Por exemplo, a maneira como as corporações são controladas, de cima para baixo e em segredo privado, e sem interferência do Estado — considerado o vilão da economia, apesar de ser o financiador e o avalista da privatização dos lucros e da socialização das perdas geradas pela transcendental “mão invisível” —, contradiz os princípios básicos de qualquer democracia³: transparência, controle público, justiça social, equidade econômica e segurança ambiental.

É esse quadro de ausência de interesse pelo *outro*, de generosidade, de solidariedade, de sentido de interdependência sistêmica e de naturalização dessas atitudes psicossociais que gera a necessidade de políticas públicas sociais⁴. Tal conceito evidencia a gravidade e a oportunidade da situação, pois falar *políticas públicas sociais* implica em aceitar a aberração de que existam políticas que não sejam públicas e, muito menos, sociais. O conceito, repito, implica em que os direitos à assistência, garantidos pelo Estado previdenciário, tenham sido substituídos pela esmola e pelo patrocínio, que recuam a cada experiência econômica denominada “crise”, quando, em verdade, de “crise” ela nada tem, uma vez que é apenas o resultado matemático da ganância por mais concentração de interesse e poder⁵.

Já na dimensão espiritual e filosófica, o desafio também persiste: o *descondicionamento* do homem. De superar, inclusive, seu hábito patriarcal de denominar-se apenas por um dos gêneros (TARNAS, 2002). Como diz Mircea Eliade, “é a condição humana que constitui o objeto da filosofia européia mais recente, e sobretudo a temporalidade do ser humano; é a temporalidade que torna possível todos os outros condicionamentos e que, em última instância, faz do homem um ‘ser condicionado’, uma série indefinida e evanescente de

‘condições’. Ora, essa questão do ‘condicionamento’ do homem” — e do *descondicionamento*⁶, seu corolário bastante negligenciado no Ocidente⁶ — “constitui o problema central do pensamento indiano. A partir das *Upanisad* a Índia não tem se preocupado seriamente a não ser com um só grande problema: a estrutura da condição humana” (ELIADE, 1997:11).

Prosseguindo com Eliade, “(...) bem antes da psicologia profunda, os sábios e ascetas indianos foram levados a explorar as zonas obscuras do inconsciente. Eles haviam constatado que os condicionamentos fisiológicos, sociais, culturais, religiosos, eram relativamente fáceis de serem delimitados e, em consequência, controlados; os grandes obstáculos [...] surgiam da atividade do inconsciente, dos *samskara* e das *vasana*, ‘impregnações’, ‘resíduos’, ‘latências’ que constituem aquilo que a psicologia profunda designa como conteúdos e estruturas do inconsciente” (*id.*:12).

Vistas em síntese as dimensões política e espiritual, podemos agora compreender que, em termos comunicacionais e culturais — o campo em que ocorre a política e a espiritualidade, na medida em que a vida é apenas um campo de comunicação (OURIQUES, 1992) —, André Mattelart deixa claro o desafio que deve ser enfrentado: “A era da chamada sociedade da informação é também a da produção de estados mentais. É preciso pensar de maneira diferente, portanto, a questão da liberdade e da democracia. A liberdade política não pode se resumir no direito de exercer a própria vontade. Ela reside igualmente no direito de dominar o processo de formação dessa vontade” (MATTELART, 2003:187).

Portanto, vistas essas três dimensões, temos uma confluência de desafios e oportunidades que demanda a superação do *regime de servidão*. Da servidão política, econômica e social, da servidão religiosa e da servidão⁷ comunicacional e cultural. Deste regime enfim psicossocial, que naturaliza que “talvez a verdade resida no conceito de que é mau matar por divertimento,

3 Isto sem falarmos dos intensos problemas inerentes à própria ideia da democracia. No Brasil, no entanto, a ainda recente experiência democrática é um grande avanço face aos anos de regime militar. As críticas inerentes ao regime democrata ainda demoram a estar na pauta.

4 Mantenho desde 2007/1, na Escola de Comunicação da UFRJ, o curso de extensão e disciplina JPPS-Jornalismo de Políticas Públicas Sociais, realização do NETCCON - Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Comunicação e Consciência, em convênio com a ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância. Ver territoriojpps.ning.com e <http://sites.google.com/site/cursosjpps/home>

5 Como, em 2008, o estouro da bolha do subprime, que parece ser uma “maldição” sobre a cabeça das pessoas, mas em verdade é bem simples e já vinha sendo comentado há três anos, como mostra Ladislau Dowbor (2008).

6 O grifo é meu.

7 Ver BIRMAN, 2006.

mas não sacrificar as formas mais baixas da vida para o serviço das mais altas”⁸ (TESOURO DA JUVENTUDE, 1958, vol. 07:303).

Foi no processo de aprofundar e incorporar essa maneira de perceber e agir que me tornei membro do MIR. A via de saída desse regime psicossocial se dá pelo resgate do *princípio da autonomia e da criatividade*, portanto da *vontade*, aplicada ao fortalecimento dos *valores comunitários*, aqueles que garantem a *sociabilidade*, uma vez que empregam os princípios a um só tempo rizomáticos e arbóricos de organização dos processos vivos (como os das redes sociais, tão bem demonstrados por Humberto Maturana).

E é justamente desses valores que fala a metáfora da religião. Ou seja, a possibilidade da comunhão, do encontro, da inocência, da dádiva, da “simulação ou afetação do inefável” (GODBOUT, 1999:11), esse outro nome da generosidade, das políticas públicas sociais, da responsabilidade socioambiental, uma vez que “diferentemente do mercado, a magia da dádiva não funciona a não ser que as regras permaneçam não-formuladas. Assim que são enunciadas, a carruagem volta a ser abóbora, o rei fica nu e a dádiva vira equivalência” (*id.*:13) contábil.

Daí vem a força da religião, na medida em que a teoria social ainda não foi capaz de dar conta da ampliação da sociabilidade. Como disse em outro artigo, sem dúvida Eugênio Trias – insuspeito de qualquer deslize metafísico, que também não é a minha orientação, mas por uma razão bem distinta da dele, uma vez que utilizo a epistemologia não-dualista – está certo ao afirmar, de forma contundente, que a “razão proclamada pelos nossos avós esclarecidos foi cega (...) [aos] substratos religiosos que hoje surgem com uma força e vigor inusitados” (TRÍAS, 1997: 115).

Concordo com Gianni Vattimo quando ele atribui esse regresso à “ameaça de certos riscos gerais que nos deparam como inéditos e sem precedentes na história da humanidade” (VATTIMO, 1997: 96-97). Ou seja, digo eu, ao

risco do desaparecimento da confiança, que é a base do diálogo (isto é, como bem colocou Marcio Tavares d’Amaral, a base da experiência de comunicação, que é da ordem do amor, da liberdade, do inesperado, e não da experiência de informação, que é da ordem do convencimento, da sedução, da manipulação do outro). E sem diálogo não é possível haver transparência.

Portanto a dádiva é, para mim, o ponto de encontro entre a política e a espiritualidade, na medida em que as tradições espirituais falam – cada uma a sua maneira e de forma direta ou indireta – que este mundo em que vivemos é o resultado de um encantamento, de uma magia, de um ato de amor, de um milagre, em suma, da dádiva. Que para os Teístas, por exemplo, provém da criação divina; para os taoístas, do princípio criativo da mutação; e para os budistas, da impermanência.

Ter a dádiva como a referência para a ação no mundo e, portanto, agir politicamente com base nela e não no interesse no poder autorreferenciado, é uma tarefa titânica, já que “assumir a modernidade (ou a pós-modernidade) significa, antes de tudo, confessar a inexistência ou a inconsistência da dádiva. ‘Somente acreditarás na dura realidade, mas lutarás para não sucumbir às miragens e às tentações da dádiva’” (GODBOUT, 1999:12).

É desse bravo esforço que precisamos para superar os fundamentalismos de todas as ordens, inclusive os econômicos, sociais, políticos, psíquicos e mentais. Pois como funciona o consumo, senão pelo deslocamento de alguns atributos da dádiva (excedente, aparecimento, inesperado, desperdício, criação) para os produtos e serviços?

Trata-se de operação complexa, difícil e muito exigente. Mas o resultado é aquele em que lucro é sustentabilidade. Pois, se precisamos aproximar a política da espiritualidade, se mais não for dado ao crescimento dos tenebrosos e crescentes fundamentalismos religiosos e para-religiosos (como os do consumo, do

8 A célebre coleção Tesouro da Juventude, referência clássica nos anos 50 e 60, editada no Brasil pela William Jackson, que tinha filiais no Rio, São Paulo, Porto Alegre e Recife, uma enciclopédia de sequências mentais em geral insustentáveis, anunciava-se como “reunião de conhecimentos essenciais, oferecidos de forma adequada ao proveito e entretenimento das crianças e dos adolescentes”. O verbete ao qual me refiro aqui é sobre o consumo de carne, que apresenta como visto uma sequência facilmente transponível para o nível social.

9 Refiro-me ao conceito como usado por Deleuze e Guattari.

produtivismo e da tecnologia como deuses *ex machina*), estou propondo tornar compatível o que até aqui tem sido contraditório.

Por isso todo o meu trabalho é a compatibilização dos contraditórios. Agora comento dois deles, aos quais voltarei ao longo deste artigo:

1. Para que seja possível colocar a dádiva em andamento no mundo; para que exista a possibilidade da política enquanto pública e enquanto social; a possibilidade da espiritualidade enquanto encarnada, da cidadania espiritual, como é tão caro para André Porto, precisamos entender que “em toda dádiva se encontram duas ideias contraditórias:

a) a ideia de aceitação da perda, de sua sublimação, do desapego voluntário em relação aos objetos, da renúncia;

b) a ideia, ao contrário, do excedente, do aparecimento, do inesperado, do desperdício, da criação” (GODBOUT, 1999: 254).

Ou seja, trata-se de dominar o processo de formação da vontade, como recomenda Mattelart, e a profundidade das tradições espirituais (na medida exata em que elas estão livres de suas instituições autorreferenciadas pelo interesse e poder), de maneira a não ser possuído pela vontade de *ter*, uma vez que “essas duas idéias, conjuntamente, são inaceitáveis para o pensamento moderno. A perda só pode ser uma maneira de se deixar enganar num negócio, ou então em uma maneira de se deixar explorar. A criação é também impossível. Porque somente a produção existe, e toda produção é reprodução do mesmo, num processo onde nada jamais aparece, salvo a mais valia e o lucro” (*id.*).

Godbout, em seu livro extraordinário escrito com a colaboração de Allain Caillé, lembra que “nas ciências humanas, somente a psicanálise é sensível ao fato de que é preciso perder a mãe e renunciar a ela para se tornar adulto, experiência essencial a todo ser humano. Mas a psicanálise tem também a tendência a conce-

ber a relação de dívida como algo unicamente negativo, algo de que devemos nos livrar, visão característica do modelo mercantil. Não raro, a dádiva é a dádiva-veneno em psicanálise” (*id.*).

Não poderemos, portanto, ter política e espiritualidade que sejam públicas e sociais se não aceitarmos a renúncia aos objetos e aos seres, pois o exercício da renúncia “é conhecer a criação e a renovação que essa experiência oferece; é, finalmente, o aprendizado da morte. E da dádiva” (*id.*).

Ora, se a maneira como vivemos — que é cientificamente insustentável, tanto social quanto ambientalmente — foi instalada pela operação mental realizada na Grécia, segundo a qual filosofia é a ruptura do *continuum* do processo natural (por isto a Cultura seria radicalmente distinta da Natureza, que retorna com a crise como Meio Ambiente¹⁰), é legítimo afirmar que a revisão profunda do pensamento e da ação social passa justamente pelo segundo problema da filosofia.

Se o primeiro é a linguagem, que então se suponha ser exclusividade humana, o que a ciência emergente vem mostrando não ser verdade absoluta, o segundo é a morte. Claro, pois essa é a permanência da *Natureza* na *Cultura*. Trata-se, dessa forma, da morte de uma maneira de pensar e de agir. E isso se faz com muita determinação, disciplina e capacidade de suportar o fogo da transformação. É preciso perder a ideia-mãe da impossibilidade de compatibilizar os contraditórios tanto da dádiva (perder é ganhar) quanto da separação entre vida pessoal e social¹¹ e renunciar a essa ideia-mãe para se tornar adulto.

É essa transformação que permite o envolvimento cósmico e político, decisivo para que sejam possíveis instituições sociais “ordenadas de tal forma que a *autodoação* [o outro nome para da *espiritualidade*, do “*espírito público*” na política, das *políticas públicas sociais* e da *responsabilidade socioambiental*, digo eu] seja recíproca e irrestrita” (EAGLETON, 2005: 285), de maneira que seja

10 Estou escrevendo no momento artigo sobre esta rotação de conceitos, pois Meio Ambiente é ainda resistência da Cultura em ver-se como um capítulo do que se chama Natureza.

11 É no sentido da constituição de uma economia psicopolítica da comunicação que venho trabalhando.

menos necessário o sacrifício, “no sentido abominável de alguns terem de renunciar à própria felicidade para o bem dos outros’ (*id.*).

Deixe-me, por gentileza, considerar meu próprio caso para ilustrar o que tenho em mente.

Um percurso psicossocial

“A melhor cura para o amor é ainda aquele remédio eterno: amor retribuído”.

Friedrich Nietzsche.

Aurora, Livro IV, 415.

Nasci em Niterói em 1949, primogênito de uma família que tem três filhos homens. Sou casado com Estelita, tenho uma filha, Úrsula Mey, e um enteado, Gabriel. Fui criado em um ambiente por um lado intensamente espiritualizado e, ao mesmo, tempo marcado pelo tenso dualismo entre *espiritualidade* e *matéria*, vale dizer entre *espiritualidade* e *poder*. Apenas muitos anos depois pude perceber (e bem mais tarde incorporar, quando adotei a epistemologia não-dualista) que esse dualismo era originário, em grande parte, do paradigma judaico-cristão, consequência da *máquina-de-fazer-dois* que é o Ocidente, como bem diz Marcio Tavares d’Amaral.

Cresci em subúrbios de Niterói (Fonseca) e do Rio de Janeiro (Sampaio), sempre estudando a área de humanas e com vocação artística. Hoje vivo na Tijuca, filho de uma família de bons princípios. Minha carinhosa mãe, Hormezinda Vieira Ouriques, dedicou-se a cuidar com esmero de nós e já fez sua passagem. Meu pai, Fernando Nunes Ouriques, firme e *carioca da gema*¹², fez por nós tudo o que lhe foi possível. Aposentou-se como detetive-inspetor da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, após uma longa carreira, basicamente como corretor, motorista e policial. Formou-se em advocacia aos 59 anos. Hoje está com 86 e continua a trabalhar em uma cidade a cerca de 100 km do Rio, para onde viaja, dirigindo ele mesmo. Meus irmãos: Everton, dedicou-se à publicidade e centrou-se em escalada; e

Egberto, que dedicou-se ao comércio. Ambos deram-me sete sobrinhos. Ambos amam a natureza, como eu.

Minha avó materna, minha querida vó Fanica, a *Dona Fanica*, Estephania Fortes Vieira, professora de piano, cedo dedicou-se, por inteira e de forma abnegada, ao trabalho kardecista. Foi por toda a vida a presidente espiritual do Centro Espírita Guia Arthur, que criou na década dos 50, e que chegou a ter uma escola de ensino fundamental. Do ponto de vista mediúnico, ela era o que se chama uma médium completa, dotada de todos os fenômenos paranormais, com o quais convivi cotidiana e intimamente. Durante muitos e muitos anos ela inclusive psicografava receitas homeopáticas de maneira gratuita, até que o Conselho Regional de Medicina impediu-a policialmente de continuar essa prática, legitimada socialmente pelo imenso número de pessoas que atendia durante anos e anos.

Para que se tenha uma rápida e melhor dimensão de quem foi D. Fanica, registro que ela ajudou o Professor Hermógenes a criar o Núcleo Espírita do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Muitas vezes, com quatro, cinco anos, etc., eu a vi presidindo espiritualmente os trabalhos do Núcleo, cercada de militares fardados. Por sua vez, minha mãe ora seguia o Kardecismo, ora seguia a Umbanda, e meu pai percorreu os centros de mesa, inclusive o de minha vó, depois a Umbanda e acabou encontrando-se no Candomblé, onde foi feito no Santo.

De minha parte, sempre perguntei a minha vó o que é esperado em quem nasce nesses ambientes e tem a ascendência que tive no acesso a ela, qual seria a minha missão no mundo. Ela disse-me que sim, que eu tinha uma missão, mas que não era herdar o lugar dela no Centro e que um dia eu iria descobrir qual era. E isso, anotem bem, dito ao neto que ela nominava, na frente de todos, como sendo seu predileto. Descobri, talvez tarde demais, que essa atitude dela era contra todas as recomendações básicas de terapia familiar.

O fato foi que me concentrei em estudar, o que foi incentivado por alguns acontecimentos duros, e o referido dualismo acabou, como é comum. Ainda mais nos anos de chumbo, quando dirigia meu ódio contra o que entendia ser a classe dominante, o que me fez ingressar no Instituto de filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, a princípio para ser sociólogo, mas — e aí é uma longa história que não cabe aqui — meu interesse acabou levando-me da sociologia à antropologia e desta diretamente à questão do poder, concentrando-me em ciência política.

O importante aqui é que sempre fui o que há algum tempo chama-se de nômade, de híbrido. Toda a minha formação e atuação é transdisciplinar, sempre à busca da origem do sofrimento psicossocial e, hoje, de potencializar o estatuto teórico e a metodologia operacional que constituí (inicialmente em 1992 e depois em 2005) para superá-lo, em uma leitura pessoal de um complexo de conhecimentos de muitas e muitas áreas e épocas.

Minha maneira de ser e pensar tem muito do que disse o maravilhoso poeta Affonso Romano Sant’anna (SANT’ANNA, 1998:162):

“E diante da Catedral
confundo o espaço e os solos,
não canto Bach nem Beethoven
mais pareço um nordestino
durante um forró de Cristo,
cantando um baião de Handel
com a fé na sola do pé.
Calvinista propical,
misturo Lutero e frevos
e sou um índio tamoio
vestido de John Wesley.
Por pouco a nau da igreja
não é nau catarineta
e a euforia dos crentes
vira folia de reis.”

De fato nunca me conformei com as ideias que circulam em muitas famílias e grupos e que são propagadas como conceitos-replicadores, os chamados *memes*, que contaminam as cons-

ciências com afirmativas da inevitabilidade de que a vida seria cruel, de que ser bom seria ser bobo, de que não adiantaria trabalhar por um mundo diferente porque isso seria “utópico” — uma “ingenuidade” como dizem os cínicos —, uma vez que a vida sempre teria sido assim. De que o homem sempre teria sido violento... que a sociedade seria eternamente o lugar da disputa, da luta política, uma vez que as pessoas seriam incapazes de ir além de suas tendências de apego, ódio, ignorância, vaidade, indiferença, etc.

É disso que está impregnada a educação, o senso comum em geral, o pensamento científico preponderante e a mídia, ainda mais nesta fase de *mídia-mundo* (de acordo com Mattelart, de *bios mediático*, quando a mídia é colocada no lugar da Vida - SODRÉ, 2002). É por isso que tive a oportunidade de criar e manter, na UFRJ, os cursos de Construção de estados mentais não-violentos na mídia (2005), Construção de utopias (2006) e Jornalismo de políticas públicas sociais, este desde 2007/1, em convênio com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI.

Sempre percebi em mim um afeto muito intenso a mover-me e a ligar-me com pessoas em distintas posições sociais. Mais tarde, em 1992, essa foi a conclusão de minha dissertação. Descobri que o afeto é que sustenta os valores comunais, aos quais me referi anteriormente, e sem os quais não haveria a sociabilidade. No entanto, a cada proposta de criação de um futuro diferente, sempre ouvi, muitas vezes e cada vez menos nas vozes dos *memes* dentro de mim; e quase sempre e também cada vez menos, ao meu redor, a mesma argumentação de que o homem sempre foi mau e violento, de que a política, sempre “podre”, expressa as relações de poder e que os valores professados pelos ideais humanistas e pela espiritualidade não teriam lugar neste mundo, até tendo em vista os horrores perpetrados por religiões em nome de seus deuses.

Como permanentemente senti em mim a potência do primado da autonomia e da criatividade, e o mesmo no brilho nos olhos e o calor do abraço

de muitas pessoas, de certa forma nunca aceitei esse conformismo — apesar de conhecer de perto a vitimização, essa desculpa de quem quer que o mundo mude para que depois mudemos nós.

Desde os anos 60, em especial através do estudo da história, das artes, da filosofia e da linguística¹³, começou a ficar claro para mim que existiam padrões sistêmicos de pensamento e que eram eles os responsáveis por determinar as relações sociais e econômicas.

Política e religião se discutem, sim!

Dentre esses padrões é gritante, por suas consequências para a compatibilização da política com a espiritualidade e do pessoal com o social, aquele nascido no pensamento clássico, compartimentalizado e exponenciado pela restrição às microrrealidades imposta pela pós-modernidade. Quase ao final de sua obra *A Religação dos Saberes*, Edgard Morin lembra que “o que é impressionante é que o mundo hiperespecializado [o do pensamento clássico compartimentalizado] impunha a noção segundo a qual se deve evitar ter ideias gerais, porque elas são ocas, ao passo que ele alimentava ideias ocas sobre o mundo, a vida, a humanidade, a sociedade, e alimentava a mais oca das ideias gerais: que não se deve ter ideias gerais” (MORIN, 2002:566).

Não é à toa que a política e as religiões, em grande parte, estão ambas movidas pelo fundamentalismo do interesse e do poder autorreferenciados. Por isso entendo que política e religião se discutem, sim! Senão as discutirmos, de que falaremos, afinal? Se somos cultura, somos o que pensamos e, portanto, não há nada mais concreto que o que pensamos e sentimos.

Para aqueles que batem na mesa e dizem que a mesa é que seria concreta e que a mente é abstrata, subjetiva (e observem que a pós-modernidade caiu nessa armadilha dualista e procurou defender a subjetividade, enquanto a “pseudo-objetividade” da economia foi totalizando a humanidade no reconhecimento pelo capital,

vale dizer pelo outro...), eu costumo perguntar a razão pela qual aquela mesa está ali. De imediato fica claro que ela está ali porque alguém decidiu colocá-la, alguém decidiu comprá-la, alguém decidiu vendê-la, alguém decidiu produzi-la, alguém decidiu criá-la. Ou seja, ela é uma projeção mental. Apenas uma decisão mental. Esta sim, a rigor, *objetiva*, o lugar do poder, da política.

Humberto Maturana nos lembra que “as palavras são nodos de redes de coordenação de ações, não representantes abstratos de uma realidade independente de nosso *quefazer*”. Como ele diz, “as palavras que usamos não revelam apenas nosso pensar, mas projetam o curso do nosso *quefazer*”. Somos moradores da linguagem, esse é o nosso *habitat*. É assim que, ao expulsarmos a natureza da cultura, uma operação mental, de linguagem, afirmando que a natureza é ela, a outra, exterioridade absoluta, e que existiria apenas para nos servir, nós concretamente a expulsamos, como prova a insustentabilidade socioambiental decorrente dessa, repito, *operação mental*.

É, portanto, no mínimo pela percepção grega — de que somos como somos porque decidimos ser o que somos quando rompemos lá atrás com a Natureza — que sustento que não faz sentido, a não ser na dimensão patológica¹⁴, atribuir ao Sistema, ao Capitalismo, à Companhia, à Igreja, ao Conselho Tribal, ao Condomínio, ao Partido, enfim, ao Outro, seja ele qual for, a responsabilidade pelos nossos atos e a qualidade de nossas vidas. Dentro delas, a qualidade de nosso fazer político e espiritual. Muito menos, como se faz, devemos responsabilizar a natureza pelo nosso comportamento apegado, ganancioso, interesseiro, brutal, vulgar e indiferente, uma vez que a cultura e a filosofia foram criadas, como a ruptura do *continuum* do processo natural.

Portanto, desprezar a natureza como fizemos e responsabilizá-la pelos piores aspectos de nossa economia psíquica, atribuindo-os a uma suposta “*natureza humana*” realmente é patético. Seria até engraçado, se não fosse imensamente

13 Sou eternamente grato aos professores e funcionários do Centro Educacional de Niterói, o colégio experimental fantástico onde estudei dos 12 aos 18, sob a direção da Profa. Myrthes de Lucca Wenzel O CEN, da Fundação de Ensino Secundário, foi um colégio experimental. Dada a qualidade extraordinária da experiência, a Profa. Wenzel tornou-se a primeira titular da pasta de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, quando da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975. Estudei lá entre os anos 62 e 68.

14 Tenho um amigo e eminente colega acadêmico que recusa a patologização do social, por entender que essa visão abre espaço para que apareça um “médico” que venha curar o mal, ou seja, para que apareça um caudilho, um ditador de plantão, um “salvador da pátria”. O problema desse pensamento, que ele e tantos outros têm, é que, de fato, precisamos de um médico! Mas não de um médico externo, e sim de autocurarmo-nos psicossocialmente através do domínio do processo de formação da vontade, como recomenda André Mattelart.

trágico. Um exemplo: ao contrário do que se diz, o capitalismo não penetrou nas esferas mais íntimas da subjetividade. Ele sempre morou e mora nessas esferas, lado a lado com a solidariedade, a responsabilidade individual, o amor, o discernimento, a criatividade, o dom, a abundância, a honra, a dádiva, com a gratidão.

A questão é que, voltados para fora de nós mesmos e afirmando paradoxalmente a não-existência desse fora, pois seria o lugar da transcendência, queremos resolver os problemas sem reconhecer a efetiva força objetiva dos estados mentais, uma vez que qualquer aproximação da economia psíquica do sujeito é entendida como psicologização do social. Já Freud, por exemplo, advertia que “a oposição entre psicologia individual e a psicologia social (...) perde muito de sua acuidade se a examinarmos a fundo” (FREUD, 1981: 123).

Ora, mesmo que o homem tivesse sido sempre violento (o que não é verdade, como mostra de forma magnífica Riane Eisler¹⁵, afirmando que a civilização cretense foi matricial, não-violenta, organizada pelo prazer e não pela dor e pela culpa) por que nos arvoramos a ser a espécie mais inteligente do universo, se não somos capazes de dominar a nossa violência bárbara e construir outro tipo de realidade? Apenas por conta da nossa crença, da nossa fé-ciência, nossa ciência-fé fundamentalista, de que seríamos incapazes de fazê-lo. E de que esse comportamento violento não é de nossa estrita e única responsabilidade, como falei há pouco, mas de um *outro*, que em verdade projetamos e transferimos justamente para a Natureza. Vejam bem que contradição, sim, essa mesma que abandonamos como sendo apenas para ser usada e, por isso, destruímos. É evidente. Se é ela a causa, diz o *meme*, do nosso horror, como então amá-la, como respeitá-la, como fazer com que nossa vida não seja a morte dela? Se é ela que nos tira a dádiva da vida, como amá-la, se somos incapazes de aceitar o contraditório da dádiva, a perda, a sua sublimação, o desapego voluntário em relação aos objetos, a renúncia?

A questão dos estados mentais na política e na espiritualidade

Por isso é muito mais frequente e comum do que gostaríamos, como disse em outro artigo¹⁶, o fato de que indivíduos, grupos, redes, movimentos e organizações apresentem atitudes antidemocráticas, insustentáveis e não-dialógicas na maneira como conversam internamente, como articulam suas ações intersetoriais e na forma como mobilizam os segmentos sociais com os quais trabalham em favor da transformação social. Seja transformação social através do diálogo inter-religioso ou da cidadania, da liberdade ou da democracia, do respeito à diferença, das políticas públicas sociais, das intervenções em comunidades, da responsabilidade socioambiental, etc.

Quando verificamos, ao longo da história, e do presente, a extensão dos prejuízos causados por essas atitudes mentais para os movimentos de transformação social, posso afirmar que se trata de uma alarmante pandemia no *território mental*, esse conceito político que recentemente tive a oportunidade de cunhar. Pandemia que só pode ser superada pela religação dos saberes sobre a sociedade com aqueles sobre a economia psíquica dos indivíduos. Com a religação desses e dos outros saberes *contraditórios* que mencionei, não em uma harmonia celestial, transcendental e colocada num *fora absoluto* ao qual só nos restaria adequarmo-nos, mas a religação aqui e agora, na observação disciplinada dos estados mentais, do vigoroso processo de formação da vontade, de maneira que a atitude seja a condensação do que se fala.

A desconexão entre essas dimensões é que faz tão frequente, na ação pela transformação social, o oposto dela: a traição, a manipulação, a opressão, o fundamentalismo, o cinismo, a soberba desmedida e deslavada, a violência, o autoritarismo, o roubo de projetos, a concentração de poder, a manipulação de assembleias e reuniões, a vitimização, o esvaziamento da fala do outro, o nepotismo, o fluxo hierarquizado e cristalizado de informações, a não-escuta, a

15 Ver, por exemplo, O Cálice e a Espada, publicado pela Editora Palas Athena.

16 OURIQUES, 2009.

mentira deslavada, a distorção do que é dito, a supressão de informações decisivas, a competição antiética por patrocínios, a perseguição e o menosprezo dos “diferentes” em geral, etc. Enfim, a propagação do referido *regime de servidão*, no qual um sujeito transfere sua potência para o outro, o que ocorre de maneira igualmente intensa, pode constatar, na maioria das estruturas religiosas e inter-religiosas.

Ser aquilo que se quer ver no mundo

Trata-se, portanto, de colocar em movimento a proposta revolucionária de Gandhi, talvez uma *revolução* (pois revolução da vontade, da *volição*), como defende Deodato Rivera: ser aquilo que se quer ver no mundo. Nos termos do que aqui estou colocando, fazer vigorar nas atitudes o que se diz querer fazer vigorar na política e na espiritualidade. E isso é o supremo ato de coragem. O ato de descondicionar-se.

Verifiquei e, entretanto, a verificá-lo agora, em que escrevo a versão final deste artigo, a complexidade dessa transformação, sobretudo ao olhar para mim mesmo. Não por mérito, mas por ser questionado especialmente pelas mulheres com quem vivi intimamente e com as que hoje vivo, a minha esposa Estelita e a nossa filha Úrsula Mey. Ao conviver e lidar com muitos grupos e humanos e equipes radicalmente diferentes entre si, dos políticos aos artistas, dos acadêmicos ao povo de rua, dos espiritualistas ao executivos, sou grato pela oportunidade de poder mover-me cada vez mais na sociedade, tanto horizontal quanto verticalmente.

Foi nessa busca por fazer vigorar a consciência da generosidade, da comunicação efetiva (e não do convencimento, que é sempre violento) e, assim, do diálogo multicultural e inter-religioso, das políticas sociais e da responsabilidade socioambiental, que acabei tornando-me cientista político, jornalista, *designer*, gestor cultural, curador de fotografia e de artes plásticas, conservador de obras de arte, pesquisador, conferencista, escritor, consultor organizacional, artista multimídia, terapeuta de base analítica, etc.

Isso foi difícil durante muito tempo, pois as pessoas comuns tendem a fechar-se em clubes e a rejeitar todos aqueles que não têm o mesmo tempo de filiação. Hoje eu já estou acostumado e uso essa experiência como oportunidade de exercício de minha compaixão por mim mesmo, sempre que me ronda, cada vez menos, o *meme* da rejeição.

Costumo ouvir, por exemplo, que a transdisciplinaridade, que abracei em termos acadêmicos em 84, ainda não existe. Ora, claro que ela não existe para quem diz isso, pois passa a existir na medida em que cada pessoa mergulhada em uma disciplina específica é capaz de fazer o esforço supremo de desintoxicar-se daquele mundo, derrubar os muros cartesianos que a cercam, e abrir-se a novas possibilidades, o que demanda coragem, risco e entrega.

Trata-se de erguer o olhar condicionado pela página cartesiana do livro e da mídia para ver o elefante que está na sala, pois toda a história de recusa às metanarrativas se deu em virtude de que sabemos que “o microcosmo não é o espelho de macrocosmo” (MORIN, 2002: 567). Porque, sim, o ser humano tem sua autonomia e suas liberdades próprias, incapazes de serem reduzidas de maneira arbitrária, “pois somos filhos do cosmo, trazemos em nós o mundo biológico, mas *com* e *em* nossa singularidade própria” (MORIN, 2002: 567).

Como disse Terry Eagleton: “Com o deslanchar de uma nova narrativa global do capitalismo, junto com a guerra ao terror, pode muito bem ser que o estilo de pensamento conhecido como pós-modernismo esteja agora [2003] se aproximando de um fim. Foi, afinal, a teoria que nos assegurava que as grandes narrativas eram coisa do passado. Talvez sejamos capazes de vê-lo, em retrospectiva, como uma das pequenas narrativas que ele próprio tanto apreciava. Isso, no entanto, propõe à teoria cultural um novo desafio. Se for para se engajar numa ambiciosa história global, tem que ter recursos próprios adequados, tão profundos e abrangentes quanto a situação que defronta. Não se pode dar o luxo

de continuar recontando as mesmas narrativas de classe, raça e gênero, por mais indispensáveis que sejam esses temas. Precisa testar sua força, romper com uma ortodoxia bastante opressiva e explorar novos tópicos, inclusive aqueles perante os quais tem mostrado até agora [...] uma timidez excessiva” (EAGLETON, 2005: 297).

É ainda Eagleton quem mostra, de forma cristalina, em seu livro publicado originalmente no Reino Unido em 2003, *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*:

“Tem sido acanhada [a teoria cultural] com respeito à moralidade e à metafísica, embaraçada quando se trata de amor, biologia, religião e a revolução, grandemente silenciosa sobre o mal, reticente a respeito da morte e do sofrimento, dogmática sobre essenciais, universais e fundamentos, e superficial a respeito da verdade, objetividade e ação desinteressada. Por qualquer estimativa, essa é uma parcela da existência humana demasiado grande para ser frustrada. Além disso, este é um momento bastante embaraçoso da história para que nos achemos com pouco ou nada a dizer sobre questões tão fundamentais” (EAGLETON, 2005: 144).

É clara a imensa contribuição da teoria cultural ao trazer para o centro do debate as questões de gênero, poder, sexualidade e etnicidade, até então consideradas marginais. Voltarei à grandeza da contribuição da pós-modernidade em outro lugar. Aqui o importante é que a construção de cidadania, que é sempre psicopolítico-espiritual, implica necessariamente em valores consensuados, comunais. Valores que refundamentem a vinculação social e que, ao mesmo tempo, trabalhem esse ponto cego da pós-modernidade; valores que levem em conta a urgência do trabalho colaborativo, claramente apontada pela cultura digital. É disso que fala *a metáfora da religião: da comunhão, da confiança*¹⁷ (OURIQUES, 2006), do encontro, do amor, do espírito da intimidade¹⁸, enfim, da paz. Não a Pax Romana, apenas nominal, pois autoritária e exclusiva justamente de um império — como a pseudopaz da tecnologia, do consumo e da se-

gurança —, mas a paz que conhecemos no útero de nossas mães, no abraço de nossos pais.

O viver humano acontece, como mostra Maturana (2004), sem risco de biologização do social, em redes consensuais — coerências comportamentais — de conversações, entendidas como o entrelaçamento da linguagem e do emocionar. É na vinculação, no exercício do amor (base do biológico e do social) que os sistemas vivos podem interagir recorrentemente e suas ontogenias, se tornarem coontogenias ou derivas estruturais coontogênicas, ainda de acordo com Maturana.

Como disse uma vez Hannah Arendt, “a questão se a política ainda tem de algum modo um sentido remete-nos necessariamente de volta à questão do sentido da política; e isso ocorre exatamente quando ela termina em uma crença nos milagres — e em que outro lugar poderia terminar?”.

Crença dos milagres que, quando vinha do totalitarismo das religiões, em especial as do paradigma judaico-cristão, provocou a fuga do ser humano. Uma vez que ainda não foi capaz de realizar em si o supremo milagre de ser divino, de ser sagrado para dominar em si os venenos mentais, para dominar o processo de formação da vontade do qual fala o grande teórico da comunicação André Mattelart, o homem reencontra sua crença no milagre tecnológico, no milagre do capital, no milagre do poder, no milagre do *shopping center*, no milagre insustentável da redução da complexidade e da diversidade à unidimensionalidade do consumo.

Concordo com Castoriadis quando ele diz que o conflito não está entre os indivíduos e as sociedades, mas no fato de que a teoria opõe a sociedade à psique, reduzindo ambas as categorias a instâncias estanques. Tenho falado, escrito e experienciado isso. Essa oposição reforça a necessidade da constituição de uma economia psicopolítica da comunicação, entendida a comunicação como a própria condição humana, na medida em que somos

17 Ver meu artigo sobre Comunicação, Espiritualidade e Negócios, que mostra que o que se está procurando nos negócios, quando se fala em espiritualidade, é justamente o restabelecimento da confiança como a base sistêmica da responsabilidade socioambiental, enfim, do próprio ambiente de trabalho. Desprestigiada na Academia como insistência na metafísica (e, portanto, como retorno ao regime de servidão), a espiritualidade voltou de forma intensa à cena científica na área da Administração e da Comunicação Empresarial através do Mercado. Desde os anos 90 as empresas demandam, de maneira crescente, consultorias especializadas na denominada Espiritualidade nos Negócios, chave na área crítica da Gestão. Do que se está falando, afinal, quando se diz, se escreve e se aplicam metodologias sob essa denominação? Qual será a estratégia científica possível para tratar de questão tão delicada, em um momento marcado pela dispersão dos significados, pelas teorias políticas da contingência, pela dissolução do sujeito e por conceitos conexos?

18 Ver o livro de Sobonfu Somé, *O Espírito da Intimidade*.

cultura. Neste sentido, as tradições espirituais são uma questão de comunicação. Comunicação com a origem comum e com o que sustenta a impermanente totalidade aberta que é a vida e, dentro dela, o ser humano.

Ainda de acordo com Castoriadis, cometendo aqui um reducionismo extremo de sua imensa e complexa obra, a realidade psíquica do indivíduo é o imaginário radical que ele faz dele mesmo e que ocorre na unidade original com sua mãe, cujo primeiro nível é exatamente caracterizado por esta protorrepresentação que ele faz de si, representação primeira que responde ao princípio do prazer e assim caracterizará, desde então e para toda a vida, a psiquê durante de todo indivíduo. E, o que é mais importante, constituindo-se na matriz e modelo daquilo que será para sempre, para o indivíduo, o sentido (CASTORIADIS, 1975: 426).

Ou seja, o que Castoriadis chama de *mônada psíquica* (claro, desdobrando-o da criação do conceito *mônada* — que vem do grego *monas*, unidade — por Leibniz), é o primeiro nó da psiquê sobre ela mesma; a primeira vez em que ela se fecha em imaginário radical e o indivíduo passa a constituir-se como tal nesse ato realizado por ele, diferenciado de sua mãe. Na alucinação do seio materno, o lactante o percebe como se fora seu próprio corpo e, assim, funda-se nesse estado de comunhão integral, no qual o afeto é imediatamente representação de si e intenção de permanência atemporal nesse estado, até que a separação do seio, a ausência dele, introduz o indivíduo na experiência da separação, dinâmica dual em que ele se constituirá autônomo¹⁹ (desde que flexione-se da dualidade à não-dualidade e assim continuamente).

Uma vez que somos cultura, somos linguagem. Portanto, somos construções mentais, podemos construir uma *mente sustentável*²⁰ (conceito que cunhei em 2005 e é próximo ao que o budismo tibetano chama de *mente clara*), a única que permite que os valores comuns — aquele estado mental que determinadas tradições espirituais chamam de *comunhão*, a teoria das redes procura

entender, a sociologia reconhece como a base da sociabilidade e os Direitos Humanos nomeiam como sendo o de iguais na diferença — sejam, repito, a referência para a ação humana.

O Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro

Como fui convidado para integrar o MIR? Faço questão de registrar que a minha experiência no MIR foi decisiva para o meu processo e por isso sou eternamente grato. Continuamos hoje a interagir em diversas oportunidades nas quais sou convidado. Em minha tese de doutorado, sustentei um novo modelo de comunicação e cultura com base nos valores comuns das tradições espirituais e na ciência contemporânea pós-quântica. Na minha defesa o MIR em peso estava lá, ao lado de acadêmicos, amigos e ativistas, inclusive do campo das relações internacionais. Eram mais de quarenta pessoas. O Prof. Paulo Vaz, presidente da banca e, à época, diretor do Programa de Pós-graduação da ECO-UFRJ, encerrou os trabalhos com frase curta e a qual não esqueço: “A Vida esteve aqui”.

Vale lembrar que, após cerca de dez anos trabalhando no mercado, eu entrei em 1979 para a UFRJ como professor, onde estou desde então, sempre na ECO e no mesmo departamento, o de Expressão e Linguagens. Em 1980 fui, a convite do Prof. Dr. Marcio Tavares d’Amaral, assessorá-lo na antiga Secretaria de Assuntos Culturais do MEC, embrião do Ministério da Cultura, onde permaneci até 2001.

Portanto, sempre tive uma inserção na universidade e uma inserção no mercado. No MinC, através da SEAC, da FUNARTE e do Museu Nacional de Belas Artes, atuei como coordenador de projetos nacionais dedicados ao mapeamento da identidade estética brasileira, das origens da cultura brasileira e da formação de acervos documentais de arte e de sua dinamização cultural; e também como curador de exposições de fotografias e artes plásticas (tive a oportunidade, por exemplo, de ser um dos curadores da exposição e o *designer* da montagem que apresentou, em

19 É neste sentido que coordeno o Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Comunicação e Consciência -NETCCON, que criei na Escola de Comunicação da UFRJ em 1984. Sou pesquisador associado do Programa Avançado de Cultura Contemporânea-PACC do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ e dirijo a área de Comunicação e Cultura do Núcleo de Estudos do Futuro da PUC-SP. A minha especialidade é ajudar indivíduos, redes, movimentos e organizações dos três setores a escaparem da captura pelos sistemas do interesse e do poder autorreferenciados e passarem a basear suas ações no sistema da generosidade, o outro nome, para mim, dos direitos humanos, dos direitos ambientais, das políticas públicas sociais, da cidadania espiritual, da responsabilidade socioambiental.

20 Trato, portanto, de como gerar solidariedades de transformação em meio às instabilidades crescentes, o que é possível de ser feito através da ascendência sobre o processo de formação da vontade, vale dizer sobre o fluxo de pensamentos, perceptos e afetos. No sentido da construção de uma *Mente Sustentável*, conceito que cunhei em 2005 dentro da metodologia *Gestão da Mente Sustentável*: o Quarto Bottom Line, que criei para isto, no quadro da economia psicopolítica da Comunicação, a cuja constituição me dedico.

1982, Sebastião Salgado ao Brasil); como editor de livros, catálogos, cartazes, etc., atividades que se concentraram na coordenação, como o Projeto Visualidade Brasileira, o Programa Integrado Clarival do Prado Valladares e o Projeto Belas Artes Memória.

Comecei a atuar no MIR em 2001, a convite de André Porto. Eu era então diretor de estratégia cultural da Federação de *Yoga* do Estado do Rio de Janeiro e havia proposto à Federação que realizássemos a primeira passeata da história do *Yoga* no Brasil — o que efetivamente aconteceu como parte de nossa estratégia para enfrentar a ignomínia do então Conselho Federal de Educação Física, que se aproveitou de uma lei mal redigida para querer controlar, e assim concentrar lucros financeiros, todas as atividades no Brasil entendidas por eles como físicas, incluindo, pasmem, o *Yoga*, a Capoeira, as Artes Marciais e até mesmo, imaginem, a Dança... um horror²¹.

Eu já tinha sido diretor, também de estratégia cultural, da Associação Brasileira de *Daksina Tantra Yoga*, da qual fui um dos membros-fundadores. Eu comecei a me envolver seriamente com o *Yoga* em 1997, após os contatos iniciais que tive vinte anos antes, em minha época de *hippie* — na medida em que um rapaz nascido e criado em subúrbio pode ser alternativo —, graças ao meu casamento com a *yogaterapeuta* e professora de *Yoga* Integral Estelita Oliveira de Amorim Ouriques. Criei, inclusive, uma cadeira no Curso de Professores de *Yoga* Integral, da Associação Nacional de *Yoga* Integral, dedicada ao Tema *Yoga*, Tradição e Ciência e publiquei um pequeno livro sobre essa questão na UFRJ, através do NETCCON.

Eu conheci o MIR nesse contexto, fui ao Viva Rio junto com o então presidente da Associação Brasileira dos Professores de *Yoga* conversar com o André Porto, que à época coordenava o MIR, para sabermos dele como poderíamos obter as autorizações legais para a passeata, que já era uma ação social que integrava os estados mentais represados nos conceitos de política

e espiritualidade. Estávamos com um movimento muito forte, tínhamos recém criado, em cerimônia na Assembleia Legislativa, o Sindicato dos Profissionais de *Yoga* do Estado do Rio de Janeiro, cuja Mesa Criadora tive a honra de presidir. Foi um movimento muito intenso, com as várias lideranças históricas nacionais do *Yoga* daquela época mobilizadas, entre elas os professores Hermógenes, Horivaldo Gomes, Marilda Veloso, Humberto Oliveira, De Rose e Miriam Both. Estávamos tentando fazer uma articulação entre as lideranças para criarmos o Sindicato e o conseguimos criar.

Naquele mesmo dia, André convidou-me para fazer parte do MIR. Lembro-me que fiquei bem alegre. Havia começado um período decisivo de minha vida, inclusive porque durante o tempo em que atuei diretamente nele pude enriquecer-me com profundas e para sempre transformadoras relações com o Xamanismo e as Tradições Nativas, tornando-me inclusive membro-fundador do Conselho Água Cinzenta. São experiências que me religaram ao ambiente em que fui criado.

O fato é que religião, objeto do MIR, fala para mim de um conjunto de princípios pré-culturais; fala da existência de uma totalidade sistêmica e aberta que demanda e oferece uma cocriação nossa; fala algo de que me parece que nós estamos precisamos estar completamente convencidos: somos irmãos e irmãs. Caso contrário, já disse anteriormente, como entender os bons sentimentos, como os que movem as políticas públicas, os direitos humanos? De onde vêm esses sentimentos que nada têm a ver com o interesse e o poder? Os antiutilitaristas franceses²², aos quais estou ligado, estão apontando isso na Sociologia com densidade teórica mais do que suficiente e eu estou aproximando esse estatuto do estatuto da Comunicação e da Cultura.

A metáfora da religião, e aí se deu meu *link* com o MIR, é muito importante para podermos lidar com esse quadro social dessocializado e crescentemente crítico. Nesta direção, tive o privilégio de organizar, a convite do Centro de

21 Só mesmo a categoria iminência do colapso psicótico, de Charles Melman, para explicar comportamentos como este, aliás amplamente disseminados na atual sociedade, em sua maioria drogada, não apenas pelas drogas ilícitas mas, sobretudo pelo estado de perversão em que as comunidades, em verdade clubes, vivem fechadas em si mesmas, guerreando com as outras, aditas a um objeto do real ou do imaginário que elas supõem dar conta do sentido da vida delas. Ou seja, esta atitude fundamentalista tão presente em religiões, uma vez que os sujeitos nada têm de espirituais, mas apenas exercem o interesse e o poder autoreferenciados em uma cartilha que querem impor a todos os outros, sob o disfarce de falarem em nome de um além cuja presença serve apenas para trazer mais malefícios à espécie humana.

22 A corrente sociológica que segue e amplia a proposta de Marcel Mauss, consolidada em especial em seu trabalho sobre o Dom, ou seja, sobre a dádiva.

Informações da ONU no Brasil e da UNESCO, juntamente com André Porto, um ciclo de conferências sobre o diálogo entre as civilizações em dezembro de 2001, no Itamaraty, em função do 11 de setembro. Passados outubro, novembro e dezembro daquele ano, nós realizamos o ciclo de conferências com a presença do Rubem César Fernandes, da professora Lia Diskin — a maior gandhiana que nós temos no Brasil —, de Mãe Beata de Iemanjá, de Luiz Alberto Gomes de Souza e tantas outras grandes lideranças com quem muito aprendi e, em alguns casos, levei anos para incorporar.

No ano seguinte, a ONU convidou-me para organizar um livro que seria uma experiência brasileira concreta capaz de contribuir para o diálogo das civilizações. Tive a oportunidade de convidar para esse livro, *Diálogo entre as Civilizações: a Experiência Brasileira*, que está inteiro de forma gratuita no site da ONU, Rubem César, para falar sobre a questão do fundamentalismo; Eliana Potiguara, sobre a espiritualidade indígena; Alex Polari de Alverga, sobre a experiência da *Ayahuasca* na Amazônia; temos no livro, ainda, o *Sheikh Jihad*, que era na época o vice-presidente da Assembleia Mundial da Juventude Islâmica; o Nilton Bonder; o *Sheikh Abdelbagi* que presidia a Sociedade Islâmica do Rio de Janeiro; a *Shalom Salam Paz*; temos este grande pensador católico e sociólogo que é Luiz Alberto Gomes de Souza; o Michel Misse; temos a professora Lia Diskin e o professor Hermógenes. Em um certo sentido, eu fui depositário da confiança do Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro para tratar desse assunto.

Para mim o MIR foi muito, muito importante, porque eu recebi ali a benção de um intenso desafio que marcou decisivamente o meu aprendizado a respeito do que envolve a construção de uma consciência transformadora capaz de sustentar o diálogo. Eu tive de fato uma atividade imensa no MIR: por exemplo, fui da Comissão Executiva desde sua criação; viajei ao México em nome do MIR para uma conferência da *United Religions Initiative*; tive papel muito intenso na direção, ao lado do André, da 1^a. Assembleia

Global da URI, da qual fui o consultor de articulação e conteúdo; participei ativamente também de seus eventos conexos, como a primeira Aldeia Sagrada do MIR. Coordenei a Cerimônia Inter-religiosa de Fogo, na Floresta da Tijuca, uma complexa operação com a presença de mais de duzentas lideranças, cerca de cem estrangeiras. Pessoas como o diretor executivo da URI, o diretor da Assembleia e sete pajés da Amazônia — a quem entreguei, claro, a condução espiritual da caminhada que fizemos durante mais de duas horas dentro da floresta²³.

O MIR é para mim é um lugar de gratíssima lembrança. Não vou citar nomes de ninguém pois eu seria injusto ao talvez esquecer de alguma pessoa, das muitas que me surgem na lembrança viva neste momento. Um lugar inesquecível, um lugar onde aconteceu muita coisa, inclusive onde eu tomei conhecimento de algo que já falava dentro de mim desde a juventude em meu amor pela Floresta da Tijuca e que eu não conhecia conscientemente, mas ao qual constantemente me referia. Também academicamente, como em minha tese, mas sob outros nomes, que eram os cultos à Terra Mãe, a tradição indígena e o Xamanismo.

A orientação do programa do NETCCON é estruturada sobre duas linhas principais: a referida epistemologia não-dualista, que nos permite dissolver, como disse anteriormente, a tragédia que nasce da experiência dicotômica sujeito-objeto, e a abordagem comparativa entre os saberes do ocidente e os saberes que chamo “saberes da diáspora”, ou seja, aqueles saberes ainda recalcados hoje, tanto no senso comum como na academia, como os hindus, os africanos, os indígenas e, bem mais recentemente, os eslavos.

O MIR está indelevelmente marcado e presente em mim, que continuo a trabalhar também com a questão do diálogo inter-religioso, a escrever sobre o tema. Sou, por exemplo, membro da Compares - Associação Internacional de Estudos Ibero-eslavos, com sede em Lisboa, justamente em seu grupo de estudos sobre diálogo multicultural e religioso.

23 Outros aspectos importantes desta cerimônia, sobretudo a participação decisiva de Gary Smith, podem ser encontrados em meu prefácio ao referido livro.

Sou muito grato ao amor e paciência com os quais me brindaram meus colegas, amigos e amigas do MIR, ajudando-me na lembrança do caráter imperioso de construirmos nossa capacidade de diálogo, da nossa capacidade de conversa com aquele sobre quem a gente pensa, pois para isso fomos treinados a pensar e sentir, como diferente. E sou também grato ao MIR por ele ter participado intensamente de meu aprendizado de que devemos seguir a nós mesmos, ou seja, acreditarmos em nós, acreditarmos no que sentimos ser verdadeiro e tentarmos ao máximo seguir o conselho de Mahatma Gandhi: ser o que gostaríamos de ver no mundo.

Não é à toa que a Anistia Internacional afirmou, no ano em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 60 anos (2008), que fracassamos. O lema dos 60 anos foi “iguais na diferença”. Precisamos avançar de maneira coletiva e colaborativa a sustentação teórica e as metodologias de diálogo, dando atenção, claro, à imensa produção já existente sobre o tema. Precisamos possibilitar que os seres humanos a transitem do *regime da servidão*, na qual um transfere para o outro a sua potência (como no caso de comunidades que se entendem mais sábias e/ou mais santas do que outras) para o regime da generosidade; da solidariedade; dos direitos humanos; dos direitos ambientais; das políticas públicas; da responsabilidade socioambiental; disso que, em termos religiosos, André Porto fala como sendo cidadania espiritual.

Aprendi, e continuo a reaprender a cada micron de segundo, que para o vigor do diálogo inter-religioso, da cidadania, da justiça social, da equidade econômica, da sustentabilidade, enfim, da responsabilidade socioambiental, é indispensável a percepção e análise (inadiáveis, profundas, contínuas, qualificadas e sempre requalificadas) da sequência dos estados mentais (pensamentos e afetos), para então podermos identificar o que parece ser o *absoluto Outro*. Para localizar, em si, a origem do espelho; suportar as *places de passage* (quando ainda não se atingiu o que se pretende e o padrão antigo se repete) por meio da autocompaixão (pelo amor de si – para

isso é vital o *coach* e decisiva a terapia pessoal e comunitária, a entrevista apreciativa e as metodologias de gestão participativa); para fazer frente ao que estiver impedindo a afirmação.

Refiro-me especificamente à afirmação, entendida como aquele estado mental em que se escuta (a fala é o resultado da escuta que se faz), por abençoada lembrança, as palavras de da sábia mulher Mãe Mirra Alfassa: “Ó consciência imóvel e serena, Tu velas nos confins do mundo como uma esfinge de eternidade. E, no entanto, a alguns tu confias teu segredo: esses podem tornar-se teu querer soberano que escolhe sem preferir, executa sem desejar”.

Observar a água, como faço no Grotão no qual estou hospedado ao terminar estas linhas, me leva a fazer, nos permite experienciar esse estado mental. Como canta Guilherme Arantes, em *Terra, Planeta Água*:

*Água que nasce na fonte serena do mundo
e que abre o profundo grotão,
água que faz inocente riacho
e desagua na corrente do ribeirão,
águas escuras dos rios que levam a fertilidade
ao sertão,
águas que banham aldeias e matam a sede da
população,
águas que caem das pedras no véu as cascatas,
com ronco de trovão
e depois dormem tranquilas no leito dos lagos,
no leito dos lagos,
água dos igarapés onde lara, a mãe-d'água, é
misteriosa canção,
água que o sol evapora e pro céu vai embora virar
nuvens de algodão,
gotas de água da chuva alegre arco-íris sobre a
plantação,
gotas de água da chuva tão tristes são lágrimas
na inundação,
águas que movem moinhos são as mesmas águas
que encharcam o chão
e sempre voltam humildes, pro fundo da terra,
pro fundo da terra.*

Que sejamos como a água, grandiosos e humil-

des. Reunião dos contraditórios. Políticos e espirituais. Espirituais e políticos. Perda, sublimação da perda, desapego voluntário em relação aos objetos, renúncia; e excedente, aparecimento, inesperado, generosidade, criação. Enfim, dádiva: esse outro nome da sociabilidade, do diálogo inter-religioso, das políticas públicas sociais, da responsabilidade socioambiental.

Finalizado em frente ao fogo, com minha família, no Grotão do Sítio do Moinho. São José do Vale do Rio Preto, inverno de 2009.

Bibliografia utilizada

ALEGRIA, Rosa. (2008), “Da matriz ao self: o desafio evolucionário da mídia e das organizações”. In: A. J. H Guevara et al. (orgs.). *Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

AMARAL, Marcio Tavares d'. (2006), *Uma cultura de comunicação ainda é possível? O Princípio do Mal e a sociedade de informação*. Projeto integrado de pesquisa, CNPq

BATESON, Gregory. (1985), *Steps to an ecology of mind*. Nova York: Ballantine Books,.

BAUMAN, Zygmunt. (2004), *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar.

BAURMANN, Michael. (1998), *El mercado de la virtud: moral y responsabilidad social en la sociedad liberal*. Barcelona: Gedisa Editorial.

BIRMAN, Joel. (2006), *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BOHM, David. (2005), *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. São Paulo: Palas Athena.

BOLOGNESE, Chiata. (2007), “Indivíduos posmodernos perdidos en el vacío”. *Itinerarios, Revista de Estudios Lingüísticos, Literarios,*

Históricos y Antropológicos del Instituto de Estudios Ibéricos e Ibero-americanos de la Universidade de Varsóvia. Vol. 7: 73-87.

CABRAL, Claudia (org.). (2004), *Acolhimento familiar: experiências e perspectivas*. Rio de Janeiro: UNICEF, Terra dos Homens e Book Link.

CANCLINI, Néstor García. (1995), *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

CANCLINI, Néstor García. (2005), *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

CASTORIADIS, Cornelius. (1999), *Figures du pensable*. Paris : Éditions du Seuil.

___. (1975), *L'institution imaginaire de la société*. Paris : Éditions du Seuil.

CHOMSKY, Noam. (2004), *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo: Editora Imaginário e Sedição Editorial,.

DOWBOR, Ladislau. (2008), *A crise financeira sem mistérios*. Disponível em URL: <http://dowbor.org/crise.asp>

DOWBOR, Ladislau. (2008), *Democracia Econômica: alternativas de gestão social*. Petrópolis: Vozes.

DUFOUR, Dany-Robert. (2005), *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

EAGLETON, Terry. (2005), *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ELIADE, Mircea. (1997), *Yoga: imortalidade e liberdade*. São Paulo: Palas Athena.

FAURE, Sébastien. (2006), *Eleitor, escuta! a podridão parlamentar*. São Paulo: Instituto de Estudos Libertários

FRANCO, Augusto de. (2006a), *Uma teoria da cooperação baseada em Maturana*. Disponível em URL: http://augustodefranco.locaweb.com.br/cartas_comments.php?id=18_0_2_0_C

___.(2006b), Para que serve a democracia. Disponível em URL: http://augustodefranco.locaweb.com.br/cartas_comments.php?id=29_0_2_0_C

FREUD, Sigmund. (1981), “Pshysicologie des foules et analyse de moi”. In *Essays de Psycanalyse*. Paris : Payot.

GALTUNG, Johan. (2003), *Gandhi hoje: o caminho é a meta*. São Paulo: Palas Athena.

GODBUT, Jacques. (1999), *O Espírito da Dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

GRUNER, Eduardo. (2004), “A tragédia, ou o fundamento perdido do político”. In A. Vita e A. A. Boron. *Teoria e filosofia política*. São Paulo: Edusp e Clacso.

LEBRUN, Jean-Pierre. (2004), *Um mundo sem limites: ensaio para uma psicanálítica do social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

LORCA, Frederico Garcia. (1969), *Obras completas. Recompilacion y notas de Arturo del Hoyo*. Madri: Aguillar.

MATTELART, Armand. (2003), *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo: Edições Loyola.

MATURANA, Humberto e VERDEN-ZOLLER. (2004), Gerda. *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano*. São Paulo: Palas Athena.

MATURANA, Humberto. (1997), *Emociones y Lenguaje en Educacion y Política*. Santiago de Chile: Dolmen Ediciones.

MELMAN, Charles. (2003), *O homem sem*

gravidade: gozar a qualquer preço. Entrevistas por Jean-Pierre Lebrun. Rio de Janeiro: Companhia de Freud Editora.

___.(2006d), “Comunicação, espiritualidade e negócios: o restabelecimento estratégico da confiança como a base sistêmica do desenvolvimento socioambiental”. In: *Anais do III Congresso de Excelência em Sistemas de Gestão*. Rio de Janeiro: LATEC/UFF.

___.(2008a), “Gestão da Mente Sustentável, o Extended Bottom Line: o desenvolvimento socioambiental como questão da consciência e da comunicação”. In A. J. H. Guevara et al. (orgs.). *Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

___.(2008b), “Comunicação com o cidadão: qual o rumo a seguir? O rumo é a mudança de atitude mental”. In *Banco do Brasil. O futuro da Comunicação. XII Seminário de Comunicação*. Brasília: Branco do Brasil.

___.(2006b), “Comunicação, Educação e Cidadania: quando Diversidade e Vinculação Social são apenas Um”. *Saúde e Educação para a Cidadania. Revista da Decania do Centro de Ciências da Saúde/UFRJ*. Ano 1, nº 02: 33-36.

___.(2007), “Desobediência Civil Mental e Mídia: a ação política quando o mundo é construção mental”. *Anais do 10º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo*. Goiânia.

___.(2002),. *Tempo e eternidade: o caminho da cura*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Yoga Integral e Edição do Autor.

___.(2001), *Yoga, tradição e ciência: um encontro revelador para os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Comunicação e Consciência, Escola de Comunicação, UFRJ.

MIRANDA, Rafael. (2005), *Reflexionando so-*

bre la alteridad a partir de Cornelius Castoriadis: las fronteras del ódio. Disponível em URL: <http://www.fundanin.org/miranda1.htm>

MORIN, Edgar. (2002), *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

OURIQUES, Evandro Vieira. (2006a), *A New Epistemological Perspective for Solidarity and Sustainability in the Essentially Patriarchal and Emblematic Crisis of Western Mindset. Pelican Consulting. Washington*. Disponível em URL: <http://www.pelican-consulting.com/solisuus-tv02n06.html>

_____. (2007a), *A construção de estados mentais. Entrevista a Marcus Tavares*. Disponível em URL: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=428JDB007>

_____. (2007b), *A mídia só é livre quando a mente é livre*. Disponível em URL: <http://forumdemidialivre.blogspot.com/2008/06/mdia-s-livre-quando-mente-livre.html>

OURIQUES, Evandro Vieira (org.). (2003), *Diálogo entre as Civilizações: a Experiência Brasileira*. Disponível em URJ: <http://www.unicrio.org.br>

_____. (2006c), *O valor estratégico da não-violência para o vigor da comunicação. Anais do Congresso da INTERCOM*. Disponível em URL: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1911-1.pdf>

_____. (2004), *Sobre a ação desinteressada em Gandhi e a ética na mídia*. Disponível em URL: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=291ASP021>

_____. (2009), “Território Mental: o Nó Górdio da Democracia”. *Revista Democracia Viva*. Disponível em URL: <http://www.ibase.org.br>

OURIQUES, Evandro Vieira & VEIGA, Bernardo. (2008), “Morra como Herege, Vá

para o Inferno ou Seja Feliz: uma análise das três estratégias de comunicação psico-política da ICAR para o diálogo inter-religioso”. *Anais da 6ª Conferência Mídia, Religião e Cultura*. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo.

PERUZOLLO, Adair Caetano. (2006), *A Comunicação como encontro*. São Paulo: Edusc.

TARNAS, Richard. (2002), *A Epopéia da Civilização Ocidental*. São Paulo: Bertrand Russel.

SANT’ANNA, Affonso Romano. (1998), *A grande fala do índio guarani e a catedral de Colônia*. Rio de Janeiro: Rocco.

SODRÉ, Muniz. (2002), *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Editora Vozes.

TESOURO DA JUVENTUDE. (1958), Volume 07. W. M. Jackson, Inc. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife.

TAYLOR, Paul. (2003), “Um argumento freiriano para a pedagogia do carinho”. In: > Linhares & M. Trindade. *Compartilhando o mundo com Paulo Freire*. São Paulo: Cortez e Instituto Paulo Freire.

TRÍAS, Eugênio. (1997), “Pensar a religião: o símbolo e o sagrado”. In: J. Derrida; G. Vattimo et alli. *A religião. Relógio D’Água Editores*. Lisboa: Relógio D’água.

***Evandro Vieira Ouriques é coordenador do NETCCON – Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Comunicação e Consciência da ECO/UFRJ, pesquisador associado ao PACC – Programa Avançado de Cultura Contemporânea-FCC/UFRJ e diretor de Comunicação e Cultura do NEF – Núcleo de Estudos do Futuro da PUC SP. ■**

**Maria das Graças de
Oliveira Nascimento**

Membro da Comissão

Executiva do MIR

André Porto

Ex-coordenador do MIR e

Ex-coordenador da Iniciativa das

Religiões Unidas (URI) para a

América Latina

As tradições religiosas do MIR

161

MIR

“A religião dá a toda cultura o seu conteúdo supremo, e é a cultura que dá a toda religião a sua linguagem.”

Raimon Pannikar

O Fundamento de sua Ação

O Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro – MIR entende que a espiritualidade é o caminho de superação dos desafios éticos do Século 21. Para isso, o MIR congrega as religiões históricas, as tradições e os movimentos espirituais, consciente de que atravessamos uma mudança profunda de valores e que os graves problemas da atualidade só podem ser enfrentados através do reencontro da unidade que, para além das diferenças, existe entre todos os seres e culturas.

É esta Unidade na Diversidade — evidenciando que temos étnica, cultural e religiosamente muito mais em comum com os outros do que pensamos — a missão do MIR. É a ela que cabe possibilitar um rumo comum, capaz de restabelecer a coesão individual e coletiva, para que as futuras gerações possam herdar melhores condições de vida para toda a Humanidade, a Terra e os seres vivos.

Desta forma, o MIR é um espaço concreto de exercício sistemático do respeito, do diálogo — entendido como “o caminho de Deus” — e da integração cooperativa. A rede cultural de pessoas e instituições que compõem o MIR compartilha o Sagrado e busca, coesa, servir melhor a nossas comunidades, pois a violência e os inúmeros atos de intolerância e opressão têm gerado um custo social insuportável.

Criado na ECO-92, como é sempre bom lembrar, o Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro age com a percepção de que para manter o equilíbrio ambiental a humanidade depende de exercer a cidadania espiritual: sermos honestos, humildes e pacientes, compartilhando consciências para conhecer a alma do outro compartilhando com todos os seres o processo vital que a tudo unifica, praticando a solidariedade, a cooperação e o serviço desinteressado, nos envolvendo local e globalmente com causas importantes, afirmando com coragem nossos ideais mais elevados de amor e justiça e sorrindo como uma criança.

As iniciativas e prioridades do MIR refletem o senso comum das mais de trinta religiões históricas, tradições e movimentos espirituais que ao longo desses anos participam de sua organização. Através de seus representantes, uma rede imensa de parcerias e amizades se forma, envolvendo a cidade em círculos de solidariedade e paz, e dela para o Brasil e o mundo. O MIR é um Programa do ISER – Instituto de Estudos da Religião, organização não-governamental existente há 39 anos, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Apesar de seus graves problemas, a sociedade brasileira apresenta um dos mais bem sucedidos casos de integração entre religiões e povos das mais diversas origens e, por isso, o MIR entende que o Rio de Janeiro e o Brasil podem ser atores de destaque na reconstrução de um horizonte de paz neste século 21.

É assim que o MIR — onde convivem harmoniosamente, lado a lado, grupos que em outras partes do Planeta vivem em tensão e confronto dedica-se à criação de pontes entre

as religiões e as culturas e no interior de cada uma delas, no sentido de fortalecer o respeito à unidade dos diferentes, o respeito à diversidade e ao outro, a comunicação positiva, a resolução pacífica dos conflitos e mesmo o perdão e a reconciliação entre agredidos e agressores.

O Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro é, assim, um modelo concreto de integração cooperativa da humanidade, que existe para servir à luta pela paz, um espaço sagrado para todas as pessoas e instituições que desejam um futuro melhor para a cidade, para o Brasil e para o mundo.

O resumo de uma longa história

Tudo começou três meses antes da ECO-92, organizada pelas Nações Unidas no Rio de Janeiro, no mês de Junho daquele histórico ano de 1992. O Instituto de Estudos da Religião – ISER, antiga organização não-governamental sem fins lucrativos baseada na Cidade, foi então escolhido para organizar uma Vigília noturna no Fórum Global: reunir o máximo possível de diferentes grupos religiosos para celebrar a natureza sagrada da Terra durante toda uma noite. Essa foi a ideia. E assim foi realizada, sob o nome de *Um dia pela Terra*.

Por todo o grande Aterro do Flamengo, cada grupo teve uma tenda de encontro onde os integrantes puderam exercer suas próprias práticas por toda a noite – poderia ser uma missa católica ou um canto feito por pessoas do Hare Krishna. Cerimônias conjuntas de abertura e fechamento, que contaram com a presença de importantes personalidades como Dom Helder Câmara e o *Dalai Lama*, foram realizadas em um grande auditório, ao ar livre.

Tudo isso resultou na presença de cerca de vinte e cinco mil pessoas a participar da Vigília. A experiência transformou-se em uma viva e inspiradora noite de comunhão

espiritual, plena de arte, música e profundo sentimento de realidade.

Foi a primeira vez na história da humanidade que um número tão expressivo de pessoas de diferentes tradições religiosas uniram-se em uma celebração comum. A mídia (brasileira e internacional) cobriu a Vigília, tratando-a como o maior evento público da ECO-92. Os líderes religiosos chamaram a atenção para a face espiritual da crise ecológica, trazendo o conceito de ecologia profunda.

A raiz do MIR

Após a ECO-92, o ISER decidiu instituir formalmente o Movimento Inter-Religioso do Rio de Janeiro. Um programa de encontros mensais iniciou-se em março de 1993 e continuou até o início de 1995. Cada grupo religioso se revezava para comandar uma celebração baseada em sua própria tradição – o aniversário de Buda, a Páscoa ou o Ano Novo chinês, por exemplo –, sempre promovendo o intercâmbio e o respeito mútuo. A cada mês, em média 50 pessoas de diferentes grupos compareciam aos encontros. Essas pessoas desenvolveram uma forte amizade e compreenderam que tinham mais em comum do que imaginavam. Aceitaram o conceito de Unidade na Diversidade e sentiram a importância de acabar com os preconceitos e a incompreensão, levando a ação do MIR para uma esfera ainda mais ampla.

Representação das tradições

Desde 1992 o MIR contou com a participação, de forma constante ou eventual de diversas tradições¹.

Cada Tradição tem indicado um representante para participar oficialmente das reuniões plenárias e articular sua participação institucional nas atividades do MIR.

Para saber mais sobre as tradições sugerimos os seguintes contatos na tabela ao lado.

1 *Tradições Religiosas:*
Ananda Marga;
Brahma Kumaris;
 Budismo *Theravada;*
 Budismo Tibetano;
 Candomblé;
 Catimbó;
 Cigana;
 Espírita;
Fé Baha'Í;
Gnana Mandiram;
 A Grande Fraternidade Branca;
Hare Krishna;
 Igreja Anglicana;
 Igreja Católica;
 Igreja da Unificação;
 Igreja Luterana;
 Igreja Messiânica;
 Indígena;
 Igreja Metodista;
 Igreja Presbiteriana;
 Igreja Presbiteriana *Bethesda;*
 Islamismo;
 Movimento Esperantista;
Perfect Liberty;
 Santo Daime;
Seicho-No-Ie;
 Shamanismo;
 Ordem Teosófica de Serviço;
 Organização *Saty Sai;*
 Sufismo;
 Taoísmo;
 Umbanda;
 Zen Budismo.

Ananda Marga	http://www.anandamargasp.org.br/
Brahma Kumaris	http://www.bkumaris.org.br/indexs.htm
Budismo Tibetano	http://www.salves.com.br/tbtbud.htm
Candomblé	Mãe Beata de Iemanjá: maebeata@ig.com.br
Catimbó	Yalorixá Abigail kanabogy: kanabogy@terra.com.br
Cigana	Fundação Santa Sara Kali: loraser@ig.com.br
Círculo Holístico Arca da Montanha Azul	philippe@msn.com.br
Comunidade Unindo Corações	http://www.unindocoracoes.com.br/
Conselho Espirita do Estado do Rio de Janeiro - CEERJ	http://www.ceerj.org.br
Fé Baha'I	http://www.bahai.org.br/
Gnana Mandiram	cmani@uol.com.br
A Grande Fraternidade Branca	agfbranca@terra.com.br
Hare Krishna	www.harekrishnarj.com.br
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	http://www.ieab.org.br
Igreja Católica	http://amaivos.uol.com.br/ www.casadomenor.org.br
Igreja da Unificação	http://www.unification.net/portugues/
Igreja Evangélica Luterana do Brasil	http://www.ielb.org.br/
Igreja Messiânica Mundial do Brasil	http://www.messianica.org.br/
Indígena	Instituto Arapoty: valfisch@hotmail.com
Igreja Metodista	http://www.metodista.org.br/
Igreja Presbiteriana do Brasil	http://www.ipb.org.br/
Igreja Presbiteriana Bethesda	http://www.bethesda.com.br/
Movimento de Amor ao Próximo - MAP	http://www.map.org.br/
Movimento Esperantista do Estado do Rio de Janeiro	http://esperanto.org.br tagorepoeta@yahoo.com.br
Sociedade Beneficente Mulçumana do Rio de Janeiro	http://www.sbmrj.org.br/
Sociedade Budista do Brasil	http://sbb.riobudavihara.com/
Sociedade Taoísta do Brasil	http://www.taoismo.org.br
<i>Perfect Liberty</i>	www.perfectliberty.org.br
Santo Daime	http://www.santodaime.org/
Seicho-No-Ie do Brasil	http://www.sni.org.br
Shamanismo	rofavilla@uol.com.br
Ordem Teosófica de Serviço	http://www.sociedadeteosofica.org.br/
Organização Satya Sai	http://www.sathyasai.org.br/
Trybo Cósmica	http://www.interpaz.org.br/
Umbanda	-
União Espiritista de Umbanda do Brasil	miranda@prolink.com.br
Conselho Nacional de Umbanda do Brasil - CONUB	http://www.conub.org.br/
Casa do Perdão	http://www.casadoperdao.com/
URI - Iniciativa das Religiões Unidas	www.uri.org
URI Brasil	rev.elias.united@gmail.com
Zen Budismo	http://www.zendobrasil.org.br/ www.monjacoen.com.br/

Mais informações:
mir@iser.org.br

